

COMU NIDADES LOCAIS E CAMINHOS DE SAN TIAGO

EDIÇÃO DE
CARLOS PAZOS-JUSTO
BEATRIZ BUSTO MIRAMONTES
SUSANA SOTELO DOCÍO

ALIANÇAS
E AMEAÇAS

**COMU
NIDADES
LOCAIS E
CAMINHOS
DE SAN
TIAGO**

EDIÇÃO DE
CARLOS PAZOS-JUSTO
BEATRIZ BUSTO MIRAMONTES
SUSANA SOTELO DOCÍO

**ALIANÇAS
E AMEAÇAS**

COMUNIDADES LOCAIS E CAMINHOS DE SANTIAGO
ALIANÇAS E AMEAÇAS

Editores: Carlos Pazos-Justo | Beatriz Busto Miramontes | Susana Sotelo Docío

Paginação: Pedro Panarra

Edição do Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho

© EDIÇÕES HÚMUS, 2022

End. Postal: Apartado 7081 – 4764-908 Ribeirão – V.N. Famalicão

Tel. 926 375 305

E-mail: humus@humus.com.pt

1.ª edição: Dezembro de 2022

ISBN: 978-989-755-834-4

DOI: <https://doi.org/10.21814/1822.79820>

Os dez trabalhos recolhidos neste volume foram revistos num processo de avaliação cega por pares.

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/00305/2020.

ÍNDICE

- 7** **COMUNIDADES LOCAIS E CAMINHOS DE SANTIAGO.**
UMA INTRODUÇÃO
- 11** **NOMES DE LUGARES E PRÁTICAS CULTURAIS**
ATRAVÉS DE CLASSIFICAÇÃO DE DISCURSOS
ETIQUETAGEM DE ENTREVISTAS A VISITANTES
A SANTIAGO DE COMPOSTELA
Álvaro Iriarte Sanromán | Susana Sotelo Docío
- 35** **PATRIMONIALIZACIONES NEOEXTRACTIVISTAS:**
NUEVAS FORMAS DE DESPOJO EN ABYA YALA
Carina Jofré
- 69** **NARRATIVAS E EXPERIÊNCIAS DE VISITANTES**
DO BRASIL EM COMPOSTELA:
PEREGRINAÇÃO SEM CAMINHADA E CONTEMPLAÇÃO DA CIDADE
Carla Nepomuceno | Roberto Samartim
- 97** **POR OUTROS CAMINHOS NOS CAMINHOS**
PORTUGUESES DE SANTIAGO DE COMPOSTELA
Carla Sofia Ferreira Queirós
- 119** **O DESENVOLVIMENTO DO CAMINHO PORTUGUÊS DA COSTA**
NA PERSPETIVA DOS MUNICÍPIOS E DAS ASSOCIAÇÕES.
DA CULTURA AO TURISMO
Carlos Pazos-Justo | Álvaro Iriarte | Maria João Moreira | Inês Americano Lopes
- 143** **VISITANTES E ATIVIDADE COMERCIAL**
EM SANTIAGO DE COMPOSTELA:
RELAÇÃO ESPAÇO-TEMPORAL NO ANO 2015
Emilio V. Carral Vilariño | Marisa del Río Araújo

- 157 O DESENVOLVIMENTO DOS CAMINHOS DE SANTIAGO:**
UMA ANÁLISE À AÇÃO DAS COMUNIDADES LOCAIS NO
PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO DOS ITINERÁRIOS
JACOBEUS NO NORTE INTERIOR DE PORTUGAL
Pedro Azevedo
- 181 PEREGRINAÇÃO E COMUNIDADE LOCAL:**
O CASO DE ROMARIA – MINAS GERAIS
Raphael Campana Marinho
- 201 SISTEMAS DEFENSIVOS DO LITORAL NORTE
NO CAMINHO PORTUGUÊS DA COSTA**
Sérgio Veludo Coelho | Carla Sofia Ferreira Queirós
- 217 EL CAMINO DE SANTIAGO:**
SENDA O PRECIPICIO?
Sílvia Pérez Freire | Fatima Braña Rey
- 231 AVALIAÇÃO DO ENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS
NO CAMINHO PORTUGUÊS DE SANTIAGO**
Vitor Ambrósio | Carlos Fernandes
- 259 EPÍLOGO
PEDRA-DE-TOQUE**
Elias J. Torres Feijó

COMUNIDADES LOCAIS E CAMINHOS DE SANTIAGO. UMA INTRODUÇÃO

A partir da década de 80 do século passado, o Caminho de Santiago, nos seus múltiplos e crescentes itinerários e variantes, experimentou uma nova visibilidade internacional de multifacetada causalidade. O interesse das entidades públicas da Galiza por promover o turismo e a imagem do território, a redinamização da construção (também identitária) europeia da (hoje) União Europeia ou, ainda no quadro da Guerra Fria, a ativa intervenção de promoção da Igreja católica, fizeram com que – com data chave no evento Xacobeo 93 – o Caminho de Santiago passasse a se converter numa realidade muito presente em numerosos territórios peninsulares e europeus atravessados pelos diferentes itinerários jacobeus.

O renovado interesse por um património cultural de longínqua origem, como é o caso do Caminho de Santiago, deve necessariamente analisar-se, entendemos, também em função dos processos de globalização e de mercantilização da cultura (a cultura entendida como um recurso económico, dito sinteticamente). As políticas culturais, no contexto europeu, que deram forma ao desenvolvimento dos vários itinerários – seguindo o modelo do Caminho Francês, designado primeiro Itinerário Cultural Europeu em 1987 – estiveram/estão condicionadas pelo desenvolvimento do turismo enquanto aspiração central, resultado igualmente das dinâmicas globalizantes.

Neste quadro, também marcado pela rápida recuperação das mobilidades turísticas (e outras) após a interrupção forçada pelo surto da COVID-19, cabe perguntar-se qual é o papel assumido e/ou destinado às comunidades locais afetadas pelo desenvolvimento dos itinerários jacobeus (e, naturalmente, outros empreendimentos com finalidade principal turística) num contexto em que a desigual *aliança* entre turismo e cultura parece ganhar força. Neste sentido, apresentam-se particularmente urgentes perguntas investigadoras como: O que pensam as comunidades locais dos Caminhos?; O fluxo de

peças peregrinas aumenta a auto-estima e reforça a identidade própria das comunidades ou é perturbador?; Mudou o seu modo de vida? Melhorou ou piorou?; É um incentivo para a economia e a produção local?; Qual é a oferta gastronómica, artesã, cultural?; Qual é a imagem de quem visita sobre o visitado? E vice-versa?... Estas e muitas outras perguntas podem, em última instância, sumariar-se em: A visita, a peregrinação são uma aliança ou uma ameaça para as comunidades locais?

Ancorado no *Congresso Internacional Comunidades Locais e Caminhos de Santiago. Ameaças e alianças*, organizado pela Rede Galabra na Universidade de Santiago de Compostela (27-30 de outubro de 2021), este volume recolhe dez trabalhos que, de diferentes perspetivas, abordam o papel das comunidades locais no desenvolvimento dos itinerários jacobeus. O olhar polifónico aqui proposto espelha, de alguma forma, as diferentes abordagens que o fenómeno jacobeu suscita no meio académico. Os trabalhos apresentados, esclarecemos, respondem a uma lógica autónoma e, na maioria dos casos, articulam-se com linhas de pesquisa com um maior ou menor percurso investigador.

Abre o presente volume o trabalho de Álvaro Iriarte (UMinho) e Susana Sotelo (USC), “Nomes de lugares e práticas culturais através da classificação de discursos...”, em que, reivindicando o recurso a grandes corpora na investigação nas CSH, analisam, com ferramentas de mineração textual, o uso de topónimos em entrevistas e inquéritos feitos a visitantes de Santiago de Compostela com o intuito de contribuir para o conhecimento das práticas dos visitantes. Com dados oriundos dos mesmos projetos de investigação, o volume inclui ainda: “Visitantes e atividade comercial em Santiago de Compostela: relação espaço-temporal no ano 2015”, onde Emilio Carral (USC) e Marisa del Río (USC) analisam as relações que se estabelecem entre a atividade comercial em Santiago de Compostela e a massiva chegada de visitantes após a *reiventio* de 1993; e, de Silvia Pérez (UVigo) e Fátima Braña (UVigo), o trabalho “El camino de Santiago: ¿senda o precipicio?” problematiza as políticas públicas implementadas em Santiago de Compostela enquanto meta do Caminho de Santiago e as perceções da comunidade local. Por último, vinculado aos mesmos projetos, Carla Nepomuceno e Roberto Samartim (UdC) abordam as motivações e práticas de visitantes procedentes do Brasil em “Narrativas e experiências de visitantes do Brasil em Compostela: peregrinação sem caminhada e contemplação da cidade”.

As comunidades locais e fundamentalmente o património, seja de origem religioso ou de origem militar, constituem a temática central de dois trabalhos,

“Por outros caminhos nos Caminhos Portugueses de Santiago de Compostela”, de Carla Queirós (P.Porto), co-autora, junto a Sérgio Veludo Coelho (P.Porto), de “Sistemas defensivos do litoral Norte no Caminho Português da Costa”.

Ainda com foco no espaço português continental, Vítor Ambrósio (ESHTE) e Carlos Fernandes (IPVC), sob o título “Avaliação do envolvimento dos municípios no Caminho Português de Santiago”, propõem e aplicam um sistema de avaliação do estado dos caminhos de Santiago a nível de dois concelhos portugueses. Por seu turno, em “O desenvolvimento dos caminhos de Santiago: uma análise à ação das comunidades locais no processo de patrimonialização dos itinerários jacobeus no Norte Interior de Portugal”, Pedro Azevedo (UTAD) centra-se na análise do papel desempenhado pelas comunidades locais em torno dos Caminhos existentes no Norte interior de Portugal. Já acerca do Caminho Português da Costa, Carlos Pazos-Justo (UMinho), Álvaro Iriarte (UMinho), Maria João Moreira (P.Porto/Galabra-UMinho) e Inês A. Lopes (Galabra-UMinho), em “O desenvolvimento do Caminho Português da Costa na perspetiva dos municípios e das associações. Da cultura ao turismo”, debruçam-se sobre as linhas de força do impulso no desenvolvimento deste itinerário entre as quais a escassa participação direta das comunidades locais.

Fora do espaço da Península Ibérica, “Peregrinação e comunidade local: o caso de Romaria – Minas Gerais”, de Raphael Marinho (UTAD), explora as transformações locais derivadas da peregrinação ao Santuário de Nossa Senhora da Abadia, na cidade de Moraima. Com “Patrimonializaciones neoextractivistas: nuevas formas de despojo en Abya Yala”, Carina Jofré (UNSJ, Argentina), sem deixar de interrogar-se acerca do papel da Academia, problematiza as lógicas extrativistas em Latino-América também em função das várias iniciativas de desenvolvimento de itinerários culturais como pode ser o caso do denominado *Sistema Vial Andino Qhapac Ñan*.

Encerra o presente volume um epílogo onde Elias Torres (USC) reivindica o papel da Academia na formulação de perguntas necessárias e respostas válidas para o bem-estar das comunidades.

Resta-nos, por último, agradecer a todas as pessoas envolvidas nesta publicação o seu trabalho e disponibilidade, com uma nota de especial de gratidão às colegas da Rede Galabra e ao Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho.

A equipa editora
Santiago de Compostela/Braga, outono de 2022

NOMES DE LUGARES E PRÁTICAS CULTURAIS ATRAVÉS DE CLASSIFICAÇÃO DE DISCURSOS

ETIQUETAGEM DE ENTREVISTAS A
VISITANTES A SANTIAGO DE COMPOSTELA

PLACE NAMES AND CULTURAL PRACTICES
THROUGH DISCOURSE CLASSIFICATION

LABELLING OF INTERVIEWS WITH VISITORS TO SANTIAGO DE COMPOSTELA

Álvaro Iriarte Sanromán*

alvaro@elach.uminho.pt

Susana Sotelo Docío**

susana.sotelo.docio@usc.gal

Apresentamos, neste trabalho, dados relativos ao uso de topónimos em entrevistas e inquéritos feitos a visitantes de Santiago de Compostela no âmbito de dois projetos de investigação sobre a cidade como meta dos Caminhos, desenvolvidos entre 2011 e 2022. Foram utilizadas ferramentas de mineração textual para etiquetar e extrair automaticamente nomes de lugar, bem como um *corpus* codificado em XML, com algum trabalho de categorização e de desambiguação semiautomáticos. Pretendemos averiguar se os textos produzidos por homens usam mais referências geográficas e espaciais do que os textos produzidos por mulheres; se a procedência geocultural (visitantes vindos do Brasil, Portugal, Espanha e Galiza) condiciona o uso de topónimos; se os visitantes autoidentificados como peregrinos usam mais referências geográficas dos que não se consideram peregrinos; se o uso de referências geográficas aumenta com o número de visitas à Cidade e que leituras podem ser retiradas desses factos. A partir dos dados recolhidos e posteriormente estruturados, são feitas, só depois, as possíveis interpretações dos mesmos e a formulação de hipóteses, aproveitando o conhecimento prévio e as leituras teóricas dos investigadores.

Palavras-chave: Análise Lexicométrica. Etiquetagem XML. Topónimos. Visitantes. Santiago de Compostela. Caminho de Santiago.

* Grupo Galabra-UMinho, Centro de Estudos Humanísticos, ELACH, Universidade do Minho, Braga, Portugal. ORCID: 0000-0003-0077-8843; CIÊNCIA ID: 5D1D-36BC-CE69; SCOPUS: 56050462000

** Grupo Galabra-USC, Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela, Galiza. ORCID: 0000-0002-0067-7957

In this paper we present data regarding the use of toponyms in interviews and surveys, made to visitors of Santiago de Compostela in the framework of two research projects on the city as a goal of the Ways of St James, developed between 2011 and 2022. Textual mining tools were used to automatically tag and extract place names, as well as a *corpus* encoded in XML, with some semi-automatic categorization and disambiguation work. We intend to investigate whether texts produced by men use more geographic and spatial references than texts produced by women; whether geocultural origin (visitors coming from Brazil, Portugal, Spain and Galicia) conditions the use of toponyms; whether visitors identified themselves as pilgrims use more geographic references than those who do not consider themselves pilgrims; whether the use of geographic references increases with the number of visits to the City, and what readings can be drawn from these facts. From the data collected and subsequently structured, only then are the possible interpretations of the data and the formulation of hypotheses made, taking advantage of the previous knowledge and theoretical readings of the researchers.

Keywords: Lexicometric Analysis. XML tagging. Toponyms. Visitors. Santiago de Compostela. Way of St James.

1. Introdução

Apresentamos, neste trabalho, dados relativos ao uso de topónimos nas 252 entrevistas e 2081 inquéritos feitos a visitantes de Santiago de Compostela no âmbito de dois projetos de investigação sobre a cidade como meta dos Caminhos, desenvolvidos entre 2011 e 2022.

Foram utilizadas as ferramentas disponibilizadas no pacote *LinguaKit* (Gamallo & Garcia, 2017) que nos permitem etiquetar e extrair automaticamente os nomes de lugar para a sua posterior análise quantitativa e qualitativa, bem como o *corpus* codificado em XML, descrito em Sotelo, Gamallo & Iriarte (2022), com algum trabalho de categorização de desambiguação.

Através da análise lexicométrica das entrevistas (cruzando a informação com alguns dados obtidos dos inquéritos, por exemplo: autoidentificação ou não como peregrino¹, primeiras visitas à cidade vs. visitas posteriores², etc.) pretendemos averiguar:

1 Nos inquéritos realizados em 2013-2014, relativos às mesmas pessoas entrevistadas, estas auto-identificaram-se como sendo, ou não, peregrinos:

P121. É peregrino? 2. Não ____ 1. Sim ____

2 Com base nos dados disponíveis nos inquéritos, relativos às mesmas pessoas entrevistadas, realizados em 2013-2014, foi possível extrair essa informação:

- Se os textos produzidos por homens usam mais referências geográficas e espaciais do que os textos produzidos por mulheres³ (Mulac & Lundell, 1986);
- Se a procedência geocultural (visitantes vindos do Brasil, Portugal, Espanha e Galiza) condiciona o uso de topónimos⁴;
- Se os visitantes autoidentificados como peregrinos usam mais referências geográficas dos que não se consideram peregrinos⁵;
- Se o uso de referências geográficas aumenta com o número de visitas à cidade⁶ e se isso pode ser interpretado como um indício de um aumento da relação dos visitantes com a comunidade local ou uma mudança no tipo de consumos, relativamente à sua primeira visita? (Torres Feijó, 2019; López *et al.*, 2020).

A utilização, na análise lexicométrica, de métodos automáticos ou semiautomáticos, com técnicas de Processamento de Linguagem Natural (PLN), aplicados a grandes *corpora*, com o objetivo de extrair e analisar dados, permitindo detetar a presença ou ausência de padrões, contribui para evitar análises mais subjetivas ou enviesadas (leituras subjetivas), como pode acontecer com os métodos tradicionais de recuperação e análise de informação nas ciências humanas e sociais (CHS), que não podem ir além da aproximação a pequenos fragmentos de texto (Arnold *et al.*, 2019). Em trabalhos anteriores (Iriarte & Sotelo, 2022; Pazos & Iriarte, 2016) contestamos os métodos tradicionais baseados na intuição ou nas convicções do pessoal investigador, que não permitem, em rigor, qualquer exercício de falseabilidade. As metodologias que utilizamos diferenciam-se de outras análises frequentes nas CHS pelo facto de os dados lexicais serem transformados em dados estruturados, armazenados juntamente com os dados brutos, possibilitando assim a sua utilização

Po2. Antes desta visita, quantas vezes esteve em SCQ?

1. É a 1ª vez

2. < 1 vez/ano **Po2A. Ano da última visita:** _____

3. 1 vez/ano

4. > 1 vez/ano **Po2B. Número de vezes/ano:** _____

- 3 Nos inquéritos realizados em 2013-2014, relativos às mesmas pessoas entrevistadas, estas autoidentificaram-se como sendo homens ou mulheres:

P.6.2. Sexo: _____

- 4 Com base nos dados disponíveis nos inquéritos, relativos às mesmas pessoas entrevistadas, realizados em 2013-2014, foi possível extrair essa informação:

RESIDENCIA HABITUAL

Concelho/Prefeitura (BR)/Câm. Municipal (PT): _____

CCAA/Distrito/Estado: _____

País: _____

5 *Vd. supra* nota 3.

6 *Vd. supra* nota 4.

por parte de outros investigadores e, só no fim, proceder à interpretação dos mesmos, formulando hipóteses. Na análise lexicométrica computacional, todo o processo de interpretação desloca-se para o fim do estudo (Perdacher, 2016) e é baseada nos dados e não na intuição apoiada nas leituras teóricas do ou da investigadora que, a posteriori, procura alguns exemplos ilustrativos das suas interpretações.

Em trabalhos anteriores focamo-nos nas técnicas de extração automatizada de informação léxico-semântica que permite ao pessoal investigador em CHS a análise quantitativa de grandes volumes de dados. Contudo, somos conscientes que esses dados, brutos ou estruturados, não são neutrais, nem sequer objetivos, porque os números não falam por si próprios, são o produto de relações sociais desiguais e são recolhidos num contexto concreto para um fim determinado (D'Ignazio & Klein, 2020).

No âmbito dos projetos “Discursos, imagens e práticas culturais sobre Santiago de Compostela como meta dos Caminhos” e “Narrativas, usos e consumos de visitantes como aliados ou ameaças para o bem-estar da comunidade local: o caso de Santiago de Compostela” (vd. *Infra 2. Corpus*), um grupo heterogéneo de especialistas em estudos da cultura, em marketing, em ecologia, em turismo, em linguística, em processamento da linguagem natural, etc. faz as suas leituras e interpretações dos dados estruturados ou semiestruturados extraídos de inquéritos e de entrevistas (vd. *infra 2. Corpus*) e, a partir dessas leituras e interpretações dos dados, coloca novas perguntas de investigação. Acreditamos nos benefícios que a análise quantitativa dos textos pode trazer para as CHS, sendo conscientes de que o trabalho nestas áreas não deve ser apenas uma mera gestão de dados procedentes de *corpora*, mas, também, o trabalho de reflexão analítica a partir desses mesmos dados empíricos (Pazos & Iriarte, 2016). Achar que os dados são neutrais e objetivos, que os números falam por si próprios, pode conduzir-nos a novas versões de imposturas intelectuais (Sokal & Bricmont, 1999) no âmbito das CHS, agora, sob a forma de dados puramente quantitativos:

Old-school bullshit doesn't seem to be going away, but it may be overshadowed by the rise of what we call new-school bullshit. New-school bullshit uses the language of math and science and statistics to create the impression of rigor and accuracy. Dubious claims are given a veneer of legitimacy by glossing them with numbers, figures, statistics, and data graphics (Bergstrom & West, 2020).

Será este conhecimento prévio do investigador, a teoria, que nos permitirá apresentar resultados baseados nos dados brutos recolhidos e posteriormente estruturados, sem correremos o risco de estarmos a apresentar relações de causa-efeito quando estamos perante meras correlações (Bergstrom & West, 2020).

2. Corpus

Apresentamos, neste trabalho, dados relativos ao uso de topónimos num conjunto de 2081 inquéritos (vd. Tabela 1) e de 252 entrevistas (em galego, espanhol e português) a visitantes de Santiago de Compostela, no âmbito dos projetos de investigação “Discursos, imagens e práticas culturais sobre Santiago de Compostela como meta dos Caminhos”⁷, desenvolvido entre 2012 e 2016 por investigadores e investigadoras do Grupo Galabra da Universidade de Santiago de Compostela, e “Narrativas, usos e consumos de visitantes como aliados ou ameaças para o bem-estar da comunidade local: o caso de Santiago de Compostela”⁸, desenvolvido entre 2018 e 2022 por membros da mais alargada Rede Galabra (<https://redegalabra.org>)⁹.

Os 2081 inquéritos a visitantes da cidade de Santiago foram realizados (através de um inquérito individual com um questionário em papel), entre 26 de março de 2013 e 13 de abril de 2014, em pontos de interesse turístico, áreas de lazer e terminais de transporte da Cidade, a pessoas procedentes da Galiza (comunidade de acolhimento), Espanha (com maior proporção de inquéritos realizados, dado o número de visitantes em termos absolutos), Portugal (primeiro país da UE depois de Espanha em número de visitantes) e Brasil (primeiro país não pertencente à UE), segundo dados relativos ao momento da delimitação do universo a estudar, ano 2008, recolhidos e elaborados pelo *Centro de Estudos e Investigacións Turísticas* (CETUR) da Universidade de Santiago de Compostela (Braña, 2016).¹⁰

7 Referência FFI2012-35521.

8 Referência FFI2017-88196-R.

9 No âmbito dos projetos mencionados, para além dos 2081 inquéritos e das 271 entrevistas referidos, foram realizadas também 929 inquéritos a residentes locais, 410 inquéritos relativos à atividade económica e comercial, 34 entrevistas a pessoas peregrinas de Porto Alegre (Brasil), 155 entrevistas de controlo posterior (feitas em 2018), para comprovar tendências (155 a visitantes, 50 a habitantes locais e 20 a comerciantes), para além de existirem 6 gravações de conversas de grupo com população local, feitas ao longo do ano 2015 (Torres et al., 2020).

10 Os inquéritos foram realizados de maneira ininterrupta e todos os dias e em função dos feriados e férias nos lugares de origem. Para a ficha técnica, vd. Torres Feijó (2019, nota 53). Para mais informação, vd. Sotelo, Gamallo & Iriarte (2022) e Cuntín Docampo (2019).

Dentre estes 2081 inquéritos, foram selecionados 252 visitantes para serem entrevistados posteriormente via telefone (em 2015, com um ano de distanciamento, o que permitiu recolher aquilo que de mais substantivo foi guardado na memória dos entrevistados), distribuídos segundo a procedência conforme se recolhe na Tabela 1.

Tabela 1. Proporção de inquéritos e entrevistas telefónicas realizadas, segmentadas por origem

| | Inquéritos | Percentagem | Entrevistas | Percentagem |
|--------------|-------------|----------------|-------------|----------------|
| Galiza | 398 | 19,12% | 47 | 18,65% |
| Espanha | 878 | 42,19% | 92 | 36,51% |
| Portugal | 408 | 19,61% | 54 | 21,43% |
| Brasil | 396 | 19,03% | 59 | 23,41% |
| NR | 1 | 0,05% | 0 | 0,00% |
| Total | 2081 | 100,00% | 252 | 100,00% |

Fonte: Cuntín Docampo (2019)

Relativamente às entrevistas¹¹, a totalidade da amostra utilizada (252 indivíduos entrevistados cuja gravação estava em condições de ser transcrita¹²) conforma um *corpus*, fechado para o presente trabalho, com um total de 1005094 *tokens* distribuídos pelas transcrições das entrevistas como se recolhe na Tabela 2.

Tabela 2. Tamanho do *corpus* e dos *subcorpora* das transcrições das entrevistas

| procedência | <i>tokens</i> | | lemas | relação lemas/tokens |
|--------------|------------------|----------------|---------------|----------------------|
| Brasil | 260.170 | 25,89% | 8.024 | 0,0308 |
| Espanha | 359.998 | 35,82% | 8.954 | 0,0249 |
| Galiza | 200.763 | 19,97% | 8.249 | 0,0411 |
| Portugal | 184.163 | 18,32% | 6.157 | 0,0334 |
| Total | 1.005.094 | 100,00% | 31.384 | 0,0312 |

Fonte: elaboração própria

Nota. Usamos tokens no sentido de n^o total de formas (também as repetidas).

11 Entrevistas semiestruturadas de tipo focalizado (Flick, 2012).

12 O *corpus* é constituído por 271 entrevistas, mas tiveram de ser descartadas 19 entrevistas porque a fraca qualidade da gravação impossibilitou a transcrição das mesmas. Para mais informações sobre o *corpus* das entrevistas e sobre o processo de transcrição das mesmas, vd. Iriarte & Sotelo (2022) e Sotelo, Gamallo & Iriarte (2022).

O maior uso de topónimos por parte dos visitantes galegos a Santiago de Compostela (vd. *infra* gráfico 3) poderá contribuir para a maior variação lexical, entendida aqui no sentido lato de maior uso de lemas por *tokens*¹³. Uma maior variação lexical pode supor uma maior granularidade do texto, no sentido de um maior número de microeventos (Dewaele & Pavlenko, 2003, pp. 124-125) ou um maior número de expressões referenciais (as entidades designadas) mais específicas recolhidas no texto: “Compare ‘he looked at the trees’ with ‘X contemplated the eucalyptus and the pine trees in the garden’” (Dewaele & Pavlenko, 2003, pp. 124).

3. Ferramentas

Técnicas de lexicometria automáticas ou semiautomáticas têm sido usadas em disciplinas como a análise estilística e literária (Deli, 2021; Assunção & Araújo, 2019; Boukhaled, 2016); a análise do discurso (Gobin & Deroubaix, 2010; Käsper & Maurer, 2020); nas ciências da saúde (Benvenuti *et al.*, 2020; Souza *et al.*, 2018; Montalescot *et al.*, 2021) ou na educação (Terrazas, 2016).

No PLN e, em geral, nas Ciências da Computação e em Inteligência Artificial, usam-se ferramentas como as que podemos encontrar na *suite*¹⁴ de ferramentas linguísticas *LinguaKit* (Gamallo & Garcia, 2017; Gamallo *et al.*, 2018), que utilizaremos aqui para o reconhecimento e classificação de entidades nomeadas (neste caso, topónimos). Embora exista uma versão *web*¹⁵ do *LinguaKit*, com uma interface muito fácil de usar, a versão mais robusta requer a execução de *scripts* num terminal (linha de comandos).

Existem outras ferramentas, como *IRaMuteq* (Camargo & Justo, 2013) ou *SketchEngine* (Kilgarriff *et al.*, 2014), bem como pacotes na linguagem de programação R (R Core Team, 2021; Ihaka & Gentleman, 1996; Gillespie, Hibbert & Wagner, 2020; Arnold *et al.*, 2019).

13 O termo e o conceito de diversidade lexical é utilizado em psicolinguística considerando-se apenas o número de lemas correspondentes a palavras lexicais, embora haja uma relativa variedade de índices propostos para o estudo da diversidade lexical ou variação lexical nas investigações sobre aquisição e desenvolvimento da linguagem e ensino de línguas. Malvern *et al.* (2004, pp. 5-6) recolhem alguns exemplos em que se quantificam a gama ou o tipo de palavras diferentes num texto ou conversação: ‘lexical range and balance’; ‘verbal creativity’; ‘vocabulary flexibility’; ‘semantic abilities’; ‘semantic proficiency’ or ‘semantic factors’; ‘language maturity’; ‘elaborated versus restricted codes’; ‘total vocabulary size’; ‘use rare versus frequent words’; ‘readability of a text’; ‘the linguistic complexity of a text’; ‘granularity’ (the degree to which narration is fine-grained and detailed); ‘authorial style’ e vários tipos de perturbações da linguagem.

14 Usa-se o termo *suite* para fazer referência ao termo e ao conceito *software suite*, conjunto de ficheiros e aplicações.

15 <https://linguakit.com>

3.1. LinguaKit

Para realizar a análise lexicométrica proposta das entrevistas utilizamos algumas ferramentas disponibilizadas no LinguaKit (Gamallo & Garcia, 2017), por meio das quais é possível identificarmos entidades mencionadas como antropónimos (NPOSPoo), topónimos (NPooGoo), organizações (NPooOoo) e outros (NPooVoo).

O reconhecimento de entidades nomeadas (Named Entity Recognition: NER) é uma tarefa de PNL, presente também na *suite* LinguaKit, que visa a deteção e classificação de entidades referidas num *corpus* textual. Utiliza estratégias formais (baseadas em regras), como, por exemplo, ocorrências de letras maiúsculas sem ponto precedente ou determinado tipo de estruturas (como “Universidade de Santiago de Compostela”), mas também a grande capacidade de tratamento de informação dos computadores modernos, processando a grande velocidade índices de topónimos, conteúdos estruturados em bases de dados (como a Wikipédia ou a BDpédia), etc.

3.2. LinguaKit-gastro

Na análise lexicométrica automatizada e, em geral, no PLN, é muito importante o pré-processamento do *corpus*, especialmente quando estamos perante transcrições de entrevistas orais, de modo a ultrapassar os problemas devidos à natureza mais ou menos informal dos textos (Cirqueira *et al.*, 2019).

Em engenharia de software, uma bifurcação ou ramificação (em inglês: *fork*) acontece quando um desenvolvedor inicia um projeto independente com base no código de um projeto já existente, ou seja, quando um software é desenvolvido com base em outro, já existente, sem a descontinuidade deste último.

Para resolver problemas de baixa precisão na extração (extração com muito ruído) ou de baixa abrangência (extração com muita perda de informação), os primeiros resultados automáticos foram complementados com algum trabalho semiautomático de categorização (Iriarte & Sotelo, 2022), escolhendo um representante para as várias possíveis formas que ocorrem no texto para se referir ao mesmo conceito (ou, se se preferir, ao mesmo referente)¹⁶:

¹⁶ Os primeiros trabalhos de categorização foram feitos para a área da gastronomia: marisco, frutos do mar, mexilhão, ostra (= marisco) (Iriarte e Sotelo, 2022). Daí o nome da fork (linguaKit-gastro)

Compostela = Santiago de Compostela = Santiago

contemplando, até, casos em que se misturam termos em duas línguas ou na hibridação de ambas:

A Coruña = La Coruña = Coruña = A Corunha

Fisterra = Finisterre = Finisterra

pulpo a la gallega = pulpo á feira = pulpo cocido = pulpo = polbo à feira, polvo, etc.

Selecionando, na interface da página de descarga das entrevistas (vd. Iriarte & Sotelo, 2022), “entidades normalizadas” é possível ter acesso a uma versão das transcrições das entrevistas e em que, por exemplo, todas as ocorrências de *Santiago*, *Compostela*, *Santiago de Compostela* são desambiguadas de modo que

- todas as ocorrências identificadas com *Santiago* são sempre referências ao Apóstolo Santiago;
- todos os *Compostela* são sempre referências ao documento expedido pelo Cabido da Catedral de Santiago de Compostela;
- as referências à cidade de Santiago de Compostela foram sempre normalizadas para *Santiago_de_Compostela*.

4. Análise lexicométrica dos textos

Na lexicometria e em áreas das ciências da computação como a recuperação da informação, uma simples lista de palavras ordenadas por frequência pode ser um bom instrumento para caracterizar um texto ou conjunto de textos. Mas esta informação não é fácil de ler (porque normalmente as listas geradas são muitíssimo extensas) nem de interpretar (porque muitas palavras com alta frequência são banais e pouco representativas, enquanto palavras com baixa frequência, ou com uma única ocorrência, os *hápx*, podem ser bem mais significativas). Um exemplo disso é a Tabela 3, em que recolhemos os vinte primeiros lemas do ficheiro que recolhe a totalidade dos lemas das transcrições das entrevistas a visitantes brasileiros/as (de um total de 6176 linhas).

Tabela 3. Vinte lemas nas entrevistas a brasileiros/as.

| lema | Nº de ocorrências |
|-------|-------------------|
| o | 23639 |
| de | 11523 |
| ser | 11027 |
| que | 9840 |
| eu | 9455 |
| um | 7286 |
| e | 6851 |
| em | 6778 |
| ter | 5017 |
| muito | 3970 |
| gente | 2705 |
| ele | 2683 |
| para | 2588 |
| mas | 2570 |
| a | 2564 |
| ir | 2442 |
| estar | 2293 |
| esse | 2092 |
| fazer | 2075 |
| com | 1996 |

Fonte: elaboração própria.

Nota. Vinte primeiros lemas das entrevistas a visitantes brasileiros/as (de um total de 6176 linhas).

Há, porém, técnicas para tentar encontrar palavras significativas num *corpus* (vd. Iriarte & Sotelo, 2022) ou, quanto menos, candidatos a termos relevantes que o investigador poderá posteriormente analisar. Normalmente, esta relevância lexical é calculada utilizando alguma medida estatística, como é o caso do extrator de palavras-chave do LinguaKit, que seleciona os nomes (comuns e próprios), adjetivos e verbos que são relevantes no texto, comparando a frequência dos candidatos a palavras-chave do *corpus* de estudo com a frequência das mesmas num *corpus* de referência, utilizando a distribuição qui-quadrado (vd. Gamallo & Garcia, 2017). Podemos comparar as 20 palavras mais frequentes recolhidas na Tabela 3 com as 20 palavras-chave (de um total de 500) das transcrições das entrevistas a visitantes brasileiros/as, recolhidas na Tabela 4, em que mais da metade dos lemas podem ser relevantes para algumas análises.

Tabela 4. Primeiras palavras-chave das entrevistas a brasileiras/os.

| Palavras-chave | Keyness |
|------------------------|------------------|
| gente | 8800.67380033107 |
| achar | 4749.21823575596 |
| Santiago de Compostela | 3426.32108150899 |
| né | 2682.7148598396 |
| aqui | 2173.14821014853 |
| ele | 1782.32231398268 |
| saber | 1593.67876502048 |
| gostar | 1514.71533518337 |
| falar | 1507.1435682048 |
| Espanha | 1311.32352863703 |
| Brasil | 1300.8579565143 |
| eu | 1213.64666031309 |
| dizer | 1116.31126215801 |
| ali | 1098.53268400271 |
| Portugal | 1074.11528967704 |
| Caminho | 1053.18629562387 |
| país | 1028.16691134212 |
| novo | 997.425491018072 |
| dever | 975.690542539748 |
| Caminho de Santiago | 934.592168598775 |

Fonte: elaboração própria.

Nota. Keyness: O LinguaKit calcula o peso das palavras-chave (coluna B) tomando em conta a frequência dessa palavra no texto de entrada (dados observados nas entrevistas) e a frequência dela num *corpus* de referência (dados esperados).

Cruzando os dados de frequência da totalidade dos topónimos identificados e classificados pelo LinguaKit (com as tarefas de *named entity recognition* e *named entity classification*) com os resultados da extração das palavras-chave (que inclui também entidades), é possível selecionar os topónimos mais referidos pelas pessoas entrevistadas, como no exemplo do Gráfico 1, relativo a visitantes portugueses e brasileiros, em que os topónimos Portugal, Espanha, Galiza, Santiago de Compostela e Brasil ocupam os quatro primeiros lugares por ordem de frequência.

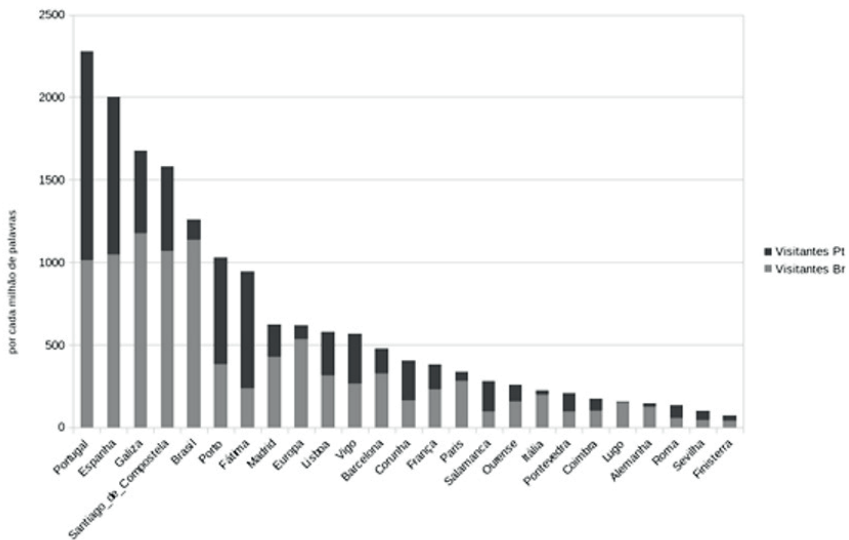


Gráfico 1. Lugares mais referidos por visitantes procedentes de Portugal e do Brasil nas entrevistas.

Para construir os conjuntos de dados estruturados relativos aos topónimos que ocorrem nas entrevistas, foram utilizadas as ferramentas de reconhecimento de entidades nomeadas (NER: *Named Entity Recognition*) e de classificação de entidades nomeadas (NEC: *Named Entity Classification*). A tarefa NER permite-nos identificar “Universidade de Santiago de Compostela” como sendo uma unidade (“Universidade_de_Santiago_de_Compostela”) e a tarefa NEC permite-nos classificar as entidades mencionadas como sendo antropónimos (NPooSPoo), topónimos (NPooGoo), organizações (NPooOoo) e outros (NPooVoo), como já referimos.

Foi a partir desses dados estruturados recolhidos que o grupo de investigação se debruçou sobre questões apresentadas na introdução:

- Os textos produzidos por homens usam mais referências geográficas e espaciais do que os textos produzidos por mulheres?
- A procedência geocultural (Brasil, Portugal, Espanha, Galiza) condiciona o uso de topónimos?
- Os visitantes autoidentificados como peregrinos usam mais referências geográficas?
- O uso de referências geográficas aumenta com o número de visitas à Cidade?

4.1. Referências geográficas e espaciais na linguagem dos homens e das mulheres

Na área da linguística são conhecidos os trabalhos de Lakoff (1973, 1975, 1977), que descreveu, analisou, caracterizou e interpretou a “linguagem das mulheres” não apenas relativamente ao léxico, mas também à estrutura e estilo e a aspetos retóricos e pragmáticos. Uma das conclusões destes trabalhos, que nos interessa particularmente para esta análise, é que as mulheres usam vocabulário especializado dos domínios a que foram relegadas (cozinha, decoração, moda); nomes de cores mais precisos; formas mais suaves (face ao uso de termos fortes ou imprecações); adjetivos emocionalmente marcados; usam perguntas para atenuar a assertividade de uma afirmação direta; fazem pedidos e ordens de forma educada ou delicada, etc. (Aries, 1996, pp. 102-104). Deste modo, o género pode ser um elemento preditivo das TTRs [type–token ratio] para o estudo da variação lexical (Malvern *et al.*, 2004, p. 8).

Contudo, apesar destes trabalhos teóricos, os estudos empíricos parecem não ser conclusivos. A razão parece estar no frequente uso de amostras demasiado pequenas (por outro lado, uma prática muito habitual nos estudos em CHS em que, muito frequentemente, chega-se a determinadas conclusões baseando-se apenas num número reduzido de casos identificados) e na falta de entendimento quanto à maneira como a linguagem deve ser analisada (Newman *et al.*, 2008).

Na área dos estudos psicolinguísticos, têm sido feitas afirmações, particularmente relevantes para este trabalho, no sentido de que uma das características da linguagem masculina é o maior uso de referências geográficas e espaciais (Mulac & Lundell, 1986). É o que parece confirmar a análise lexicométrica das entrevistas a visitantes da cidade de Santiago de Compostela: o maior uso de nomes de lugar por parte dos homens entrevistados (25166 termos por milhão de palavras, face aos 21470 usados nas entrevistas às mulheres), como pode constatar-se no Gráfico 2, em que representamos o número de ocorrências de nomes de lugar por milhão de palavras.

referências geográficas usadas pelos homens e pelas mulheres

(palavras por milhão)

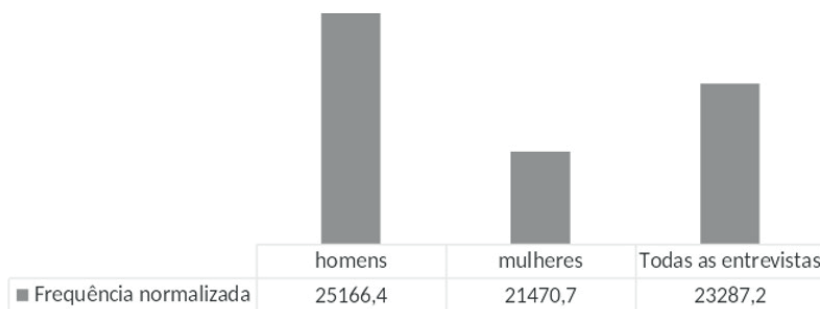


Gráfico 2. Número de referências geográficas usadas por homens e por mulheres nas entrevistas a visitantes de Santiago de Compostela.

4.2. Referências geográficas segundo a procedência geocultural

Quanto ao uso de nomes de lugar por grupos de entrevistados tendo em conta a sua procedência geocultural, as pessoas procedentes da Galiza usam, em termos absolutos, mais topónimos (26146 termos por milhão de palavras), como se pode observar no Gráfico 3. Os topónimos, para além de sinalizar lugares conhecidos, são também conceitos que apontam para referentes familiares e emocionais, de maneira especial para os habitantes locais (Jordan, 2012).

Também pode acontecer que os visitantes de fora da Galiza ponham empenho em memorizar e usar os nomes dos lugares deixando crescer laços emocionais:

For them mentioning or memorising a name means to strengthen “the feel of a place” [...] and to let the emotional tie with it grow. In this function place names are an important factor of “feeling at home” (Jordan, 2012. p. 129).

É assim que talvez possa ser interpretado o maior uso de topónimos por parte dos visitantes portugueses (23781 termos por milhão de palavras).

Relativamente às pessoas procedentes de Espanha, registamos um menor uso de topónimos (21906 termos por milhão de palavras), claramente abaixo da média, o que faz deste grupo de visitantes os menos interessados em identificar o espaço ou estabelecer vínculos com comunidades locais. Também está abaixo da média o número de ocorrência de topónimos usado pelo grupo de pessoas entrevistadas procedentes do Brasil (22317 termos por milhão de palavras), cuja visita se enquadra mais numa viagem intercontinental (*vd. infra* Gráfico 4). Recolhemos estes dados no Gráfico 3.

referências geográficas segundo a procedência geocultural

(palavras por milhão)

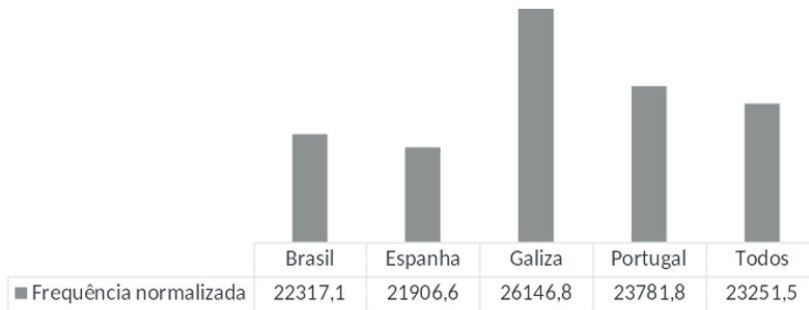


Gráfico 3. Número de referências geográficas usadas segundo a procedência geocultural.

Quanto ao tipo de topónimos (galegos, espanhóis, portugueses, brasileiros, europeus e mundiais) mencionados pelos visitantes, como pode observar-se no Gráfico 4 (coluna azul), os brasileiros e brasileiras referiram um maior número de topónimos europeus e mundiais, tanto globalmente, comparando este dado com os dados relativos aos topónimos europeus e mundiais correspondentes aos visitantes espanhóis, portugueses e galegos, como comparando apenas com os dados relativos às outras tipologias de topónimos citados apenas pelos brasileiros (topónimos brasileiros, portugueses, espanhóis e galegos). Os viajantes procedentes do Brasil enquadram, assim, a visita

a Santiago de Compostela dentro de uma viagem mais alargada a Europa, numa viagem intercontinental.

Relativamente às entrevistas a viajantes portugueses, regista-se um maior número de topónimos portugueses (coluna amarela) e topónimos galegos (coluna verde) dado que a maior parte utilizou algum dos Caminhos Portugueses a Santiago (temos informação, nos inquéritos, de que dos 56 visitantes portugueses entrevistados, 19 fizeram algum dos Caminhos Portugueses e 3 referem explicitamente o Caminho Francês).

Quanto às transcrições das entrevistas dos visitantes espanhóis, regista-se um maior número de topónimos espanhóis (coluna vermelha), seguida de topónimos galegos (coluna verde), também devido ao facto de a maior parte dos visitantes ter percorrido o Caminho Francês a Santiago (temos informação, nos inquéritos, de que dos 92 visitantes espanhóis entrevistados, 43 fizeram o Caminho Francês ou outro por terras de Espanha e da Galiza e apenas 1 refere que fez o Caminho, mas sem explicitar qual).

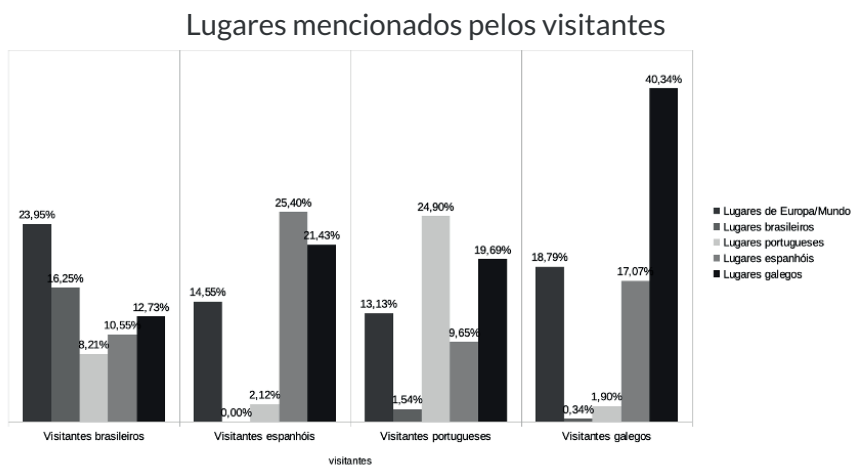


Gráfico 4. Tipologia dos lugares referidos pelas pessoas que visitam Santiago de Compostela

Relativamente aos visitantes galegos, para além de usarem um maior número de topónimos em termos absolutos, como se pode observar no Gráfico 3, os topónimos usados são maioritariamente topónimos galegos

(40% dos registados), confirmando assim, como já foi referido, um maior uso de referentes familiares e emocionais por parte dos habitantes locais (Jordan, 2012).

4.3. Referências geográficas usadas pelas pessoas que visitaram a cidade autoidentificadas, ou não, como sendo peregrinas

Com base nos dados disponíveis nos inquéritos, relativos às mesmas pessoas entrevistadas, realizados em 2013-2014, as pessoas entrevistadas autoidentificaram-se como sendo peregrinas ou não peregrinas como segue:

- **P121. É peregrino?**
 2. Não: 167 pessoas entrevistadas;
 1. Sim: 85 pessoas entrevistadas.

Os visitantes autoidentificados como não sendo peregrinos utilizam ligeiramente mais topónimos (24328 termos por milhão de palavras) do que os que se identificam como sendo peregrinos (21328 termos por milhão de palavras), como pode observar-se no Gráfico 5.

referências geográficas usadas pelos peregrinos e os não-peregrinos

(palavras por milhão)

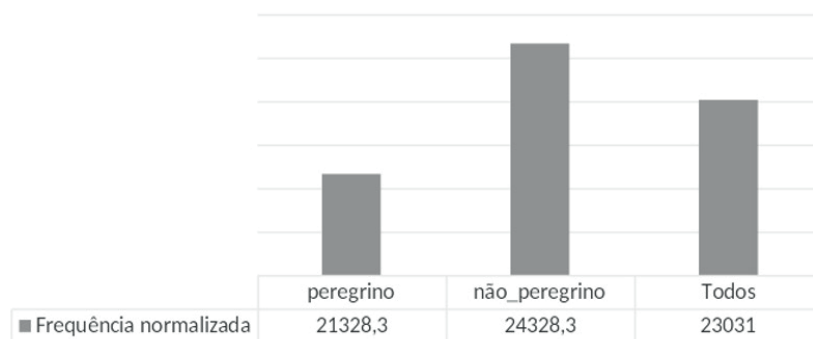


Gráfico 5. Número de referências geográficas usadas pelos visitantes peregrinos e os não-peregrinos a Santiago de Compostela.

Os dados parecem confirmar a hipótese de que a principal preocupação dos peregrinos é alcançar uma meta (focada na Catedral), não visitar a cidade (Torres, 2019), sendo a principal preocupação ao longo das jornadas onde comer e onde pernoitar, não a comunidade local, com a sua cultura e toponímia.

Os visitantes não autoidentificados como sendo peregrinos poderão, por contra, ter outros interesses, para além do itinerário mesmo e da preocupação de alcançar a meta, fixada na Catedral. Evidentemente, estamos a falar de indícios que parecem confirmar esta hipótese, sem querer afirmar, para já, uma clara conexão de causa-efeito entre o número de topónimos usados nas entrevistas pelos visitantes e o facto de se identificarem, ou não, como sendo peregrinos.

4.4. Referências geográficas usadas na primeira visita e nas visitas posteriores

Novamente foram utilizados os dados disponíveis nos inquéritos, relativos às mesmas pessoas entrevistadas, realizados em 2013-2014, para criar dois *sub-corpora* das entrevistas: o correspondente às pessoas que visitaram Santiago de Compostela por primeira vez e o grupo das pessoas que já tinham estado na cidade. Os dados retirados dos inquéritos permitiram-nos identificar dentre as 252 entrevistas transcritas (*cf. supra* nota 5), 85 pessoas entrevistadas como tendo viajado por primeira vez à cidade e 153 para os quais já não era a primeira visita (2 das pessoas entrevistadas responderam NR e não há dados relativos a 12 entrevistas transcritas):

- **P02. Antes desta visita, quantas vezes esteve em Santiago de Compostela?**
 - 1 É a primeira vez: 85 pessoas entrevistadas;
 - 2 < 1 vez/ano: 89 pessoas entrevistadas;
 - 3 1 vez/ano: 19 pessoas entrevistadas;
 - 4 > 1 vez/ano: 45 pessoas entrevistadas;
 - 9 NR: 2 pessoas entrevistadas.
 - (sem dados: 12 pessoas entrevistadas)

Foram registados significativamente menos topónimos nas entrevistas às pessoas que visitaram Santiago de Compostela pela primeira vez (10484 termos por milhão de palavras) do que os registados nas entrevistas de pessoas que repetiam a visita à Cidade (26741 termos por milhão de palavras), como pode observar-se no Gráfico 6.

referências geográficas usadas na primeira visita vs visitas posteriores (palavras por milhão)

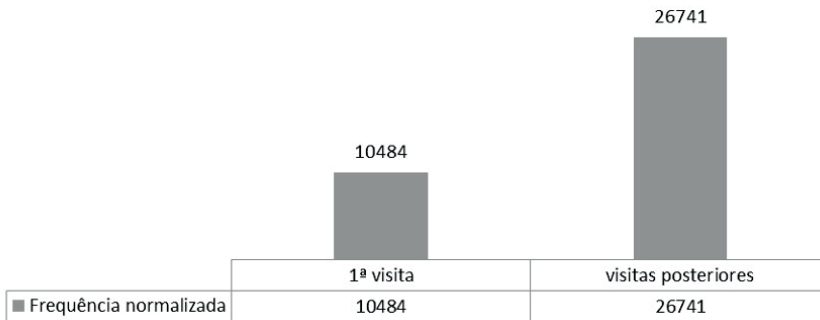


Gráfico 6. Número de referências geográficas usadas pelas pessoas que visitaram Santiago de Compostela pela primeira vez e das pessoas que repetiam a visita à Cidade.

A familiarização com um determinado lugar pode criar laços emocionais não apenas nos habitantes e os naturais, mas também em visitantes que “found a certain emotional relation to a place, e.g. as frequent vacationers” (Jordan, 2012. p. 129). Um maior número de visitas a Santiago de Compostela implica um maior uso de topónimos relativos à Cidade, à Galiza, bem como a outros lugares por onde passa o Caminho, confirmando-se, assim, um processo de familiarização com o espaço que se reflete num maior impacto, ou maior retenção, nos visitantes dos nomes dos lugares.

Esse processo de familiarização com o espaço poderá ser, também, um indício de um aumento da relação dos visitantes com a comunidade local e uma mudança no tipo de consumos, em sentido lato, explicados por uma eventual maior proximidade das pessoas visitantes às comunidades locais, relativamente à sua primeira visita. Em futuras investigações será testada a utilidade destas metodologias aqui apresentadas para a elaboração de hipóteses sobre usos e consumos dos visitantes a Santiago de Compostela como efeito de um maior ou menor interesse pela comunidade local nos diferentes grupos de visitantes estabelecidos com base nos dados disponíveis nos inquéritos (idade, género, procedência geocultural, nível de estudos, autoidentificação ou não como sendo peregrino) e suas possíveis combinações.

5. Conclusão

A metodologia tradicional na investigação em CHS baseada na leitura dos textos, em que o conhecimento prévio e a intuição do investigador ou investigadora desempenham um papel primordial, já não é suficiente. Sem o recurso a provas baseadas em *corpora* ou a dados quantitativos, e sem a disponibilidade pública dos dados, brutos e estruturados, as possibilidades de qualquer exercício de falseabilidade, tanto das análises quantitativas como qualitativas, ficam seriamente comprometidas (Iriarte & Sotelo, 2022; Pazos & Iriarte, 2016).

A utilização de métodos automáticos e semiautomáticos na análise lexicométrica, aproveitando ferramentas estatísticas e de PLN, permite trabalhar com grandes volumes de dados (inabarcáveis utilizando métodos manuais) encontrando padrões ou constatar a ausência dos mesmos. Mais importante ainda é que essas análises que poderão ser replicadas (se os dados, brutos e estruturados, forem tornados públicos, como acabamos de afirmar), ultrapassando assim a mera crítica impressionista, baseada apenas nas leituras teóricas do investigador, mais subjetiva e com maior risco de enviesamento. A partir dos dados recolhidos e posteriormente estruturados, são feitas, só depois, as possíveis interpretações dos mesmos e a formulação de hipóteses, aproveitando o conhecimento prévio dos investigadores.

O registo de um maior número de ocorrências de topónimos nas transcrições das entrevistas feitas aos homens do que nas feitas a mulheres parece confirmar a hipótese de que um maior uso de referências geográficas e espaciais é uma das características da linguagem masculina (Mulac & Lundell, 1986).

Quanto ao uso de nomes de lugar por grupos de entrevistados tendo em conta a sua procedência geocultural, os visitantes de Santiago de Compostela procedentes da Galiza usam, em termos absolutos, mais topónimos, sendo estes maioritariamente topónimos galegos, referentes mais familiares e emocionais para os habitantes locais (Jordan, 2012). Nas entrevistas a visitantes procedentes de Portugal regista-se um maior número de topónimos portugueses, seguidos pelos topónimos galegos, o que se explica pelo facto de a maior parte ter utilizado algum dos Caminhos Portugueses a Santiago. As entrevistas a visitantes procedentes do Brasil e, em último lugar, de Espanha são os que registam um menor uso de topónimos.

Registamos mais nomes de lugar nas entrevistas a visitantes autoidentificados como não sendo peregrinos do que nas entrevistas a visitantes autoidentificados como sendo peregrinos, o que parece confirmar a hipótese de

que a principal preocupação dos peregrinos ao longo do itinerário é onde comer e onde pernoitar, sem mostrar grande interesse pela comunidade local, com a sua cultura e toponímia. Já na cidade, o objetivo é alcançar a meta, a catedral, e não tanto visitar a cidade. Os visitantes autoidentificados como não sendo peregrinos poderão, por contra, ter outros interesses, para além do itinerário e a catedral como meta.

Foram registados significativamente menos topónimos nas entrevistas às pessoas que visitaram Santiago de Compostela pela primeira vez do que nas entrevistas a pessoas que repetiam a visita à cidade no que parece ser uma maior familiarização com o espaço e, também, um indício de um aumento da relação dos visitantes repetentes com a comunidade local.

Será objeto de futura investigação averiguar se, com as metodologias aqui apresentadas, é possível a extração de dados que permitam confirmar algumas hipóteses sobre uma eventual maior ou menor presença da comunidade local e da sua cultura, assim como possíveis mudanças nos usos dos espaços e nos consumos, em sentido lato, nos discursos dos diferentes grupos de visitantes estabelecidos com base nos dados disponíveis nos inquéritos (idade, género, procedência geocultural, nível de estudos, autoidentificação ou não como sendo peregrino) e suas possíveis combinações.

Financiamento: O presente trabalho integra o projeto “Narrativas, usos e consumos de visitantes como aliados ou ameaças para o bem-estar da comunidade local: o caso de Santiago de Compostela” (Ref: FFI2017-88196-R), parcialmente subsidiado pelo Ministerio de Ciencia, Innovación y Universidades e os Fundos FEDER.

Agradecimentos: Os autores gostariam de agradecer aos colegas da Rede Galabra os contributos para a análise dos dados apresentados e a leitura crítica do primeiro esboço deste texto, de maneira especial a Elías Torres e Roberto Samartim.

Referências

- ARIES, E. (1996). *Men and Women in Interaction: Reconsidering the Differences*. New York/Oxford: Oxford University Press.
- ARNOLD, T., Ballier, N., Lissón, P. *et al.* (2019). Beyond lexical frequencies: using R for text analysis in the digital humanities. *Lang Resources & Evaluation*, 53, 707–733. <https://doi.org/10.1007/s10579-019-09456-6>
- ASSUNÇÃO, C., & Araújo, C. (2019). A Lexicometric Analysis of the Poems from “O Guardador de Rebanhos”. *Acta Scientiarum. Language and Culture*, 41(1).
- BENVENUTI, N., Bolioli, A., Mazzei, A., Vigorelli, P. & Bosca, A. (2020). The “Corpus Anchise 320” and the Analysis of Conversations between Healthcare Workers and People with Dementia. In *Proceedings of the Seventh Italian Conference on Computational Linguistics*. Seventh Italian Conference on Computational Linguistics, Bologna, Italy.
- BERGSTROM, C. T., & West, J. D. (2020). *Calling bullshit: the art of skepticism in a data-driven world*. New York: Random House.
- BOUKHALED, M. A. (2016). *On Computational Stylistics: mining Literary Texts for the Extraction of Characterizing Stylistic Patterns* [Thèse de Doctorat, Université Pierre et Marie Curie]. <https://tel.archives-ouvertes.fr/tel-01535586/document>
- BRAÑA, L. (2016). Informe metodolóxico do observatorio a visitantes do municipio de Santiago. Universidade de Santiago de Compostela. Informe técnico.
- CAMARGO, B. V., & Justo, A. M. (2013). Iramuteq: um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas em Psicologia*, 21(2), 513–518.
- CIRQUEIRA, D., Fontes Pinheiro, M., Jacob, A., Lobato, F., & Santana, A. (2019). A Literature Review in Preprocessing for Sentiment Analysis for Brazilian Portuguese Social Media. *Proceedings – 2018 IEEE/WIC/ACM International Conference on Web Intelligence*, WI 2018, 746–749. <https://doi.org/10.1109/WI.2018.00008>
- CUNTÍN DOCAMPO, L. G. (2019). Labores de asesoramento, recollida e rexistro mediante enquisa, e tratamento de información para o Grupo Galabra en relación co proxecto «Discursos, imágens e prácticas culturais de Santiago de Compostela como meta do Caminho» no ciclo 2014-2019. Informe técnico.
- D’IGNAZIO, C. & Klein, L. (2020). *Data Feminism*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press.
- DELI, Zs. P. (2021). The lexical analysis of two works by Ernest Hemingway and F. Scott Fitzgerald. *Porta Lingua*, 2021/1, 199-209.
- DEWAELE, J. & Pavlenko, A. (2003). Productivity and Lexical Diversity in Native and Non-Native Speech: A Study of Cross-cultural Effects. In V. Cook (Ed.), *Effects of the Second Language on the First* (pp. 120-141). Bristol, Blue Ridge Summit: Multilingual Matters. <https://doi.org/10.21832/9781853596346-009>
- FLICK, U. (2012). *Introducción a la investigación cualitativa*. 2ª ed. Madrid: Ediciones Morata.

- GAMALLO, P. & Garcia, M. (2017). LinguaKit: Uma ferramenta multilingue para a análise linguística e a extração de informação. *Linguamática*, 9(1), 19–28. DOI: <https://doi.org/10.21814/lm.9.1.243>
- GAMALLO, P., Garcia, M., Piñeiro, C., Martínez-Castaño, R., & Pichel, J.C. (2018). LinguaKit: A Big Data-Based Multilingual Tool for Linguistic Analysis and Information Extraction. *Fifth International Conference on Social Networks Analysis, Management and Security (SNAMS)*, 239–244. DOI: 10.1109/SNAMS.2018.8554689.
- GILLESPIE, B. J., Hibbert, K. C. & Wagner, W. E. (2020). *A Guide to R for Social and Behavioral Science Statistics*. Los Angeles: SAGE Publications.
- GOBIN, C. & Deroubaix, J. (2010). Mots, fréquence et réseaux dans le discours politique. Analyse lexicométrique, méthode et illustration dans deux corpus de textes européens. *Sociolinguistic Studies*, 3(2), 203–227.
- IHAKA, R., & Gentleman, R. (1996). R: A language for data analysis and graphics. *Journal of Computational and Graphical Statistics*, 5(3), 299–314.
- IRIARTE, A. & Sotelo, S. (no prelo). Análise lexicométrica: algumas técnicas aplicadas a entrevistas a visitantes de Santiago de Compostela. In I. Caamaño & R. Samartim (Eds.), *Cidades, turismo e caminhos de Santiago / Ciudades, turismo y caminos de Santiago*. Santiago de Compostela: Andavira, 2022.
- JORDAN, P. (2012). Place names as ingredients of space-related identity. In B. Helleland, C.-E. Ore, & S. Wikstrøm (Eds.), *Names and Identities, Oslo Studies in Language* 4(2), 117–131.
- KÄSPER, M. & Maurer, L. (2020). Starting Points in French Discourse Analysis' Lexicometry to Study Political Tweets. *Proceedings of the Digital Humanities in the Nordic Countries*, 379–387.
- KILGARRIFF, A., Baisa, V., Bušta, J., Jakubiček, M., Kovář, V., Michelfeit, J., et al. (2014). The sketch engine: Ten years on. *Lexicography*, 1(1), 7–36.
- LAKOFF, R. (1973). Language and woman's place. *Language in Society*, 2, 45–79.
- LAKOFF, R. (1975). *Language and woman's place*. New York: Harper and Row.
- LAKOFF, R. (1977). Women's language. *Language and Style*, 10, 222–247.
- LÓPEZ, Z., Samartim, R., Iriarte, A., Pazos-Justo, C., Bello, R., & Sotelo, S. (2020). *Visitar, Comerciar e Habitar a Cidade. Desenvolvimento do proxecto expositivo e participación social en Santiago de Compostela*. Santiago de Compostela: Andavira.
- MALVERN, D., Richards, B., Chipere, N., & Durán, P. (2004). *Lexical Diversity and Language Development. Quantification and Assessment*. New York: Palgrave Macmillan.
- MONTALESCOT, L., Rascle, N., Combe, C. & Untas, A. (2021). Patients' experience one year after dialysis initiation: a lexicometric analysis. *Health Psychology and Behavioral Medicine*, 9:1, 380–397.
- MULAC, A., & Lundell, T. L. (1986). Linguistic contributors to the gender-linked language effect. *Journal of Language & Social Psychology*, 5, 81–101.
- NEWMAN, M. L., Groom, C. J., Handelman, L. D. & Pennebaker, J. W. (2008). Gender Differences in Language Use: An Analysis of 14,000 Text Samples. *Discourse Processes*, 45, 211–236.

- PAZOS, C. & Iriarte, A. (2016). Práticas de investigação e metodologias nas ciências sociais e humanas: inevitabilidades e possibilidades. In A.G. Macedo, C. Sousa & V. Moura (Eds.), *XVII Colóquio de Outono – Outros mapas. Linguagem, migração, diáspora* (pp. 253-260) (Braga, Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho, 4-5 de dezembro de 2003); Braga: Centro de Estudos Humanísticos. RepositoriUM: <http://hdl.handle.net/1822/44505>
- PERDACHER, M. A (2016). LeMATo – LexicoMetric Analysis TOol [Master thesis, University of Vienna]. Universität Wien Repository. <https://theses.univie.ac.at/detail/36399> DOI: 10.25365/thesis.41123.
- R CORE TEAM (2021). *R: A language and environment for statistical computing*. R Foundation for Statistical Computing, Vienna, Austria. <https://www.R-project.org/>.
- SOKAL, A. & Bricmont, J. (1999). *Imposturas intelectuais*. Lisboa: Gradiva.
- SOTELO, S., Gamallo, P., & Iriarte, A. (no prelo). Un corpus *gold standard* multilingüe para reconocimiento de entidades nombradas.
- SOUZA, M.A., Wall, M., Thuler, A.C., Lowen, I.M. & Peres, A. (2018). The use of IRAMUTEQ software for data analysis in qualitative research. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 52, 52, e03353. <https://doi.org/10.1590/s1980-220x2017015003353>
- TERRAZAS, W. (2016). Análisis lexicométrico aplicado al estudio de las concepciones de aprendizaje. *Educación en Revista*, 61, 241-255.
- TORRES FEIJÓ, E., Del Rio Araújo, M.L., Carral Vilariño, E., Rodríguez Prado, M. F., Pichel Iglesias, I. (2020). *A Cidade, o caminho e nós. Desenvolvimento do proxecto expositivo e participação social en Santiago de Compostela*. Santiago de Compostela: Andavira.
- TORRES FEIJÓ, E. J. (2019). *Bem-estar comunitário e visitantes através do Caminho em Santiago. Grandes narrativas, ideias e práticas culturais na cidade*. Santiago de Compostela: Andavira.

PATRIMONIALIZACIONES NEOEXTRACTIVISTAS: NUEVAS FORMAS DE DESPOJO EN ABYA YALA

NEOEXTRACTIVIST PATRIMONIALIZATIONS:
NEW FORMS OF DISPOSSESSION IN ABYA YALA

Carina Jofré*

centrodeestudiosceiaa@gmail.com

Mi trabajo plantea que los caminos patrimonializados en Abya Yala – bajo distintas figuras, rutas, itinerarios, etc. – funcionan como construcciones políticas neoextractivistas en las que se conectan viejos y nuevos modelos políticos y expectativas de desarrollo y comercialización regional, cuyo origen se remonta a la política de integración multilateral en Europa a finales del siglo pasado. Desde una crítica ontológica, epistémica y política de la producción de patrimonios neoextractivistas, el trabajo aporta elementos conceptuales para observar cómo es que las políticas patrimoniales y sus procesos de patrimonialización también participan activamente en la definición de escalas globales de regionalización del capitalismo contemporáneo fomentando procesos de despojo.

Palabras claves: patrimonializaciones neoextractivistas, políticas de integración regional, procesos de desposesión.

My work proposes that the patrimonialized roads in Abya Yala – under different figures, routes, itineraries, etc. – function as neo-extractivist political constructions that connect old and new political models and expectations of regional development and commercialization, whose origin dates back to the politics of multilateral integration in Europe. Adopting an ontological, epistemic and political critique of the production of neo-extractivist heritage, this paper provides conceptual elements to observe how non-extractivist

* Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET), Universidad Nacional de San Juan, San Juan, Argentina.

patrimonialization processes also actively participate in the definition of global scales of regionalization of contemporary capitalism, encouraging dispossession processes.

Keywords: Neo-extractivist patrimonializations, regional integration policies, dispossession processes.

1. Introducción

En abril de 2019 el titular de un diario llamó mi atención: “En un operativo inédito, sacan del país 100 toneladas de mercurio de la mina Veladero”¹. La nota explicaba que:

En un operativo logístico de grandes dimensiones, comenzó el transporte de 100 toneladas de mercurio de la mina Veladero, en San Juan, hasta el puerto de Santo Antonio, en Santiago de Chile. El residuo contaminante, que era almacenado en estado líquido desde 2012, viaja en botellones de acero, colocados en contenedores, que son transportados en camiones. Pasará por seis provincias del noroeste argentino y nueve países hasta llegar a su destino final en una mina de sal en Alemania, donde quedará sepultado.

Estas conexiones posibilitadas por los caminos físicos que entran las rutas del despojo y la contaminación delinear el escenario neoextractivista – cotidiano en Argentina – y desde el cual reflexiono acerca de las rutas y los caminos patrimoniales. Por eso, la etnografía que practico es una investigación situada en la frontera de los conocimientos producidos en estos territorios de sacrificio, en el sentido encarnado de la perspectiva feminista (Haraway, 2021) y, a la vez, adopta un diseño multiescalar con posiciones de observación multisituadas en múltiples niveles del trabajo de investigación (Marcus, 2018) combinando distintos campos de conocimiento como aquellos procedentes de la arqueología, antropología y ecología política. La premisa principal de este trabajo plantea que los caminos patrimonializados en Abya Yala – bajo distintas figuras, rutas, itinerarios, etc. – funcionan como construcciones políticas neoextractivistas en las que se conectan viejos y nuevos modelos políticos y expectativas de desarrollo y comercialización regional, cuyo origen se remonta a la política de integración multilateral en Europa a finales

1 Mina Veladero: “En un operativo inédito, sacan del país 100 toneladas de mercurio de la mina Veladero”. Nota publicada por el Diario Clarin.com/ Sección Sociedad, el día 24/04/2019. Disponible en https://www.clarin.com/sociedad/operativo-inedito-sacan-pais-100-toneladas-mercurio-mina-veladero_o_CyG7_nOpG.html (Visitado por última vez el 1 de junio 2021).

del siglo pasado. Desde este punto de vista, las rutas patrimoniales e itinerarios culturales mundiales son los “camino del neoextractivismo en Abya Yala” formando parte activa de la “estructura contemporánea del despojo” (Galeano, 2004), en nuestros cuerpos-territorios.

Siendo esta una compilación de trabajos propuestos en el *Congreso Internacional Comunidades Locais e Caminhos de Santiago*², efectuado en Santiago de Compostela (Galicia, España) en 2021, es importante señalar aquí el uso que hago del concepto de Abya Yala, en este caso, para referirme a un territorio amplio que abarca todo el actual Continente Americano, y cuya historia de colonización europea es disímil y heterogénea. Originalmente el término proviene del Pueblo Cuna (habitantes del actual Panamá), quienes denominan el continente como “tierra en plena madurez”. Takir Mamani, líder indianista aymara, propuso hace varios años atrás que el concepto de Abya Yala sea empleado por todos los Pueblos Indígenas del continente, considerando que “llamar con un nombre extraño nuestras ciudades, pueblos y continentes equivale a someter nuestra identidad a la voluntad de nuestros invasores y a la de sus herederos”. En la actualidad varios Pueblos y Comunidades Indígenas en Sudamérica adoptamos el concepto adhiriendo a un proyecto mayor de descolonización de nuestras lenguas y de las percepciones de los territorios habitados antes de la llega europea.

En líneas generales en este trabajo propongo observar cómo es que las políticas patrimoniales y sus procesos de patrimonialización también participan activamente en la definición de estas escalas globales de regionalización, dentro de articulaciones capitalistas complejas, como son las rutas del denominado modelo socioterritorial neoextractivista en Sudamérica (Acosta, 2012; Gudynas, 2011; Lander, 2018; Svampa, 2019), y lo hace a través de la producción de artefactos patrimoniales adecuados a la lógica de reproducción ampliada del capital, tales como son las rutas patrimoniales e itinerarios culturales transnacionales. Esto vincula la producción de patrimonios con las políticas de integración regional y la construcción de infraestructura a pedido de las bancas de crédito internacional, tema bastante desatendido en la bibliografía especializada en temas del patrimonio. Desde una perspectiva

2 Este trabajo es una versión de la conferencia realizada en la Plenaria de cierre del *Congreso Internacional Comunidades Locais e Caminhos de Santiago. Ameaças e alianças*, celebrado del 27 al 30 octubre de 2021 en Santiago de Compostela, Galicia. Aquella conferencia efectuada virtualmente se tituló originalmente: “Incomodando desde Abya Yala. Notas, reflexiones y preguntas para reconocer las patrimonializaciones neoextractivistas”.

regional considero que los procesos patrimoniales contemporáneos en Abya Yala favorecen el trabajo de rediseño de las geograffias nacionales afectando también profundamente las regiones del mundo en sus diversas escalas, en el marco de los procesos de desterritorialización del capital. La perspectiva regional de las patrimonializaciones globales requiere de una crítica al Estado-capitalismo-patriarcado, y especificidad etnográfica de los procesos, tramas y actores que la constituyen, en particular una descripción clara de los procesos contemporáneos que definen las nuevas formas de la geopolítica mundial y regionalizada, en constante cambio y dinamismo. La perspectiva regional de los procesos de patrimonialización que propongo reconoce que los procesos de globalización también suponen la regionalización de las economías capitalistas financieras. Rogério Haesbaert (2019, p.16) explica que:

involucran a los “grandes” sujetos que pretenden dar las cartas y definir los rumbos del capital financiero, de la especulación en diferentes niveles y de la mercantilización generalizada. En nombre de una lógica individualista-contable mundial, este movimiento propone, de alguna manera, integrar las distintas áreas del planeta “regionalizando”, sobre todo, en la forma que mejor conviene a sus estrategias geográficas de circulación, acumulación y dominación. Pero, es claro, este movimiento siempre se articula, de forma contradictoria y/o ambivalente, con un proceso que podemos denominar contra-hegemónico.

En este artículo intentaré mostrar cómo es que en Argentina, y en particular en la Provincia de San Juan, los caminos patrimoniales del Qhapac Ñan son parte constitutiva de la forma territorial que adquiere el saqueo neoextractivista y su forma y dinámicas de expansión se corresponden con los proyectos de políticas económicas regionales. Es importante también subrayar que, desde mi perspectiva, estos patrimonios producidos por el capitalismo contemporáneo no están en tensión con estas dinámicas depredatorias, puesto que les sirven de fundamento para su ampliación y profundización extractivista. Al punto que en muchos lugares del planeta, como en Suramérica, son la punta de lanza de la avanzada del frente estatal-capitalista-patriarcal-extractivista.

2. Situando la perspectiva

Desde hace varios años vengo explorando en la investigación la relación entre los patrimonios y neoextractivismos. Originalmente comencé estudiando etnográficamente las formas de patrimonialización de lugares o territorios

con memorias de un pasado indígena en el norte de la Provincia de San Juan (República Argentina), esto fue cerca del año 2005-2006 – en el marco de mi investigación doctoral – movilizaba por conocer e indagar en las historias de pueblos y comunidades afectados a nuevos proyectos estatales-capitalistas y en las cuales reconocía la marca colonial en la propia historia de mi familia. En esos años se instalaba y empezaba a explotar la Mina Veladero, un yacimiento de oro concesionado a la mal reputada empresa transnacional canadiense Barrick Gold³. Eso dio lugar a mi beca posdoctoral en el año 2012-2013 cuando decidí centrarme en estudiar las relaciones entre estas patrimonializaciones y los proyectos de minería a gran escala⁴. Hacia esa época ya había notado que estas exploraciones y explotaciones mineras contemporáneas ocurrían mucho más que la destrucción de ruinas y lugares de memoria indígena, tema que convocaba la atención de mis investigaciones. Allí sucedía una transformación o reconfiguración de territorios, cuerpos, subjetividades y emociones que, a la vez, requería de una acelerada producción patrimonial.

En esa época me acerqué muy ingenuamente a un tema que se fue convirtiendo en una preocupación mucho más importante de lo que advertí inicialmente. Ese acercamiento en principio desacoplaba el patrimonio del

3 Ver el libro *Negro Canadá. Saqueo, corrupción y criminalidad en África* (2008), del autor Alain Deneault, en colaboración con Delphine Abadie y William Sacher, quienes expusieron una investigación que desnuda el rol de Barrick Gold en los contextos bélicos genocidas en África. Desplegando una aplastante violencia empresarial para censurar a los autores del libro, Barrick Gold los demandó por la suma de 6 millones de dólares, sacando de circulación la versión publicada por Ecososieté.

4 Estas investigaciones fueron realizadas con apoyo del Consejo Nacional de Investigaciones Científica y Técnica – de la Argentina – (CONICET), a través de distintos proyectos de becas doctorales obtenidas entre 2006-2011. Posteriormente, a través del proyecto de beca posdoctoral CONICET (2012-2015) “Procesos de patrimonialización de lugares de memoria indígena en contextos megamineros del Norte de la provincia de San Juan” y a través del proyecto de investigación (2012-2016, Id 02/H264) “Territorios en disputa: Procesos de patrimonialización y contra-patrimonialización de lugares de memoria indígena en la provincia de San Juan (Rep. Argentina)”. Este último fue acreditado y financiado por la Secretaría de Ciencia y Tecnología de la Universidad Nacional de Catamarca (Resolución Rectoral 265/12). Durante el período 2016-2018, las investigaciones se realizaron a través del proyecto de CIC-CONICET (2016-2018) “Ontologías de lo real: estudios acerca de la construcción de conocimientos y saberes en espacios fronterizos o zonas de contacto intercultural (Prov. de San Juan, Rep. Argentina)”. Estas investigaciones se vieron también potenciadas entre 2015-2016 por una estancia posdoctoral realizada en el Departamento de Antropología de la Universidad del Cauca, Popayán, Colombia, bajo la dirección de Cristóbal Gnecco, para desarrollar el plan de formación e investigación “Pueblos indígenas, memoria, patrimonio y procesos socioeconómicos globales”, estancia lograda con ayuda del Programa de Financiamiento de Estancias Cortas en el Exterior del CONICET, que incluyó una colaboración con la Universidad Autónoma Indígena Intercultural (UAIIN) del Consejo Regional Indígena del Cauca (CRIC) para conocer y compartir experiencias de luchas contra los neoextractivismos en Colombia y Argentina.

extractivismo. Es decir asumía que existían procesos y políticas patrimoniales culturales y arqueológicas, mientras que por otro lado, supuestamente, ocurrían extractivismos mineros que hacían converger a las dinámicas institucionales estatales desde donde se administraban los patrimonios (Jofré, 2015). En los últimos años, la relación cotidiana en distintos espacios de activismo social (comunidades indígenas, asambleas socioambientales y activismos académicos)⁵ me ofrecieron el anclaje territorial necesario para ampliar mi conocimiento de las tramas del neoextractivismo como un modelo socioterritorial, permitiéndome revisar sesudamente muchas limitaciones de la teorización académica disciplinaria, en particular en la antropología-arqueología para abordar las relaciones entre los procesos patrimoniales y las dinámicas capitalistas contemporáneas (Jofré & Gnecco, 2022).

De este modo mis propuestas aquí vertidas se inscriben en un largo proceso de investigaciones realizadas durante más de una década, efectuadas en la provincia de San Juan, República Argentina, y que entienden los procesos de patrimonialización contemporáneos como nuevas formas imperceptibles del despojo y la violencia (Jofré, 2017a, 2019). Sostengo que estos procesos patrimoniales, sus políticas, dinámicas y dispositivos de poder, persiguen la reconversión de todo espacio de la vida (cuerpos-territorios, memorias y sus relacionalidades), en nuevos espacios de reproducción y explotación capitalista, y en nuestras geografías sudamericanas lo hacen ampliando las fronteras de reproducción del capitalismo en su forma neoextractivista, a partir de lo cual propuse el concepto de “patrimonializaciones neoextractivistas” (Jofré, 2019a, 2022a, 2022b, 2022c) para denominar a estas nuevas formas de producción cultural patrimonial íntimamente afectadas por las nuevas formas del imperialismo capitalista.

La patrimonialización de caminos incaicos empezó a ser de interés en Argentina cerca del año 2003, misma época en que las explotaciones de minería a gran escala operadas por empresas transnacionales empezó a ser

5 Me refiero a mi participación en organizaciones indígenas en Argentina, en particular como miembro de la Comunidad Warpe del Territorio del Kuyum (Comunidad Warpe del territorio del Kuyum | Facebook), y participación y colaboración con asambleas socioambientales en provincias argentinas como Catamarca, San Juan y La Rioja, también como miembro de la red de mujeres y disidencias Feministas Antiextractivistas del Sur (Feministas Antiextractivistas Del Sur | Facebook), y los activismos académicos vinculados en particular a los estudios críticos del patrimonio promovidos desde la Red de Información y Discusión en Arqueología y Patrimonio. La RIDAP, un colectivo de análisis crítico integrado por investigadores/as, activistas, indígenas, organizaciones y movimientos sociales y grupos de trabajo interesados en desmontar los imaginarios modernos que construyen la relación patrimonio + cultura + identidad + memoria + territorios (<https://ridap.org/>).

una problemática socioambiental y política evidente en el país, producto del alza de las *commodities*⁶ en las bolsas financieras (Svampa, 2012), en especial la subida del valor de minerales metalíferos como el oro, la plata y el cobre. Las siete provincias anexadas al Proyecto Qhapac Ñan, originalmente propuesto desde Perú, también convergían fuertemente al interés por la explotación a gran escala de minerales metalíferos (oro, plata, cobre, litio, etc.) y radioactivos (uranio). En San Juan, una de esas siete provincias, los caminos incaicos habían sido documentados por la arqueología desde la década del 60-70 del siglo XX, pero nunca habían sido objeto de iniciativas de patrimonialización ni apuestas turísticas estatales de envergadura.

Aquel interés nació de relaciones políticas diplomáticas orquestadas por iniciativas promovidas desde Perú y desde el propio del Centro del Patrimonio Mundial con sede en París, donde se inició el trabajo de construir la arquitectura piramidal de gestión del Qhapac Ñan (Rendón Puertas, 2017; Sanz, 2012). El nombre fue tomado de la narrativa arqueológica construida por John Hyslop en su libro de 1984, publicado originalmente en inglés con el título: *The Inka Road System*. Entrado el siglo XXI, y sobre la teorización arqueológica de Hyslop, se puso en marcha un proyecto multiescalar que abarcó la patrimonialización de tramos de caminos utilizados en épocas de los incas y que dio origen a la clasificación del “Sistema Vial Andino”, el más importante del mundo indígena precolonial en Sudamérica (Ministerio de Cultura, 2020). Construido así dentro de este relato de esplendor del pasado indígena de los pueblos a lo largo de la cordillera de los Andes (desde Ecuador hasta Argentina), la imaginaria patrimonial en torno a los caminos incaicos empezó a atribuirse al supuesto re-descubrimiento de la importancia del pasado de gloria de los incas y los pueblos anexados al antiguo Tawantisuyo (Díaz, 2017; Gnecco, 2020). Una empresa que, en apariencias, hacía justicia a siglos de olvido.

Observando las dinámicas de patrimonialización en torno a una presencia proyectos mineros de dimensiones faraónicas, donde se explotan minerales desde justamente inicios del 2000, empecé a prestar atención a la relación política de estos procesos patrimoniales con los pilares de los programas de

6 El concepto de *commodities*, en un sentido amplio, se entiende como productos indiferenciados cuyos precios se fijan internacionalmente o como “productos de fabricación, disponibilidad y demanda mundial, que tienen un rango de precios internacionales y no requieren tecnología avanzada para su fabricación y procesamiento” (Svampa 2013, p. 32). Para el caso de América Latina, la demanda de *commodities* está concentrada en productos alimentarios, como el maíz, la soja y el trigo, así como en hidrocarburos (gas y petróleo), metales y minerales (cobre, oro, plata, estaño, bauxita, zinc, etc.).

Gobierno en la Provincia de San Juan. De la mano de esta política de Estado, la minería, los agronegocios, el turismo y la creación del Túnel de Agua Negra (dentro del corredor económico bioceánico en el eje Chile-Mercosur) aparecían como horizontes desarrollistas en torno a los cuales se creaban nuevas y ambiciosas expectativas de un futuro de modernización y de la supuesta redistribución de la renta producto de estas actividades económicas (Jofré, 2017b; 2022b). Los procesos patrimoniales, es decir, la creación de patrimonios a través de nuevas clasificaciones y seriaciones producidas en función de estos ejes del programa de gobierno de la provincia de San Juan adquiriría novedosa importancia solo a los fines de sostener planificaciones que, además, ya no estaban pergeñadas sólo por funcionarios/as locales. Estaban fundamentalmente orientadas ahora por directrices muy claras originadas en escalas regionales y globales más amplias trazadas, por ejemplo, en las declaraciones progresistas de los presidentes nucleados en la UNASUR y en el ordenamiento territorial creado por el BID y el Banco Mundial, la IIR-SA-COSIPLAN. Esta conexión entre los programas de gobierno, las políticas de integración económica y cultural de la región sudamericana, sumada a la presencia en alza de empresas internacionales de la minería procedentes de Canadá, Brasil, Australia, y China, entre los más importantes, localmente nos hacía tomar dimensión de la escala planetaria de estas políticas organizadas a partir de intereses financieros, para los cuales Suramérica es “la cantera del mundo” (Antonelli, 2014). Algunas preguntas claves de esa indagación fueron: *¿Qué conectan esos caminos del pasado y del futuro? ¿Qué puentes extienden estas rutas patrimoniales y las rutas del saqueo contemporáneo en nuestros territorios de vida?*

A través del estudio de esas lógicas de conexión entre el interés beligerante por la patrimonialización de caminos incaicos en las últimas dos décadas en Sudamérica y la instalación y ampliación de fronteras del neoextractivismo en la provincia de San Juan fui construyendo una perspectiva multisituada de la etnografía arqueológica que practico. Esto, claro, desde mi situacionalidad local anclada en mi experiencia cotidiana, la cual me recuerda a diario que “vivo en la cantera del mundo”. Esto es lo que me permite vincular mi observación crítica de otros niveles regionales y globales en los que las patrimonializaciones neoextractivistas tienen lugar en la actualidad. Observarlas, definir las y conectarlas con procesos de desposesión y violencia son los objetivos de mi investigación. En relación a esto, mi definición de las patrimonializaciones neoextractivistas (Jofré 2019, 2022a, 2022b) intenta comprender,

definir y denunciar la íntima relación entre los procesos patrimoniales contemporáneos y las dinámicas gravitatorias de nuevas formas de extractivismos – también nombrados como neoextractivismos – en los cuales el Estado participa como regulador y garante del saqueo, contaminación y reconfiguración de los cuerpos-territorios que habitamos.

La patrimonialización es un acto que compromete primeramente al orden de la ley, es un campo de regulación Estatal donde se implican discursos de poder en los que una visión de mundo se impone sobre otras, instaurando una hegemonía predatoria sostenida por los grupos dominantes en cuyas manos se concentra la autoridad y el poder dejar morir o dejar vivir (Foucault, 2006). El patrimonio implica y complica la autoridad del Estado, sus agentes y funcionarios, e informantes académicos y científicos, y en la actualidad esa autoridad es ratificada y apuntalada por un programa esquemático bien delineado desde grupos intelectuales y políticos reducidos, que batallan por ofrecer al capitalismo financiero contemporáneo una razón efectiva para ampliar su alcance a todo rincón del planeta. Y así inscriben al patrimonio en un juego geopolítico de intereses que nada tiene que ver con la justicia social y ambiental para los pueblos (Svampa, 2019). Al hablar del “patrimonio de los pueblos” y de “la gobernanza global del patrimonio” las narrativas de los informantes de la UNESCO expanden esta colonización ontológica y epistémica en donde la racionalidad del Estado y el capitalismo contemporáneo encuentran su fundamento primero para expandir su soberanía, convirtiendo en recursos hasta los bienes más básicos necesarios para la reproducción de la vida (agua, aire, ambiente sano) en los territorios donde habita la población menos favorecida en esta contienda entre oferta y demanda.

Mi trabajo intenta mostrar de qué forma funciona el patrimonio a partir de procesos que constituyen una colonización ontológica del frente moderno – estatal-capitalista –patriarcal eminentemente extractivista y neocolonial (Jofré, 2022a; 2022b; Jofré y Gnecco, 2022). Esto me fue acercando mucho más al feminismo, sobre todo a los feminismos antiextractivistas y decoloniales. De esta forma fui combinando preocupaciones y preguntas originadas en movimientos sociales antiextractivistas como así también en los debates y activismos promovidos en la RIDAP, así fui construyendo una mirada en la investigación crítica y reflexiva situada en los márgenes (hooks, 2020, Smith, 2016), en la frontera entre conocimientos de mundos antagónicos y contradictorios. Esta investigación situada es una investigación acuerpada, que asume la conciencia de que habitamos un

cuerpo-territorio desde donde construimos perspectivas parciales, entre las cuales las mujeres, y otros cuerpos feminizados, encarnamos también la objetividad feminista (Haraway, 2021)⁷.

3. Claves teóricas

3.1. Descolonización, despatriarcalización y despatrimonialización

En recientes trabajos he propuesto una apuesta teórico política que orienta mi investigación hacia tres horizontes de emancipación: descolonización, despatriarcalización y despatrimonialización. Estos tres horizontes constituyen una referencia teórico-metodológica y política para la investigación y, a su vez, conectan o intersectan tres horizontes de luchas sociales y feministas, tres compromisos políticos que no necesariamente se tocan entre sí. La descolonización de las teorías y metodologías implica un compromiso político con el descentramiento de Europa como punto de origen y referencia de nuestra praxis teórica. También supone el reconocimiento de las heridas coloniales constitutivas a nuestras experiencias históricas traumáticas desde donde hemos sido producidos/as ontológicamente como alteridades en relación a percepciones occidentales moderno capitalistas. Mientras que la despatriarcalización es un proceso de desobediencia y denuncia del orden patriarcal dominante y que tiende principalmente a desestructurar el poder como lugar de relación-dominación en cualquiera de sus formas. Como ya ha sido señalado por los feminismos críticos, decoloniales y comunitarios en Abya Yala, no puede haber descolonización si no hay despatriarcalización (Galindo, 2020). Esa denuncia alcanza no solo a las posiciones teóricas producidas por las narrativas androcéntricas de la crítica poscolonial y de la confluencia del giro decolonial, y hasta las izquierdas teóricas ligadas al marxismo, también van dirigidas a la crítica de las posiciones dominantes del feminismo hegemónico blanco, en todas sus variantes, que ha demostrado ser eurocéntrico, universalista, racista (Anzaldúa, 2016; Lugones, 2012). Tanto la descolonización como

7 Me refiero a los conocimientos situados como conocimientos encarnados tal y como lo definió Haraway desde una teoría feminista, diferenciables de aquellos conocimientos irresponsables e insituables, incapaces de dar cuenta de la localización de su relación con los discursos de los poderosos y de su responsabilidad en actos de negación, represión, olvido y desaparición. Esos conocimientos irresponsables pretenden que el no estar en ninguna parte es condición para una objetividad relativista “una manera de no estar en ningún sitio, mientras se pretende igualmente estar en todas partes. La igualdad del posicionamiento es una negación de responsabilidad y de búsqueda crítica” (Haraway, 2021, p. 44).

la despatriarcalización funcionan como utopías, como puntos de confluencia de las luchas contemporáneas, mientras que la despatrimonialización representa un proceso de lucha en buena medida desconocido.

Defino la despatrimonialización como un horizonte utópico descentrado de la experiencia patrimonial moderno capitalista y orientado a la denuncia de la cosificación de la vida en todas sus formas. La despatrimonialización denuncia y expone los efectos dañinos de los procesos y políticas de patrimonialización contemporáneos producidos de la racionalidad estatal y global; entiendo que estos constituyen avanzadas ontológicas, epistémicas, políticas y económicas sobre los cuerpos-territorios para su reconversión en nuevos espacios de acumulación capitalista (Jofré, 2022a, 2022b). La despatrimonialización de nuestras subjetividades acostumbradas a la protección del marco jurídico estatal normado por las leyes del Estado y los consensos económico- financieros globales, también es un proceso en marcha protagonizado en general por pueblos y comunidades indígenas que cuestionan los efectos cosificantes, fetichistas y racializantes que pesan sobre los cuerpos-humanos y cuerpos-territorios violentados y desposeídos por las historias coloniales de violencia y despojo en Abya Yala. En Sudamérica varias experiencias de luchas indígenas están reclamando la despatrimonialización de cuerpos humanos expoliados por las prácticas científicas de disciplinas como la arqueología durante los genocidios perpetrados contra nuestros pueblos en el siglo XIX y avanzado el siglo XX. Esta demanda por la despatrimonialización del cuerpo de nuestros ancestros y ancestras constituye una crítica radical a la racionalidad moderna patrimonializadora del Estado y de las ciencias, y solo puede ser comprendida en estas coyunturas históricas y luchas situadas en los territorios con experiencias coloniales. Mi posición respecto a las despatrimonializaciones y su teorización crítica ha sido construida en un largo camino emprendido con la Comunidad Warpe del Territorio del Kuyum por la despatrimonialización de los cuerpos de nuestros ancestros y ancestras exhibidos y estudiados como piezas de museo en las instituciones del Estado y las universidades (Jofré & Gómez, 2022). La cosificación del cuerpo vivido como territorio de ancestría de nuestro Pueblo Warpe anima nuestra búsqueda por la despatrimonialización de la vida en los territorios experimentados como cuerpos dolientes (Jofré, 2020b), por la expoliación progresiva producida por las políticas neoextractivistas actuales.

3.2. Los procesos patrimoniales neoextractivistas

En anteriores trabajos he sostenido que:

Las patrimonializaciones neoextractivistas en Argentina se descubren así como parte de las experiencias contemporáneas de la necropolítica para la destrucción humana Mbembé (2003). Las políticas patrimoniales de conservación se confabulan también con la muerte en una necropolítica del despojo vinculada a procesos genocidas iniciados en el siglo XVI por la colonia española, y conecta también el tiempo largo del racismo ejercido por las prácticas sociales genocidas (Feierstein 2007) que siguen regulando la distribución de la muerte y potenciando el rol asesino de las políticas de Estado contemporáneas (Mbembe 2003) (Jofré, 2022a, p. 196).

La etnografía de los procesos de patrimonializaciones neoextractivistas que realizo incorpora la idea de desposesión – traducida al español como despojo – acuñada por el geógrafo David Harvey (2003, 2004). Este autor sostiene que, a diferencia de los modos tradicionales de la acumulación originaria y en una nueva fase del capitalismo, las fronteras de los mercados se vieron ampliadas a zonas que antes no habían sido colonizadas por el capital. Al mismo tiempo, esta incansable avanzada capitalista creó las condiciones actuales de la “crisis de sobreacumulación del capital” debido su necesidad de reproducción constante (Harvey, 2004). Es este hecho el que produce nuevos espacios del despojo que Harvey denomina “geografías de desigualdad”, espacios de fragmentación y reproducción de las diferencias (sociales, étnicas, raciales, económicas, etc.) que son – por antonomasia – el efecto adverso y dañino de aquellas “geografías de acumulación capitalista” originadas en la transformación del espacio en mercancía (Harvey, 2014).

La acumulación por desposesión, también traducida al español como despojo, en términos de David Harvey, y a nivel económico y social:

(...) significa la posibilidad de liberar activos de bajo coste [a través de la privatización] abriendo vastas áreas para la absorción de capitales excedentes, mientras que también proporciona los medios para descargar el coste de la devaluación de los capitales excedentes sobre los territorios y las poblaciones más débiles y vulnerables (Harvey 2004, p. 142).

¿Cómo funciona este (nuevo)extractivismo? Por ejemplo, la sobreexplotación de minerales metalíferos produce su caída en los precios que cotizan

en los mercados financieros, por lo tanto, mientras más mineral se explota menos vale. Este sistema capitalista de “acumulación por desposesión” alimentado por la demanda de los países centrales y emergentes, como China, tiende a acentuar los problemas ambientales y sociales en nuestros países, al tiempo que crea, reproduce y profundiza las desigualdades en las economías regionales. Desde esta perspectiva del despojo considero que la reproducción exacerbada de patrimonios culturales turísticos en el mundo también constituye un ejemplo de estos nuevos espacios de acumulación, donde el capital se reproduce en esta búsqueda incesante de valoración.

El concepto de neoextractivismo al que me refiero se entiende de una manera amplia como un “modelo sociopolítico-territorial plausible de ser analizado a escala nacional, regional o local” y, desde un punto de vista teórico más amplio, como “una ventana privilegiada para dar cuenta de las dimensiones de la crisis actual” (Svampa 2019, p. 17-18). Este nuevo modelo sociopolítico-territorial se basa además en la exportación a gran escala de bienes primarios considerados *comodities*, el crecimiento económico y la expansión del consumo (Svampa 2012; 2019; Svampa & Viale 2014), y se encuentra articulado discursivamente con versiones del desarrollismo expresado globalmente, por ejemplo, en los objetivos del Desarrollo Sostenible en la agenda 2030 de UNESCO (Jofré, 2022a).

Este capitalismo de rapiña se vive de formas más brutales y devastadoras en los territorios y poblaciones del Sur Global sacrificados con el cometido de sostener el nivel de vida y competitividad de los centros económicos de los países hacia los que convergen las economías financieras globales. Que exista un renovado interés por generar apuestas turístico-patrimoniales para “poner en valor” los caminos antiguos que antes solo interesaban a las investigaciones arqueológicas e históricas, tiene su correlato dinamizador en donde se hace necesario la conversión de estos caminos en nuevos espacios de reproducción capitalista. De este modo, esta reconversión ontológica de los caminos en patrimonio es informada por las narrativas arqueológicas y de los gestores culturales que buscan ampliar las fronteras de reproducción del capital sin asumir el costo de los procesos de desposesión que ello trae aparejado.

Los procesos de desposesión ligados a la patrimonialización son cada vez más estudiados aunque sigue habiendo la primacía de un enfoque que tiende a desacoplar los procesos de patrimonialización de los procesos de reproducción onto-epistémica capitalista contemporáneos, viéndolos usualmente como dos procesos diferentes que pueden, o no, hermanarse, bajo la falsa idea

de que existen “buenas prácticas patrimoniales” diferenciables de otras malas prácticas; esta es la posición adoptada, por ejemplo, por nuevas tendencias patrimoniales supuestamente decoloniales y feministas producidas con apoyo de sectores estatales en Argentina (ver Elbirt & Muñoz, Comps., 2021). Estas últimas no ofrecen perspectivas que pongan al patrimonio – como epistemología y ontología moderno colonial y patriarcal – en suspenso para la comprensión de las luchas sociales territoriales frente a los extractivismos industriales, etc.

La condición ontológica y política del extractivismo también revela su relación con el patriarcado⁸ moderno capitalista. Silvia Federici explicó claramente cómo la expropiación capitalista del cuerpo-territorio – mal entendido como Naturaleza – encuentra en el patriarcado histórico los fundamentos de esa violación primigenia que fundamenta e institucionaliza la violencia contra las mujeres (Federici, 2004). La historia misma del despojo en nuestros territorios del Aby Yala se liga a la empresa de colonización europea ultramarina en el siglo XV, ese es el escenario histórico en el que se funda la colonialidad del género del sistema patriarcal moderno en nuestros pueblos (Lugones, 2008, 2011; Espinosa, 2016). Para la socióloga feminista nigeriana Oyèrónké Oyèwùmí ([1997] 2017, p. 207) “el control colonial se describe en sí mismo como un privilegio masculino, marital o señorial. A menudo se le representa como el proceso que despoja de su hombría a los colonizados”, suponiendo siempre el carácter masculino del colonizado.

Desde una perspectiva despatriarcalizadora sostengo que el orden patriarcal se construye sobre el propio sistema de dominación patriarcal que cimienta esas estructuras elementales de la violencia reconstruida a diario en “la guerra contra las mujeres” (Segato, 2016) – y agrego las disidencias sexo genéricas y las infancias –. Algunas de esas violencias residen en la tensión constitutiva e irreductible entre el sistema de *status* (patriarcal, racial, sexo genérico heteronormado, cisnormativo) y el sistema de contrato vigente en las formas contemporáneas de la ley del Estado (Segato, 2013). Ambos son, dice la antropóloga argentina Rita Segato, correlatos y coetáneos en el último tramo de la larga prehistoria patriarcal de la humanidad (Segato, 2013).

Aquel “deseo patrimonializador” que denuncio se constata a diario en nuestros territorios, inclusive en los movimientos sociales, medioambientales

8 Aquí entiendo al patriarcado como “la estructura de relaciones entre posiciones marcadas por un diferencial jerárquico e instancia paradigmática de todos los otros órdenes de estatus (racial, de clase, entre naciones o regiones)” (Segato, 2014).

e indígenas que proponen la defensa de los territorios (Jofré, 2022c). Al reclamar el patrimonio y sus dispositivos estatales de delimitación, control y regulación, aquellas defensas territoriales se construyen sobre ese orden patriarcal, donde la fuerza del *estatus* de la ley – la tutela del pater – que “protege” y “regula” termina imponiendo la avanzada de la forma estado-capital-extractivismo-patriarcado sobre esos lugares que quiere preservárselos de la explotación de las industrias extractivistas. Pero tarde o temprano se devela que la forma estado-capital regula y controla las prácticas neoextractivistas que aparecerán ahora bajo la forma de patrimonializaciones neoextractivistas. Estas últimas, no solo explotarán estos lugares a proteger bajo sus lógicas de extracción de energías y símbolos para construir sus narrativas patrimoniales al servicio del orden estatal y nacional imperante, sino que permitirán alinear la explotación extractivista industrial con las supuestas lógicas de conversación patrimonial. Por eso, estas amenazas del neoextractivismo también fueron imbricándose de forma más evidente con las estrategias de patrimonialización de los sitios listados como Patrimonio de la Humanidad por UNESCO, de entre los cuales, más del setenta por ciento están amenazados por algún tipo de actividad extractiva industrial (Ver por ejemplo WWF 2015), hecho que también devela la primacía de los intereses de los países integrantes del Comité del Patrimonio Mundial sobre los recursos naturales explotables y los negocios derivados de ellos (Meskell, 2018).

4. Los itinerarios culturales nacidos de la Unión Europea

Como lo mencioné al comienzo de este trabajo, las patrimonializaciones de los caminos como rutas patrimoniales observados en Abya Yala se remontan a la instauración de la figura de los “itinerarios culturales” dentro del programa de los itinerarios culturales de Europa fundado en 1987, a partir de la creación del Itinerario Cultural “Camino de Santiago”. Esto sucedió en el marco de las negociaciones políticas para la creación de la Unión Europea nacida, por esos años (en 1993) a través del Tratado de la Unión Europea (TUE). La Unión Europea constituye una política de integración regional entre países que adhieren a un sistema híbrido de gobierno transnacional y en el que se combinan elementos propios de cooperación multilateral fuertemente estructurada e institucionalizada, con otros de estilo netamente supranacional. Dentro de esta estructura, los itinerarios culturales están hiperinstitucionalizados en consejos, institutos y acuerdos transnacionales,

hecho que, como desarrollaré aquí, fue instalando esta figura patrimonial en la agenda internacional del patrimonio.

En 1998, se creó el Instituto Europeo de Itinerarios Culturales de la Unión Europea (IEIC), como parte de un acuerdo político entre el Consejo de Europa y el Gran Ducado de Luxemburgo (Ministerio de Cultura, Educación Superior e Investigación), el cual se encuentra en el Centro de encuentro cultural – Abadía de Neumünster en Luxemburgo, “con el fin de crear de vías que impulsen la conciencia e identidad europea, la cooperación internacional y fomenten el desarrollo económico” (Sitio web oficial del Council of Europe, 2021). Este antecedente del origen político integracionista de los itinerarios culturales es muy importante puesto que caracteriza las dinámicas políticas del capitalismo global regionalizado; en el caso europeo, orientado por el multilateralismo para la cooperación internacional. Más tarde, en 1994, se celebró en Madrid la Conferencia *Routes as Cultural Heritage* donde fue creado el Comité Científico Internacional de Itinerarios Culturales del Consejo Internacional de Monumentos y Sitios (CIIC-ICOMOS) y que proveyó una primera definición⁹.

Relacionado a este nuevo “giro integracionista” mundial que ya empezó a tener efectos sobre las dinámicas de patrimonialización de caminos y la creación de rutas patrimoniales, tempranamente, en 1999, se suscribió en México la “Carta Internacional sobre Turismo Cultural” para la Gestión del Turismo en los sitios con “Patrimonio Significativo”, bajo el supuesto de los derechos de una ciudadanía global con “derecho y la responsabilidad de comprender, valorar y conservar sus valores universales”. De forma muy clara y sin rodeos esta carta dice que: “El turismo puede captar los aspectos económicos

9 En estas nuevas categorías patrimoniales se encuentra la de ruta patrimonial: “Una ruta patrimonial está compuesta por elementos tangibles cuyo significado cultural proviene de los intercambios y el diálogo multidimensional entre países o regiones, y que ilustra la interacción generada por el movimiento, a lo largo de la ruta, en el espacio y en el tiempo” (CIIC-ICOMOS, 1994). Por su parte los itinerarios culturales se impusieron años después. La Carta de Itinerarios Culturales del 2008 definió a estos como: Toda vía de comunicación terrestre, acuática o de otro tipo, físicamente determinada y caracterizada por poseer su propia y específica dinámica y funcionalidad histórica al servicio de un fin concreto y determinado, que reúna las siguientes condiciones: a) Ser resultado y reflejo de movimientos interactivos de personas, así como de intercambios multidimensionales, continuos y recíprocos de bienes, ideas, conocimientos y valores entre pueblos, países, regiones o continentes, a lo largo de considerables períodos de tiempo. b) Haber generado una fecundación múltiple y recíproca, en el espacio y en el tiempo, de las culturas afectadas que se manifiesta tanto en su patrimonio tangible como intangible. c) Haber integrado en un sistema dinámico las relaciones históricas y los bienes culturales asociados a su existencia (ICOMOS, 2008).

del patrimonio y aprovecharlos para su conservación generando fondos, educando a la comunidad e influyendo en su política”.

No olvidemos que en 1994, México había firmado con EEUU y Canadá el Tratado de Libre Comercio de América del Norte (TLCAN), por el cual se eliminaron obstáculos al comercio facilitando la circulación transfronteriza de bienes y servicios entre estos países. Esto constituyó un hecho bisagra en la historia reciente de México, principalmente porque fue respondido con el levantamiento del Ejército Zapatista de Liberación Nacional ese mismo año. En 1993, un año antes de la firma del TLCAN, el Instituto Nacional de Antropología e Historia (INAH) junto con el National Park Service (NPS) firmaron acuerdos mutuos para efectuar investigaciones con el propósito de “poner en valor” del “Camino Real de Tierra Adentro” en ambos lados de la frontera entre México y Estados Unidos. Para lograr, de este modo, su inscripción en la Lista del Patrimonio Mundial de la UNESCO, hecho que recién se concretó en 2010, sin incluir los tramos dentro de las fronteras de EEUU (Hernández Osorio, 2015). El trabajo “científico” consistió entonces en rentabilizar y producir un valor comercial “con fundamento histórico” en torno a rutas y “bienes patrimoniales” que conectaban antiguamente los territorios donde se explotaba la plata y circulaban mercancías en épocas coloniales. Fue así como el “Camino Real de Tierra Adentro” en México, nacido e impulsado por los acuerdos del TLCAN, se constituyó en el primer itinerario cultural listado como patrimonio mundial por UNESCO en Abya Yala. Fue la voluntad integracionista de la política regional-globalizadora, de fuerte base neoliberal, la que impulsó y permitió esto.

Entrado el siglo XXI, la Carta internacional sobre los Itinerarios Culturales propuesta por el CIIC-ICOMOS en 2005 introdujo la categoría en el marco del Patrimonio Mundial de la UNESCO, siendo ratificada finalmente en 2008 en la Carta de Itinerarios Cultural provista por ICOMOS¹⁰ en Quebec (Hernández Ramírez, 2011). Esto sucedió al mismo tiempo que el Consejo de Europa elevó

10 Si bien se suele afirmar que existe una diferencia importante entre la propia idea de patrimonio que concibió originalmente el Consejo Europa, y aquella que se promueve desde ICOMOS-UNESCO, una considerada netamente comercial y la otra informada científicamente (Martorell Carreño, 2013), lo cierto es que ambas definiciones de patrimonio comparten el mismo piso ontológico y epistémico en el cual se valoran los preceptos universalizantes de experiencia moderna eurocentrada, y la conversión patrimonial como recurso del desarrollo sostenible. En todo caso, existe una puja por su control interpretativo de estas figuras desde diferentes órdenes supra nacionales, con las miradas puestas en los intereses que genera la renta de subproductos de estos paquetes patrimoniales transnacionales y las dinámicas políticas que subyacen a los actuales escenarios globales multipolarizados, política y financieramente inestables.

El Camino de Santiago a la categoría de “Gran Itinerario Cultural Europeo” en el año 2004, afirmando que en él se ve representado: “el significado del ser humano en sociedad, las ideas de libertad y de justicia (...), un espacio de tolerancia, del conocimiento y de la solidaridad, un espacio de diálogo y reunión”.

La tesis de Alberto Martorell Carreño publicada en 2010, “Itinerarios Culturales y Patrimonio Mundial” representa, sin dudas, la producción teórico-metodológica rectora del discurso patrimonial mundial y de sus “lenguajes de valoración” desarrollistas (Martínez Alier, 2008) en torno a estas “nuevas categorías emergentes” de la teorización patrimonial (Hernández Osorio, 2015), tales como son los itinerarios culturales, una forma de patrimonialización de caminos y otras vías históricas de conexión. Estas se sumaron progresivamente a otras nuevas categorías tales como la de patrimonios industriales, científicos, etc., por medio de las cuales se ensalzan y celebran los procesos de violencia y despojo devastadores en la historia de nuestras comunidades y territorios.

Al acudir a esos conceptos ascéticos propios de la reconversión moderno patrimonial, se evita llevar al terreno patrimonial las discusiones ético políticas que desenmascaran la colonialidad del poder (Quijano, 2000) estructuradora de las relaciones sociales desiguales de violencia racializada y de explotación que constituyeron la historia de desposesión del continente (Galeano, 2004). A través de categorías de valoración moderno coloniales alineadas con las *epistemes* neoextractivistas contemporáneas patriarcales propias del lenguaje empresarial y multilateral fuertemente internacionalizado, Martorell Carreño (2010, 2012, 2017) propone homologar los conceptos teóricos del patrimonio, universalizando las categorías patrimoniales propuestas para la patrimonialización de caminos¹¹ y vías de conexión, su estudio y metodologías de gestión. Ofrece lo que denomina una perspectiva del “patrimonio de conectividad e interrelación”, promoviendo con esto la avanzada patrimonialista capitalista patriarcal sobre las vías de comunicación, clasificables físicamente como “vías de comunicación de carácter patrimonial” – trazados sobre el territorio, cursos de agua navegables y obras de ingeniería o arquitectura –, y de acuerdo a los usos del territorio vinculados al “movimiento de personas y bienes” – itinerarios culturales asociativos, itinerarios culturales y paisajes culturales – (Martorell Carreño, 2010).

11 La CAN representa la política de integración regional más antigua en la región, y el primer antecedente en el siglo pasado de modelos de pactos políticos intrarregionales para el desarrollo económico acomodado a los fines de los intereses de intervención internacional del país del norte.

En 2010, se avanzó en Europa con la institucionalización continental de los itinerarios culturales a través del “Acuerdo Parcial Ampliado sobre los Itinerarios Culturales del Consejo de Europa” (APA)¹². Este trabajo fuertemente estructurado por la política multilateralista europea es la que terminó de impulsar el *boom* mundial de los itinerarios culturales y las rutas patrimoniales, logrando expandir estos conceptos patrimoniales como modelos altamente estandarizados de la “nueva gestión patrimonial” hacia todos los rincones del planeta. De modo tal que la Unión Europea, a través de su Consejo de Europa, fue el primer agente exportador de estos productos patrimoniales paulatinamente migrados a las políticas de integración y políticas patrimoniales y turísticas en Sudamérica en el siglo XXI, y sobre este carril se fue construyendo el trabajo de los intelectuales orgánicos del ICOMOS-UNESCO. Plantearlos como trabajos independientes uno de otro sería, al menos, un análisis equivocado o, como me inclino a pensar, un esfuerzo más de la prensa desinformativa que intenta desvincular la gobernanza patrimonial de los intereses del capitalismo de rapiña (Harvey, 2003).

La reciente explosión de las rutas patrimoniales e itinerarios culturales en Asia, también generaron mega artefactos patrimoniales como la Ruta de la Seda, o la Ruta del Té y los Caballos (Shen & Beltrán, 2019). Otras rutas patrimoniales turísticas que también buscan su reconocimiento como itinerarios culturales fueron desarrolladas de forma explosiva en los últimos diez años. En Perú, sobre todo, hay varios trayectos conocidos y avanzados, tales como son la Ruta Montero-Ayabaca-Aypate; el Corredor Turístico Loja-Ayabaca; el Proyecto Binacional de Turismo Rural en el Tramo Norte del Camino Inca (Loja-Aypate); además del Programa Integral Qhapaq Ñan. Como ya mencioné, México es otro gran productor de rutas turísticas e itinerarios, promotor de programas propios que se exportan como marca nacional al mundo, tal es el caso del Programa Pueblos Mágicos y Pueblos con Encanto, recientemente exportado a varios países como Guatemala, Colombia y Argentina. En este último país, el Programa Pueblos con Encanto se ha vertebrado junto a los ejes de desarrollo planificados por las obras del IIRSA, con el objetivo de expandir las vías de interconexión que faciliten la ampliación de la frontera neoextractivista en provincias del Noroeste argentino (Pastrana *et al*, 2022).

12 Este ha sido el nombre oficial de la iniciativa multinacional del Estado peruano propuesta, a través del Ministerio de Cultura, para la llevar a cabo la inscripción del Qhapaq Ñan – Sistema Vial Andino en la Lista de Patrimonio Mundial, nominación realizada en 2001. El proyecto multinacional se concertó en una reunión realizada en Montevideo (Martínez Cano, 2013).

5. Los modelos de integración regional en Abya Yala y el Qhapacñan

Desde la década de 1990, y a la sombra de las recetas del “Consenso de Washington”, los modelos de integración regional en Suramérica se inscribieron en lo que la CEPAL denominó: “Regionalismo Abierto en América Latina y el Caribe” (CEPAL, 1994), una teoría de integración que asumió “el denominado proceso de mundialización-globalización, aunque estableciendo ciertos mecanismos de protección regional para insertarse de forma más ventajosa en los ámbitos del comercio global” (Kan 2018, p.19). Las estrategias de desarrollo adoptadas estuvieron orientadas fuertemente hacia el exterior, e intentaban profundizar el entrelazamiento de la región con el mercado mundial. Literalmente la estrategia consistió en “buscar caminos para la salida a los comercios exteriores”, teniendo una consecuencia clave, ser funcional a la globalización de los mercados (Gudynas, 2005). La CEPAL advertía que ese regionalismo era distinto de la apertura simple del comercio, propio de los tratados de libre comercio con potencias mundiales. De esta forma la promoción no discriminada de las exportaciones adopta un “ingrediente preferencial reflejado en los acuerdos de integración y reforzado por la cercanía geográfica y la afinidad cultural de los países de la región” (Kan 2018, p. 20).

El modelo del regionalismo abierto se basó sobre todo en un reduccionismo economicista y básicamente comercial, dejando afuera propuestas de integración para las áreas sociales, políticas o ambientales, y tuvo un derrotero bastante ambiguo, puesto que se asoció a proyectos de integración tan dispares como TLCAN, la CAN, el MERCOSUR, llegando incluso a fundamentar posiciones unilaterales comerciales como las que ensayó hasta ahora Chile (Gudynas, 2005). Impulsado por la intelectualidad orgánica de la CEPAL, este modelo fue desmantelando definitivamente la estrategia de desarrollo hacia adentro basada en la sustitución de importaciones (Kan, 2018). Digamos que dos modelos neoliberales de integración funcionaron paralelamente, la otra variante, la del puro libre comercio desarrollada mediante los diferentes tipos de TLC, construyó vínculos de intercambios comerciales pero sin restricción de aranceles a los productos extra zona, y sin desarrollar algún tipo de institucionalidad y de coordinación política (ídem). Esto último caracterizaría a los países que buscan coordinar estrategias en bloque, tal como sucedió a inicios del siglo XXI con la Unión de Naciones Suramericanas conocida popularmente como UNASUR, formalizada en 2008 (Carvalho Neves, 2019), y organizada bajo los liderazgos de gobiernos progresistas de Hugo Chávez en

Venezuela, Néstor Kirchner en Argentina, Luiz Ignacio Lula da Silva en Brasil, Evo Morales en Bolivia y Rafael Correa en Ecuador.

El despegue de los nuevos extractivismos sudamericanos o neoextractivismos se liga directamente al proyecto de integración regional de UNASUR y se produjo entre 2000-2003 cuando las economías latinoamericanas fueron favorecidas por los altos precios internacionales de las *commodities*, hecho que se vio reflejado en las balanzas comerciales y el superávit fiscal (Svampa 2012, 2019). En esa coyuntura favorable hasta el 2013-2015, los gobiernos de la región organizados en bloque tendieron a subrayar las ventajas comparativas del auge exportador de naturaleza (Lander, 2018), negando o minimizando las nuevas desigualdades y asimetrías socioambientales que traía aparejada la consolidación de un modelo de desarrollo neoextractivista (Svampa, 2019).

Bajo el liderazgo de gobiernos de signo progresista, a comienzos del siglo XXI, la UNASUR se establecía como un polo importante de negociaciones políticas para los países integrantes de la CAN y del Mercado Común del Sur (MERCOSUR). La UNASUR fue una política de integración regional breve, pero sus efectos estructurales a favor del neoextractivismo fueron profundos. Esto se vio reflejado en el mayor proyecto de ordenamiento territorial creado para Sudamérica, la Iniciativa para la Integración de la Infraestructura Regional Sud Americana (IIRSA), la cual, a partir de 2011, fue incorporada dentro del Foro Técnico del nuevo órgano de la Unión de las Naciones Sur-americanas (UNASUR), el Consejo Suramericano de Infra-estructura y Planeamiento (COSIPLAN) (Carvalho Neves, 2019). La IIRSA-COSIPLAN es la planificación de un ordenamiento territorial megaescalar para toda Sudamérica y conecta un conjunto enorme de proyectos (más de 500) para la construcción de infraestructuras camineras, viales, aéreas, marítimas, energéticas y de telecomunicaciones “que tiene como objetivo facilitar la integración territorial encaminada a la exportación de recursos y orientada hacia las economías centrales, con una importancia creciente del área del Pacífico por la influencia China” (Escalante Moreno, 2018: 70).

La planificación de la IIRSA fue provista por el Fondo para el Medio Ambiente Mundial (por sus siglas en inglés, GEF), (GEF, 2011, citado en Seitz, 2013), organismo vinculado al Fondo Monetario Internacional (FMI), luego adaptado por el Banco de Desarrollo Interamericano (BID); su diseño integra perfectamente al Proyecto Qhapac Ñan dentro de los diez ejes de integración económica, en particular en el Eje Andino (Gómez, 2011; Díaz, 2017; Jofré, 2017a, 2017b, 2022a, 2022b). En el esquema de la IIRSA-COSIPLAN – Consejo

Suramericano de Infraestructura y Planeamiento –, los corredores bioceánicos son corredores de transporte y energía necesarios para el desarrollo de las actividades económicas extractivas exportadoras hacia los centros mundiales de consumo.

Aquella “política de interconexión de flujos de mercancías” – especialmente, *comodities* productos de la minería, cultivo de soja intensiva, cultivo de palma, ganadería intensiva, extracción de hidrocarburos, etc. – significa reprimarización de las economías nacionales y regionales – se exporta más de lo que importa y a un costo muy alto –, y por lo tanto genera más dependencia de los mercados financieros en Norteamérica, Asia y Europa. Estas políticas de integración regional ensayadas en Sudamérica, y que han incorporado a la IIRSA como política de planificación de infraestructura, profundizaron el extractivismo el extractivismo histórico en la región, el principal enemigo de la integración (Zibeche, 2015) y es esta la razón por la cual el trazado del Sistema Vial Andino Qhapac Ñan entroncó su estructura vial con la planificación dispuesta por el ordenamiento territorial desarrollista de la IIRSA-COSIPLAN, hecho sucedido entre 2003-2014, en pleno auge de la exportaciones dentro de las dinámicas integracionistas de la UNASUR.

De este modo, estos proyectos políticos de integración económica de la región andina en orden a la explotación y exportación de *comodities* y para la redistribución de la renta en los países garantes de estos acuerdos, fundamentan y explican el inusitado interés detrás del proyecto de patrimonialización de los caminos incaicos que formaron parte de la red vial del antiguo Tawantisuyu en seis países de la región sudamericana. El apoyo económico recibido por el Proyecto Qhapac Ñan del Banco del Desarrollo Interamericano (BID), enmarcado como un acuerdo de cooperación técnica, consideró al proyecto patrimonial del Qhapac Ñan como “eje de integración regional del mundo Andino” (BID, 2006). No es casual entonces que tanto el BID, como el Centro del Patrimonio Mundial, y los países del bloque UNASUR, sostuvieran acuerdos para promover el despliegue de los proyectos de la cartera de la IIRSA y buscaran vincular las dinámicas de patrimonialización que, como el Qhapac Ñan, permitían ensayar estrategias de ampliación de las fronteras de acumulación capitalista, tal y como se había venido haciendo en Europa con el Camino de Santiago en décadas previas.

El primer apoyo del Proyecto Qhapac Ñan provino de los presidentes integrantes de la Comunidad Andina de Naciones (CAN) y, luego, del impulso que le dieran los gobiernos progresistas reunidos en UNASUR.

Teniendo en cuenta la significación que tiene el Qhapaq Nan – Sistema Vial Andino, obra vial que abarca los caminos construidos por los pueblos pre incas que habitaban nuestros territorios, reutilizados y concluidos durante el periodo Inca, y que por su extensión, integridad y autenticidad constituye uno de los monumentos arqueológicos de mayor magnitud y significado en el mundo; Destacando el ejemplo de integración física, cultural, social y económica que hasta hoy representa el Qhapaq Ñan en el continente americano.¹³

Este trabajo conceptual de los itinerarios culturales re-territorializó en Abya Yala los lenguajes patrimoniales ensayados en Europa desde 1987 con el Camino de Santiago. Esto necesitó también de los conceptos previamente acuñados de la integración regional andina, algo que ya se venía realizando desde hacía tiempo atrás desde la arqueología y por intervención de la UNESCO y el BID (Jofré, 2022b), quienes encargaron a Luis Guillermo Lumbreras una primera definición del área andina que fue publicada primero con el título de *The Archaeology of Andean América*.

Entendemos como “área Andina” (o quizás “macro-área”) al territorio ocupado por los pueblos, cuya relación con el medio ambiente se resuelve a través de una constante mar cordillera bosque tropical, **que configure una racionalidad económica integracionista, de corte transversal al eje geográfico de la cordillera; en donde existen, a su vez, áreas menores de cohesión mayor** (Lumbreras 1981, p. 16-17, las negritas son de la autora).

Iniciado en 2001-2002, el “Proyecto Multinacional Qhapaq Ñan – Camino Principal Andino” fue directamente articulado entre Perú y el Centro del Patrimonio Mundial de UNESCO en París (Sanz, 2012; Rendón Ruedas, 2017), con la posterior participación de seis países (Argentina, Chile, Bolivia, Perú, Ecuador y Colombia). Este mega-artefacto patrimonial que intenta unir 137 segmentos de camino, por un total de 616 km, y los 308 sitios arqueológicos asociados que integran el itinerario cultural transnacional (Ministerio de Cultura de la Nación, 2020) fue inscripto finalmente en 2014 como Patrimonio de la Humanidad, bajo la figura de *Itinerario Cultural Transnacional de tipo Seriado*. Seriado significa que puede seguir incorporando tramos de caminos a futuro en clara consonancia con las dinámicas expansivas del capitalismo contemporáneo. La particularidad de este proyecto patrimonial, que necesitó

13 Fragmento de la Declaración de los Jefas y Jefes de Estado y de Gobierno de la Unión de Naciones Suramericanas – UNASUR, promulgada en el año 2012.

más de una década para su construcción, fue la mega estructura política institucional e hiperjerarquizada que le dio forma:

Desde hace ya siete años, el Centro de Patrimonio Mundial de la UNESCO acompaña a sus países en un proyecto pionero: la preparación de una candidatura conjunta con vistas a la inscripción del Qhapaq Ñan en la Lista del Patrimonio Mundial, a través de un **proceso de cooperación regional original e innovador**. (...) El 4 de diciembre de 2010, los Presidentes de los seis países firmaron en Mar del Plata (Argentina) una declaración conjunta que ratificaba el compromiso de preservar de forma colectiva ese patrimonio común, y presentar una candidatura única de inscripción en la Lista de Patrimonio Mundial de la UNESCO. La comunidad internacional ha encontrado en esa declaración **un referente al más alto nivel político, institucional y científico**, que asegura un compromiso colectivo: la finalización del proceso de nominación y la responsabilidad de preservar para las generaciones futuras **un fenómeno cultural continental a través del diálogo, de la conectividad y del entendimiento entre pueblos y culturas**. La firma de dicho acuerdo al más alto nivel fue un acto político de gran trascendencia, a la altura de la inmensidad y el valor universal excepcional del Qhapaq Ñan. (...) El Qhapaq Ñan es un **fenómeno cultural vivo** en Andino-América y funciona como **una arquitectura institucional al servicio del entendimiento mutuo regional** (Sanz 2012, p. 43-45, las negritas son de la autora).

Por su parte, en Argentina, a partir de 2003, el proyecto avanzó sobre siete provincias (Jujuy, Salta, Tucumán, Catamarca, La Rioja, San Juan y Mendoza) en las cuales existen aún restos materiales y memorias asociados a los caminos utilizados durante el siglo XV durante la expansión incaica a estos territorios (Ministerio de Cultura de la Nación, 2020). Como ya lo he planteado en otros trabajos, un denominador común de estos Estados federales es que están ligados a los regímenes de gobierno neoextractivistas, con fuertes expectativas puestas en la explotación mega-minera (Jofré, 2022a, 2022b), a través de la instalación corporativa de grandes obras de construcción de infraestructura para el desarrollo de explotaciones mineras a gran escala, a cielo abierto y con uso de sustancias tóxicas. Salvo las provincias de Mendoza y La Rioja, donde el modelo neoextractivista encuentra una fuerte resistencia social frente a la megaminería, en las demás provincias el modelo desarrollista exportador está consumado, lo que se traduce en enormes pedimentos mineros y la apertura de minas a cielo abierto con uso de sustancias tóxicas para la vida.

Citando al geógrafo brasileiro Albuquerque Junior, el “discurso regionalista” “no oculta la verdad de la región, la instituye” (Albuquerque Junior 1999,

p. 49, citado en Haesbaert, 2019). En este caso, la política internacional integracionista en los denominados “países andinos” reorganizado en la política de la UNASUR instituyó las bases para la reificación de la “región andina”, trabajo emprendido desde los años sesenta por la CAN y con ayuda de la arqueología y la etnohistoria. Como bien lo señala Alejandra Ramos, la producción de lo andino como concepto originado en el siglo XX por la etnohistoria y la arqueología, se ligan a un florecimiento de los estudios de áreas en un renovado interés norteamericano por conocer los territorios en disputa y de las sociedades que los habitaban (Ramos, 2018). La promesa de una integración cultural de los países a lo largo de la cordillera andina fue, sin embargo, reemplazada por los nuevos proyectos de interconexión. De este modo la interconexión sin integración es una de las características de estos proyectos de integración regional extractivistas de la región sudamericana (Zibechi, 2015).

Desde el 2015 en adelante, un año después del ingreso del Sistema Vial Andino Qhapac Ñan en la lista del patrimonio mundial, la UNASUR eclosionó por la llegada al poder de los gobiernos de signo de derecha en países como Argentina y Brasil, los cuales habían sido hasta ese momento los principales gestores de la política de integración regional progresista. Desde entonces se intentaron reactivar los esquemas de integración subregional, tales como “el *Mercado Común del Sur* (MERCOSUR) promoviendo su reorientación hacia la *Unión Europea* y la *Asociación Europea de Libre Comercio* (EFTA, por sus siglas en inglés), Canadá, Corea del Sur o la *Asociación de Naciones del Sudeste Asiático* (ASEAN, por sus siglas en inglés)” (Silva Flores, Noyola Rodríguez & Kan, 2018, p. 8). Esto sin dudas movió el amperímetro a favor de las integraciones económicas de cooperación que la Unión Europea había intentado concretar – sin mucho éxito – con los bloques regionales de los países sudamericanos; sin embargo, estas negociaciones se han dado individualmente con cada país (Marchini, 2018).

Por su parte, en los últimos años, los países de la CAN, Comunidad Andina, en particular Perú, Ecuador y Bolivia, buscaron estrategias de financiación para sus proyectos nacionales de patrimonialización turística de los tramos de caminos del Sistema Vial Andino Qhapac Ñan y reactivaron negociaciones con Estados Unidos. Fue así que entre 2019-2021, estos países de la integración regional andina recibieron apoyos económicos y políticos procedentes del Fondo del Embajador¹⁴ de Estados Unidos para la Preservación Cultural.

14 Para listas de proyectos financiados por el Fondo del Embajador en Sudamérica ver <https://share.america.gov/es/ee-uu-y-paises-de-america-latina-protecten-el-patrimonio-inca/> (Sitio consultado por última vez el 1 de junio 2021).

Una característica de este “Fondo del Embajador” – que además viene financiando la política patrimonial en Sudamérica desde los últimos veinte años – es que estipula cláusulas muy específicas donde se exige a los gobiernos e instituciones financiadas “apoyar directamente las obligaciones de los tratados o acuerdos bilaterales de EE. UU” y “apoyar directamente las políticas, estrategias y objetivos de los Estados Unidos” en estos países¹⁵.

La lectura de estos últimos acontecimientos, sus implicancias para la estabilidad política, social, económica y sanitaria de los países sudamericanos en un contexto de explosión social generalizada, y en plena época de crisis planetaria por la propagación pandémica de múltiples cepas del virus COVID-19 aún es un trabajo de reflexión abierto. ¿Cómo se seguirá re-escribiendo el orden neoextractivista en las agendas patrimoniales globales? ¿De qué manera estas últimas contribuyeron, y lo siguen haciendo, con la inestabilidad política del continente y la crisis social y sanitaria que se vivió/e? Y me pregunto ¿Qué nuevos caminos conectarán el ejercicio de poder patrimonial con los caminos del despojo en Abya Yala?

6. Un cierre provisorio

Inicié este texto trayendo a colación una nota periodística referida a un operativo inédito por el cual se ponían en evidencia las rutas ocultas del saqueo y la contaminación. Hoy en día, en nuestros caminos terrestres y marítimos se transportan toneladas de desechos tóxicos en camiones, vagones y *containers* que salen por los puertos para llegar a destinos muy lejanos en otro continente. En dicho escenario neoextractivista, tristemente asumido como un hecho cotidiano y sin importancia, es donde me interesa buscar conexiones para explicar aquí porque digo que la patrimonialización de rutas y caminos no es ingenua y está, además, vinculada a los proyectos de despojo en Abya Yala. El titular del diario, me impactó por la espectacularidad del operativo y la normalización del lenguaje extractivista en la prensa nacional, así decidí vincular mi ponencia de estos caminos patrimonializados con las rutas del despojo, tal y como lo vivo en mi territorio.

Por su parte, no es posible cerrar este artículo sin referirme a la pandemia mundial por el COVID 19. Las políticas patrimonialistas enfocadas en el turismo nacional e internacional se vieron detenidas y los proyectos de

15 Fondo del Embajador para la Preservación del Patrimonio Cultural del Perú – Embajada de Estados Unidos en Perú (usembassy.gov).

patrimonialización mundial como el Qhapac Ñan, quedaron frizados en las agendas estatales, mientras en cada uno de los países de la región se debatía cuantas personas salvar y cuantas debían dejarse morir en nuestros precarios sistemas de salud. Recientemente la apertura internacional de los vuelos y destinos turísticos dinamiza nuevamente el trabajo patrimonialista de los Estados y sus agentes. Vuelven a convocarse, ahora con eufórico entusiasmo, las reuniones para poner en marcha apuestas turísticas que intenten generar remesas para compensar casi dos años de paralización económica. En el medio, en la intersección de estos dos escenarios, antes y después de la pandemia mundial, acontece una amnesia paralizante. La crítica a los modos de reproducción ampliada del capitalismo en los ámbitos de la vida cotidiana son menos bienvenidos frente a la crisis económica que dejó la pandemia, y prosperan escenas de concertación dialoguista con comunidades rurales y sujetos indígenas que intentan capturar la representación de un sector olvidado en estos proyectos de patrimonialización desarrollista. Vale recordar, más que nunca, la importancia de la crítica encarnada y situada en nuestras experiencias en la frontera (Anzaldúa, 2016), donde también trabajan los proyectos de despojo y contaminación, por eso este trabajo se concentra en develar los “caminos del neoextractivismo en Abya Yala”.

Con el fin de mostrar que el neoextractivismo es un modelo de desarrollo socioterritorial también impulsado por las inestables políticas de integración regional y por los proyectos de construcción de infraestructura en el siglo XXI, en este artículo sostengo que la patrimonializaciones de caminos en Abya Yala son construcciones políticas neoextractivistas que conectan viejos y nuevos modelos políticos y expectativas de desarrollo y comercialización regional. Se trata de un trabajo patriarcal neoextractivista que funciona a niveles ontológicos, epistémicos y políticos, y su origen europeo data de la década de 1990 con la creación de la Unión Europea. El trabajo apunta a mostrar las conexiones moderno-capitalistas relacionadas en estos diseños patrimoniales producidos como artefactos culturales alineados con procesos de regionalización de los mercados en el marco de políticas de integración y multilateralismo. De este modo, los caminos patrimonializados en el Camino de Santiago, como el Sistema Vial Andino Qhapac Ñan, tienen estrechas relaciones y son vectores importantes para el estudio de los procesos patrimoniales neoextractivistas contemporáneos, aunque no lo únicos.

Agradecimientos: quiero agradecer especialmente a la organización del *Congreso Internacional Comunidades Locais e Caminho de Santiago. Alianças e Ameaças* por su invitación a compartir allí mi trabajo en el marco de las conferencias plenarias del evento.

Referencias

- ACOSTA, A. (2012). Extractivismo y Neextractivismo: dos caras de una misma moneda. En *Más allá del desarrollo*, (1ª Ed.) (Coordinado por Grupo permanente de trabajo sobre alternativas al desarrollo), 83-118. Quito: Fundación Rosa Luxemburg, Abya Yala.
- ANTONELLI, M. (2014). Megaminería transnacional e invención del mundo cantera. *Revista Nueva Sociedad*, 252, julio-agosto. Recuperado de www.nuso.org
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. (2011). *A invenção do nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez Editora.
- ANZALDÚA, G. (2016 [1986]). *Borderlands / La Frontera. La nueva mestiza*, traducido por Carmen Valle. Madrid: Capitan Swing Libros.
- BID. (2006). El Qhapac Ñan. Camino principal andino. Plan de Acción Regional para un proceso de integración y cooperación (Preparada por la Representación de UNESCO en Perú). Disponible en: <http://www.oei.org.ar/noticias/CaminoPrincipalAndino.pdf>
- CARVALHO NEVES, B. (2019). La integración de la infraestructura regional. La profundización de la integración sudamericana a través del COSIPLAN-UNASUR. In José Briceño Ruiz (coord.), *La integración latinoamericana en debate: incertidumbre, formatos institucionales fragmentados y caminos alternativos latentes*, 141-165. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Teseo.
- CEPAL (1994). *El regionalismo abierto en América Latina y el Caribe*. Santiago de Chile: CEPAL.
- DÍAZ, M. (2017). *Implicaciones patrimoniales: la declaratoria del Qhapac Ñan como patrimonio mundial*. Buenos Aires: Ediciones del Signo.
- ESCALANTE MORENO, H. (2018). Iniciativa para la Integración Regional Sudamericana (IIRSA-COSIPLAN): neoextractivismo y emergencia de Brasil y China en América Latina. *Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC) Revista De La Solcha*, 9 (1): 77-113. Recuperado de: <https://doi.org/10.32991/2237-2717.2019v9i1>
- ESPINOSA, Y. (2016). De por qué es necesario un feminismo descolonial: Diferenciación, dominación co-constitutiva de la modernidad occidental y el fin de la política de identidad. *Solar* Vol. 12 (1): 141-171.
- FEDERICI, S. (2004). *Caliban and the Witch: Women, the Body and Primitive Accumulation*. Brooklyn, New York: Autonomedia.
- FOUCAULT, M. (2006). *Seguridad, territorio y población. Curso en el college de France 1977-1978*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.

- GALEANDO, E. [1971] (2004). *Las venas abiertas de América Latina*. Buenos Aires/ México: Siglo XXI.
- GALINDO, M. (2020). Cap. 4 ¿Qué es la despatriarcalización? In *Feminismo urgente. ¡A despatriarcar!* (pp. 133-179). Buenos Aires: La vaca Editora.
- GNECCO, C. (2020). El señuelo patrimonial. Pensamientos post-arqueológicos en el camino de los incas. *Diálogos en Patrimonio Cultural* 2: 13-48
- GÓMEZ D. (2011). IIRSA, el eje multimodal Manta-Manaos y el Qhapaq Ñan. In Krainier A. & M. F. Mora (comps.), *Retos y amenazas en Yasuní* (pp. 155-182). Ecuador: FLACSO.
- GUDYNAS, E. (2011). El nuevo extractivismo progresista en América del Sur. Tesis sobre un viejo problema bajo nuevas expresiones. In VVAA., *Colonialismos del siglo XXI. Negocios, extractivismos y defensa del territorio en América Latina* (pp. 75-92). Barcelona: Icaria Editora.
- GUDYNAS, E. (2005). El 'regionalismo abierto' de la CEPAL: insuficiente y confuso, *Observatorio Hemisférico [en línea]*. International Relations Center. Consultado el 1 de junio 2021. Disponible en <http://www.cipamericas.org/es/archives/1324>
- HAESBAERT, R. (2019). *Regional-global: dilemas de la región y de la regionalización en la geografía contemporánea*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, CLACSO, Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras, Bogotá, Universidad Pedagógica Nacional.
- HARAWAY, D. (2021). Conocimientos situados: La cuestión científica en el feminismo y el privilegio de la perspectiva parcial (1988). In D. Valdés Vargas, P. Cometa Stange, L. Cáceres Diaz, & S. Sotomayor Van Rysseghem (Eds.), *Lastesis. Antología Feminista* (pp. 27-63). Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Debate.
- HARVEY, D. (2003). *Espacios de esperanza*. Madrid: Akal.
- HARVEY, D. (2004). *El "nuevo" imperialismo: acumulación por desposesión*. In Leo Pantich y Colin Leys (Eds.), *El Nuevo desafío Imperial* (pp. 99-129). Buenos Aires: Merlin Press – CLACSO. Recuperado de <https://socialistregister.com>
- HARVEY, D. (2014). *Diecisiete contradicciones del capital y el fin del neoliberalismo*; Madrid: Traficantes de Sueños / Quito: IAEN-Instituto de Altos Estudios Nacionales del Ecuador.
- HERNÁNDEZ OSORIO (2015). Itinerario cultural: categoría emergente del patrimonio. *REV. GEO. SUR* 4(5): 29-46
- HERNÁNDEZ RAMÍREZ, J. (2011). Los caminos del patrimonio. Rutas turísticas e itinerarios culturales. *Revista PASOS* Vol. 9 (2): 225-236. <https://doi.org/10.25145/j.pasos.2011.09.021>
- HOOBS, b. (2020). *Teoría feminista de los márgenes al centro*. Madrid: Traficantes de sueños.
- JOFRÉ, I. C. (2015). Mega-mining, Contract Archaeology, and Local Responses to The Global Order in Argentina. *International Journal of Historical Archaeology*, Special Issue on Contract Archaeology, 19, (4): 764-774.
- JOFRÉ, I. C. (2017a). Procesos de patrimonialización como formas imperceptibles del despojo en Argentina. Ponencia presentada en el Simposio Internacional de Políticas Patrimoniales en el Contexto Actual Latinoamericano. Centro Cultural Paco Urondo, Ciudad Autónoma de Buenos Aires.

- JOFRÉ, I. C. (2017b). Una mirada crítica de los procesos de patrimonialización en el contexto mega-minero. Tres casos emblemáticos en la provincia de Provincia de San Juan, Rep. Argentina. In Roberto Pellini (Dir.), *Arqueología Comercial en América del Sur* (pp. 143-175). Madrid, JAS Arqueología.
- JOFRÉ, I. C. (2019). Patrimonialización neoextractivista. Una nueva forma de reproducción de la violencia para la desposesión de los cuerpos y territorios. In *Libro de Resúmenes del XX Congreso Nacional de Arqueología Argentina* (pp. 829-832). Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba.
- JOFRÉ, I.C. (2020a). Conversaciones con Cristóbal Gnecco... De cuando “el camino se corrió de lugar”. *Diálogos en Patrimonio Cultural* 2: 69-76.
- JOFRÉ, I. C. (2020b). Cuerpos/as que duelen. Cosmopolítica y violencia sobre cuerpos/as indígenas reclamados como ancestros/as warpes. *Intersticios De La política Y La Cultura. Intervenciones Latinoamericanas*, 9(17). Recuperado de <https://revistas.unc.edu.ar/index.php/intersticios/article/view/28908>
- JOFRÉ, I. C. (2022a). Los caminos de servidumbre megaminera y narrativas del despojo en los procesos de patrimonialización neoextractivistas del Qhapac Ñan. In Carina Jofré & Cristóbal Gnecco (Eds.), *Políticas patrimoniales, y procesos de violencia y despojo en Latinoamérica* (pp. 193-294). Tandil: Editorial de la Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires (UNICEN).
- JOFRÉ, I.C. (2022b). El “retorno de lo andino” en las políticas de integración regional sudamericanas y su relación con el proyecto de patrimonialización del Qhapac Ñan. In Carina Jofré (Ed.), *Cartografías de los conflictos en territorios indígenas del Cuyum (Región Cuyo, Argentina)* (pp. 539-595). San Juan: Fondo Editorial de la Universidad Nacional de San Juan.
- JOFRÉ, I. C. (2022c). Interrumpiendo el discurso patrimonial: crítica y resistencia al neoextractivismo minero en Argentina. *Revista Heterotopías*, 5(9), 1-26. Recuperado a partir de <https://revistas.unc.edu.ar/index.php/heterotopias/article/view/38162>
- JOFRÉ, I. C. & Gnecco, C (Eds.) (2022). Introducción: Sobre patrimonio, despojo y violencia. In Carina Jofré & Cristóbal Gnecco (Eds.), *Políticas patrimoniales, y procesos de violencia y despojo en Latinoamérica*, (pp. 9-19). Tandil: Editorial de la Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires (UNICEN).
- JOFRÉ, I. C., & Gómez, N. C. (2022). El regreso de nuestros ancestros a su morada: reflexiones sobre los archivos de la demanda warpe desde la mirada de sus protagonistas. In Carina Jofré (Ed.), *Cartografía de conflictos en territorios indígenas del Cuyum (Región Cuyo, Argentina)* (pp. 451- 506). San Juan: Editorial de la Universidad Nacional de San Juan.
- KAN, J. (2018). El modelo de integración regional asociado a las reformas neoliberales. Un análisis de las iniciativas regionales de los años noventa y de la coyuntura actual. In C. Silva Flores, A. Noyola Rodríguez, & J. Kan, (Coords.), *América Latina. Una integración regional fragmentada y sin rumbo* (pp. 14-42). Buenos Aires: Colección Grupos de Trabajo. CLACSO. MEGA 2. IADE. Disponible sólo en

- versión digital: https://www.clacso.org.ar/libreria-latinoamericana/libro_detalle.php?id_libro=1507&pageNum_rs_libros=0&totalRows_rs_libros=1409
- LANDER, E. (2018). Neoextractivismo. Debates y conflictos en los países con gobiernos progresistas en Suramérica. In Héctor Alimonda, Catalina Toro Pérez, & Facundo Martin (Coords.), *Ecología Política Latinoamericana. Pensamiento crítico y horizontes emancipatorios en clave sur* (Vol.2, pp. 79-92). Buenos Aires: Ediciones CICCUS. CLACSO.
- LUGONES, M. (2008). Colonialidad y Género. *Tabula Rasa*, 9, 73-101. DOI: <https://doi.org/10.25058/20112742.340>
- LUGONES, M. (2011). Hacia un feminismo descolonial. *La manzana de la discordia*, 2, (6):105-119.
- LUMBRERAS, G. (1981). *Arqueología de la América Andina*. Lima: Milla Batres.
- MARCUS, G. (2018). Etnografías multisituadas. Reacciones y potencialidades de un *Ethos* del método antropológico durante las primeras décadas del 2000. *Etnografías Contemporáneas* 4 (7): 177-195.
- MARCHINI, J. (2018). Acuerdo de libre comercio entre el Mercosur y la Unión Europea: Una negociación apurada que ahonda asimetrías. In C. Silva Flores, A. Noyola Rodríguez, & J. Kan, (Coords.), *América Latina. Una integración regional fragmentada y sin rumbo* (pp. 72-92). Buenos Aires: Colección Grupos de Trabajo. CLACSO. MEGA 2. IADE. Disponible sólo en versión digital: https://www.clacso.org.ar/libreria-latinoamericana/libro_detalle.php?id_libro=1507&pageNum_rs_libros=0&totalRows_rs_libros=1409
- MARTÍNEZ ALIER, J. (2008). Conflictos ecológicos y lenguajes de valoración. *Revista Facultad Nacional de Salud Pública*, vol. 26: 24-34.
- MARTÍNEZ CANO, M. (2013). Qhapac Ñan. Rumbo a la nominación. Proyecto Qhapac Ñan – Sede Nacional Ministerio de Cultura. Recuperado de <https://qhapaqnan.cultura.pe/sites/default/files/articulos/QHAPAC-ÑAN-RUMBO-A-LA-NOMINACION.pdf>
- MARTELL CARREÑO, A. (2010). *Itinerarios Culturales y Patrimonio Mundial*. Lima: Fondo Editorial de la Universidad de San Martín de Porres.
- MARTELL CARREÑO, A. (2012). Itinerarios culturales: una herramienta para el desarrollo turístico sostenible. *Turismo y Patrimonio*, 7: 55-66.
- MARTELL CARREÑO, A. (2017). Criterios de comparación entre itinerarios culturales (patrimoniales) y rutas diseñadas. *Turismo y Patrimonio*, (8): 103-114. <https://doi.org/10.24265/turpatrim.2014.n8.08>
- MESKELL, L. (2018). *A Future in Ruins: UNESCO, World Heritage and the Dream of Peace*. New York: Oxford University Press.
- MINISTERIO DE CULTURA DE LA NACIÓN (2020). *Camino ancestral Qhapac Ñan. Una vía de integración de los Andes en Argentina*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Ministerio de Cultura de la Nación, Secretaría de Patrimonio Cultural.
- OCAMPO, J. A. (2012). *La historia y los retos del desarrollo latinoamericano*. Santiago de Chile: Naciones Unidas, Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL).
- OYĒWŪMÍ, O. (2017 [1997]). *La invención de las mujeres. Una perspectiva africana sobre los discursos occidentales del género*. Bogotá: Editorial en la Frontera.

- QUIJANO, A. (2000). *Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina*. In Edgardo Lander (Comp.), *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO.
- PASTRANA, J.; Jofré, I.C., Díaz, M. & Ortiz, M. (2022). Una crítica desencantada de los procesos de turistificación y extractivismo en Argentina: El caso de los Pueblos con Encanto. In Carina Jofré & Cristóbal Gnecco (Eds.), *Políticas patrimoniales, y procesos de violencia y despojo en Latinoamérica* (pp. 146-169). Tandil: Editorial de la Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires (UNICEN).
- RAMOS, A. (2008). El desarrollo de la etnohistoria andina a través de la (re)definición de lo andino (1970-2005). *Fronteras De La Historia*, 23(2): 8-43. <https://doi.org/10.22380/20274688.446>
- RENDÓN PUERTAS, M. L. (2017). *Reconstruyendo el Qhapaq Ñan en Ecuador y Perú. Tesis para obtener el título de doctorado en Ciencias Sociales con Especialización en Estudios Andinos*. Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, Departamento de Sociología y Estudios de Género. Ecuador: FLACSO. Recuperado de <https://repositorio.flacsoandes.edu.ec/xmlui/handle/10469/11883>
- SANZ, N. (2012). El Qhapac Ñan: camino del desarrollo andino. *Cultura y desarrollo* 7: 43-45.
- SEGATO, R. L. (2013). El sexo y la norma: Frente estatal, patriarcado, desposesión, colonidad. *Revista Estudios Feministas*, 22, (2): 593-616.
- SEGATO, R. L. (2016). *La guerra contra las mujeres*. Madrid: Traficantes de sueños.
- SEITZ, A. M. (2013). Cambios globales e institucionales en política exterior: el caso del IIRSA, UNASUR y la Patagonia Argentina. *Revista Aportes para la Integración Latinoamericana*, Año XIX, N° 29/Diciembre: 94-108.
- SHEN, J. & Beltrán, J. (2019). Turismo chino en itinerarios culturales: El Camino de Santiago y la Ruta Antigua de Té y Caballos. *Pasos. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, vol.17, (4): 811-826. DOI: <https://doi.org/10.25145/j.pasos.2019.17.056>
- SILVA FLORES, C., Noyola Rodríguez, A., & Kan, J. (Coords.) (2018). *América Latina. Una integración regional fragmentada y sin rumbo*. Buenos Aires: Colección Grupos de Trabajo. CLACSO. MEGA 2. IADE. Disponible sólo en versión digital: https://www.clacso.org.ar/libreria-latinoamericana/libro_detalle.php?id_libro=1507&pageNum_rs_libros=0&totalRows_rs_libros=1409
- SMITH, L. T. (2016). Escoger los márgenes. El rol de la investigación en la lucha indígena por la justicia social. In *A descolonizar las metodologías. Investigación y pueblos indígenas* (pp. 259-304). Santiago: LOM.
- SVAMPA, M. (2012). Consenso de los commodities, giro ecoterritorial y pensamiento crítico en América Latina. *OSAL Observatorio Social de América Latina Año XIII*, 32:15-38.
- SVAMPA, M. (2019). *Las fronteras del neoextractivismo en América Latina. Conflictos socioambientales, giro ecoterritorial, y nuevas dependencias*. Bielefeld: University Press.
- SVAMPA, M. & Viale, E. (2014). *Maldesarrollo. La Argentina del extractivismo y el despojo*. Buenos Aires: Katz editores.

- UNASUR (2012). Declaración de los Jefes y Jefes de Estado y de Gobierno de la Unión de Naciones Suramericanas -, promulgada en el año 2012. Repositorio IIRSA-COSIPLAN. <http://www.iirsa.org/>
- WORLD WIDE FUND FOR NATURE (WWF) (2015). *A global assessment of extractive activity within natural World Heritage sites*. UK.
- ZIBECHI, R. (2015). Interconexión sin integración: 15 años de IIRSA. *Revista Rebelión*. Recuperado de <https://rebellion.org/interconexion-sin-integracion-15-anos-de-iirsa/>

NARRATIVAS E EXPERIÊNCIAS DE VISITANTES DO BRASIL EM COMPOSTELA: PEREGRINAÇÃO SEM CAMINHADA E CONTEMPLAÇÃO DA CIDADE

NARRATIVES AND EXPERIENCES OF VISITORS FROM BRAZIL IN COMPOSTELA:
PILGRIMAGE WITHOUT WALKING AND CONTEMPLATION OF THE CITY

Carla Nepomuceno*

carla.nepomuceno@udc.gal

Roberto Samartim**

roberto.samartin@udc.gal

A partir da análise, categorização e exploração contrastiva de 10 entrevistas em profundidade realizadas telefonicamente a pessoas procedentes do Brasil que visitaram Compostela entre março de 2013 e março de 2014, dos inquéritos passados na cidade a essas pessoas e dos resultados do projeto de investigação em que se insere o presente contributo (juntamente com outra bibliografia secundária), são levantadas hipóteses em relação com as motivações da viagem de visitantes procedentes do Brasil, com as suas práticas e experiências durante a estadia em Compostela, assim como com os discursos sobre a imagem da cidade prévia e posterior à visita. Estas hipóteses apontam para a interpretação da peregrinação não apenas como um fenómeno religioso, mas entrelaçada com aspetos históricos, culturais, espirituais e místicos; para a conceção da própria visita à capital galega como se tratando apenas de uma peregrinação interior (toda a vez que 80% das informantes afirmam não terem feito nenhum tramo do Caminho de Santiago); ou para a vivência da cidade homologável à dum/a *flaneur* com elevado capital económico e escolar que percorre Compostela como um cenário carregado das categorias presentes quer no movimento *Nova Era* (energia, espiritualidade, misticismo, calma, etc.) quer, também, no conjunto repertorial definido por Paulo Coelho em *O diário de um mago* (1987), ainda sem se verificar uma leitura direta deste *best-seller* por esta amostra de visitantes procedentes do Brasil em Compostela.

* Universidade da Coruña (UDC)

** Universidade da Coruña (UDC)

Grupo de Estudos Territoriais (GET-UDC) / Rede Galabra (USC, UMinho)

<https://orcid.org/0000-0001-8704-2235>

Palavras-chave: Caminho de Santiago. Peregrinação. Brasil. Entrevistas. Questionários.

From the analysis, categorization and contrastive exploration of 10 in-depth interviews carried out by telephone with people from Brazil who visited Compostela between March 2013 and March 2014, the surveys carried out in the city to these people and the results of the research project in which the present contribution is inserted (along with other secondary bibliography), hypotheses are raised in relation to the motivations for the trip of visitors from Brazil, with their practices and experiences during their stay in Compostela, as well as with the speeches about the image of the city before and after the visit. These hypotheses point to the interpretation of pilgrimage not only as a religious phenomenon, but intertwined with historical, cultural, spiritual and mystical aspects; for the conception of the visit to the Galician capital as just an interior pilgrimage (whenever 80% of the informants say they have not made any part of the Camino de Santiago); or for the experience of the city similar to that of a flaneur with high economic and educational capital that travels through Compostela as a scenario full of the categories present both in the New Age movement (energy, spirituality, mysticism, calm, etc.) and also in the repertoire set defined by Paulo Coelho in *O diary of a magician* (1987), still without a direct reading of this best-seller by this sample of visitors from Brazil in Compostela.

Keywords: Way to Santiago. Pilgrimage. Brazil. Interviews. Questionnaires.

1. Apresentação da investigação

O presente contributo pretende avançar no conhecimento sobre as motivações, as representações (Chartier 2002) e as práticas realizadas pelas pessoas que visitam Santiago de Compostela. Em concreto, o artigo analisa uma amostra significativa de visitantes procedentes do Brasil com o objetivo de levantar hipóteses sobre os motivos e as expectativas da visita, sobre a imagem (prévia e posterior) que da cidade têm estas pessoas e sobre as práticas e consumos realizados na capital da Galiza polo contingente de visitantes que chegam do Brasil a Compostela entre março de 2013 e março de 2014.

O estudo das expectativas e do comportamento das pessoas brasileiras tem especial interesse para a planificação da imagem projetada e dos usos da cidade toda a vez que, de acordo com os dados fornecidos polos informes elaborados polo CETUR para o período compreendido entre 2005 e 2018, as pessoas chegadas do Brasil a Compostela supõem o maior contingente de turistas na cidade procedentes de fora da Europa entre os anos 2008 e 2011 (data em que começa a investigação em que se insere este contributo), sendo superado apenas no resto da série histórica por visitantes com origem nos

EUA (também no México em 2005) e significando uma média de 4,1% do turismo total recebido na cidade nos 14 anos considerados (Tabela 1).

Tabela 1: Turistas em Compostela procedentes do Brasil.
Percentagem sobre o total para 2005-2018.

| 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 |
|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| 3,8 | 3,1 | 3,3 | 7,3 | 4,3 | 11,3 | 6,14 | 2,8 | 1,7 | 3 | 2,3 | 2,3 | 3,6 | 2,5 |

Fonte: Elaboração própria a partir de CETUR (2005-2018).

Sem pretensões de representatividade e apenas com o referido objetivo de levantar hipóteses que deverão ser validadas ou refutadas em trabalhos posteriores (a partir da abordagem de um maior volume de corpus), assim como de testar a produtividade da amostra selecionada, das perguntas colocadas e do método utilizado para o levantamento dessas hipóteses, este contributo analisa, como **corpus** primário, uma parte significativa das entrevistas em profundidade realizadas no seio dos projetos desenvolvidos por uma equipa da Rede Galabra sobre os impactos do Caminho de Santiago na comunidade local de Compostela.¹ Neste sentido, dentro do primeiro destes projetos foram passados, entre março de 2013 e março de 2014, um total de 354 inquéritos válidos a pessoas brasileiras durante a sua visita a Santiago de Compostela e, um ano depois do regresso às suas localidades de origem, uma parte representativa destas pessoas inquiridas (59, o que faz 16,7% do total) foi entrevistada por telefone ou vídeo-conferência durante uma média aproximada de 49 minutos por pessoas da equipa competentes na variante brasileira do galego-português.

1 Os trabalhos ligados ao projeto “Discursos, imagens e práticas culturais sobre Santiago de Compostela como meta dos Caminhos de Santiago” foram realizados por uma equipa da Rede Galabra composta por onze pessoas procedentes de seis universidades sediadas em quatro países (Galiza, Espanha, Portugal e o Brasil) entre os anos 2011 e 2017 e foram financiados polo Ministerio de Economía y Competitividad do governo da Espanha entre 2012 e 2015 (Ref.: FFI2012-3552). Esta investigação teve continuidade no projeto “Narrativas, usos e consumos de visitantes como aliados ou ameaças para o bem-estar da comunidade local: o caso de Santiago de Compostela”, financiado entre 2018 e 2022 polos fondos FEDER do Ministerio de Ciencia, Innovación y Universidades – Agencia Estatal de Investigación do Governo da Espanha (Ref: FFI2017-88196-R), que está a ser executado, por sua vez, por uma equipa multidisciplinar (envolvendo até seis áreas de conhecimento diferentes) de doze pessoas vinculadas a sete universidades dos mesmos quatro países.

Destas 59 entrevistas (acessíveis através de <https://galabra.linguarum.net/corpus/>), foram selecionadas para o presente trabalho dez (10) informantes que exprimem a variabilidade dentro da população visitante entrevistada e permitem, portanto, a extração de resultados contrastáveis relativos ao nosso objeto de estudo. Entendemos que esta amostra é significativa, então, porque a seleção feita vai ao encontro dos perfis e as médias maioritários presentes no total das entrevistas feitas no projeto.

Assim, para a escolha dessas 10 entrevistas foram combinadas variáveis tanto de mostragem (género, lugar de procedência, idade e renda) como de pesquisa (indicação de serem pessoas peregrinas ou não, estarem na primeira visita e terem lido, ou não, Paulo Coelho) e, mais em concreto, foi realizada uma seleção equilibrada de entrevistas quanto a: 1) distribuição por género (50% de homens e mulheres); 2) distribuição geográfica por lugar de procedência, nomeadamente São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ) e Porto Alegre (PA) por conformarem os lugares maioritários de procedência de visitantes do Brasil (80% por junto: 3RJ, 3SP, 2PA); o resto de informantes escolhidos atendem à necessidade de comprovação das narrativas de visitantes procedentes de lugares com uma relevância relativamente menor, como Espírito Santo (ES) e outras populações do Estado de Rio Grande do Sul (RS) (1ES, 1RS); todas as entrevistas selecionadas estão também dentro das margens de 3) idade (48 anos de média da amostragem por 44 anos do conjunto do corpus) e de 4) renda do conjunto da amostra (6,35 para uma amostra de entre 5 e 8 valores). Por outro lado, interessa-nos 5) a declaração de a visita ser, ou não, considerada uma peregrinação a Compostela (60% sim / 40% não); 6) que as 10 pessoas informantes estejam na sua primeira visita (100%) e 7) a distribuição quanto à presença/ ausência de referências explícitas à obra de Paulo Coelho (50%) (Tabela 2).

Tabela 2: Seleção dos perfis da amostra

| Informantes | Elementos do perfil procurado | | | | | | |
|---------------|-------------------------------|---------------------|--------------------|--------------------|------------------------|---------------------|------------------------|
| | Variáveis de amostragem | | | | Variáveis de pesquisa | | |
| | 1) <i>Gênero</i> | 2) <i>Cidade</i> | 3) <i>Idade</i> | 4) <i>Renda</i> | 5) <i>Peregrina</i> | 6) <i>Visita</i> | 7) <i>P. Coelho</i> |
| Informante 1 | H | RJ | 48 | 5,5 | Não | 1ª | Não |
| Informante 2 | M | RJ | 58 | 6 | Sim | 1ª | Não |
| Informante 3 | M | SP | 58 | 7 | Não | 1ª | Não |
| Informante 4 | H | SP | 55 | 6 | Não | 1ª | Sim |
| Informante 5 | M | PA | 49 | 7 | Sim | 1ª | Sim |
| Informante 6 | H | PA | 48 | 6 | Sim | 1ª | Sim |
| Informante 7 | M | SP | 36 | 6 | Não | 1ª | Sim |
| Informante 8 | H | RJ | 40 | 7 | Sim | 1ª | Não |
| Informante 9 | H | RS | 45 | 7 | Não | 1ª | Sim |
| Informante 10 | M | ES | 47 | 6 | Não | 1ª | Não |

Fonte: Elaboração própria com base em Nepomuceno (2018, p. 11).

Estas 10 entrevistas em profundidade selecionadas serão objeto de análise em relação com os seus inquéritos correspondentes. Nestes inquéritos, por sua vez, foram identificadas para análise aquelas perguntas (num total de 13) relativas às motivações, as práticas e as representações das pessoas que visitam Compostela procedentes do Brasil. Estas perguntas serão utilizadas também para a extração de informação das entrevistas.

Tabela 3: Perguntas retiradas dos inquéritos.

| | |
|-----------------------|--|
| Motivações | <ol style="list-style-type: none"> 1. Motivos da escolha de Santiago de Compostela/ do Caminho de Santiago como destino? 2. É peregrino/a? 3. Viu o leu algum livro/ filme sobre o Caminho/ Santiago de Compostela? 4. Qual é a primeira coisa que vem a sua cabeça quando pensa em Santiago de Compostela? 5. Na organização, que fontes de informação consultou para organizar a sua visita e a viagem? |
| Práticas | <ol style="list-style-type: none"> 1. Pensa que há alguma coisa que não se pode ir da cidade sem fazer? 2. Que lugares da cidade já visitaram ou pensam visitar? 3. Que atividades já fizeram ou pensam fazer em Santiago? 4. Tinha ou tem previsto comer ou beber alguma coisa em Santiago? 5. Comprou produtos alimentares em lojas ou mercados em Santiago? |
| Representações | <ol style="list-style-type: none"> 1. Com que identifica agora Santiago de Compostela? 2. Alguma descoberta? Há algum lugar da cidade que o/a surpreendesse? <p>Algum lugar que descobriram?</p> <ol style="list-style-type: none"> 3. Que emoções/ sensações teve durante o Caminho de Santiago/ a visita à cidade? |

Fonte: Elaboração própria (inquérito completo acessível em Nepomuceno, 2018: anexo 1).

Do ponto de vista do método utilizado, o corpus secundário (inquéritos) é analisado a partir da codificação e categorização das respostas fornecidas às 13 perguntas referidas na Tabela 3 (tratadas com recurso a análises estatísticas descritivas através do pacote IBM SPSS 23) e, no caso das 10 entrevistas em profundidade selecionadas (corpus primário), os discursos nelas presentes serão analisados a partir de uma leitura multidimensional da transcrição dos seus conteúdos, extraíndo e abstraíndo as categorias e ideias pertinentes para os objetivos focados neste trabalho.

A análise contrastiva destes dous tipos de *corpora* é completada com o recurso a bibliografia específica, nomeadamente (ainda que não unicamente) aos resultados dos projetos de investigação de que faz parte este contributo.

2. Revisão bibliográfica

Dentre os materiais bibliográficos levantados sobre a relação da população brasileira com os Caminhos de Santiago ou a cidade de Compostela Stel e Carneiro (2008) estudam as relações com o Caminho de Santiago de várias rotas brasileiras de peregrinação (o Caminho da Luz em Minas Gerais, o Caminho

do Sol e o Caminho da Fé em São Paulo, o Caminho das Missões no Rio Grande do Sul e os Passos de Anchieta no Espírito Santo) para concluírem que:

1. os caminhos brasileiros incorporam elementos próprios de espiritualidade do Movimento *New Age*;
2. a peregrinação está associada a um modelo de **religiosidade difusa**, onde o “sagrado” se mistura com a prática da caminhada, momentos de lazer e encontro com o “eu”; e
3. os caminhos brasileiros propiciam a **transformação interior** e possibilitam, por um lado, a repetição da experiência vivida em Santiago de Compostela daquelas pessoas que já fizeram algum dos Caminhos a Santiago e, por outro lado, funcionam como **treino** para aquelas que vão fazer posteriormente o Caminho a Compostela.

Da sua parte, Toniol (2011) analisa o Caminho de Santiago da perspectiva do movimento *New Age* e a popularidade da rota jacobea no tocante a criação de várias associações no território brasileiro. O contributo conclui que há duas perspectivas diferentes em relação a como é entendido o conceito de pessoa peregrina:

1. a peregrinação focada nas **dificuldades** enfrentadas no Caminho de Santiago, conferindo assim a quem peregrina características heroicas; e
2. as narrativas das pessoas que peregrinam a Compostela colocam o foco na **transformação** experimentada, nomeadamente por causa do **caráter místico** do lugar, confirmando assim a consolidação de Santiago de Compostela e os Caminhos não só como um lugar de peregrinação, mas como um modelo de **experiência** (mística, espiritual, ...).

Dentre os resultados das investigações de Galabra que estudam os impactos dos Caminhos de Santiago na população local compostelana (Samartim & Pazos-Justo 2020), oito publicações (uma delas saída de um trabalho académico) contemplam o contingente de visitantes do Brasil, quer de maneira específica quer juntamente com o estudo de pessoas procedentes da Galiza, Portugal ou a Espanha. O conhecimento gerado por estes materiais tem também interesse para o objeto de estudo do presente contributo já que permite o contraste entre os resultados atingidos por tipologias de *corpora* diferentes. Neste sentido, nenhuma destas abordagens é feita a partir do corpus de entrevistas de onde foi retirada a mostragem do presente artigo, analisando estes resultados de Galabra materiais bibliográficos (Torres 2011; Fernández, Del Rio & Rodríguez 2016; Fernández & Samartim 2016), literários (Torres 2012;

Villarino 2015), inquéritos (Bello 2014; Villarino 2015; Fernández, Del Rio & Rodríguez 2016) e também entrevistas (Martínez 2014; Bello 2016), ainda que neste último caso procedentes de *corpora* diferentes aos levantados para os projetos principais de Galabra.

Na Tabela 4 foram sintetizados os principais resultados destes contributos em relação com os objetivos focados e as conclusões tiradas ou as hipóteses levantadas.

Tabela 4: Síntese de resultados de Galabra com referência ao Brasil.

| Autoria/ Ano | Objetivos | Conclusões / Hipóteses |
|---|---|---|
| Torres Feijó 2011 | Expor os elementos reperi- toriais mais importantes elaborados na época contemporânea sobre o Caminho | Conclusões: As ideias sobre o Caminho de Santiago conformaram-se a partir dos discursos (1) da Igreja católica, (2) de instituições internacionais como a UNESCO e (3) da obra de Paulo Coelho. Hipóteses: as ideias elaboradas condicionam as prá- ticas e usos da cidade de Santiago de Compostela de visitantes e da comunidade local. |
| Torres Feijó 2012 | Análisar a interação dos macrodiscursos sobre o Caminho e a cidade (Tor- res Feijó 2011) na elabo- ração de textos literários (romances) | O olhar religioso, místico-esotérico e conspirativo de alguma produção literária sobre o Caminho de San- tiago e a cidade estará a impor-se, podendo estar a incidir na cidade e na Galiza culturalmente. |
| Bello Vázquez 2014 | Verificar se a religião, his- tória e cultura do Caminho anulam/ ocultam as cultu- ras locais das populações atravessadas pola rota | 1. Ocultamento / anulação culturas locais 2. Imagem de Santiago = Religião, património material 3. Centralidade do discurso de Paulo Coelho 4. Centralidade da Catedral |
| Martínez Vila 2014 [> Carral et al 2016] | Conhecer os consumos gastronómicos em San- tiago de visitantes brasilei- ros, portugueses, galegos e espanhóis | 1. Falta de correspondência entre os setores produ- tivos de maior importância na Galiza em geral e os consumos efetivos na cidade 2. Inexistência de correspondência entre os consumos turísticos em restaurantes e a dieta local e a produção da bacia alimentar de Santiago de Compostela. |
| Villarino Pardo 2015 | Conhecer o peso de pro- dutos culturais na confor- mação dum imaginário presente na tomada de decisão pelo destino San- tiago de Compostela | 1. Forte presença da cultura do Caminho 2. Desejo de conhecer vilas e cidades, presentes nas narrativas dos três produtos culturais analisados (como se os visitantes decidissem percorrer os mes- mos lugares que estão referenciados nessas obras) 3. Consumos e práticas realizados polos visitantes bra- sileiros: destaca a ausência do elemento gastronómico. |

| Autoria/ Ano | Objetivos | Conclusões / Hipóteses |
|---|---|---|
| Fernández Rodríguez, Del Río & Rodríguez Prado 2016 | Conhecer o impacto na imagem de Santiago de <i>Diário de um Mago</i> e de <i>The Way</i> | 1. Impacto do discurso de Paulo Coelho nos Brasileiros 2. Impossibilidade de testar impactos de <i>The Way</i> 3. Imagem de destino diferente para 3 nacionalidades: a. Esp.: Gastronomia, paisagem, Catedral, Caminho, idiossincrasia b. Br.: Catedral, cidade, Espanha, língua, peregrinação, religião, história, arquitetura e gastronomia (menor destaque). c. Pt.: Paisagem, idiossincrasia, Catedral, identificação intercomunitária (semelhanças Gz-Pt) |
| Fernández Rodríguez & Samartim 2016 | Analisar o impacto de Paulo Coelho em práticas/ consumos ligados ao Caminho | 1. Confirma-se o impacto do discurso de Paulo Coelho 2. Práticas/ Consumos/ Imagem da cidade: espiritualidade, medievalismo (ex. <i>souvenirs</i> templários) 3. Ocultamento da cultura/ população local. |
| Bello Vázquez 2016 | Conhecer os consumos culturais das pessoas peregrinas procedentes de Porto Alegre em Compostela | 1. Existência duma cultura e uma ética do Caminho 2. " Neutralidade cultural": Experiência internacional de pronto consumo 3. [Endogamia]: não interação com cultura/ população local, só com outras pessoas peregrinas 4. ["Distinção"]: desapego/ austeridade ("jogar a ser pobre") 5. ["Espiritualidade"]: viagem espiritual (não turismo) |

Fonte: Elaboração própria.

A análise desta bibliografia aponta para umas **motivações** das pessoas brasileiras a visitarem Compostela referenciadas no âmbito da religião, a espiritualidade e o autoconhecimento. A visita está motivada por narrativas presentes em determinados produtos culturais, nomeadamente em *O diário de um mago* (1987) de Paulo Coelho, procurando as pessoas, sobretudo, estarem presentes nesse lugar de peregrinação conhecido internacionalmente, na busca de uma experiência espiritual e de encontro consigo próprias. A cultura do Caminho, caracterizada pela austeridade e a endogamia, faz-se presente nas narrativas brasileiras e as pessoas visitantes expressam o desejo de conhecerem a história, os lugares e o património (nomeadamente a Catedral) representados em obras literárias sobre Santiago e o Caminho, completando assim o aspeto histórico-cultural-espiritual da visita (e/ou da peregrinação).

Em relação com as **práticas** realizadas na cidade por pessoas procedentes do Brasil, elas movimentam-se de regra pela parte antiga da cidade

(identificada como histórica e medieval), com destaque para as proximidades da Catedral e a Praça do Obradoiro, onde são realizados a maioria dos consumos. Entre estes consumos documentados destacam aqueles relacionados com a cultura *Nova Era* (caracterizada pelo desapego, a espiritualidade ou o misticismo), tais como a compra de *souvenirs* com motivos medievais e religiosos. Finalmente, as pessoas chegadas do Brasil a Compostela evidenciam um relativamente alto desconhecimento prévio da oferta gastronómica da cidade (ao contrário de visitantes da Galiza, Portugal ou a Espanha) e, consequentemente, os seus consumos neste sentido são especialmente baixos (4,72%; Martínez Vila 2014, p. 30), sem serem tampouco capazes de especificar se os produtos consumidos fazem parte da gastronomia galega ou espanhola.

Já quanto às **representações**, a imagem prévia de Compostela transmitida por visitantes do Brasil está claramente identificada com as categorias de religiosidade, espiritualidade e esoterismo, presentes também nas narrativas de Paulo Coelho (confronte-se 41% de referências atribuídas à “religião” com 19% referenciadas na história ou o património recolhidas em Bello Vázquez 2014, p. 38). O impacto da (oferta da) cidade nesta imagem evidencia-se no aumento de referências à experiência vivida através da gastronomia e da reflexão sobre os hábitos e costumes locais, ainda que a imagem vinculada com categorias próprias da religião-cultura-património-história continua a ser maioritária (66% do total das respostas documentadas por Bello Vázquez 2014, p. 41).

Em síntese, cabe ressaltar a vivência da cidade referenciada num discurso neorromântico que não está presente apenas nas obras de Paulo Coelho, mas que também faz parte da narrativa de muitos outros produtos culturais. Estaríamos, portanto, perante um discurso global (envolvendo o medievalismo, o misticismo, a espiritualidade ou o autoconhecimento) em volta da cidade de Santiago de Compostela e dos Caminhos, que neste caso, de acordo com a maioria de referências acima citadas, estaria ocultando outros elementos tradicionais ou identificativos da cultura galega/ compostelana ou da comunidade que habita a cidade de Santiago.

3. Discussão de resultados

Abordamos conjuntamente a amostra de inquiridos e entrevistas no que diz respeito aos três aspetos tratados neste contributo (motivações, práticas e representações; ou expectativas, consumos e ideias) e sintetizamos, no fim desta epígrafe, os elementos de contraste detetados nestes três âmbitos com

foco na informação fornecida pelas entrevistas, por se tratar da tipologia de corpus que pretendemos testar neste contributo.

3.1. Motivações/ Expetativas

Da exploração das perguntas dos inquiridos identificadas na tabela 3 referidas às motivações da viagem de visitantes do Brasil a Compostela foi retirado o conjunto de palavras chave recolhido na Tabela 5.

Tabela 5: Motivações e expetativas presentes nos inquiridos.

| Inquiridos | Motivações da viagem (palavras chave) |
|---------------|---|
| Informante 1 | "conhecer a catedral", "abraçar o Santo", "assistir a missa", "referência de amigos". |
| Informante 2 | "ver a catedral", "passear", "cidade católica". |
| Informante 3 | "conhecer", "peregrinação". |
| Informante 4 | "viagem religiosa", "Paulo Coelho", "catedral", "caminhada",. |
| Informante 5 | "Paulo Coelho", "peregrinação", "catedral", "abraçar o Santo", |
| Informante 6 | "razões espirituais e turismo", "Paulo Coelho", "peregrinação", "autoconhecimento". |
| Informante 7 | "Paulo Coelho", "catedral", "ir à missa", "abraçar o Santo". |
| Informante 8 | "peregrinos", "caminho", "catedral". |
| Informante 9 | "religião", "fé", "peregrinação", "caminho", "lenda do Santo e do túmulo", "caminhada", "catedral", "abraçar o Santo", "assistir missa", "passear". |
| Informante 10 | "caminho", "autoconhecimento", "catedral", "conhecer". |

Fonte: Nepomuceno (2018, pp. 30-31).

As referências maioritárias nos inquiridos selecionados dizem respeito a uma motivação religiosa (destacando palavras chave vinculadas a este campo semântico, tais como "Catedral", "Santo", "missa", "peregrinação" ou "caminho/caminhada", "viagem religiosa", "cidade católica"). Seguem em frequência de ocorrência aquelas referências a elementos vinculados com o movimento atrás denominado *Nova Era* ("Paulo Coelho", "autoconhecimento", "razões espirituais"). Em menor medida, documentam-se também referências que podem ser relacionadas com motivações turísticas, como o desejo de "conhecer" e "passear"

uma cidade patrimonial, podendo aparecer estas também vinculadas com as duas categorias principais (“razões espirituais e turismo”, “conhecer a catedral”).

Por outro lado, já foi apontado que levantamos informação das entrevistas selecionadas recorrendo às mesmas perguntas utilizadas para a análise dos resultados do corpus de inquéritos (*vd. supra* Tabela 3). Neste sentido, cabe indicar, antes de mais, que verificamos dous desencontros na informação fornecida polos inquéritos e polas entrevistas e que eles dizem respeito, nomeadamente, à relação da obra de Paulo Coelho com a motivação alegada para a visita a Compostela e ao entendimento da categoria de pessoa peregrina.

Assim, em primeiro lugar, apenas uma das cinco pessoas que nos inquéritos dizia ter lido Paulo Coelho afirma ter encontrado na obra deste autor a motivação para a sua visita (e, aliás, minorando o impacto desta obra na decisão face a um documentário inglês; informante 6), enquanto esta referência explícita fica ausente das outras quatro pessoas entrevistadas uma vez retornadas as suas moradas no Brasil (informantes 4, 5, 7 e 9). Contudo, entre as expectativas que motivam a visita a Compostela das pessoas entrevistadas, cujos fragmentos significativos a esse respeito podem ser consultados na Tabela 6, destacam claramente as motivações religiosas e espirituais (em menor medida também turísticas ou culturais e, episodicamente [informante 7], relativas ao desejo de conhecer a identidade diferenciada da Galiza) e nesta espiritualidade sim é possível identificar os materiais repertoriais com que é construída a obra de Coelho.

Tabela 6: Motivações e expectativas identificadas nas entrevistas.

| Entrevistas (data) | Motivações da viagem (trechos) |
|------------------------------|--|
| Informante 1 (17/12/2014) | A motivação principal é que a grande parte da minha família é católica e... é um referencial religioso importante para os católicos, ne? A cidade de Santiago... e... Eu na verdade tenho uma... minha motivação é sempre mais uma curiosidade cultural e também de conhecer um lugar que... que é um símbolo... para uma religião que é importante no mundo. Para mim é mais nesse sentido, de conhecer também uma parte da história que eu não conhecia. Mas Santiago eu tinha essa curiosidade ver os rituais religiosos mesmo, compreender como é que era as histórias de [...] a cidade. Como é que era a história da... da própria, do próprio rito, do próprio mito que se colocava na cidade, ne? Então foi uma viagem que certamente tem um lado religioso muito forte e [...] acho que tem assim dois lados. Então é o viajar por curiosidade cultural mesmo, de conhecer a cidade de... querer saber sobre e o lado religioso no caso da viagem que nós fizemos. |

| Entrevistas (data) | Motivações da viagem (trechos) |
|------------------------------|---|
| Informante 2 (24/11/2014) | Foi assim, não sei se você acredita no mundo espiritualidades , mas eu, de uma amiga espiritual, foi-me dito no meu ouvido uma oração e falava do Caminho de Santiago e aí, uma parte só dela diz assim: “no Caminho de Santiago” |
| Informante 3 (18/12/2014) | [...] Não, pra falar a verdade o meu era mais, eu sou religiosa, claro, mas assim não era o ponto principal. O meu era turismo mesmo, conhecer. Entendeu? |
| Informante 4 (27/10/2014) | Esse meu amigo tinha tido uma experiência emocionante ao conhecer Santiago de Compostela e, ao me relatar, tinha curiosidade depois desse relato dele, aguicei ainda mais a curiosidade. Infelizmente, como relatado pela sua companheira, choveu muito naquela estada nossa, e ficámos apenas um dia. Algo que acabou comprometendo, mas não tirou essa energia , era coisa magnífica, majestosa que é o ambiente de Santiago. |
| Informante 5 (08/01/2014) | A gente foi, mais, para conhecer mesmo... Procurar sítios cada vez mais... mais antigos , assim.... isso é muito... e então, a gente... a gente sempre desce em Lisboa... |
| Informante 6 (12/11/2014) | Olha, sinceramente [...] o primeiro contacto que eu tive com o caminho de Santiago foi através do livro do Paulo Coelho . Mas fazer o caminho de Santiago nasce [...] ano passado, quando... eu vi um programa de um... um programa inglês , de um repórter... inglês, que neste momento não me vem o nome [...] ele fez um documentário, fazendo o caminho de Santiago[...] eu comecei a ver a história e num primeiro momento não era [...] não estava muito ligado... no final esse programa se repetiu depois em agosto... e aí eu vi ele todo inteiro, segui todos os passos... |
| Informante 7 (07/02/2013) | O destino é que me botou na Galicia . Eu tinha na verdade, e foi ele que me incentivou, que me falou que é uma região bem diferente do resto da Espanha , uma região muito bonita. De Santiago, ele falou que ele foi e que caminhou até ao centro histórico e tudo mais. Na verdade, o que eu queria mesmo, era a Catedral . |
| Informante 8 (05/12/2013) | [...] por um propósito, pela fé , né? Religioso , seria isso, não é? Mas aí o que me surpreendeu foi...porque é assim, aí, aparentemente é urbanização. Embora é assim, eu nunca fui de Aparecida andando, eu já fui de carro. Foi mais que o que fala e o que vimos, mesmo. Histórias de aí pela via, essas coisas, sobre os peregrinos . Aí criou-se uma expectativa e oh: “Atenção que à hora que chegar lá, vocês vão ver o pessoal chegando”. E a gente depois ansioso muito disso e [...] foi muito interessante. // [...] pelas recomendações que a gente tinha. De que eram lugares muito bonitos , porque eu adoro uma viagem interessante e repleta de coisas... adoramos ver, achei muito válida a viagem e muito bonita. // A expectativa que foi criada de Santiago era mesmo os peregrinos e...na verdade a História , né? Que tinha, que era semelhante, que a gente assemelhou a... Aparecida do Norte ² que a gente tem aqui como eu te falei, né? A gente não criou muita expectativa não, com relação a isso. |

2 Aparecida do Norte, é um município brasileiro no estado de São Paulo, onde se encontra a Basílica de Nossa Senhora Aparecida, padroeira do Brasil.

| Entrevistas (data) | Motivações da viagem (trechos) |
|-------------------------------|--|
| Informante 9 (25/01/2013) | Motivos religiosos e de fé , Santiago fazia parte de uma peregrinação pelos santuários Marianos. |
| Informante 10 (17/12/2014) | As pessoas falavam de um ar espiritualizado entorno da Catedral , a missa com o incensário . Algumas pessoas que conhecia, mas que não fizeram o Caminho, falavam de visitar Santiago de Compostela para vivenciar a cidade através da catedral . |

Fonte: Elaboração própria com base em Nepomuceno (2018, pp. 36-39).

Em relação com o outro desencontro apontado acima, se nos inquiridos quatro das dez pessoas declaram no momento de serem questionadas a sua consideração de peregrina, essa afirmativa apenas se faz presente em uma ocasião no corpus de entrevistas (*vd.* acima na Tabela 6 o fragmento tirado do Informante 9). Se levarmos em conta a existência mesmo de um documento a acreditar a condição de pessoa peregrina emitido pela Igreja católica (a *Compostela*, a certificar a realização dum percurso do Caminho de pelo menos 100 km a pé ou a cavalo, ou 200 km de bicicleta; Pazos-Justo, Del Río & Samartim 2018, p. 243), parece estarmos perante os dous modos de vivenciar a peregrinação apresentada por Toniol (2011, p. 71). Neste caso, não tanto no que diz respeito à categoria de “peregrino heroico” (que realizou o Caminho e enfrentou as dificuldades que isso supõe), toda a vez que a maioria de informantes fizeram a viagem em grupo, com familiares ou amigos, e rodeados de conforto (com motivo de conhecer outra cultura, sim, mas favorecendo o contacto familiar e social em detrimento de outras relações externas ao próprio grupo), mas sobretudo no entendimento como pessoa peregrina de quem se sente partícipe dessa categoria por ter vivenciado Santiago de Compostela com um “olhar-peregrino”, consumido o capital simbólico da cidade, experimentado um conjunto de sensações ligadas à espiritualidade e o misticismo e, em último termo, se ter autoidentificado como pessoa peregrina sem nunca ter feito o Caminho; ou fazendo apenas um simulacro de peregrinação (*vd. infra* as práticas da informante 3) ou uma peregrinação interior (tal como aponta mais abaixo a informante 10).

3.2. Práticas/ Consumos

As categorias retiradas dos inquéritos a visitantes do Brasil em Compostela em relação com práticas ou consumos na cidade (Tabela 7) apontam para a centralidade da Catedral (a sequência “visitar a Catedral” aparece em 50% de informantes), mas esta visita não está necessariamente ligada a práticas religiosas (apenas uma pessoa [1/10] aponta explicitamente para algum elemento próprio da liturgia católica: “ir à missa”), com o qual esta referência poderia ser vinculada ao carácter patrimonial da Catedral e, nesse sentido, relacionada com as visitas a “museu(s)” ou com o desejo de “conhecer lugares” ou “costumes das pessoas”, ou de “passear” (3/10); com estas ocorrências é possível ainda relacionar outras práticas referenciadas mais claramente no turismo, como “tirar fotos” (3/10). Destaca também neste sentido, e ainda em maior medida, a referência a consumos materiais (“comprar”, “visitar centro comercial”, “fazer compras” e, sobretudo, “comprar *souvenirs*”) ou especificamente gastronómicos (“comprar produtos gastronómicos”, “comer”, “comida” ou “comida galega”, “tarta de Santiago”, “vinho tinto”, “paelha”). Que entre os produtos citados apareça uma referência à “paelha” pode apontar para o peso deste prato na oferta do comércio localizado na zona velha da cidade, o qual, como indicado por Martínez Vila (2014, p. 30), também não contribui para a identificação pelas pessoas visitantes de determinados produtos como fazendo parte da gastronomia galega ou da espanhola.

Tabela 7: Práticas e consumos presentes nos inquéritos.

| Inquéritos | Práticas e Consumos |
|--------------|---|
| Informante 1 | “visitar a Catedral”, “museu”, “comprar produtos gastronómicos”, “conhecer lugares”, “conhecer costumes das pessoas”. |
| Informante 2 | “visitar a Catedral”, “tirar fotos”, “visitar centro comercial” |
| Informante 3 | “visitar a Catedral”. |
| Informante 4 | “paelha”, “vinho tinto”, “fazer compras”, “visitar a Catedral”. |
| Informante 5 | “passear”, “visitar a Catedral”. |
| Informante 6 | “comer”, “passear”, “ir à missa”, “comprar <i>souvenirs</i> ”, “fazer alguma atividade cultural”. |
| Informante 7 | “comida galega”, “comprar <i>souvenirs</i> ”, “tirar fotos”. |
| Informante 8 | “comprar tarta de Santiago”. |

| Inquéritos | Práticas e Consumos |
|---------------|---|
| Informante 9 | "passear", "comer", "comprar <i>souvenirs</i> ", "tirar fotos". |
| Informante 10 | "comida", "ir a Fisterra". |

Fonte: Nepomuceno (2018, p. 32).

Em coincidência com a informação presente nos inquéritos, dentro das práticas e consumos retirados das entrevistas destacam como elemento maioritário a Catedral e as ações realizadas no seu entorno (tal como apontado em vários resultados do projeto de Galabra sintetizados na Tabela 4), seguido daquelas práticas vinculadas ao conhecimento dum lugar antigo/histórico e referente internacional de peregrinação (e então vinculadas com ritos religiosos: "A gente queria assistir a missa dos peregrinos, e a gente conseguiu" [informante 3]; "... a experiência da bênção dos peregrinos com a defumação" [informante 4]).

Em relação com os consumos maioritários na cidade, eles são realizados portanto na contorna da Catedral e consistem principalmente na compra de *souvenirs* para levar de recordação e presentear amigades e familiares. Nem todas as pessoas visitantes declaram ter feito algum tipo de consumo gastronómico na cidade de Santiago de Compostela (comidas e bebidas apenas 3 de 10; já incluindo o consumo de *souvenirs* e comida 7 de 10), isso possivelmente dá-se pelo fato de que todas as pessoas visitantes entrevistadas estiveram na cidade por um curto período, um dia apenas, como um lugar de passagem numa viagem maior.

Documentamos ainda um tipo de consumo mais simbólico do que material, uma "peregrinação simbólica" presente no depoimento duma das pessoas entrevistadas (declarada nos inquéritos como "não peregrina") e vinculada com o afirmado atrás em relação com a categoria de "olhar peregrino" de Toniol (2011). Veja-se nesse sentido o fragmento seguinte: "É, nós descemos lá no caminho, paramos na estrada, falamos «*vamos dar uma caminhada*», e que nós fomos um pedacinho e voltamos; eu falei: pelo menos pra *falar que andamos aqui*, entendeu?" (Informante 3; *itálicos nossos*). Atestamos aqui, para além dum possível desejo de distinção, um tipo de prática experiencial conformada no imaginário desta visitante de maneira que a leva a procurar querer viver (ou *simular* viver) a experiência da caminhada, seja fazendo um pequeno trajeto do Caminho ou visitando a catedral e o seu entorno. Neste sentido, então, poderão ser lidas agora as referências a "passear" presentes nos inquéritos.

3.3. Representações/ Ideias

As perguntas selecionadas (*vd. supra* Tabela 3) pretendem conhecer a representação que da cidade fazem as pessoas tanto antes como durante a visita, cujas palavras chave foram agrupadas abaixo na Tabela 8.

Tabela 8: Representações e imagens presentes nos inquiridos.

| Inquiridos | Representações |
|---------------|---|
| Informante 1 | "a Catedral", "as ruas antigas", "a gaita", "feliz por estar em Espanha". |
| Informante 2 | "arquitetura", "feliz por conhecer". |
| Informante 3 | "fé", "Catedral", "feliz por conhecer". |
| Informante 4 | "o clima frio", "tranquilidade", "cidade turística", "a Catedral", "diferente de outros lugares de peregrinação". |
| Informante 5 | "lugar de peregrinação", "povo simpático", "maior do que pensava". |
| Informante 6 | "santificação", "lutas", "ideia similar da parte histórica". |
| Informante 7 | "a Catedral" |
| Informante 8 | "casinhas medievais", "a Catedral", "cidade histórica", "infraestrutura" |
| Informante 9 | "Santo", "religião", "cidade mais grande do que pensava", "monumentos" |
| Informante 10 | "peregrinação", "energia", "sensação de calma" |

Fonte: Nepomuceno (2018, p. 34).

A **imagem prévia** sobre Santiago de Compostela das pessoas procedentes do Brasil que fazem parte da amostra praticamente não sofreu variações em relação com os elementos alegados como motivadores da viagem (mormente religião, peregrinação e espiritualidade; *vd. Supra* Tabela 8). É possível acrescentar, contudo, alguma referência à "infraestrutura", à diferença de outros lugares de peregrinação (alegada pelo Informante 4) e à dimensão da cidade ("cidade mais grande do que pensava", "maior do que pensava").

Naquilo que diz respeito a como essas visitantes brasileiras identificam Santiago de Compostela **a partir do momento da chegada**, nota-se a presença significativa, mais uma vez, da "Catedral", seguida de outros itens que apontam para o caráter patrimonial da cidade e vinculados à "arquitetura", à história e à antiguidade da zona velha de Compostela ("ruas antigas", "casinhas medievais", "cidade histórica", "parte histórica", "monumentos"). Com

menor frequência aparecem outros elementos vinculados à “religião” e à “peregrinação” (“fé”, “Santo”/ “santificação”). Junto a estes, documenta-se também alguma referência ao caráter de “cidade turística” e à idiosincrasia própria da Galiza (“clima frio”, “povo simpático”, “gaita”).

Por último, nas respostas à pergunta relacionada com as emoções e sensações vivenciadas no Caminho ou **durante a visita** à cidade, resultam itens relativos à “felicidade”, a “sensação de calma” e a “tranquilidade” que fornece a cidade e que, aliás, podemos vincular com o conjunto repertorial identificado com o movimento *Nova Era* (“feliz por conhecer”, “feliz por estar em Espanha”, “energia”) ou veiculado através das narrativas de Paulo Coelho.

As entrevistas, por seu lado, dão valiosa informação sobre a visão posterior à visita, sobre a lembrança que perdura da experiência vivida, sobre aquilo que se mantém na memória passados vários meses da visita e ainda é valorizado. Aqui, tal como evidenciam os fragmentos recolhidos na Tabela 9, destaca o afastamento do conceito de religiosidade e a aproximação da espiritualidade vivida dentro dos parâmetros identificados atrás como próprios do movimento *Nova Era*. Quando referida, a peregrinação é sentida, então, como uma “peregrinação interior” que toda a gente pode experimentar em Compostela tenha feito ou não o Caminho (tal como apontado explicitamente pela Informante 10), já que essa ideia de peregrinação aqui presente está relacionada com o autoconhecimento e a procura do ser interior. O Caminho de Santiago será, então, um itinerário privilegiado para essa búsqueda interior (em contraste, até, com outras rotas brasileiras previamente conhecidas ou experimentadas, menos tradicionais e genuínas; Informante 4) e, sobretudo, a cidade (velha) de Compostela será o *locus* privilegiado para essa vivência espiritual, por causa da “energia”, o misticismo e o espiritualismo que nela é percebido.

Tabela 9: Imagens de Compostela identificadas nas entrevistas.

| Entrevistas | Representações (trechos) |
|--------------|---|
| Informante 2 | É a conchinha . Uma coisa simples, mas tem uma energia tão positiva... todo o mundo daqui quer saber onde comprei. É muito bom, sabe? É assim, meus chacras do coração disparam, ficam em sintonia. É muito gostoso, não dá para decifrar o que eu senti. É muito espiritual , é o mais espiritual. Ele não traz esse glamour do mundo da Terra aqui, não. Ele traz todo o sentido espiritual para qualquer um. Então é um respeito muito grande e tem coisas que a gente comprou que a gente vai colocar. [...] De todos os lugares que visitei, Santiago de Compostela é totalmente espiritual , tive um encontro com a espiritualidade . |

| Entrevistas | Representações (trechos) |
|--------------|--|
| Informante 3 | <p>Pensei que Santiago fosse um vilarejo, um lugar pequeno, com uma igreja... mas fiquei muito surpresa quando cheguei. Gostei sobretudo da parte velha da cidade. [...] assistimos a missa dos peregrinos.</p> |
| Informante 4 | <p>Não acho que a questão da peregrinação está relacionada somente com Santiago, para mim se parece com Aparecida do Norte, mas Santiago é mais tradicional pela beleza natural; Aparecida do Norte tem um apelo muito comercial, em Santiago também, mas em menor quantidade... vejo que Santiago conserva o tradicional, conservação e manutenção da história do lugar, isso me chamou a atenção. [...] Queria conhecer a catedral, ver o incensário, ver a chegada dos peregrinos [...] conhecer a arquitetura foi o que mais me marcou.</p> |
| Informante 5 | <p>Era uma viagem para conhecer lugares antigos, não sabia quase nada sobre Santiago de Compostela, somente que era um lugar de peregrinação. Eu não busco a peregrinação, mas a questão espiritual para ter momentos de estar sozinha, de refletir. Gosto da arquitetura medieval, ver aldeias antigas, diferentes do Brasil. Não sou mística, mas achei interessante a energia que a cidade tem, a história do Caminho, uma energia por ser um lugar antigo [...] notei uma carga positiva na cidade pela circulação de pessoas. É um lugar que representa tranquilidade.</p> |
| Informante 6 | <p>A dificuldade une... também une essa energia, porque... eu sempre disse que... penso que o caminho de Santiago é um grande rio, no, tu não faz parte dele... na realidade, mas tu... te banha nele, tu te lava nele, tu come nele, tu navega nele... tu não pode metaforicamente, não pode portar o... esse rio pra casa tua, no, mas metaforicamente tu pode portar, no... Então fica uma coisa... e as pessoas... é o essa... essa energia que... que todo mundo e acho que as pessoas que fazem o caminho de Santiago... a maior parte deles... são pessoas muito interessantes, são muito abertas, no? [...] E são os lugares mais interessantes... eu não sou, não sou católico, não sou... não sou muito religioso desse ponto de vista, mas são lugares maravilhosos, onde a comunhão com as outras pessoas é espetacular, é... é uma coisa... quando descobri isso... são essas coisas do caminho... quando eu descobri essa história de dormir nesses lugares... A coisa do caminho de Santiago nasce... nasce... o momento de... dificuldade, mesmo tempo uma série de coisas nasce... que eu faço essa história, no... Preparo minhas coisas... que eu tinha que preparar, eu vou embora... vou caminhar, no, e... os frutos dessa, dessa aventura... eu tô ainda recebendo, tô ainda... colhendo. [...] se te devo dizer uma coisa de Santiago, é que o Santiago pra mim... essa questão pessoal... foi muito importante... a questão de... de provocar energia energia no ar e receber... de retorno... dessa pessoa que tava esperando. Mas isso é muito forte, isso foi pra mim, Santiago. E foi o único lugar que aconteceu isso.</p> |

| Entrevistas | Representações (trechos) |
|---------------|---|
| Informante 9 | Imaginava uma cidade histórica , mas que já estaria mais moderna (invadido a cidade), mas me enganei porque a cidade é muito antiga . A minha imagem hoje não mudou muito do que eu imaginava quando fui, salvo sobre a história que pensei que não estava tão presente mais. |
| Informante 10 | Em Santiago todos são peregrinos (eu não fiz o Caminho, mas percorri vários caminhos no sentido do encontro comigo mesma, autoconhecimento , mudança no meu modo de ser). Santiago é uma viagem de corpo e alma, não dá pra ir e sair dali sem levar algo. Santiago foi um momento de reflexão na minha vida, dei menos valor as coisas materiais e mais valor as coisas espirituais . |

Fonte: Elaboração própria com base em Nepomuceno (2018, pp. 44-49).

O forte peso da experiência espiritual detetado nas entrevistas selecionadas na amostra, explicaria também que o consumo seja mais simbólico do que material (para tal aponta o depoimento sobre “a conchinha” da Informante 2), que ele apareça em segundo plano e que as práticas na cidade estejam referenciadas num sentido espiritual, passivo, num desejo de contemplar e sentir a cidade. Julgamos que por isso não se documenta qualquer necessidade de consumo de bens materiais; quiçá também pelo facto de os discursos apontarem para uma duração relativamente breve da visita, em que o objetivo é conhecer um lugar de peregrinação (um santuário e/ou uma cidade histórica, antiga, medieval, ...; parâmetros que conformam a ideia de Santiago de Compostela no imaginário das pessoas visitantes) e continuar depois a viagem turística, ficando a satisfação por haver conhecido esse espaço místico-simbólico e experimentado sensações que ficarão marcadas como um episódio muito importante na vida da pessoa que as viveu.

3.4. Síntese contrastiva

Cabe destacar o alto grau de coincidência presente entre as categorias extraídas das duas tipologias de corpus utilizadas na nossa análise (confrontem-se na Tabela 10).

Tabela 10: Confronto de resultados segundo o corpus (inquéritos vs entrevistas).

| Inquéritos | Entrevistas |
|---|--|
| Motivações | |
| <p>Religião: "Catedral", "Santo", "missa", "peregrinação" ou "caminho/caminhada", "viagem religiosa", "cidade católica" [Nova Era]: "Paulo Coelho", "autoconhecimento", "razões espirituais" Turismo: "conhecer" ("a catedral"), "passear", "razões espirituais e turismo" Produto literário: Paulo Coelho (50%) Peregrinação: sim (4), não (6).</p> | <p>Religião: Roteiro de fé / Santuário de peregrinação Espaço religioso de grande significação histórico-cultural [Nova Era]: Experiência místico-esotérica (espiritualidade) Turismo: conhecer, Catedral, cidade antiga Produto literário: Paulo Coelho (1/10) Peregrinação: 1/10 (+ 1 simulacro).</p> |
| Práticas | |
| <p>"visitar a Catedral" ("ir à missa") Turismo/ cultura: "museu(s)", "conhecer lugares", "conhecer costumes das pessoas", "fazer alguma atividade cultural", "passear", "tirar fotos" Compras: "comprar", "visitar centro comercial", "fazer compras", "comprar <i>souvenirs</i>" Gastronomia: "comprar produtos gastronômicos", "comer", "comida" ("galega"), "tarta de Santiago", "vinho tinto", "paella"</p> | <p>Assistir a missa, ver a Catedral, ver a chegada de peregrinos, fazer um trajeto do Caminho. Compras: <i>souvenirs</i> (no entorno da Catedral). Gastronomia: nem toda a gente...</p> |
| Representações | |
| <p>Imagem prévia: lugar de peregrinação, antiguidade, dimensão (cidade pequena), "infraestrutura", ("diferente de outros lugares de peregrinação" e "cidade mais grande do que pensava", "maior do que pensava"). // . Imagem posterior: Catedral, arquitetura, história, património religião/ espiritualidade Nova Era: "felicidade", a "sensação de calma" e a "tranquilidade", "energia" // emoção de estar, espiritualidade, proteção, paz, magia do lugar.</p> | <p>Imagem prévia: religiosidade/ peregrinação; dimensão, comparação com lugares de peregrinação do Brasil. Imagem posterior: lugar de reflexão, energia, transformação pessoal. Nova Era: espiritualidade, misticismo, energia positiva.</p> |

Fonte: Elaboração própria.

Contudo, juntamente com as diferenças já referidas entre inquéritos e entrevistas relativas à presença explícita de Paulo Coelho e à natureza da peregrinação, os conteúdos das dez entrevistas selecionadas também reforçam a ideia do conhecimento relativamente escasso que as pessoas informantes têm do lugar de destino (o que explica, aliás, o relativo afastamento entre imagem prévia e posterior à visita), e que esse lhes chega fundamentalmente

através de narrativas de amigades e familiares. Destas fontes dizem proceder também fundamentalmente as referências às práticas a serem realizadas na cidade de Santiago de Compostela, ao que pode ser comprado ou (em maior medida) experimentado, ou aos lugares por onde as pessoas se devem deslocar na cidade (nomeadamente pelo entorno da Catedral).

Igualmente, e quiçá esta seja a achega mais destacada deste tipo de corpus em relação com os inquéritos, as entrevistas selecionadas permitem retirar informação novidosa relativa aos modos diversos de entender a peregrinação por esta amostra de visitantes procedentes do Brasil. Neste sentido, destacam nas narrativas das pessoas entrevistadas discursos que se afastam do entendimento do conceito de pessoa peregrina como apenas aquela que chega a Compostela depois de ter feito, quando menos, um tramo de 100 km de um dos Caminhos sinalizados. Parece significativo, neste sentido, que apenas uma das entrevistadas tenha declarado ter feito o Caminho (e que esse era o motivo principal da sua visita) e as demais afirmarem não terem intenção de o fazerem, mas sim de marcarem presença na cidade de Santiago de Compostela para viverem uma experiência identificada igualmente com a peregrinação (sem caminhada) e entendida como única e referenciada no autoconhecimento e a espiritualidade.

Nalgumas pessoas entrevistadas, nomeadamente em três, escutamos o desejo de voltar um dia e poder fazer o Caminho e, de maneira oposta, as restantes informantes nem cogitaram essa possibilidade. Não estamos falando, no primeiro caso, de uma necessidade/ desejo de fazer uma peregrinação de acordo estritamente com a primeira caracterização de Toniol (2011), mas sim de caminhar vários dias, abrir mão do conforto, viver essa experiência como um sacrifício necessário para o encontro com o “eu”. Ora, todas as pessoas entrevistadas faziam uma viagem rodeada de conforto e comodidade, e as práticas realizadas foram feitas de maneira passiva e contemplativa, bem diferentes então da prática da caminhada que caracteriza a “peregrinação heroica” de Toniol (2011). Isto permite hipotetizar se estamos perante um novo tipo de “turismo religioso”, ou mesmo de uma nova forma de pensar e viver a religiosidade ou a espiritualidade.

Ainda quanto a isto, ao falarem da peregrinação a Santiago de Compostela, as pessoas entrevistadas apontam para o facto de que esta diverge de outras que é possível experimentar no Brasil (como a de Aparecida do Norte), no sentido de que a peregrinação a Santiago assume representações relacionadas nos discursos analisados com a busca do “eu” e não necessariamente vinculadas com o controlo ou a doutrina da Igreja católica. Nesse sentido, entende-se que não é preciso fazer o Caminho para encontrar aquilo que essas pessoas

estão a procurar, toda a vez que a própria cidade já é identificada como fonte dessa espiritualidade, desse misticismo e doutras categorias vinculadas também com a religiosidade difusa própria do movimento da *Nova Era* (e veiculadas através da obra de Paulo Coelho).

Por outro lado, e ainda relacionado com o anterior, a espiritualidade ganha presença uma vez as pessoas retornam ao Brasil e ela é lembrada como identificada com determinadas vivências em espaços concretos da cidade (conhecer/estar na Catedral, passar por um trajeto do Caminho para sentir essa “energia”, ver o botafumeiro, sentar na Praça do Obradoiro e ver a chegada das pessoas que peregrinam, entre outras). Essas práticas referidas são basicamente contemplativas, pois até o fato de passear pela cidade ou a simulação de testar a caminhada num pequeno trajeto do Caminho mostram essa maneira de pensar e viver a experiência da peregrinação apontada atrás. Poderíamos inclusive comparar o facto de passear pela cidade com aquelas características com que é identificada habitualmente a figura do *Flâneur* pois, como se deste tipo romântico se tratasse, várias das nossas informantes deambulam por uma cidade histórica (medievalizada e mistificada) convertida no espaço a ser consumido, no espaço menos sacralizado do que espiritualizado do passeio, para conhecerem a Catedral como metonímia da própria cidade, e logo em seguida apreciar a sua arquitetura e antiguidade e viver nela uma experiência extraordinária e inspiradora. Enfim, as pessoas visitantes consomem a cidade mas consomem muito menos *na* cidade.

4. Considerações finais

De maneira muito sintética, devemos concluir valorizando positivamente tanto a utilidade da tipologia de *corpora* seleccionados (entrevistas e inquéritos) como o método contrastivo utilizado para a sua exploração. Assim, a seleção de entrevistas realizada verificou-se produtiva para confirmar hipóteses já presentes em contributos anteriores (abordados atrás na revisão bibliográfica) e para levantar novas hipóteses; estas terão de ser contrastadas em trabalhos futuros sobre as motivações, as práticas e as representações das pessoas que visitam Compostela procedentes do Brasil com a exploração de um volume de corpus não apenas significativo mas já representativo.

Concretamente, com a abordagem contrastiva da amostra de inquéritos e entrevistas, e com o conhecimento específico fornecido por estas últimas, foram confirmadas as seguintes **hipóteses prévias**:

1. A abordagem das entrevistas confirma e complementa a afirmação de que a imagem prévia é alterada significativamente após a visita a Compostela, reforçando o peso da visita como uma experiência místico-espiritual ou desmentindo ideias preconcebidas sobre as dimensões e características urbanísticas da cidade ou sobre a oferta gastronômica, entre outras.
2. A Macronarrativa de Paulo Coelho identificada inicialmente em Torres Feijó (2011) está presente e é relevante nas respostas aos inquiridos analisados; também o conjunto repertorial identificado com Paulo Coelho está incorporado nas narrativas e nos imaginários sobre Santiago de Compostela das pessoas visitantes que compõem a amostra, apesar de, nesse caso, essa relevância não ser referida de maneira explícita na imensa maioria do corpus de entrevistas selecionadas.
3. A centralidade da Catedral apontada em vários trabalhos de Galabra opaca outras facetas ou aspetos da cidade; a espiritualidade identificada com o movimento da *Nova Era* monopoliza a visão e os usos de Compostela também na amostra de discursos presentes nas entrevistas feitas a visitantes do Brasil.
4. O volume de consumo (material) é reduzido (basicamente *souvenirs*) e as práticas gastronômicas são escassas e estão descaracterizadas.

Quanto às **hipóteses levantadas** a partir da análise da amostra de entrevistas selecionada, julgamos que as seguintes apreciações justificam o interesse e a utilidade da abordagem dos discursos presentes nesta tipologia de corpus:

1. A ideia prévia sobre Compostela que trazem as pessoas que visitam a cidade desde o Brasil (identificada, em síntese, com os repertórios veiculados por Paulo Coelho e pelo movimento *Nova Era*) condiciona as práticas e os consumos, virando-os para o âmbito do imaterial e o espiritual. As pessoas consomem mais a cidade do que na cidade. A contemplação errante da cidade (*Flâneur*) conforma-se como prática e expressão destacadas deste consumo imaterial e simbólico.
2. Propomos o conceito de “peregrinação sem caminhada” para definir a autorrepresentação das pessoas como peregrinas ainda sem fazerem nenhum trecho do caminho. A visita a Compostela em si própria é entendida como uma peregrinação (interior). Em trabalhos posteriores caberia analisar ainda se estamos perante uma nova modalidade de peregrinação “moderna” (de um tipo de *turismo de autoco-nhecimento*, por exemplo) e aprofundar neste conceito de “peregrinação sem caminhada” no sentido das possíveis mudanças na maneira de entender-se como pessoa peregrina na atualidade que ele eventualmente venha a comportar; também verificar se existe uma diferença entre a pessoa peregrina e a “turiperegrina” (Pereiro 2017) tanto no que concerne às motivações, como as práticas ou consumos efetuados em Santiago de Compostela.

Para além disto, em trabalhos posteriores também deverá ser verificado até que ponto a existência de lugares de peregrinação no Brasil (*com caminhada*) ligados aos Caminhos ou a Santiago de Compostela impactam na visita (tal como apontado por Steal e Carneiro). Igualmente, será preciso verificar o peso que pode ter o surgimento de várias rotas de peregrinações no Brasil, sobretudo aquelas que promovem ou servem de treino para os Caminhos a Santiago de Compostela, contrastando as possíveis similitudes entre elas, nomeadamente a rota de Aparecida do Norte, presente já nalguma das narrativas das pessoas entrevistadas.

Por último, futuras abordagens poderão também analisar como a alteração da imagem (prévia à viagem e na cidade) tem de ser levada em conta aos efeitos da planificação de políticas públicas em Santiago de Compostela; assim como, até, que estratégias podem ser implementadas pelos vários agentes locais envolvidos na vida comunitária da cidade e que políticas públicas podem ser executadas em função dos volumes, lugares e tipos de consumo documentados.

Financiamento: O presente contributo revisa e apresenta a Tese de Mestrado de Nepomuceno (2018) e é resultado do projeto de investigação “Narrativas, usos e consumos de visitantes como aliados ou ameaças para o bem-estar da comunidade local: o caso de Santiago de Compostela”, financiado entre 2018 e 2022 polos fundos FEDER do Ministerio de Ciencia, Innovación y Universidades – Agencia Estatal de Investigación do Governo da Espanha (Ref: FFI2017-88196-R).

Referências

- BELLO VÁZQUEZ, R. (2014). Discursos religiosos, recriação histórica e “cultura do Caminho” nos Caminhos de Santiago. *Mosaico. Revista de História*, 7(1), 35-44. <http://dx.doi.org/10.18224/mos.v7i1.3979>
- BELLO VÁZQUEZ, R. (2016). Consumos literários, práticas culturais e habitus: O paradoxo de Paulo Coelho e o Caminho de Santiago. *IS Working Papers*, 36, 4-19. Consultado em <https://isociologia.up.pt/bibcite/reference/923>
- CARRAL VILARIÑO, E., Carreira, X. C., Martínez Vila, B., & Torres Feijó, E. (2016). A inter-relação entre gastronomia, cultura, turismo e comércio local em Santiago de Compostela. Primeiros resultados. In M. L. Tibério, A. A. Marta-Costa, X. Pereiro, A. Barros, & S. Menezes (Eds.), *Livro de Atas do III Seminário “Alimentos e manifestações culturais”*

e II Simpósio Internacional “Alimentação e Cultura: Tradição e Inovação na Produção e Consumo de Alimentos” (pp. 263–280). Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

- CENTRO DE ESTUDOS E INVESTIGACIÓNS TURÍSTICAS, (CETUR). Informe anual [2005-2018]: Perfil de la demanda turística de Santiago de Compostela. Universidade de Santiago de Compostela. Consultado em <https://www.santiagoturismo.com/centro-de-estudos-turisticos-usc/etiqueta/visitantes>
- CHARTIER, R. (2002). O mundo como Representação. In R. Chartier, *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes* (pp. 61-78). Porto Alegre: UFRGS.
- FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, M. L., & Samartim, R. (2016). Impacto dos discursos literários nas práticas e consumos culturais ligados aos Caminhos de Santiago: de Paulo Coelho aos *souvenirs* de cavaleiros templários. *IS Working Papers*, 37, 2-23. Consultado em <https://isociologia-stage.omibee.com/bibcite/reference/916>
- FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, M. L., Del Río Araújo, M., Rodríguez Prado, M. F. (2016). Dous produtos e um destino: *The Way* (2010), *O diário de um mago* (1987) e a imagem da Galiza como destino turístico. *IS Working Papers*, 32, 2-29. Consultado em <https://isociologia.up.pt/bibcite/reference/919>
- MARTÍNEZ VILA, B. (2014). *Discursos, imagens e práticas culturais: análise e repercussão dos consumos gastronômicos em Santiago de Compostela de brasileiros, portugueses e espanhóis* (Dissertação de mestrado, Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela).
- NEPOMUCENO, C. (2018): *Discursos brasileiros em Santiago de Compostela e no Caminho: Motivações, práticas e representações* (Dissertação de Mestrado, Universidade da Coruña, Corunha).
- PAZOS-JUSTO, C., Del Río, M., & Samartim, R. (2018): *Reinventio e unanimidade. Impacto das políticas culturais e turísticas na Comunidade local de Santiago de Compostela. Sémata: Ciências Sociais e Humanidades*, 30, 233-256. <https://doi.org/10.15304/s.30.5357>
- PEREIRO, X. (2017). La desdiferenciación entre turismo y peregrinación: turiperegrinos em el Camino Interior Portugués de Santiago de Compostela. In T. Vicente Rabanaque, P. García Hernandorena & A. Vizcaíno Estevan (Eds.), *Antropologías em transformación: sentidos, compromisos y utopías* (1468-1482). València: Universitat de València. Consultado em <https://congresoantropologiavalencia.com/wp-content/uploads/2017/09/XIV-Congreso-Antropologia-PRE-PRINT.pdf>
- SAMARTIM, R., & Pazos-Justo, C. (2020). Impactos dos Caminhos na comunidade local de Santiago de Compostela: Resultados de um projeto de investigação em curso. *Madrygal. Revista de Estudos Gallegos*, 23(Especial), 307-320. <https://doi.org/10.5209/madr.73614>
- STEIL, C. A., & Carneiro, S. (2008). Peregrinação, turismo e nova era: caminhos de Santiago de Compostela no Brasil. *Religião e Sociedade*, 28(1), 105-124. <https://doi.org/10.1590/S0100-85872008000100006>

- TONIOL, R. (2011). O Caminho é aqui: um estudo antropológico da experiência do Caminho de Santiago de Compostela em uma associação de peregrinos do Rio Grande do Sul, Brasil. *Revista PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 9(3), 69-82. <https://doi.org/10.25145/j.pasos.2011.09.047>
- TORRES FEIJÓ, E. J. (2011). Discursos Contemporâneos e práticas culturais dominantes sobre Santiago e o Caminho: a invisibilidade da cultura como hipótese. In A. Apolinário Lourenço & O. Manuel Silvestre (Coords.), *Literatura, espaços, cartografia* (pp. 391-449). Coimbra: Centro de Literatura Portuguesa.
- TORRES FEIJO., E. J. (2012). Interesses culturais e âmbitos receptivos em dous romances sobre o Caminho de Santiago: *Frechas de ouro* e *O enigma de Compostela*. *Romance Notes*, 52.2, 135-150. doi.10.1353/rmc.2012.0033
- VILLARINO PARDO, C. (2015). Produtos literários e práticas culturais de brasileiros sobre Santiago de Compostela: proposta de análise contrastiva dos corpora (romances e inquéritos). In E. J. Torres Feijó, R. Bello Vázquez, R. Samartim, & M. Brito-Semedo (Eds.), *Estudos da AIL em Teoria e metodologia. Relacionamento nas Lusofonias I* (pp. 89-104). Santiago de Compostela – Coimbra: AIL editora. <http://hdl.handle.net/10347/13901>

POR OUTROS CAMINHOS NOS CAMINHOS PORTUGUESES DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

BY OTHER WAYS ON THE PORTUGUESE
WAYS FROM SANTIAGO DE COMPOSTELA

Carla Sofia Ferreira Queirós*

carlaqueiros@ese.ipp.pt

Em nome da Fé católica, o primitivo Caminho de Santiago de Compostela, foi traçado com um objetivo bem preciso, o da evangelização. Ao longo dos séculos, este Caminho de Fé que o mundo cristão ocidental abraçou com enorme entusiasmo, fruto da época das grandes peregrinações que se faziam sentir aos locais santos, foi percorrido por muitos, desde reis a simples anónimos, passando por nobres e clérigos. Porém, em virtude da secularização da sociedade contemporânea, sobretudo, a partir do século XIX, encontra-se, hoje, bem longe do seu objetivo inicial, o da veneração das relíquias do apóstolo mártir Tiago Maior.

Na sua longa existência e ao longo da sua extensão, foram-se fixando populações que deram origem a diversos povoados, estabelecendo diversas estruturas e infraestruturas que tinham como função suprir necessidades da mais diversa índole. Ao Caminho Primitivo juntaram-se outros caminhos a Santiago de Compostela, espalhando-se por toda a Europa medieval, como é o caso do Caminho Português, no século XII.

Procurando ir ao encontro das novas necessidades dos peregrinos do século XXI, pretendemos traçar itinerários artísticos, alternativos, no Caminho Português de Santiago de Compostela e nos seus diversos Caminhos, por terras portuguesas, desde o sul ao norte de Portugal.

Palavras-chave: Caminhos. Santiago. Peregrinos. Fé. Arte. Património.

* Unidade Técnico-Científica de Artes Visuais, Escola Superior de Educação, Politécnico do Porto, Porto, Portugal. ORCID: 0000-0001-8885-9394.

In the name of the Catholic Faith, the primitive Way to Santiago de Compostela was traced with a very precise objective, that of evangelization. Over the centuries, this Way of Faith that the Western Christian world embraced with great enthusiasm, the fruit of the time of the great pilgrimages that were felt to the holy places, was traveled by many, from kings to simple anonymous, through nobles and clerics. However, due to the secularization of contemporary society, especially from the 19th century onwards, it is, today, far from its initial objective, that of venerating the relics of the martyr apostle Tiago Maior.

In its long existence and throughout its extension, populations were established that gave rise to several villages, establishing various structures and infrastructures whose function was to meet needs of the most diverse nature. The Primitive Way was joined by other ways to Santiago de Compostela, spreading throughout medieval Europe, as is the case of the Portuguese Way, in the twelfth century.

Seeking to meet the new needs of pilgrims in the 21st century, we intend to trace artistic, alternative itineraries, on the Portuguese Way to Santiago de Compostela and its various Ways, through Portuguese lands, from the south to the north of Portugal.

Keywords: Ways. Santiago. Pilgrims. Faith. Art. Heritage.

1. Introdução

Inicialmente percorrido com um objetivo preciso, o da peregrinação, o Caminho de Santiago há muito que deixou de ter esta vertente religiosa que durante tantos séculos uniu vários povos de paragens tão díspares e longínquas. Na atualidade, poucos são aqueles que o trilham, ainda, com a mesma Fé, juntando-se, agora, outras motivações de variada índole. Os tempos são outros. A agitação da vida contemporânea rouba tempo ao tempo sagrado e a Fé cede o lugar a novas perspectivas de encarar o mundo e a vida.

A transformação do pensamento, fruto da dessacralização da sociedade e das inúmeras conquistas da ciência, fez surgir novas crenças e interesses, e a Fé acabou por ser relegada para um plano secundário. Mais do que peregrinar em nome da Fé, hoje, fazem-se os Caminhos por diversas razões e perspectivas: curiosidade, moda, espiritualidade, desporto, novas experiências culturais, saúde, biodiversidade, contacto com a natureza, superação, enfim, o que nos move são diferentes pontos de vista para atingir um objetivo, o mesmo dos peregrinos de há séculos, chegar até Santiago de Compostela, onde o êxtase se apoderará de nós, independentemente das razões que nos movem.

Percorrendo estes diferentes pontos de vista que nos incitam a trilhar os Caminhos, propomos, neste estudo, mostrar como a nossa própria

experiência se tornou enriquecida ao percorrermos alguns caminhos portugueses de Santiago por outros caminhos, que nos mostram outras realidades, ao mesmo tempo que se cruzam com a Fé e a espiritualidade e também com a natureza e com toda a imaterialidade patrimonial que as diversas comunidades nos oferecem.

O presente estudo resulta de uma abordagem muito pessoal, um trabalho de campo, de inventário, há muito iniciado e ainda a decorrer, de observação direta de sítios e locais, onde a arte complementa os Caminhos sem nos desviarmos do caminho da Fé, proporcionando a todos aqueles que hoje os percorrem, outras alternativas, lúdicas e de Fé, até chegar a Santiago de Compostela. Não se trata de uma abordagem turística, mas sim cultural, tendo por base a divulgação do património e a sua salvaguarda, alertando para os perigos e ameaças em que este incorre todos os dias, propondo, igualmente, soluções e alternativas que permitam a sua preservação e fruição e não a destruição total ou parcial a que temos assistido nos últimos tempos.

Em paisagens ímpares, perdidos nas serras e serrañias, entre montes e vales, na imensidão de recônditos lugares, onde as comunidades se perdem e se isolam, deparamo-nos com um património único, rico, fascinante, elaborado, de grande rigor técnico e qualidade artística, os retábulos, máquinas cenográficas ao serviço da Fé, pensadas e desenhadas para cumprirem uma função, a evangelização.

Avançamos, assim, com os Caminhos do Ouro ou Rotas do Ouro, decalcados sobre o Caminho Português de Santiago de Compostela e os seus diversos caminhos ou itinerários: o Caminho Central, o Caminho Interior, o Caminho da Costa e o Caminho de Torres. Por outras palavras, pretendemos definir uma rota dos retábulos em talha dourada que há muito procurámos evidenciar e defender, tendo por base alguns pressupostos que nos permitam estabelecer com segurança um circuito dourado, nomeadamente, os artistas, o mapeamento das empreitadas e a cronologia.

2. Os caminhos do Caminho português de Santiago de Compostela

O Caminho português de Santiago de Compostela remonta aos tempos da formação da nacionalidade, no século XII, e é o testemunho evidente da importância da Fé e das peregrinações. Herdeiro e traçado sobre as antigas vias romanas que formavam a Gallaecia, o Caminho passa a fazer parte da vida de todos. As romagens ao norte da Península Ibérica não mais pararam.

Monarcas, clérigos, nobres, ilustres e desconhecidos vindos de toda a Europa, por mar e por terra, a pé e a cavalo, enfrentando paisagens inóspitas e climas adversos, deslocam-se a Santiago de Compostela para venerarem as relíquias do apóstolo mártir, após o século IX.

Em Portugal, o fenómeno foi de tal ordem importante que a rede viária acabou por ser traçada, tendo por base os inúmeros lugares que o Caminho ia definindo, à medida que os peregrinos o iam percorrendo até chegar à fronteira com a Galiza, onde começaria o traçado do Caminho Português em terras galegas, ligando Tui a Santiago de Compostela.

Cumprindo esta lógica, partimos de sul para norte e do interior para o litoral de Portugal para fazermos os caminhos do Caminho português de Santiago de Compostela, procurando ir de encontro a algumas regiões por nós estudadas, em termos de arte retabular, e que traçam outros caminhos nos caminhos do Caminho português.

Não pretendemos traçar, aqui, uma rota dos retábulos em todas as paragens do Caminho português de Santiago, embora pudéssemos fazê-lo, tendo em conta os muitos estudos académicos, sobre talha dourada, que surgiram nos últimos anos e nos foram dados a conhecer por diversos investigadores¹ estrangeiros e portugueses que tão pertinentemente e em bom tempo, os desenvolveram. Nem tampouco abordar, neste estudo, todas as regiões, escolas de talha e os locais a elas associados, mas apenas algumas que foram e continuam a ser alvo da investigação que realizámos ao longo dos anos e que de uma forma ou de outra se encontram nos caminhos portugueses de Santiago de Compostela. Falamos das dioceses de Lamego, de Viana do Castelo e de Santarém.

Ao viajarmos no tempo, através dos retábulos em talha dourada, colocamo-nos no lugar de um peregrino, em busca de um caminho, o nosso, onde estas estruturas continuam a desempenhar a mesma função catequética e pedagógica de outros tempos, às quais ninguém permanecia indiferente, seduzindo-nos e levando-nos a pensamentos mais profundos sobre Fé e arte.

Ao longo do percurso de todos Caminhos, as opções são muitas e variadas nos Caminhos do Ouro. Por essa razão, tivemos de fazer uma seleção, meramente, pessoal. A primeira coincide com o ponto de partida de todos os caminhos, exceto o de Torres, e diz respeito aos grandes centros produtores de talha dourada (Lisboa e Porto) que optámos por não incluir, assim como

1 Entre estes contam-se Robert Smith, Germain Bazin, Natália Marinho Ferreira-Alves, Fátima Eusébio, Paula Cardona e Sílvia Ferreira.

muitos outros, pelas razões atrás apontadas e pela riqueza patrimonial retabular das igrejas e capelas portuguesas presentes nestas regiões. A segunda prende-se com os locais escolhidos, dada a impossibilidade de abordar todos. Ressalvamos, ainda, o facto de nestas escolhas não termos procurado o circuito de empreitadas, os artistas e as suas influências em regiões vizinhas ou mais distantes, embora este trabalho já se encontre em andamento.

2.1. O caminho central

Iniciamos a nossa viagem no Caminho Central definido entre Lisboa e Valença e paramos na cidade de Santarém. Das quatro igrejas paroquiais da cidade, São Nicolau, Marvila e Santa Iria da Ribeira de Santarém, a atual Sé Catedral, antiga igreja de Nossa Senhora da Conceição do Colégio dos Jesuítas, e matriz de São Salvador, constitui um excelente motivo para uma pausa e longa (Queirós, 2020b, pp. 233-234).



Figura 1. Santarém. Igreja matriz do Divino Salvador, Salvador (Sé Catedral). Retábulo da capela lateral do Evangelho.

Fonte: Diocese de Santarém (2020)



Figura 2. Santarém. Igreja matriz do Divino Salvador, Salvador (Sé Catedral). Retábulo da capela lateral da Epístola.

Fonte: Diocese de Santarém (2020)

À imponência e frieza das paredes exteriores, bem ao gosto da Companhia, contrasta todo um interior intensamente decorado. É, seguramente, neste templo que os artistas de Santarém ou de outras regiões próximas, Lisboa e arredores, onde a oferta e a procura eram maiores, em épocas diferentes deixaram alguns dos mais significativos exemplares de retábulos da região santarena, tal é a qualidade técnica do entalhe e do douramento dos oito retábulos das capelas laterais da nave (Figuras 1 e 2), organizados dois a dois consoante a época e dispostos frontalmente, a que se junta o belíssimo retábulo pétreo da capela-mor, da segunda fase do barroco, o joanino, revelador das influências da capital na região.

Ao sairmos da cidade e antes de rumarmos ao norte, para voltarmos ao Caminho, é inevitável uma visita à freguesia de Almofter, uma das dezoito freguesias do concelho, e à igreja do extinto mosteiro de Santa Maria (Figuras 3 e 4), de monjas cistercienses, dada a quantidade, variedade estilística e qualidade dos retábulos que a igreja deste espaço monacal nos reserva (Queirós, 2020b, pp. 234-236), ainda que desprovidos de estudo, tal como a grande maioria dos exemplares retabulares do concelho de Santarém. Amputados e alterados da sua traça original e, muito provavelmente, deslocados de outros espaços sacros, cronologicamente datados entre o maneirismo e o rococó, estas estruturas revelam-nos artistas exímios no trabalho da madeira, desde o entalhe, à ensamblagem, à escultura e à pintura.



Figura 3. Santarém. Igreja do Mosteiro de Santa Maria, Almofter. Retábulo-mor.

Fonte: Diocese de Santarém (2020)



Figura 4. Santarém. Igreja do Mosteiro de Santa Maria, Almofter. Retábulo da capela colateral do Evangelho.

Fonte: Diocese de Santarém (2020)

Não querendo desviar-nos muito do traçado do Caminho, retomamos o percurso rumo ao norte. As lezírias já vão longe e a próxima paragem é na região do Alto Minho. Terra de muitos contrastes, define-se em redor das bacias de dois grandes rios: o Lima e o Minho, nascidos na vizinha Espanha, que banham os dez municípios desta região.

Os cursos dos rios sempre funcionaram como pontos de chegada e escoamento de gentes e bens. No vale do rio Minho e ao longo do seu percurso até desaguar no Oceano Atlântico, em frente às povoações de Caminha e A Guarda, por terras portuguesas encontramos os principais polos de fixação humana: os concelhos de Caminha, Vila Nova de Cerveira, Valença, Monção e Melgaço. Já a bacia do rio Lima, onde se situam os concelhos de Arcos de Valdevez, Ponte de Lima, Ponte da Barca e Viana do Castelo, tendo como um dos limites a norte a bacia do rio Minho até à sua foz em Viana do Castelo, percorre uma paisagem montanhosa, bem diferente, que alterna entre os declives suaves e as montanhas sinuosas, por onde correm vales, ora mais estreitos, ora bem mais largos como é caso daquele que caracteriza Ponte de Lima.

Desde há séculos, um território onde as comunidades se adaptaram e desenvolveram em sítios bem diferentes, topograficamente, de que resultaram paisagens bem distintas que conferem a esta região uma singularidade e identidade muito próprias.

Terra de gente trabalhadora, de mão de obra ávida e carente que, por forma a dar resposta às diversas solicitações que a vida da altura solicitava, sentiu a necessidade de se deslocar dos seus locais de origem para outras paragens, muitas das vezes, bem longínquas, à procura de trabalho e de melhores condições de vida, refletindo-se esta migração em consequências bem visíveis ao nível da densidade populacional destas zonas e das suas paisagens construídas e também na exportação de gostos e estéticas que se impuseram nos lugares de acolhimento, já que estes homens, algumas vezes, acabaram por se fixar por longas temporadas nestes locais, senão para sempre, deixando ao abandono as suas terras natais. Pedreiros, canteiros, entalhadores e arquitetos contam-se entre os muitos mestres, oficiais e aprendizes que por todo o país e também para fora dele tentaram a vida.

É em Ponte de Lima, onde o Caminho Central se cruza com um outro caminho, ainda não certificado, o de Torres, que fazemos a próxima paragem e, desta vez, na igreja do Convento da Ordem Terceira de São Francisco (Figura 5) onde podemos contemplar obras mais tardias, bem ao gosto do

rococó de influência bracarense: o retábulo-mor, os dois retábulos colaterais, as sanefas e os púlpitos (Cardona, 2013, p. 858).



Figura 5. Ponte de Lima. Igreja do Convento da Ordem Terceira de São Francisco. Panorâmica do interior.

Fonte: Câmara Municipal de Arcos de Valdevez/Pedro Teixeira (2018)

Ainda antes de sairmos de Ponte de Lima, sugerimos uma visita à freguesia da Correlhã, onde encontramos um local de peregrinação, o Santuário de Nossa Senhora da Boa Morte. No interior da igreja (Figura 6), o nosso olhar prende-se ao aparatoso retábulo-mor de características invulgares em Portugal, com dois registos/pisos que podemos percorrer a pé, observando de perto cada uma das imagens em tamanho natural, onde o drama dos seus gestos e expressões nos exibem a celebração da morte, bem ao gosto barroco.

A viagem segue para Valença. Mesmo antes de chegar, impõe-se um desvio à freguesia do Cerdal para visitar o retábulo-mor da igreja do Convento de Nossa Senhora de Mosteiró (Figura 7), de estilo barroco joanino, com toda a sua cenografia imposta pelos diversos cortinados, e as sanefas e festões de flores, sobretudo, do sacrário, e o púlpito.



Figura 6. Ponte de Lima. Igreja do Santuário de Nossa Senhora da Boa Morte, Correlhã. Retábulo-mor.

Fonte: Câmara Municipal de Arcos de Valdevez/Pedro Teixeira (2018)



Figura 7. Valença. Igreja do Convento de Nossa Senhora de Mosteiró, Cerdal. Retábulo-mor.

Fonte: Câmara Municipal de Arcos de Valdevez/Pedro Teixeira (2018)

2.2. O caminho interior

Neste como noutros caminhos, o cruzamento da rota do ouro ou dos retábulos com outras rotas há muito definidas como é o caso da Rota do Românico, da Rota do Vinho do Porto e da Rota de Cister, poderá constituir um motivo acrescido para o conhecimento deste património retabular.

Sem nos desviarmos do caminho, partindo de Viseu, a primeira paragem que fazemos é em Castro Daire, arciprestado pertencente à diocese de Lamego. Na igreja matriz de São Pedro, podemos apreciar o conjunto magnífico dos imponentes retábulos de épocas distintas (Figuras 8 e 9) (Queirós, 2014, pp. 115-120, 2006, pp. 102-103). Rumando a norte a próxima etapa é Lamego. Na cidade não podemos deixar de destacar os retábulos da igreja matriz de Santa Maria Maior, Almacave (Figura 10) (Queirós, 2014, p. 115, 2006, pp. 210-211), e da Sé Catedral (Figura 11) (Queirós, 2014, pp. 125-126, 2006, pp. 295-296).

Ao sairmos da cidade, e antes da próxima etapa que já pertence a outra diocese, impõem-se mais duas paragens bem próximas do Caminho: a primeira, na freguesia de Sande (Figura 12) (Queirós, 2014, pp. 109-114, 2006, pp. 291-292) e, a segunda, na freguesia de Cambres (Figura 13) (Queirós, 2014, pp. 121-122, 2006, p. 228). Do outro lado do rio Douro, o Caminho continua até Chaves, última paragem em território nacional.



Figura 8. Castro Daire. Igreja matriz de São Pedro, Castro Daire.

Retábulo lateral do Evangelho.

Fonte: arquivo da autora (2004)



Figura 9. Castro Daire. Igreja matriz de São Pedro, Castro Daire.

Retábulo lateral da Epístola.

Fonte: arquivo da autora (2004)



Figura 10. Lamego. Igreja matriz de Santa Maria Maior, Almacave.
Retábulo-mor (antes do incêndio).
Fonte: arquivo da autora (1952)



Figura 11. Lamego. Igreja matriz de Nossa Senhora da Assunção (Catedral), Sé.
Retábulo do transepto do Evangelho.
Fonte: arquivo da autora (2004)



Figura 12. Lamego. Igreja matriz de São Tiago, Sande.
Retábulos laterais do Evangelho e da Epístola.
Fonte: arquivo da autora (2004)



Figura 13. Lamego. Igreja matriz de São Martinho, Cambres.
Retábulo-mor.
Fonte: arquivo da autora (2004)

2.3. O caminho da costa

O traçado em território português parte do Porto e vai até Caminha. A rota agora apresentada define-se pelos cursos de água, entre o Douro-Minho-e-Lima, tendo início no Porto sede de bispado, foz do rio Douro, percorrendo a orla costeira rumo ao norte e à foz do rio Lima, Viana do Castelo, saltando até à bacia e foz do rio Minho, Caminha.

Partindo do Porto, a primeira paragem é em Vila do Conde e na igreja matriz de São João Baptista. A propósito da comemoração do V Centenário da sua construção, José Marques fala-nos destas celebrações e liga-as à:

presença do Rei Venturoso, nesta vila, há 500 anos, precisamente, no dia 6 de Novembro de 1501, como peregrino de S. Tiago de Compostela, facto que lhe permitiu tomar conhecimento desta necessária, grande e dispendiosa obra ainda mal iniciada, afirmando-se, um mês depois, em 5 de Dezembro, como seu régio mecenas. (2002, p. 61).

A partir do momento em que El-Rei D. Manuel passa por esta vila a caminho de Santiago de Compostela, a construção da matriz sofreu um novo impulso no seu desenvolvimento e embelezamento ao longo de várias épocas como testemunham os treze retábulos de talha dourada do interior, do século XVIII, evidência da constante preocupação em dotar os espaços sacros de uma nova leitura (Figuras 14 e 15) (Queirós, 2002, pp. 117-147)² imposta pelas normas conciliares tridentinas.

2 Infelizmente, o panorama retabular desta matriz já não é o mesmo de 2002. Vinte anos decorridos, dois dos retábulos cederam e alguns elementos acabaram por cair, ficando amputados até hoje. Este é o cenário real de muitas destas estruturas das igrejas e capelas do nosso país, a necessitarem de obras urgentes de consolidação. A matriz de Vila do Conde não é alheia a este problema e as notícias somam-se nos últimos anos, 2014 e 2018. *Vd.* <https://www.jn.pt/local/noticias/porto/vila-do-conde/quase-meio-milhao-para-arranjar-a-igreja-matriz-de-vila-do-conde-14808374.html>



Figura 14. Vila do Conde. Igreja matriz de São João Baptista, São João Baptista. Retábulo-mor.

Fonte: arquivo da autora (2022)



Figura 15. Vila do Conde. Igreja matriz de São João Baptista, São João Baptista. Retábulo da capela lateral do Evangelho.

Fonte: arquivo da autora (2022)

A segunda paragem é em Viana do Castelo e na igreja de Santa Cruz do extinto Convento de São Domingos, mandado erguer, no século XVI, por Frei Bartolomeu dos Mártires, monge dominicano e arcebispo de Braga, onde se encontra sepultado na capela-mor. Após a sua morte em 1590, ainda estavam por concluir as capelas laterais, sendo da responsabilidade das famílias locais mais endinheiradas, a continuação das obras.

Destaque para os nove retábulos em talha dourada, de estilos distintos, de grande qualidade: três de estilo maneirista; três de estilo barroco nacional (Figura 16); outros dois que conservam uma estrutura maneirista, mas a linguagem decorativa é já do barroco nacional, provenientes, certamente, de outra igreja, tendo em conta a sua altura e a sua disposição, talvez a de Nossa Senhora de Monserrate que para aqui teria transferido a sua paróquia e parte do seu espólio quando encerrou as portas no segundo quartel do século XIX, por ameaçar ruína; e, por último, no braço do transepto do lado

da Epístola, a gigante máquina retabular de estilo rococó, de formas refinadas, elegantes e movimentadas (Figura 17).

Como acontece ao longo de todos caminhos, as opções são muitas. Em direção à praça principal da cidade, apenas mais uma visita, agora à igreja da Misericórdia, o verdadeiro espaço barroco, um apelo aos sentidos. Exuberante, cenográfico e teatral, o interior azul e branco dos painéis de azulejos mescla-se com o dourado dos retábulos, das sanefas e dos órgãos, e com a policromia das imagens e das pinturas do teto, numa melodia harmónica, ritmada e agitada (Figura 18).



Figura 16. Viana do Castelo. Igreja matriz de Santa Cruz do extinto Convento de São Domingos, Monserrate. Retábulo-mor.

Fonte: Câmara Municipal de Arcos de Valdevez/Pedro Teixeira (2018)



Figura 17. Viana do Castelo. Igreja matriz de Santa Cruz do extinto Convento de São Domingos, Monserrate. Retábulo do transepto da Epístola.

Fonte: Câmara Municipal de Arcos de Valdevez/Pedro Teixeira (2018)



Figura 18. Viana do Castelo. Igreja da Misericórdia, Santa Maria Maior.
Panorâmica do interior.

Fonte: Câmara Municipal de Arcos de Valdevez/Pedro Teixeira (2018)

Seguimos em direção ao norte e à última etapa deste Caminho. Bem em frente da bacia do rio Minho, merece uma visita especial a igreja da Misericórdia da vila de Caminha, onde podemos deleitar-nos com uma variedade de retábulos de épocas distintas de excelente qualidade (Figura 19).



Figura 19. Caminha. Igreja da Misericórdia, Caminha – Matriz.
Panorâmica do interior.

Fonte: Câmara Municipal de Arcos de Valdevez/Pedro Teixeira (2018)

A partir daqui e do outro lado do rio Minho, já por terras galegas, avista-se A Guarda, onde o percurso continua até Redondela e se cruza com o Caminho Central.

2.4. O caminho de Torres

Propositadamente deixamos este caminho para último. Não pelo facto de não estar certificado, mas porque se trata de um caminho diferente, traçado no século XX, a partir do relato de um escritor originário de Salamanca e exilado em Portugal, no século XVIII. Considerações à parte, certo é que este é mais um dos Caminhos do Ouro. E que Caminho! Parte de Almeida, passa pela cidade de Pinhel, que fez parte do bispado de Lamego até 1770, altura em que se desanexou e autonomizou como diocese, por Breve do Papa Clemente XIV (Queirós, 2014, p. 22), e ruma até Valença, unindo-se em Ponte de Lima ao Caminho Central, passando por alguns dos arciprestados da zona mais oriental da diocese de Lamego, nomeadamente, Sernancelhe, Moimenta da Beira, Tarouca e Lamego.

Destacamos uma visita ao conjunto de retábulos da igreja matriz de São Sebastião de Penso, Sernancelhe (Queirós, 2014, pp. 115-116 e 121-124, 2006, pp. 623-624) (Figura 20) e, rumo a Lamego, à igreja matriz de São João Evangelista na Ucanha, Tarouca (Queirós, 2014, pp. 109-113 e 115-116, 2006, pp. 764-766) (Figura 21). Depois de Lamego, o Caminho continua até ao rio Douro, onde o atravessa, entrando no Peso na Régua e rumando por terras do Tâmega, Sousa, Ave, Cávado, Homem até entrar no Lima.



Figura 20. Sernancelhe. Igreja matriz de São Sebastião, Penso.
Vista interior.

Fonte: arquivo da autora (2004)



Figura 21. Tarouca. Igreja matriz de São João Evangelista, Ucanha.
Vista interior.

Fonte: arquivo da autora (2004)

2.5. Outros caminhos

Não conseguimos, porém, deixar de referir pelos menos mais dois caminhos dada a sua importância ancestral e para a Rota do Ouro. São eles o Caminho da Geira e dos Arrieiros e o Caminho Minhoto Ribeiro, ambos com início na cidade de Braga. Se o primeiro se dirige por Terras do Bouro até Portela do Homem, por onde entra em Espanha pela primeira vez, voltando a entrar em Portugal em Ameijoeira, e atravessa Castro Laboreiro para entrar em Espanha, o segundo passa por quatro municípios do Alto Minho: Ponte da Barca, Arcos de Valdevez, Monção e Melgaço até chegar à fronteira. É, precisamente, em Arcos de Valdevez que fazemos uma última paragem na igreja do Espírito Santo, recentemente aberta ao público e ao culto e a funcionar como Centro Interpretativo do Barroco do Alto Minho (Figura 22). A Porta do Barroco, como tem sido nomeada, para além de constituir um excelente exemplar da evolução da talha dourada, indica-nos os caminhos do barroco que poderão ser percorridos, nesta região, uma rota para a descoberta e a contemplação da estética da exuberância.



Figura 22. Arcos de Valdevez. Igreja do Espírito Santo, Salvador.

Arquivo: Câmara Municipal de Arcos de Valdevez (2018)

3. O caminho e as comunidades locais

Seja qual for o Caminho, é fundamental que as comunidades locais estejam envolvidas no processo de patrimonialização. Constatamos, porém, que são raras as vezes que estas têm conhecimento das políticas culturais escolhidas, afastando-as do objeto e, por consequência, tornando-o num estranho e, muitas vezes, indesejado. Perante esta atitude, o afastamento pode constituir uma ameaça à sobrevivência do património, à sua salvaguarda e proteção. E não falamos só em património construído, tangível, mas também no intangível, este mais do que o outro seriamente ameaçado e permeável às novidades (Queirós, 2020a, p. 458). Não existiria património sem as gentes. Ora, sem elas o legado patrimonial já teria sido interrompido há muito. Torna-se urgente dialogar com as comunidades locais, antes de implementar qualquer projeto. Não podemos esquecer que é a vida destas que está em jogo e que irá sofrer transformações. Se a divulgação do património traz muitos benefícios para uma comunidade, infelizmente, são muitos os exemplos em que nem sempre assim é, revelando-se, nestes casos, num afastamento das mesmas.

Antes de qualquer passo no terreno, torna-se cada vez mais urgente a educação patrimonial das comunidades. Reunir, falar, ouvir, informar, explicar são passos fundamentais para a boa receptividade e sucesso de qualquer projeto. Uma vez esclarecidas, quer em nome individual, quer por meio de associações, as comunidades tornam-se vitais na sobrevivência patrimonial.

O mesmo se aplica aos Caminhos, rotas, itinerários e percursos. A implementação de qualquer uma destas novidades, se não for devidamente explicada, tornar-se-á um risco, na medida em que colocará em causa o quotidiano das gentes, ao modificar os seus hábitos. Dinamizar a economia local, criar empregos e outras oportunidades é fundamental à sobrevivência de qualquer coletividade, mas retirar-lhes o seu *modus vivendi* resulta numa atrofia de um grupo e, conseqüentemente, na sua perda de identidade.

É urgente haver uma gestão dos Caminhos como qualquer outro bem patrimonial, onde a transdisciplinaridade seja uma peça fundamental neste processo. Quando falamos de pessoas e da implementação de algo que vem do exterior e é desconhecido, não nos podemos esquecer de auscultar as suas necessidades. Irromper no seio das comunidades é usurpar um espaço e violar a privacidade de um todo.

A massificação do turismo revela-se prejudicial a estes grupos, sobretudo, porque alguns ainda nos mostram no seu quotidiano, traços de grande

autenticidade e genuinidade. Verem-se, de repente, invadidos por milhares de pessoas que transitam diariamente, ao longo de todo o ano, pelos seus trilhos e caminhos, por entre montes e vales, onde vulgarmente só os locais e os animais vagueiam, é, de certa forma, uma agressão à sua forma de estar. De repente, a acalmia cede lugar à agitação e, também, a paisagem cultural se transforma.

Por outro lado, ao contrário do que se passa no país vizinho, o Caminho português de Santiago de Compostela, apesar da sua importância histórica, atualmente, não possui a magnitude e peso de outros tempos. Para isso contribuiu, e muito, o caminho de Fátima, traçado a partir dos inícios do século XX, após as primeiras aparições de Nossa Senhora de Fátima que lhe retiraram esta dimensão, ocupando o Caminho português um lugar secundário, sobretudo, a partir desta altura. Este caminho de peregrinação a Fátima acaba por funcionar, em termos de Fé, como outrora funcionou o Caminho de Santiago para o mundo, onde é seguramente a Fé que move milhares de pessoas todos os anos. Embora as recentes propostas por parte das entidades locais apontem para uma transformação e dinamização cultural, patrimonial e turística dos Caminhos de Fátima, com a criação do Caminho do Centenário e da Rota Carmelita instituídos pela Associação Caminhos de Fátima numa parceria com os Caminhos de Santiago, achamos que coincidem com os traçados do Caminho Central e do Caminho Interior, talvez para tirar partido do Caminho transfronteiriço e procurando estabelecer uma ligação entre a Fé e a cultura, o que afinal sempre andou de mãos dadas. Pensamos, porém, que atualmente as motivações dos peregrinos dos Caminhos de Fátima são bem diferentes daquelas dos peregrinos a Santiago de Compostela. Talvez, o tempo se encarregue de nos mostrar os diferentes lados destes Caminhos.

Interrogamo-nos sobre a importância do Caminho português, nas suas várias certificações ou caminhos ou itinerários. Julgamos que não estão em perigo os Caminhos, mas sim os outros caminhos nestes Caminhos, bem como as comunidades, já que o turismo cultural é cada vez mais a vertente do caminho de Santiago e, como percebemos, também os Caminhos de Fátima ocupam esta vertente. Não podemos esquecer a pertinência e atualidade da Carta de Cracóvia de 2000, quando nos mostra como o turismo cultural, apesar de todos os aspetos positivos para a economia local, deverá ser encarado como um risco. E não é só aqui que esta Carta deverá ser lembrada. No seu preâmbulo refere, e lembramos, são as comunidades “tendo em conta a sua memória coletiva e consciente do seu passado” (Carta de Cracóvia, 2000, p. 1)

as responsáveis “quer pela identificação, quer pela gestão do seu património” (Carta de Cracóvia, 2000, p. 1), o que percebemos imediatamente que não é isso que está a ser feito. E continua:

A pluralidade de valores do património e a diversidade de interesses requerem uma estrutura e comunicação que permita uma participação efectiva dos cidadãos no processo, para além dos especialistas e gestores culturais. Caberá às comunidades adoptar os métodos e as formas apropriadas para assegurar uma verdadeira participação dos cidadãos e das instituições nos processos de decisão (2000, p. 5).

Normalmente, as comunidades deparam-se com o produto final e não com a proposta. Raramente são ouvidas. Por outro lado, a aposta na formação e educação patrimonial deverá ser uma realidade a ter em conta, o que “exige a participação da sociedade e a integração da temática nos sistemas nacionais de educação a todos os níveis” (Carta de Cracóvia, 2000, p. 5), iniciando este caminho formativo logo nos primeiros anos do ensino básico e dando-lhe continuidade no tempo, pois, só assim, o património poderá cumprir a sua função pedagógica, e legado às gerações futuras, de modo, a que o preservem e o transmitam a outras, tal como lhes foi transmitido.

4. Conclusão

Em termos da preservação do quotidiano das comunidades e dos diversos caminhos do Caminho português de Santiago de Compostela ainda muito há a fazer. Neste campo, a comunidade académica é uma peça fundamental em qualquer estudo patrimonial. Muitas vezes esquecida, torna-se pertinente que haja uma mais assídua e estreita colaboração entre a academia, nas suas diversas valências, antes da implementação de qualquer política cultural, sobretudo, no que concerne à execução destes percursos de Fé e culturais, já que não podemos falar de património cultural sem pessoas, o que resultará em ações adaptadas às necessidades de todos e para todos. Não estamos a afirmar que nada tenha sido feito neste sentido, muito pelo contrário, mas continuamos a apercebermo-nos de muitas dificuldades por parte das comunidades.

Relativamente ao património retabular, continuamos a depararmo-nos com situações de grande complexidade. A falta de meios financeiros, por um lado, que impedem a preservação desta vasta tipologia patrimonial permanece como o maior entrave e, por outro lado, a deficiente acessibilidade a

muitas paróquias, a que acresce a pouca ou inexistente sinalética, e a falta de meios humanos que decorre dos poucos meios financeiros e que se reflete no encerramento das portas destes espaços, condicionam e dificultam a descoberta deste vasto e riquíssimo património que continua a surpreendermos na sua profusão decorativa, tornando mais penosa a tarefa de estabelecer rotas retabulares. Se estes problemas se colocam em possíveis itinerários relativos a igrejas paroquiais, imagine-se aqueles que surgem quando pretendemos estabelecer percursos para os retábulos das capelas públicas, já para não falar das capelas privadas. Se muito se fez até aqui, o caminho ainda está longe de chegar ao fim, tornando-se imperioso dar continuidade aos inventários e ao levantamento documental, por forma a sustentar a longa história deste património, desde a encomenda, à escolha dos artistas, passando pelo processo de manufatura até à obra de arte final.

Referências

- “CAMINHOS DE FÁTIMA” (2022, março 21). Celebração de protocolo que promove parceria entre os Caminhos de Fátima e de Santiago. Consultado em <https://caminhosdefatima.com/noticias/199071/celebracao-de-protocolo-que-promove-parceira-entre-os-caminhos-de-fatima-e-de-santiago>
- CARDONA, P. (2013). A talha da fase final do Barroco e a escola regional do Alto-Minho. O caso da Ordem Terceira de Ponte de Lima. In N. Ferreira-Alves (Coord.), *Os Franciscanos no Mundo Português III. O Legado Franciscano* (pp. 849-869). Porto: CEPESE.
- CARTA DE CRACÓVIA DO ICOMOS (2000). Retirado de <https://www.icomos.pt/images/pdfs/2021/42%20Carta%20de%20Crac%C3%B3via%202000.pdf>
- JORNAL DE NOTÍCIAS (2022, abril 28). Quase meio milhão para arranjar a Igreja Matriz de Vila do Conde. Consultado em <https://www.jn.pt/local/noticias/porto/vila-do-conde/quase-meio-milhao-para-arranjar-a-igreja-matriz-de-vila-do-conde-14808374.html>
- MARQUES, J. (2002). A matriz de Vila do Conde e a arquidiocese de Braga, nos séculos XV-XVI. In M. Pinto (Coord.), “...a igreja nova que hora mamdamos fazer...” *500 Anos da Igreja Matriz de Vila do Conde* (pp. 60-82). Vila do Conde: Câmara Municipal de Vila do Conde.
- QUEIRÓS, C. S. F. (2002). Subsídios para o estudo da talha da igreja matriz de Vila de Conde. In M. Pinto (Coord.), “...a igreja nova que hora mamdamos fazer...” *500 Anos da Igreja Matriz de Vila do Conde* (pp. 116-147). Vila do Conde: Câmara Municipal de Vila do Conde.
- QUEIRÓS, C. S. F. (2006). *A importância da sede do Bispado de Lamego na difusão da estética retabular: tipologias e gramática decorativa nos séculos XVII – XVIII* (tese de doutoramento). Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.

- QUEIRÓS, C. S. F. (2014). *Retábulos do Bispado de Lamego (Séculos XVII-XVIII)*. Porto: Autora/Afrontamento.
- QUEIRÓS, C. S. F. (2020a). Um roteiro patrimonial a descobrir: a talha retabular na Diocese de Lamego. *Rosa dos Ventos Turismo e Hospitalidade*, 12(2), 448-461. DOI: <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v12i2p448>.
- QUEIRÓS, C. S. F. (2020b). Considerações sobre os Retábulos de Talha Dourada no Concelho de Santarém: uma realidade desconhecida. In M. E. V. Pacheco & E. R. Neves (Coords.), *Santarém: Arte, História e Património* (pp. 231-239). Lisboa/Santarém: Caleidoscópio/Câmara Municipal de Santarém.

O DESENVOLVIMENTO DO CAMINHO PORTUGUÊS DA COSTA NA PERSPETIVA DOS MUNICÍPIOS E DAS ASSOCIAÇÕES. DA CULTURA AO TURISMO

Carlos Pazos-Justo*

carlospazos@elach.uminho.pt

Álvaro Iriarte**

alvaro@elach.uminho.pt

Maria João Moreira***

drmj3@gmail.com

Inês Americano Lopes****

a.ines.lopes@gmail.com

Este artigo tem como ponto de partida a análise e interpretação dos resultados obtidos no projeto “Os Caminhos de Santiago em Portugal. Políticas públicas e associativas no Caminho Português da Costa” financiado pela Cátedra Institucional do Caminho de Santiago e das Peregrinacións da Universidade de Santiago de Compostela (2021). Conciliando métodos qualitativos e quantitativos, consistiu na elaboração e execução de dois inquéritos direcionados aos municípios e associações vinculados ao Caminho Português da Costa, de modo a conhecer as atividades, ideias e perspetivas das diferentes entidades quanto ao processo de desenvolvimento do itinerário. Este permitiu, de modo geral, constatar que o desenvolvimento do Caminho Português da Costa e, por conseguinte dos caminhos de santiago em Portugal, cuja rede de itinerários é cada vez mais ampla e variada, é resultado de um intenso e *tardio* envolvimento mormente institucional. Impulso mais robusto e notório por parte das autarquias e entidades do turismo (nomeadamente do Turismo de Portugal e da Entidade Regional Turismo Porto e Norte de Portugal), que colocam o Caminho de Santiago como um elemento central e fundamental das planificações turístico-económicas

* Grupo Galabra-UMinho, Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho, Braga, Portugal, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6172-3059> 6050462000

** Grupo Galabra-UMinho, Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho, Braga, Portugal, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0077-8843>

*** Grupo Galabra-UMinho, Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho, Braga, Portugal.

**** Grupo Galabra-UMinho, Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho, Braga, Portugal.

associadas à cultura. A emergência e sucesso dos caminhos jacobeus tem espoletado novas iniciativas, um pouco por todo o território luso e um maior e variado envolvimento de agentes, dando origem ao que denominamos *jacobeização* de outros fenómenos, como os intitulados caminhos de Fátima; dinâmicas que acarretam novos desafios e tornam prementes planificações sustentáveis e conhecedoras das reais potencialidades e impactos dos projetos turístico-culturais.

Palavras-chave: Caminho Português da Costa. Caminhos portugueses para Santiago de Compostela. Desenvolvimento. Perceções. *Jacobeização*.

This article has as its starting point the analysis and interpretation of the results obtained in the project “Os Caminhos de Santiago in Portugal. Public and associative policies on the Portuguese Coastal Way” funded by the Institutional Chair of the Way of Santiago and Peregrinaci3ns of the University of Santiago de Compostela (2021). Combining qualitative and quantitative methods, it consisted in the elaboration and execution of two surveys directed to the municipalities and associations linked to the Portuguese Coastal Way, in order to know the activities, ideas and perspectives of the different entities regarding the itinerary development process. It allowed, in general, to verify that the development of the Portuguese Way of the Coast and, therefore, of the Caminhos de Santiago in Portugal, whose network of itineraries is increasingly wide and varied, is the result of an intense and late involvement, mainly institutional. More robust and notorious impulse on the part of municipalities and tourism entities (namely Turismo de Portugal and the Regional Tourism Entity Porto and North of Portugal), which place the Way to Santiago as a central and fundamental element of tourist-economic planning associated with the culture. The emergence and success of the Jacobean paths has spurred new initiatives, all over the Portuguese territory and a greater and varied involvement of agents, giving rise to which we call Jacobization of other phenomena, such as the so-called paths of Fátima; dynamics that pose new challenges and make sustainable planning urgent and aware of the real potential and impacts of tourism-cultural projects.

Keywords: Portuguese Coastal Path. Portuguese pathways to Santiago de Compostela. Development. Perceptions. *Jacobeização*

1. Introduç3o

Apesar da denominada segunda *inventio*, ocorrida no 3ltimo quartel do s3culo XIX (Santos Solla, 2006) ou da sublimaç3o nacional-cat3lica durante a ditadura franquista, na qual cabe interpretar que ao impulsar o itiner3rio jacobeu legitimava as linhas de força do seu pr3prio ide3rio (Santos, 2006; Somoza & Gonz3lez, 2017; Villares, 2017), ser3 apenas a partir da d3cada de 80 do s3culo

passado quando uma série de ações, de poliédrica agencialidade, darão lugar à *reinventio* do fenómeno jacobeu (Pazos-Justo, Del Río & Samartim, 2018). Em função deste processo, os caminhos de Santiago, particularmente o Caminho Francês e a própria cidade de Santiago de Compostela, alcançaram uma notável visibilidade internacional, recuperando de alguma forma a antiga capacidade de atração de origem medieval que tinha acabado por decair na época contemporânea (Lois & López, 2012).

Os fatores (político-)culturais determinantes da *reinventio* relacionam-se com (a) as várias visitas papais, (b) o interesse de diversas instituições que, por exemplo, promoveram a declaração da capital galega como Património Mundial da UNESCO e, pouco depois, em 1987, o Caminho de Santiago como primeiro Itinerário Cultural Europeu pelo Conselho da Europa; (c) o *megaevento* promovido pela administração galega denominado *Xacobeo 93* (Santos, 1999 e 2006); noutro âmbito, (d) alguma da considerada exitosa produção literária do escritor brasileiro Paulo Coelho, particularmente *O diário de um mago* (1987) (Torres, 2011 e 2014).

A *reinventio* deve ainda ser entendida e interpretada tendo em consideração o seu contexto, ou seja, num tempo e num espaço em que a *cultura*, o património cultural, passam a ser equacionados como um fator central para o desenvolvimento (designadamente económico) das sociedades (UNESCO, 1998; Lopes, 2010; Rodríguez Morató, 2010; Paül i Agusti, 2013). Paralelamente, assistimos à emergência das cidades enquanto protagonistas da vida cultural, passando a funcionarem como objeto e sujeito privilegiado das políticas culturais (Rodríguez Morató, 2005; Bouzada, 2007 e 2008; Barbieri, 2014), em função do contínuo esvaziamento do papel do Estado no âmbito cultural a partir da década de 80 do século XX.

Neste quadro, marcado pelas dinâmicas globalizantes, bem como um maior protagonismo autárquico nas políticas culturais e a expansão do turismo como sector económico desejado apresenta-se o que podemos provisoriamente denominar de aliança entre cultura e turismo (Costa, 2005; Richards, 2014; Rodríguez Morató, 2010; ou, noutra direção, Ponte, Cruz & Álvarez-García, 2016; Soares & Coelho, 2020), sob denominações como *turismo cultural*, *turismo urbano* ou mesmo *turismo religioso*; e com impactos relevantes em várias dimensões.

O processo de desenvolvimento dos caminhos de Santiago em território português, particularmente o Caminho Português da Costa (doravante CPC), teve início, como tentaremos explicar de seguida, alguns anos mais tarde,

configurando-se, em geral, como um fenómeno com relevância só a partir de inícios do século XXI. Além de explicitar a metodologia aplicada, descreveremos analiticamente o processo de desenvolvimento dos caminhos de Santiago em Portugal, nomeadamente o CPC, e posteriormente indicaremos e analisaremos as perceções de associações e autarquias diretamente envolvidas no desenvolvimento deste último.

2. Metodologia

O presente trabalho está ancorado numa abordagem qualitativa e quantitativa. Após revisão da literatura sobre o objeto de estudo, foram elaborados dois inquéritos, um para os municípios e outro dirigido às associações vinculadas ao CPC de modo a conhecer as atividades, ideias e perspetivas das entidades inquiridas quanto ao processo de desenvolvimento deste itinerário. Os municípios inquiridos foram: Porto, Matosinhos, Vila do Conde, Maia, Póvoa do Varzim, Esposende, Viana do Castelo, Caminha, Vila Nova de Cerveira e Valença. As associações: Associação dos Amigos do Caminho de Santiago de Viana do Castelo, Associação Apoio Peregrino Caminho Português da Costa, Associação Espaço Jacobeus, Via Veteris – Associação Jacobeia de Esposende, Associação de Hospitaleiros Ventos Peregrinos, Via Portus Cale – Associação Internacional de Companheiros nos Caminhos de Santiago, Centro de Estudos Jacobeus – Caminhos Portugueses a Santiago de Compostela, Federação Portuguesa do Caminho de Santiago, Associação Monasterium de Leça do Baló e Associação de Peregrinos Via Lusitana.

Implementados (à distância em função das limitações impostas pela situação epidemiológica) entre março e maio de 2021, constituíam os inquéritos perguntas abertas e fechadas, organizadas em 5 blocos temáticos: política cultural, entendimento dos caminhos de Santiago (grandes objetivos e perceções), ações desenvolvidas, ações previstas e, por fim, parcerias.

3. O desenvolvimento dos caminhos de Santiago em Portugal. O CPC

Sem desconsiderar as numerosas iniciativas de diversas associações, jacobeias ou não (*cf.* D'Abreu, 2021), a afirmação por via institucional dos caminhos portugueses é, poderíamos dizer, tardia se comparada com o impulso decisivo por volta de 1993 na Galiza. De facto, só em 2007 identificámos, no âmbito do Plano Estratégico Nacional para o Turismo (PENT; aprovado pela

Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2007, de 4 de abril), matéria elucidativa acerca do incipiente interesse pelos caminhos de Santiago nas políticas públicas do Estado português: na altura, o “Plano de Acção para o Desenvolvimento Turístico do Norte de Portugal” considerou os caminhos de Santiago no Norte de Portugal como “Produto Turístico Prioritário”. Alguns anos mais tarde, na região Norte, surgiram diversas iniciativas com o concurso de vários agentes (também da organização Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular) que, em linha com a tendência de aliança entre turismo e cultura antes mencionada, atuam no sentido de afirmar e desenvolver por via institucional os itinerários jacobeus em Portugal (cf. Loza, 2015; Eixo Atlântico, 2017). Note-se que este percurso temporal coincide, no geral, com a decidida aposta pelo turismo como sector estratégico em Portugal, nomeadamente após a crise que teve início em 2008, com diversos e problemáticos impactos particularmente em cidades como Lisboa ou o Porto (Mendes, 2017; Malet, Gago, & Cocola-Gant, 2018; Silva, Ribeiro & Araújo, 2022). O processo de institucionalização dos caminhos portugueses de Santiago, por fim, tem como ponto alto ou data-chave a publicação em *Diário da República* do Decreto-Lei n.º 51/2019, de 17 de abril (“Regula a valorização e promoção do Caminho de Santiago, através da certificação dos seus itinerários”): por um lado, exemplifica o explícito interesse do Estado em intervir no desenvolvimento dos caminhos de Santiago; e, de um ponto de vista mais prático, senta as bases para o início do processo de certificação dos itinerários jacobeus em solo português, entre eles o Caminho Português da Costa (a 2 de fevereiro de 2022). O ano 2019 marca ainda a constituição da Federação Portuguesa do Caminho de Santiago, no dia 17 de maio, sendo que esta já constava no diploma *supra* referido, enquanto membro do Conselho Consultivo (órgão de consulta da Comissão de Certificação) (vd. <https://files.dre.pt/1s/2019/04/07600/0217202178.pdf>).

Todo este processo, aqui sinteticamente descrito, pode ser entendido como *tardio*, se comparado com o que o aconteceu na Galiza e noutros territórios vários lustros antes, como apontámos mais acima. Os factores, aqui formulados como hipóteses, por trás deste desenvolvimento *tardio* podem ser diversos. Caberia pensar-se no eventual desinteresse inicial do Estado português pelos caminhos de Santiago em função das dinâmicas de relação a vários níveis entre os dois estados ibéricos, designadamente nas décadas de 80 e 90 do século passado, ainda marcadas por uma gramática da distância ou afastamento, linha de força principal do relacionamento entre os dois estados no quadro ibérico na Época Contemporânea. Por outro lado, o facto

de as primeiras iniciativas de desenvolvimento surgirem tendencialmente circunscritas na região Norte (e não no centro económico e político português) poderá provavelmente não ter contribuído, num primeiro momento, para um processo de desenvolvimento acelerado.

Outros dois fatores terão, em nosso entendimento, um peso maior. O primeiro quartel do século XXI esteve marcado de alguma forma, em termos simbólicos e naturalmente religiosos entre outros, pelas comemorações do centenário das aparições de Fátima, no ano 2017. Note-se que os eventos à volta desta efeméride, contaram com a presença do líder da Igreja católica, despromovendo, hipotetizamos, um maior envolvimento desta instituição no desenvolvimento dos itinerários jacobeus portugueses. Só em 2017 os caminhos Portugueses a Santiago passam a integrar a Lista Indicativa de Portugal a Património Mundial da Humanidade e, mais relevante, em 2018 o Turismo de Portugal (organização sob tutela do Governo português) lança o projeto Caminhos de Fé (vd. <https://pathsofffaith.com/pt-pt>) onde, além doutros produtos e serviços, são promovidos, sob a mesma narrativa e aparentemente sem hierarquias de qualquer espécie, os caminhos de Santiago e os caminhos de Fátima; e, diga-se de passagem, dando início a um processo que poderíamos denominar de *jacobeização* de Fátima que esperamos poder desenvolver noutra sítio.¹ Em linha com a iniciativa, Caminhos de Fé, verifica-se recentemente um maior envolvimento da Igreja católica portuguesa nas atividades de promoção e divulgação direta dos caminhos de Santiago, nomeadamente impulsionando o Caminho Minhoto Ribeiro (apresentado em Braga, em setembro de 2021, pelos arcebispos de Braga e Santiago de Compostela)² ou protagonizando eventos com clara orientação turística.³ Ainda neste capítulo caberia incluir o interesse pela dinamização dos itinerários jacobeus portugueses por

1 Uma rápida pesquisa sobre os materiais divulgativos mais atuais dos chamados caminhos de Fátima (<https://pathsofffaith.com/pt-pt/ways/caminhos-de-fatima>) indiciam este fenómeno em curso, a *jacobeização* de Fátima que, sinteticamente, parece pretender atualizar o fenómeno Fátima em função das ideias e práticas associadas aos caminhos de Santiago.

2 Vd. <https://www.diocese-braga.pt/noticia/1/30035>

3 Por exemplo, "PATHS FIDEL. Iconografia Mariana e de Santiago" (março de 2022), dirigida a "guias intérpretes, empresas turísticas e outros profissionais com atuação no setor, tem por objetivo fornecer instrumentos de identificação, análise e interpretação na área da iconografia, enquanto ferramenta essencial para a compreensão, descodificação e comunicação dos percursos devocionais e caminhos de peregrinação" (<https://www.bensculturais.com/snbci-noticias/865-paths-fidei>). Entre os membros do Conselho Consultivo da Comissão de Certificação estabelecida no Decreto-Lei nº51/2019, de 17 de abril, consta "Dois representantes da Igreja Católica" (<https://files.dre.pt/1s/2019/04/07600/0217202178.pdf>).

parte das organizações oficiais na Galiza responsáveis pela gestão dos caminhos de Santiago através de diversas iniciativas.⁴

Seja como for, a partir da primeira década do século XXI, os caminhos de Santiago começam a ser objeto da atenção de diferentes atores, em regra, de dimensão local e regional, com destaque para as associações e os municípios. Em função deste processo de desenvolvimento dos caminhos a Santiago, ainda em curso⁵, a rede de itinerários portugueses é a cada passo mais densa (vd. Figura 1), especialmente no Norte do país, proliferando, graças sobretudo a iniciativas municipais, novos caminhos e variantes. O último de que temos conhecimento (aprox. maio de 2022) é o projeto de “itinerário cultural” denominado Caminho Marítimo de Santiago em Portugal que visa “recriar, na costa portuguesa, a viagem da ‘Barca de Pedra’ que, segundo reza a lenda, no ano 40 do primeiro milénio transportou o corpo do Santo peregrino desde Jaffa na Palestina até Campus Stella na Galiza” (<https://www.caminhomaritimode-santiago.pt/projeto>). A seguir, na Figura 1, ilustramos um levantamento possível dos caminhos portugueses a Santiago atuais, em que constam itinerários com desigual consolidação e/ou grau de amparo oficial. Outros percursos (ou variantes) poderiam ser incluídos nesta aproximação, como o Caminho do Alijó ou o já mencionado Caminho Marítimo de Santiago em Portugal.

4 Para uma rápida ilustração deste interesse galego apontamos duas notícias jornalísticas, protagonizadas pelo, na altura (e atualmente Presidente do Governo galego), responsável pela pasta do turismo: (a) <https://www.jn.pt/local/noticias/porto/porto/caminhos-de-santiago-tem-novo-marco-no-porto--14172534.html>; (b) <https://www.publico.pt/2021/09/29/fugas/noticia/galiza-quer-caminho-portugues-santiago-porta-entrada-peregrinos-europa-1979244>

A Sociedade Anónima de Xestión do Plan Xacobeo, assim referida, consta como membro do Conselho Consultivo da Comissão de Certificação estabelecida no Decreto-Lei n.º 51/2019, de 17 de abril.

5 “Mirandela e Valpaços inauguram troço do Caminho de Santiago” era a elucidativa manchete publicada no jornal *Público* a 23 de maio de 2022 (vd. <https://www.publico.pt/2022/05/23/fugas/noticia/mirandela-valpacos-inauguram-troco-caminho-santiago-2007322>).



Figura 1. Mapa dos Caminhos de Santiago em Portugal, 2022.

Fonte: autoria de Miguel Ángel Fernández Ramírez.

Paralelamente, a afluência de pessoas peregrinas nos itinerários jacobeus portugueses tem crescido notoriamente durante os últimos anos. O Caminho Português, assim conhecido popularmente na Galiza, é o segundo grande itinerário, após o Caminho Francês, em número de pessoas peregrinas. Entre 2016 e 2019 o Caminho Português Central e o CPC, segundo dados da Oficina del Peregrino, foram os que mais cresceram; o CPC foi ademais o que experimentou a maior taxa de crescimento (*vd.* Figura 2). Em 2021, após as fortes restrições durante 2020 derivadas da pandemia da COVID, a afluência de pessoas peregrinas, sem chegar aos números de 2019, registou uma importante recuperação, sendo Portugal a segunda nacionalidade de origem. Neste mesmo ano, 2021, o 23,58% das pessoas peregrinas chegadas a Santiago de Compostela percorreram itinerários portugueses, sendo que menos da metade eram portuguesas.⁶

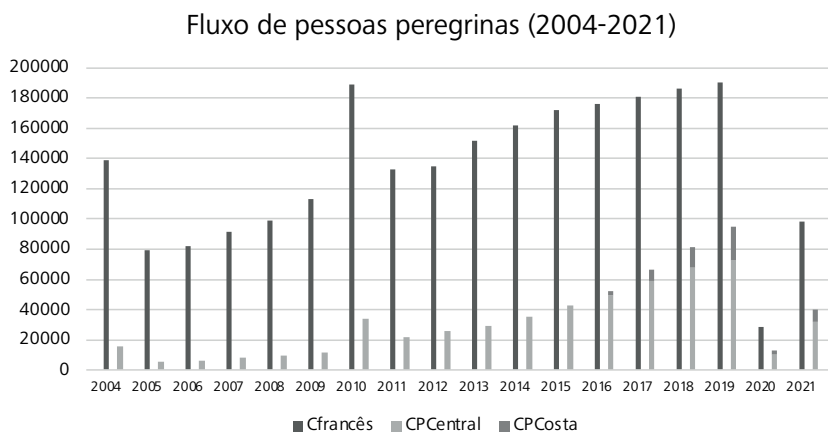


Figura 2. Fluxo de pessoas peregrinas (2004-2021).

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da Oficina del Peregrino.

Neste quadro esquematicamente descrito, o CPC começa a ser desenvolvido por via institucional, através de uma iniciativa intermunicipal, “Caminhos de Santiago: O Caminho Português da Costa”, a partir de 2010.

⁶ Baseamo-nos aqui nos dados disponibilizados pela Oficina del Peregrino: <https://catedral.df-server.info/est/peregrinaciones2021.pdf>

O projeto, segundo a informação apurada, tinha como grande objetivo o “reconhecimento e qualificação do Caminho Português da Costa” por meio de “ações de Identificação e regulação do traçado, da disponibilidade de informação e sinalização do Caminho em todos os municípios, a consulta de informação histórica para contextualizar os bens culturais ligados ao Caminho e a promoção turística, cultural e social” (HIDRIA, 2017, p. 44). Vários anos corridos, os dez municípios atravessados por este itinerário desenvolveram o projeto “Valorização dos Caminhos de Santiago – Caminho Português da Costa” (2015-2019), com um orçamento total de 2.157.784,76 € (até um 85% financiado pelo Fundo Europeu de Financiamento Regional [FEDER]) e cujo fim último foi “qualificar os ativos histórico-culturais públicos com vocação turística, contribuindo para o enriquecimento da oferta turística regional e para o desenvolvimento do ‘turismo cultural’”.⁷ No âmbito deste projeto foram publicados dois volumes, *Caminhos de Santiago. Caminho Português da Costa* (VV.AA. 2017a) e *Caminho Português da Costa. Estudos* (VV.AA. 2017b), assim como lançaram também uma página web conjunta (<http://www.caminhoportuguesdacosta.com/pt>).

O CPC também foi objeto de atenção por parte de organizações oficiais da Galiza e do Norte de Portugal. “Facendo Camiño” é o nome do projeto promovido pelo Turismo Porto e Norte, a Direção Regional de Cultura do Norte, a Axencia de Turismo de Galicia e a Agência de Cooperação Transfronteiriça Norte de Portugal – Galiza. Financiado pelo programa INTERREG Espanha-Portugal, com início em 2019, tinha por objetivo “Consolidar as rotas do Caminho de Santiago Português na Euroregião Galiza – Norte de Portugal (ERGNP) e impulsionar a sua utilização sustentável”.⁸ Antes, em 2016, o CPC tinha sido oficialmente reconhecido pela LEI 5/2016, de 4 de maio,

7 Fonte da citação: informação disponibilizada pela Câmara Municipal do Porto em <https://www.cm-porto.pt/files/uploads/cms/cmp/134/files/1556/ficha-final-santiago-norte-04-2114-feder-000138-1.pdf>.

8 Mais em detalhe: Objetivos, atividades e resultados esperados/atingidos: Consolidar as rotas do Caminho de Santiago Português na Euroregião Galiza – Norte de Portugal (ERGNP) e impulsionar a sua utilização sustentável como um património cultural e natural transfronteiriço capaz de gerar turismo e atividades económicas que contribuam para o desenvolvimento socioeconómico deste território. Contribuirá para proteger e valorizar o património cultural e natural como base económica de apoio da Euroregião (ER), atendendo a um recurso específico, o Caminho de Santiago, que apresenta grande potencial para o desenvolvimento socioeconómico deste território e cujo carácter transnacional o torna como um sinal de identidade e obriga a cooperação para a sua gestão, proteção, conservação, recuperação e promoção (<https://culturannorte.gov.pt/drcn/projetos-transnacionais/projeto-facendo-caminho/>).

do património cultural da Galiza que no artigo 73º/2 referia, entre outros, “o Caminho Português, interior e da costa” (https://www.xunta.gal/dog/Publicados/2016/20160516/AnuncioC3Bo-110516-0001_pt.html).

Como já foi apontado, o CPC foi certificado a 2 de fevereiro de 2022, ao abrigo do Decreto-Lei nº51/2019, de 17 de abril, pela Secretária de Estado do Turismo e a Secretária de Estado Adjunta e do Património Cultural.⁹

3.1. Perceções de municípios e associações acerca do CPC

Questionadas acerca dos valores associados aos caminhos de Santiago, municípios e associações expressaram um entendimento claramente positivo. Dimensões como ‘História e património’, ‘Espiritualidade e introspeção’ e ‘Fé e religião’, foram, com alguns matizes, destacadas pelos inquiridos (vd. Figura 3). Para as entidades associativas, ‘Partilha, encontro e fraternidade, solidariedade’ é um valor principal enquanto as autarquias salientam também o ‘Turismo’, a ‘Tradição’ mas também ‘Estímulo de economia’ e ‘Projeção e visibilidade do Concelho’.

9 O documento oficial de certificação (Portaria n.º 67/2022, de 2 de fevereiro) refere:

Com 138 km de extensão, o Caminho Português de Santiago – Caminho da Costa atravessa os municípios de Porto, Matosinhos, Maia, Vila do Conde, Póvoa do Varzim, Esposende, Viana do Castelo, Caminha, Vila Nova de Cerveira e Valença. O itinerário coincide parcialmente com a Via Veteris, referida nas Inquirições de 1258, que constituiu, durante séculos, a mais importante ligação entre o Porto e Vila do Conde. Para norte de Vila do Conde, embora se comprove a existência de uma rede viária muito antiga ao longo da planície litoral, a utilização do itinerário pelos peregrinos só ganha projeção a partir do século XVIII. O requerimento identifica testemunhos concretos de peregrinação e culto jacobeu ao longo do itinerário, incluindo oragos e locais de assistência, como o Mosteiro de Leça do Balio, o Mosteiro de Moreira da Maia, a Igreja de São Tiago em Castelo de Neiva, sagrada no século IX, o Hospital Velho e a Misericórdia de Viana do Castelo, o Hospital Velho e a Misericórdia de Caminha, o Hospital Velho de Vila Nova de Cerveira e o Paço do Outeiral. O reconhecimento do elevado valor patrimonial dos traçados históricos do Porto e de Viana do Castelo justifica-se pela autenticidade e integridade do itinerário, densidade do património edificado e beleza paisagística da envolvente. O pedido de certificação tem a concordância dos municípios atravessados e apresenta condições de segurança, transitabilidade, equipamentos de apoio e informação (<https://dre.pt/dre/detalhe/portaria/67-2022-178532521>).

No documento de certificação cabe destacar a referência ao “elevado valor patrimonial dos traçados históricos” ausente nos outros dois itinerários entretanto certificados.

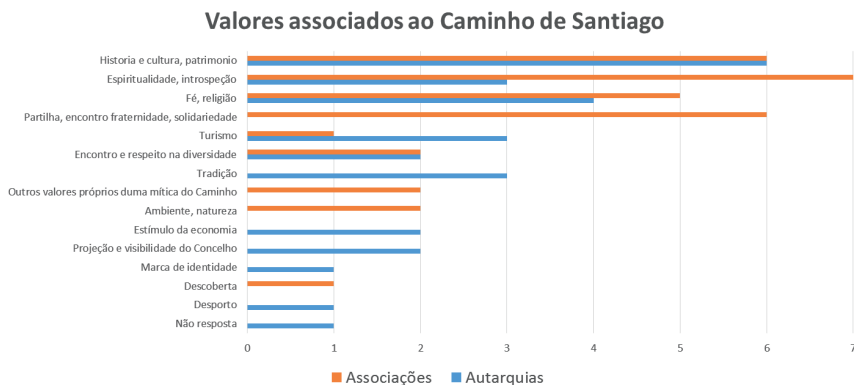


Figura 3. Valores associados ao Caminho de Santiago de associações e autarquias.

Fonte: elaboração própria.

Mais em detalhe, inquiridas acerca da relevância do desenvolvimento do CPC em relação a 9 parâmetros dados (*vd.* Figura 4), em que apresentamos a resposta mais frequente para cada pergunta: Importante simplesmente (3), Bastante importante (4) ou Muito importante (5), as respostas mostram mais uma vez uma perspetiva amplamente positiva quanto aos benefícios do CPC em diversas dimensões. Os municípios, em geral com parecer ligeiramente mais positivo, destacaram a importância em âmbitos como ‘Promoção da inter-relação com outros territórios’ (lembre-se que o projeto de dinamização do CPC foi protagonizado pelas 10 autarquias), a ‘Visibilidade exterior do território’ ou o ‘Desenvolvimento da economia local’. Já as associações ressaltaram especialmente os benefícios em âmbitos como o ‘Conhecimento do território por parte dos/as locais’, a ‘Promoção da coesão identitária e social da comunidade’ e também o ‘Desenvolvimento da economia local’.

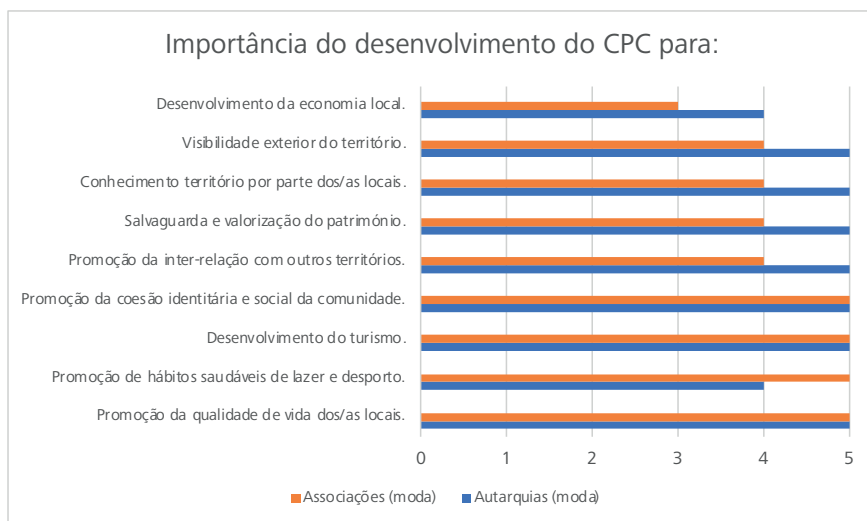


Figura 4. Importância do desenvolvimento do CPC para associações e autarquias.

Fonte: elaboração própria.

Várias questões focaram as perceções das entidades inquiridas acerca das comunidades locais de diversas perspetivas, entre as quais destacamos as seguintes. Em primeiro lugar, para a questão ‘Considera que o CPC faz parte da identidade local do seu concelho/território?’, as autarquias declararam uma perceção do CPC enquanto elemento forte da identidade local; esta perceção é moderada no caso das associações (que, em vários casos, não tinham vínculos diretos com os territórios atravessados pelo CPC). Das respostas e comentários dos inquiridos sim se pode inferir a perceção de um processo em curso pelo qual o CPC estará a ganhar espaço na dimensão identitária das comunidades. Por outro lado, à questão ‘Em que medida considera que a comunidade local deve ter protagonismo no desenvolvimento do CPC?’ tanto associações como autarquias responderam ‘muito importante’ ou ‘bastante importante’.

Face ao exposto, em relação ao grau de envolvimento efetivo das comunidades no desenvolvimento do CPC as respostas (e os comentários dos inquiridos) mostram as associações a entenderem um menor *compromisso* da comunidade local, ao passo que, no geral, as autarquias responderam maioritariamente ‘Bastante’ ou ‘Muito’ (vd. Figura 5).

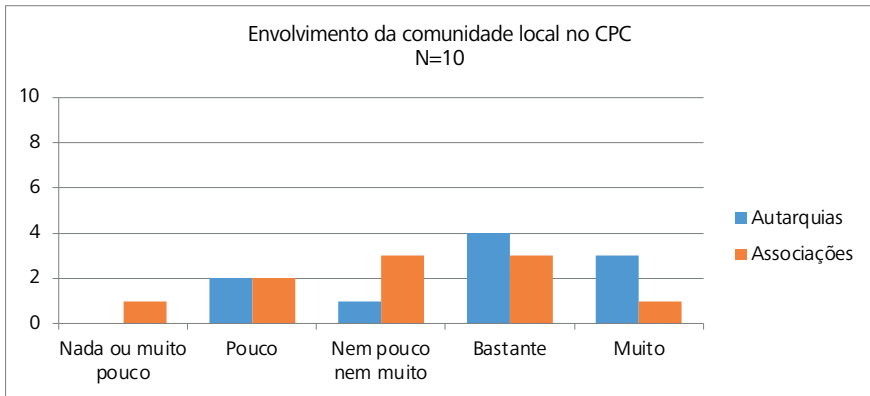


Figura 5. Envioimento da comunidade local.

Fonte: elaboração própria.

Ainda sobre as perceções acerca de CPC e comunidades locais, à questão ‘De que forma comunidade local deve ter protagonismo no desenvolvimento do CPC?’ as respostas mostram certa unanimidade: o papel mais relevante das comunidades locais, como maior expressão no dizer das autarquias, deverá ser o ‘Acolhimento de peregrinos’ e, em menor medida, a ‘Preservação/vigilância do estado do itinerário’. As funções pensadas para as comunidades locais podem ser consideradas como secundárias e até passivas (vd. Figura 6).

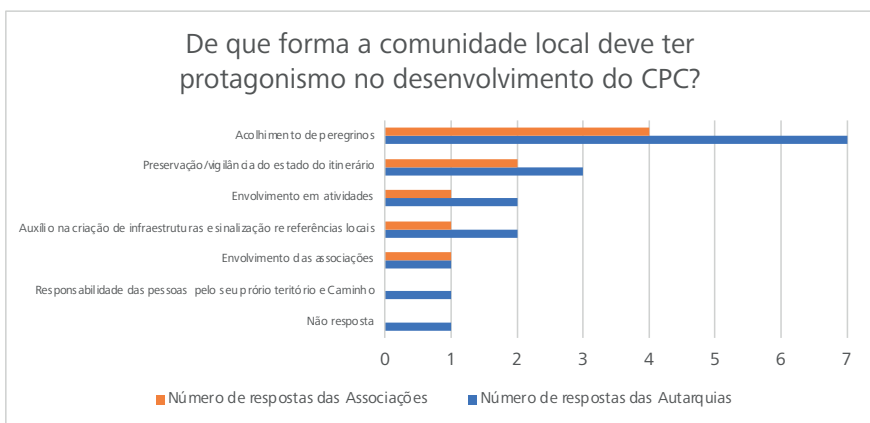


Figura 6. De que forma a comunidade local deve ter protagonismo no desenvolvimento.

Fonte: elaboração própria.

Noutra dimensão, perante uma série de parâmetros¹⁰ propostos para identificar os motivos da procura do CPC por parte das pessoas peregrinas, associações e autarquias destacaram sobretudo os parâmetros ‘litoral’, ‘paisagem’ e ‘que os caminhos estão na moda’; por outro lado, destacaram elucidativamente menos, especialmente as associações, ‘a procura da autenticidade’, o que interpretamos com um indício forte do entendimento do CPC enquanto itinerário não marcado pela sua dimensão histórica ou patrimonial (cf. nota 9). Confrontados com ‘Até que ponto o aeroporto do Porto é um elemento importante para a atratividade do CPC?’ as respostas evidenciam uma unanimidade (vd. Figura 7) entre associações e autarquias acerca da relevância do Aeroporto Internacional Sá-Carneiro enquanto elemento basilar por trás do rápido crescimento do número de pessoas peregrinas no itinerário em foco (cf. González & Pereiro 2021).

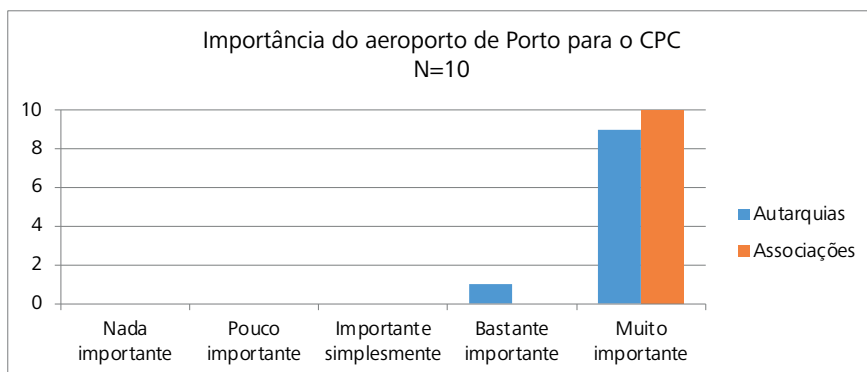


Figura 7. Importância do aeroporto do Porto para a atratividade do CPC.

Fonte: Elaboração própria.

Quanto aos impactos sentidos ou possíveis derivados do desenvolvimento do CPC as percepções são elucidativamente diversas: para as câmaras municipais não há, em regra, impactos negativos assinaláveis, ao passo que o grande benefício identificado é o ‘Desenvolvimento turístico-económico’ (vd. Figuras 8 e 9); já para as associações a dimensão turístico-económica, sendo a

¹⁰ ‘As suas condições’, ‘Que os caminhos “estão na moda”’, ‘O património e a cultura’, ‘A procura da novidade’, ‘A procura da autenticidade’, ‘A paisagem’, ‘O contacto com a natureza’, ‘O litoral’ e ‘A distância’.

principal, tem menor expressão, surgindo uma panóplia de outros benefícios ao passo que são identificados um número expressivamente maior de alertas no que diz respeito aos impactos negativos do CPC, sendo a ‘Massificação e turistificação do Caminho’ ou a ‘Diluição do Caminho numa lógica económica’ os principais problemas identificados. Com efeito, perante a questão ‘Considera possível enfrentarem um problema de massificação?’ só as associações responderam indicando ser este um desafio claro e concreto; as respostas das autarquias, no geral, desvalorizaram em boa medida esta possibilidade.

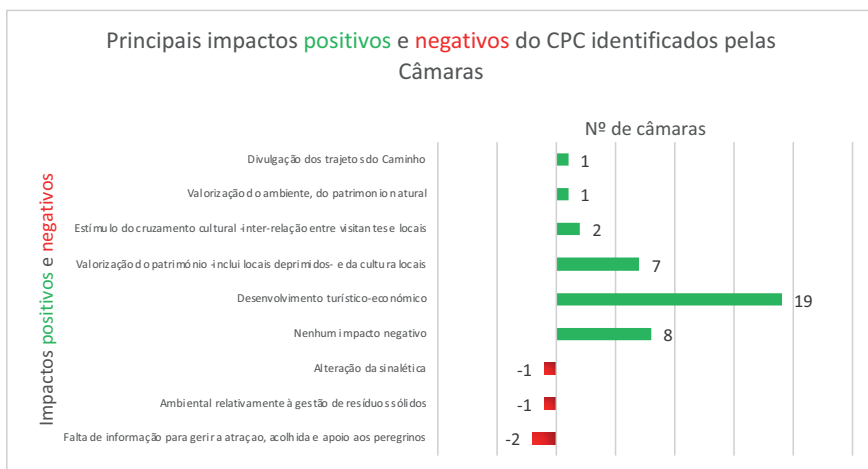


Figura 8. Impactos positivos e negativos do CPC identificados pelas câmaras municipais.

Fonte: elaboração própria.

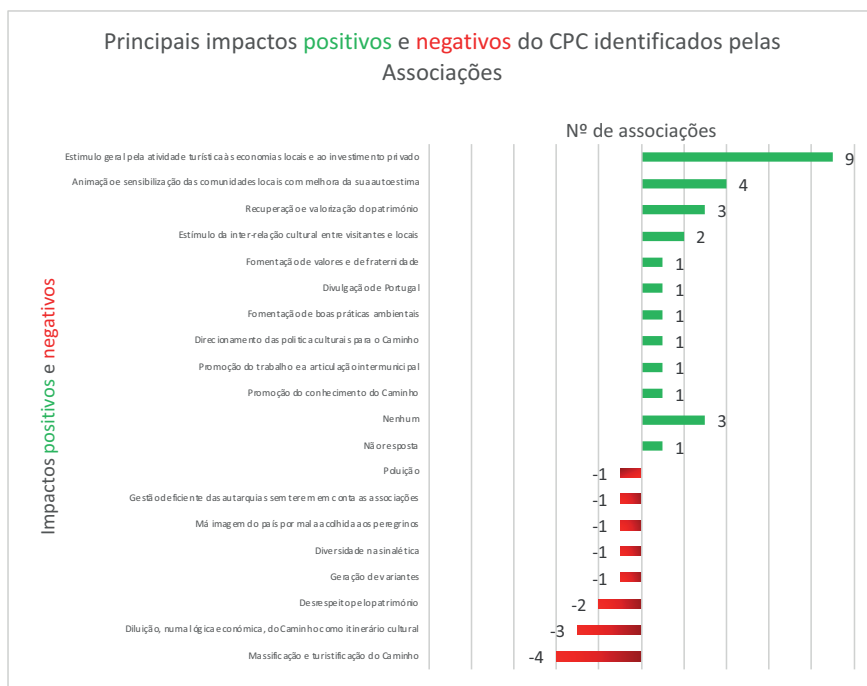


Figura 9. Impactos positivos e negativos do CPC identificados pelas associações.

Fonte: elaboração própria.

Por último, apontamos um dado aparentemente secundário mas que, em nossa análise, tem um importante valor explicativo: no protocolo estabelecido para o contacto prévio com as câmaras municipais, dirigimo-nos sempre à/ao Presidente da autarquia, solicitando “indicasse um representante do Executivo camarário que possa responder o questionário”. O perfil das pessoas realmente entrevistadas (*vd.* Tabela 1) mostra que os vereadores/as ou técnicos/as estavam em 7 casos (sobre 10) vinculados ao turismo e só apenas 2 casos à pasta da cultura (sem economia), o que revela, interpretamos, um entendimento maioritário do CPC como um fenómeno particularmente importante para o âmbito de gestão turística (e económica) das câmaras municipais inquiridas.

Tabela 1. Perfil e pelouro associado à pessoa entrevistada das câmaras municipais.

| Perfil entrevistado | Divisão/Setor |
|----------------------------|--|
| Membro executivo camarário | Turismo, Economia; Comércio; Projetos Europeus |
| Membro executivo camarário | Turismo, Cultura; Desenvolvimento Económico; Inovação e Modernização; Polícia Municipal; Gestão do Património; urbanismo |
| Técnico camarário | Turismo, Cultura e Comunicação |
| Técnico camarário | Turismo |
| Membro executivo camarário | Turismo; Desenvolvimento Económico; Agricultura e Pesca |
| Técnico camarário | Desenvolvimento económico e empreendedorismo |
| Membro executivo camarário | Cultura |
| Membro executivo camarário | Turismo, Cultura, Economia; Comunicação; Relações Internacionais; Finanças e Planeamento Estratégico; Emprego e apoio às empresas; Coord. e administração geral; Participação e modernização Administrativa; Gestão do Património |
| Membro executivo camarário | Cultura; Ação Social; Educação e Juventude; Recursos Humanos; Cooperação Transfronteiriça e Geminações; Associativismo |
| Técnico camarário | Turismo e Cultura |

Fonte: elaboração própria.

Os representantes das câmaras municipais, por fim, apontaram 2 parceiros estratégicos nos trabalhos de desenvolvimento do CPC: (a) o conjunto dos 10 municípios envolvidos no projeto “Valorização dos Caminhos de Santiago – Caminho Português da Costa” já referido; e (b) o Turismo do Porto e Norte de Portugal, agência governamental cuja missão é “Promover e Desenvolver a cadeia de valor do Turismo da Região Porto e Norte de Portugal” (<http://www.portoenorte.pt/pt/informacao-institucional/missao-e-visao-da-entidade-regional/>).

4. Síntese conclusiva

Enquanto escrevemos este texto, as cidades de Santiago de Compostela e Braga formalizaram a sua geminação (9 de maio de 2022) o que, à luz das informações a que temos acesso, esteve também marcada (iniludivelmente?) pelo fenómeno jacobeu:

Foi ainda manifestada a vontade comum de fazer da cooperação turística um dos eixos fundamentais do acordo, sobretudo para trabalhar a promoção e dinamização do Caminho Português de Santiago, o que tem registado o maior crescimento nos últimos tempos. Nesse sentido, no dia anterior à assinatura deste acordo, membros das duas delegações municipais percorreram o último troço do Caminho – desde o Monte do Gozo até à Plaza del Obradoiro.¹¹

Esta e outras notícias que vão sendo publicadas em Portugal, no Norte particularmente, espelham a notória visibilidade do fenómeno jacobeu em determinados campos sociais, e especialmente em numerosos gabinetes de comunicação autárquicos. Aparentemente, num período de aproximadamente 15 anos, o Caminho de Santiago passou de ser um fenómeno muito minoritário, escassamente conhecido e promovido por um número reduzido de associações (com destaque no caso do CPC para a Associação dos Amigos do Caminho de Santiago de Viana do Castelo, criada em 2005) para se converter, na atualidade, num fenómeno principal da planificação turístico-económica(-cultural?) de muitos territórios assim como uma realidade próxima das comunidades afetadas. Com o concurso de associações e, sobretudo, instituições autárquicas, regionais e do Estado, mas também da Igreja católica ou do governo galego, os caminhos de Santiago, o CPC em particular, são hoje uma plataforma recorrente para o lançamento de projetos de dinamização turístico-cultural em Portugal.

Diferentemente ao que aconteceu na Galiza durante os primeiros anos da *reinventio*, o caso do CPC informa de um processo de desenvolvimento marcado por um forte impulso (uma aspiração, poderíamos dizer) turístico-económico. As planificações autárquicas para CPC não se coadunam, no geral, com objetivos de política cultural mas antes com estratégias turístico-económicas. Informa também, em nosso entender, da vitalidade da aliança entre turismo e

¹¹ Fonte: <https://www.correiodominho.pt/noticias/braga-e-santiago-de-compostela-unem-forcas-e-formalizam-acordo-de-geminacao/137354>

cultura em que parecem ganhar força os objetivos turístico-económicos face aos culturais-patrimoniais. Neste sentido, verificámos a tendência para não estarem envolvidas nos processos de planificação e implementação organizações sociais e/ou culturais ou as próprias comunidades locais, ao passo que ganham protagonismo instituições do turismo nacionais e regionais como o Turismo de Portugal, o Turismo do Porto e Norte de Portugal e, em menor medida, a Igreja católica ou a Xunta da Galiza.

Os dados levantados também evidenciam a existência de uma crença unânime nas possibilidades várias que os caminhos de Santiago podem significar e igualmente um menor interesse dos agentes envolvidos (com a exceção parcial das associações) em conhecer os efeitos que o desenvolvimento do CPC podem implicar para os territórios, para além da (desejada) dinamização económica.

A análise do desenvolvimento do CPC situa-nos provavelmente perante um caso paradigmático no contexto português porquanto vários dos elementos aqui assinalados poderão estar a funcionar noutros percursos consolidados ou em fase de afirmação. O sucesso do CPC ou do Caminho Português Central (medido aparentemente apenas em função do número de pessoas peregrinas) parece ter contribuído para o surgimento de numerosas iniciativas jacobeanas (*cf.* Figura 1) com protagonismo das câmaras municipais e apoio estatal e/ou da Igreja católica. Cabe apontar o maior número de iniciativas a surgirem no Norte português, muito provavelmente também em função da conjuntura propícia que significa o conjunto mais vasto de iniciativas de articulação no âmbito da Euro-região Galiza-Norte de Portugal (*cf.* Cadima Ribeiro, 2021). A medida da força do fenómeno jacobeano em Portugal hoje reside, em última instância, no facto de estar a funcionar, acreditamos, como modelo (e, outra vez, aspiração) do processo de atualização do fenómeno Fátima (“Caminhos de Fé”), fenómeno que, como se sabe, tem um papel não menor no imaginário coletivo português.

Por fim, a exposição até aqui feita enforma um desafio fundamental: no atual contexto de aliança entre turismo e cultura, o desenvolvimento do fenómeno jacobeano (e outros) precisam de projetos informados, com planificações sustentáveis e conhecedoras das reais potencialidades e impactos.

Financiamento: Este trabalho é resultado do projeto “Os Caminhos de Santiago em Portugal. Políticas públicas e associativas no Caminho Português da Costa” financiado pela Cátedra Institucional do Caminho de Santiago e das Peregrinacións da Universidade de Santiago, no âmbito da Convocatoria de 21 proxectos de investigación, difusión e didáctica sobre o Camiño de Santiago e as Peregrinacións a Compostela

Agradecimentos: ao Dr. Luis Gustavo Cuntín Docampo pelo apoio na elaboración dos inquéritos e a codificación de datos cualitativos; ao Dr. Miguel Ángel Fernández Ramírez pela elaboración *ad hoc* do mapa incluído neste trabalho.

Referências

- BARBIERI, N. (2014). Cultura, políticas públicas y bienes comunes: hacia unas políticas de lo cultural. *kult-ur. Revista interdisciplinària sobre la cultura de la ciutat*, vol. 1, nº 1, 101-119.
- BOUZADA FERNÁNDEZ, X. (2007). As políticas culturais nas sete principais cidades galegas. Consultado em <http://consellodacultura.gal/mediateca/documento.php?id=111>.
- CADIMA RIBEIRO, J. (2021). O intercâmbio económico Portugal-Galiza no período pós-integração europeia: fragmento do percurso realizado. In C. Pazos-Justo, M. J. Botana Vilar & Gabriel André (eds.), *Galiza e(m) nós. Estudos para compreensão do relacionamento cultural galego-português* (pp. 293-314). Famalicão: HUMUS/CEHUM.
- D'ABREU, J. (2021). O caminho português de Santiago. Como tudo começou... há cinco lustros. *Ponte de Lima: do passado ao presente, rumo ao futuro!*, vol. 7, 101-107.
- EIXO ATLÂNTICO, (2017). Caminho de Santiago. *Estudos dos traçados no norte de Portugal*. Consultado em https://www.eixoatlantico.com/es/noticias/eixoatlantico/download/964_91f791e93d5ed78c3a5eafdb497a4cd8.
- GONZÁLEZ, M. & Pereiro, X. (2021). Sinerxías entre as conexións aéreas de baixo custo no Porto e os visitantes e os peregrinos a Galicia. *Revista Galega de Economía*, 30 (3), 1-19, <http://dx.doi.org/10.15304/rge.30.3.7356>.
- HIDRIA, (2017). Estudo do Traçado do Caminho Português. In Eixo Atlântico (ed.). *Caminho de Santiago. Estudo dos traçados no Norte de Portugal*. Consultado em <https://www.eixoatlantico.com/pt/listado-publicaciones/2900-estudos-dos-tracados-no-norte-de-portugal>.
- LOIS GONZÁLEZ, R.C. & Lopez, L. (2012). El Camino de Santiago: una aproximación a su carácter polisémico desde la geografía cultural y el turismo. *Documents d'anàlisi geogràfica*, vol. 58, Nº 3, 459-479.

- LOPES, J. (2010). Da cultura como locomotiva da cidade-empresa a um conceito alternativo de democracia cultural. In M. Santos & J. Pais (Orgs.), *Novos Trilhos Culturais. Práticas e Políticas* (pp. 51-61). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- LOZA, Rui (2015). *Estudo de viabilidade da candidatura a unesco do caminho português de santiago*. Consultado em <https://www.eixoatlantico.com/pt/listado-publicaciones/1778-estudo-de-viabilidade-da-candidatura-a-unesco-do-caminho-portugues-de-santiago>.
- MALET, D., Gago, A. & Cocola-Gant, A. (2018). Turismo, negocio inmobiliario y movimientos de resistencia en Lisboa, Portugal. In J. Mancilla & C. Milano (coords.). *Ciudad de vacaciones. Conflictos urbanos en espacios turísticos* (pp. 121-153). Barcelona: Pol.ien.
- MENDES, L. (2017). Gentrificação turística em Lisboa: neoliberalismo, financeirização e urbanismo austeritário em tempos de pós-crise capitalista 2008-2009. *Cadernos Metrópole*, v. 19 n. 39, 479-512. <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2017-3906>.
- PAZOS-JUSTO, C.; Del Río, M. & Samartim, R. (2018). Reinventio e unanimidade. Impacto das políticas culturais e turísticas na Comunidade local de Santiago de Compostela. *SÉMATA, Ciências Sociais e Humanidades*, 30, 233-256.
- PAÜL I AGUSTÍ, D. (2013). Las políticas culturales y sus repercusiones en la imagen de la ciudad. *Scripta Nova*, Vol. XVII, n. 432, <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-432.htm>.
- COSTA, C. (2005). Turismo e cultura: avaliação das teorias e práticas culturais do sector do turismo (1990-2000). *Análise Social*, 175, 279-295.
- PONTE, G. N. da, Rama, M. C. del R. & Álvarez-García, J. (2016). O Caminho de Santiago em Gaia. Itinerário religioso – itinerário turístico. *Caderno Virtual de Turismo*, v. 16, n. 3, 106-122.
- RICHARDS, G. (2014). Tourism trends: The convergence of culture and tourism. Consultado em https://www.academia.edu/9491857/Tourism_trends_The_convergence_of_culture_and_tourism.
- RODRÍGUEZ MORATÓ, A. (2005). La reinención de la política cultural a escala local: el caso de Barcelona. *Sociedade e Estado*, vol. 20, 2, 351-377.
- RODRÍGUEZ MORATÓ, A. (2010). A metamorfose do valor cultural na sociedade contemporânea: desafios e paradoxos. In M. L. Santos & J. Pais (orgs.). *Novos Trilhos Culturais. Práticas e Políticas* (pp. 37-50). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- SANTOS, X. M. (1999). Mitos y realidades del Xacobeo. *Boletín de la AGE*, 27, 103-117.
- SANTOS, X. M. (2006). El camino de santiago: Turistas y peregrinos hacia Compostela. *Cuadernos de Turismo*, 18, 135-150.
- SILVA, M., Ribeiro, R., & Araújo, E. (2022). The tourist era in the city of Porto: Enchantment, suspension and (un)sustainability. In Z. Pinto-Coelho & H. Pires (Eds.), *The city of the senses, the senses in the city* (pp. 103-129). UMinho Editora/Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade.
- SOARES, A. & Coelho, J. P. Coelho (2020). Gestão de crises na estrutura turística e cultural municipal: uma reflexão sobre os desafios e as imprevisibilidades do século XXI. In

- L.Mota Figueira & L. Oosterbeek (Eds.), *Turismo Mundial, Crise Sanitária e Futuro: visões globais partilhadas / World Tourism, Health Crisis and Future: sharing perspectives*. [Tomar:] Instituto Politécnico de Tomar.
- SOMOZA, X. & Lois, R. C. (2017). Ordenación del Territorio y estrategias de planificación en los Caminos de Santiago Patrimonio Mundial. *Investigaciones Geográficas*, 68, 47-63. <https://doi.org/10.14198/INGEO2017.68.03>.
- TORRES FEIJÓ, E. J. (2011). Discursos contemporâneos e práticas culturais dominantes sobre Santiago e o Camiño: a invisibilidade da cultura como hipótese. In A.P. Lourenço & O.M. Silvestre (Eds.), *Literatura, espaços, cartografia* (pp. 391-449). Coimbra: Centro de Literatura Portuguesa.
- TORRES FEIJÓ, E. J. (2014). Autor, texto e espaço geo-cultural mediatizado: processos de res-semantização, banalização e misturação de géneros em produtos sobre o Caminho de Santiago. In S. Quinteiro & R. Baleiro (Eds.). *Lit&Tour: Essays on Literature and Tourism* (pp. 291-310). VN Famalicão: Húmus.
- UNESCO, (1998). Plan de Acción de Políticas Culturales para el Desarrollo <http://unesdoc.unesco.org/images/0011/001163/116393So.pdf> (28/06/2018).
- VILLARES, R. (2017). *Identidade e afectos patrios*. Vigo, Galaxia.
- VV.AA., (Eds.) (2017a). *Caminhos de Santiago. Caminho Português da Costa. Guia do Caminho*. Felprint. <http://www.cm-viana-castelo.pt/download/11760/c3497c5a727c799af7a9792c3ba2a61d>
- VV.AA., (Eds.) (2017b). *Caminho Português da Costa. Estudos*. [s.l.]: Felprint.

VISITANTES E ATIVIDADE COMERCIAL EM SANTIAGO DE COMPOSTELA: RELAÇÃO ESPAÇO-TEMPORAL NO ANO 2015

VISITORS AND COMMERCIAL ACTIVITY IN SANTIAGO DE COMPOSTELA:
SPATIAL-TEMPORAL RELATIONSHIP IN 2015

Emilio V. Carral Vilariño*

emilio.carral@usc.gal

Marisa del Río Araújo**

marisa.delrio@usc.es

Resumo

Através de 410 inquéritos realizados a comerciantes em Santiago de Compostela (Galiza), caracteriza-se a relação entre o fluxo de visitantes e a atividade comercial geral a escala de concelho, assim como o role da comunidade local no volume de negócio. A maioria das lojas, 78%, estão em propriedade, sendo que 94% não relacionam a abertura da loja com elementos de promoção turística. Desde o início do processo de promoção institucional do Caminho, “reinventio” associada ao Xacobeo-1993, a atividade comercial acrescentou-se 71% até o ano da presente pesquisa, 2015. A distribuição espacial dos negócios, e mais para os relacionados com o feito turístico (bebidas, roupa, joias), indicam um claro processo de gentrificação. Esta atividade comercial se concentra na Zona Velha da cidade, e desaparecendo da mesma outros serviços comerciais (telecomunicações, mobília, papelaria). O volume de negócio distribui-se de maneira sazonal, aumentando no terceiro trimestre do ano, e com uma importante significação de clientela visitante, não local, exclusivamente neste período. Sem rejeitar ao cliente de fora, 52% da propriedade do negócio prefere ao local, frente 41% para o visitante.

Palavras-chave: Santiago de Compostela. Turismo. Gentrificação comercial. Comunidade local. Sazonalidade.

* Univ. de Santiago de Compostela-Grupo Galabra

** Univ. de Santiago de Compostela-F. de CC. Económicas

Summary

Through 410 surveys conducted to merchants in Santiago de Compostela (Galiza), the relationship between the flow of visitors and global commercial activity at the county scale is characterized, as well as the role of the local community in business volume. Most of the stores, 78%, are owned, and 94% do not relate the store's opening with elements of tourist promotion. But since the beginning of the process of institutional promotion of the Way, "reinvention" associated with Xacobeo-1993, commercial activity was added 71% until the year of this research, 2015. The spatial distribution of business, and more for those related to the tourist feat (drinks, clothing, jewelry), indicate a clear process of gentrification, concentrating in the Old Zone of the city, and disappearing from the same other commercial services (telecommunications, furniture, stationery). The turnover is distributed seasonally, increasing in the third quarter of the year, and with an important meaning of visiting, non-local clientele, exclusively in this period. Without rejecting the outside customer, the property of the business prefers to the site, 52% for this and 41% for the visitor.

Keywords: Santiago de Compostela. Tourism. Commercial gentrification. Local community. Seasonality.

1. Introdução

É evidente a relação entre o feito turístico e o seu impacto na atividade comercial no lugar que recebe o fluxo de visitantes, tanto desde uma perspectiva geral (McKercher, 2002; Timothy, 2005; Maneejuk et al, 2022), como desde uma análise de variação temporal da relação Crescimento económico-Turismo (Antonakakis et al, 2015). Na maioria dos casos entende-se o turismo como um elemento chave no desenvolvimento económico da comunidade, mas muitas vezes esta atividade não tem um reflexo claro em dito setor, não apresentando um modelo lineal de relação (Wan-Chen e Bwo-Nung, 2008), ou está claramente setorizado (García-Hernández et al., 2017). Igualmente não é possível obviar a existência de diversos custos económicos, sociais e ambientais relacionados com o feito turístico que normalmente não são contabilizados, mas importantes para estimar o verdadeiro benefício para a comunidade local (Palmer e Riera, 2003).

Por outra banda também podemos comprovar que um desenvolvimento turístico incontrolado, massificado e mau planificado, pode derivar no fomento de determinadas atividades comerciais especificamente orientadas à população visitante, implicando perda de serviços para a população local (Nuevo López, 2021; Gusman et al., 2019; Mathieson e Wall, 1982).

2. Objetivos

O objetivo do presente trabalho é determinar, mediante análise de caso da cidade de Santiago de Compostela, a influência do facto turístico (fluxo de visitantes) na atividade comercial da cidade desde a perspectiva da sua distribuição espaço-temporal, com os seguintes objetivos específicos:

Caracterização geral da atividade e da evolução temporal interanual do volume de negócio e a sua localização espacial.

Caracterização trimestral da influência do tipo de visitante no volume de negócio associado a quatro atividades principais: Restaurantes/Hotéis, Alimentação, Outros negócios de venda de artigos novos e Outros serviços.

3. Metodologia

Inquérito pessoal com questionário estruturado e amostragem de conveniência, dirigidos a comerciantes que trabalham em Santiago de Compostela no ano 2015. Para um quadro de amostragem de 4096 obtivemos 410 inquéritos válidos com um erro de $\pm 4,6\%$, nível de confiança 95% ($p=q=0,5$). Para análise, a atividade económica agrupou-se em dois grandes grupos: Bebidas, Roupas, Joias, Restaurantes, Hotéis, Lojas especializadas alimentação, Farmácia, Pão/Pastelaria, Telecomunicações, Móveis, Papelaria, para estabelecer a distribuição espacial, e Restaurantes + Hotéis, Alimentação, Venda de outros produtos e Outros Serviços para caracterizar a relação origem dos visitantes-volume de negócio. A clientela diferenciou-se entre locais e visitantes procedentes de Galiza, Portugal, Brasil e Espanha, respondendo o maior volume de pessoas chegadas fora de Santiago. A metodologia empregada para a análise dos dados é descritiva e, o estudo, de natureza exploratória.

4. Resultados

4.1. Caracterização geral

Características da mostra: desde uma análise geral podemos dizer que 77,8% das pessoas inquiridas são proprietárias do negócio (64% em aluguer). 93,7% não relacionam a abertura da loja com os eventos de promoção turística relativos ao Caminho Santo a Santiago de Compostela, e apenas 2,2% indicam que vendem souvenirs. Mas detectam-se relações relativamente importantes de aumento de atividade comercial e feitos promocionais do turismo em

Santiago: Ano Santo-Xacobeo (1993) e Cidade Europeia da Cultura (2000), 18% e 13,6% respectivamente de novos negócios. No mesmo sentido é importante sinalar um claro incremento da presença de novos comércios no Concelho, 71,3% no período 1993-2015, início e desenvolvimento da promoção turística associada ao programa Xacobeo (“reinventio”, Pazos-Justo et al., 2019). Desde este ano de 1993 não há mudança do tipo de negócio para 73,7%, e sim para 5,45% (não temos resposta para 20%). 74% da propriedade considera que a atividade económica tem uma evolução positiva.

4.2. Distribuição Espacial da Atividade Comercial

Quase a metade da atividade comercial total (48,7%) está localizada da Cidade Velha de Santiago de Compostela (24,8%) e no Ensanche (23,9%), zona de desenvolvimento urbano a partir do período 1960-1970 do século XX (<https://www.santiagoturismo.com>). O âmbito espacial associado ao Caminho Francês, Caminho Português e Caminho à Fisterra atraem 23,6% da atividade. Podemos dizer que 48,45% do comércio está espacialmente associada à presença do Caminho (itinerários e destino). Apenas 27,7% são localizados no território restante do Concelho (Polígono Norte: 11,8%, resto Cidade: 14,45%, Zona Rural: 1,5%). Especificamente as lojas de venda de comidas e bebidas representam 14% de toda atividade comercial, venda de roupa 12% e o resto das atividades ficam com percentagens iguais ou inferiores 6%. A relação entre Caminho e presença do comércio faz-se mais evidente quando analisamos a distribuição espacial por setores de atividade, em comparação com a percentagem que representa para o total do comércio (Tabela 1).

Tabela 1. Percentagem de negócios relativo ao total da atividade comercial e por zonas da cidade de Santiago de Compostela.

| Atividade Comercial | % Total Comércio | % Zona Velha | % Ensanche | % Caminho Francês |
|-------------------------------------|------------------|--------------|------------|-------------------|
| Bebidas | 14 | 20 | 13 | |
| Roupa | 12 | 10 | 20 | |
| Joias | 6 | 15 | | |
| Restaurantes | 6 | 5 | | 85 |
| Hotéis | 2 | 5 | | |
| Lojas especializadas alimentação | 2 | 5 | | |
| Farmácia | 6 | 5 | 6,7 | |
| Pão/Pastelaria | 4 | 5 | | |
| Telecomunicações | 2 | 0 | 6,7 | |
| Mobília | 4 | 0 | 6,7 | |
| Papelaria | 2 | 0 | 6,7 | |

Apresentam-se os valores mais representativos para o objeto da pesquisa. Elaboração própria.

Como podemos observar o setor das bebidas, joias, hotéis e lojas especializadas em alimentação estão representados na Zona Velha por acima do seu valor médio para o total da atividade comercial. O setor da restauração significasse espacialmente associado ao itinerário do Caminho (85%). Por outro lado, amossa-se a desapareção na Zona Velha da aquela atividade comercial que podemos considerar não necessariamente associada às necessidades de consumo diário dos visitantes: telecomunicações, mobília e papelaria. É dizer, há uma clara desatenção nestes eidos comerciais para a população residente, podendo falar dum processo de gentrificação comercial. Este processo de desatendimento decorre paralelamente a uma clara diminuição da população (habitantes) nesta parte da cidade, significativamente associada a ocupação pelos visitantes. No período 2000-2020 a diminuição foi de 996 residentes (24,3% do censo), sendo a perda espacialmente generalizada: 78,45% das ruas perderam vizinhança (Concello de Santiago de Compostela, 2013, Torres Feijó, 2019). Este processo de gentrificação comercial é relativamente frequente nas zonas históricas das cidades, um dos grandes pólos de atração turística (Nuevo López, 2021; Fierro e Salmón, 2018), ou com clara preferência espacial

(Hongmeng e Yuxia, 2021), indicando um processo de non sustentabilidade, sendo que a essência dum desenvolvimento turístico sustentável precisa da sua integração com a natureza, cultura e entorno no que se desenvolve a atividade humana (UNWTO. <https://www.unwto.org/sustainable-development>).

4.3. Distribuição Temporal da Atividade Comercial e tipo de visitantes.

Uma aproximação geral indica que o cliente habitual, e claramente maioritário, é o identificado como local, tanto no espaço temporal anterior ao ano da “reinventio”, 1993 (Pazos-Justo et al., 2018), como no momento da obtenção da informação, ano 2015 (Tabela 2).

Tabela 2. Percentagem do tipo de clientela antes do ano 1993 (ou do início do negócio), e no ano da pesquisa, 2015 (Atual).

| Tipo Visitante | % 2015 | % Antes (1993/início negócio) |
|--|--------|-------------------------------|
| Local esporádico > 80% são visitantes | 2,4 | 1,5 |
| Visitantes 60%-80% | 9,0 | 6,3 |
| Visitantes+ Locais 40%-60% | 24,6 | 20,7 |
| Locais 20%-40% visitantes | 49,0 | 45,7 |
| Visitantes esporádicos < 20% visitantes | 12,7 | 8,3 |

Elaboração própria.

Esta tendência é corroborada quando analisamos a distribuição dos visitantes pelo lugar de origem, sendo claramente a clientela procedente da cidade a maioritária, com um crescimento similar a outros origens (Tabela 3).

Tabela 3. Percentagem de clientela e o seu incremento, por nacionalidade/origem, antes do ano 1993 (ou do início do negócio), e no ano da pesquisa, 2015 (Atual).

| Pais | % 2015 | % Antes (1993/início negócio) | % Acréscimento |
|----------|-----------|----------------------------------|-------------------|
| Brasil | 43,0 | 28,0 | 15 |
| Portugal | 52,0 | 39,0 | 28 |
| Espanha | 72,7 | 59,6 | 13 |
| Galiza | 84,0 | 71,5 | 13 |
| Santiago | 93,4 | 77,4 | 16 |

Elaboração própria.

4.4. Evolução interanual do volume de vendas e tipo de visitantes.

O volume de negócio é claramente sazonal, concentrado a maior porcentagem no terceiro trimestre (Tabela 4). O número de negócios que expressam um menor volume de vendas é significativamente ($p=0,01$) superior fronte aqueles que dizem que é médio ou elevado, entendendo então que as respostas nestes dois níveis são claramente representativas da evolução temporal. É dizer, os valores obtidos para respostas correspondentes a aumento de volume de negócio médio-elevado podemos-los considerar valores mínimos, defendendo que a maior percentagem assignada a volume baixo pode corresponder com um afastamento estratégico da parcialidade.

Tabela 4. Variação trimestral do volume de negócio total declarado pela propriedade

| % Volume vendas | 1 trimestre | 2 trimestre | 3 trimestre | 4 trimestre |
|-----------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Elevado | 5,1 | 10,9 | 30,9 | 8,8 |
| Médio | 14,4 | 34,1 | 22,1 | 22,4 |
| Baixo | 80,3 | 54,7 | 46,7 | 68,6 |

Elaboração própria.

A dependência sazonal do volume turístico é comum a diferentes destinos (Liu et al., 2018), e claramente associada ao turismo de natureza e algo menos ao cultural (Zhang et al., 2022), mas no nosso caso podemos dizer que esta sazonalidade está associada a um turismo cultural e dependente de eventos

(Antonakakis, 2015). A Tabela 5 amossa a importância que tem a clientela local no volume de negócio, incluso na temporada alta, a mais turística. É dizer, a sazonalidade associada ao feito turístico não implica que a clientela local deixe de utilizar os serviços oferecidos, e não parece ser “menorizada” nas suas demandas pelo fluxo de visitantes.

Tabela 5. Percentagem do volume de negócio segundo o tipo de visitantes na temporada alta (julho, agosto, setembro).

| Tipo Visitante | % Volume Negócio |
|--|------------------|
| Local esporádico > 80% são visitantes | 3,6 |
| Visitantes 60%-80% | 17,3 |
| Visitantes+ Locais 40%-60% | 21,4 |
| Locais 20%-40% visitantes | 38,7 |
| Visitantes esporádicos < 20% visitantes | 8,5 |

Elaboração própria.

4.5. Evolução do volume de negócio para sectores comerciais e por trimestre.

No terceiro trimestre há uma evolução positiva e superior do nível “elevado” de volume de negócio para os setores estudados, correspondido com os valores menores para o nível “baixo”. Dentro de cada trimestre as diferenças são significativas entre níveis ($p=0,01$), entendendo de novo que os valores do nível “elevado” são os mínimos, exceto no terceiro trimestre, onde o valor “médio” é o mais baixo (Tabela 6). O volume de negócio, de maneira genérica, é significativamente superior depois do ano 1993 (“reinventio”) com respeito ao ano 2015 ($p=0,05$), não havendo diferenças estatisticamente significativas entre a origem da clientela. Tampouco é estatisticamente significativa a interação “antes-atual x origem visitantes”, deste jeito a única diferença é devida ao feito temporal (Tabela 7).

Tabela 6. Percentagem de volume de negócio para os setores comerciais estudados, e diferenças estatísticas entre níveis de volume dentro de cada trimestre.

| % Volume de Negócio | Restaurantes Hotéis | Alimentação | Outros comércios de venda | Outros Serviços | χ^2 |
|---------------------|---------------------|-------------|---------------------------|-----------------|-----------|
| Primeiro trimestre | | | | | |
| Elevado | 11,0 | 1,0 | 3,1 | 5,9 | p = 0,004 |
| Médio | 11,9 | 14,8 | 3,1 | 17,6 | |
| Baixo | 77,1 | 85,2 | 14,8 | 76,5 | |
| Segundo trimestre | | | | | |
| Elevado | 21,1 | 5,6 | 6,1 | 13,7 | p = 0,000 |
| Médio | 42,2 | 33,3 | 32,7 | 23,5 | |
| Baixo | 36,7 | 61,1 | 61,2 | 62,7 | |
| Terceiro trimestre | | | | | |
| Elevado | 53,2 | 22,2 | 22,4 | 25,5 | p = 0,000 |
| Médio | 20,2 | 20,4 | 25,5 | 15,7 | |
| Baixo | 26,6 | 57,4 | 52,0 | 58,8 | |
| Quarto trimestre | | | | | |
| Elevado | 12,8 | 7,4 | 6,8 | 9,8 | p = 0,000 |
| Médio | 32,1 | 14,8 | 18,9 | 23,5 | |
| Baixo | 55,0 | 77,8 | 74,5 | 66,7 | |

Elaboração própria.

Tabela 7. Percentagem de volume de negócio antes de 1993 (“reinventio”), e depois até o ano da pesquisa (2015), para as principais atividades estudadas, e pela origem dos visitantes.

| % Volume negócio | Restaurantes Hotéis | | Alimentação | | Outros comércios de venda | | Outros Serviços | |
|------------------|---------------------|----------|-------------|----------|---------------------------|----------|-----------------|----------|
| | Até 1993 | Até 2015 | Até 1993 | Até 2015 | Até 1993 | Até 2015 | Até 1993 | Até 2015 |
| Brasil | 27,5 | 49,5 | 14,18 | 28,8 | 29,6 | 46,8 | 37,3 | 42,0 |
| Portugal | 46,8 | 66,9 | 31,5 | 46,2 | 38,3 | 51,6 | 37,3 | 44,0 |
| Espanha | 56,0 | 80,4 | 50,0 | 64,8 | 64,8 | 75,6 | 68,8 | 65,3 |
| Galiza | 64,2 | 89,8 | 63,0 | 71,2 | 76,5 | 90,2 | 78,4 | 78,0 |
| Santiago | 65,1 | 90,8 | 75,9 | 94,4 | 83,2 | 96,9 | 84,3 | 94,0 |

Elaboração própria.

Para o conjunto dos setores estudados a importância dos clientes locais na temporada alta é estatisticamente significativa ($p=0,01$), sendo somente superior para os visitantes no âmbito de Restaurantes-Hotéis (Tabela 8). Estes valores indicam de novo uma clara e dobre sazonalidade associada ao feito turístico: temporal e de oferta de serviços demandados pelos visitantes (Restaurantes + Hotéis).

Tabela 8. Percentagem do volume negócio em temporada alta por setores comerciais e tipo de clientes (local, visitante).

| % Volume de negócio | Restaurantes Hotéis | Alimentação | Outros comércios de venda | Outros Serviços |
|------------------------|---------------------|-------------|---------------------------|-----------------|
| Local esporádico | 11,0 | 1,0 | 1,5 | 1,0 |
| Visitantes | 26,6 | 18,5 | 15,2 | 15,7 |
| Visitantes + Locais | 22,0 | 20,4 | 24,0 | 11,8 |
| Locais | 21,1 | 38,9 | 42,9 | 60,8 |
| Visitantes esporádicos | 7,3 | 11,1 | 9,7 | 3,9 |

Elaboração própria.

Na Tabela 9 podemos observar que a valoração do tipo de cliente pela sua origem é superior para a Galiza e residentes em Santiago de Compostela, mas não de maneira estatisticamente significativa ($p=1,00$). Estes resultados refletem a necessidade de estudar o feito turístico desde a perspectiva holística de “Ecosistema Empresarial ou de Negócio”, pois para entender corretamente o processo e os seus efeitos e dependências, é necessário caracterizar todos os elementos e relações que formam o sistema empresarial relacionado com o turismo (Bachinger et al., 2022).

Tabela 9. Valoração do tipo de clientes por origem.
 Percentagem correspondente ao máximo valor = 8.

| Origem | Escala 1-8. % de valor máximo 8 |
|----------|---------------------------------|
| Brasil | 37,0 |
| Portugal | 37,5 |
| Espanha | 47,0 |
| Galiza | 53,3 |
| Santiago | 54,3 |

Elaboração própria.

5. Conclusões

O fenómeno do Caminho parece ter um impacto claro na atividade comercial, acrescentando 72% desde 1993 (programa do Xacobeo), ainda que a imensa maioria da propriedade das lojas (94%) manifestem não haver nenhuma relação entre a abertura do negócio e o processo de propaganda do Caminho. 22% dos proprietários indicam o início do negócio no período 1999-2000 (Ano Santo e Capital Europeia da Cultura em Santiago, respetivamente).

É clara a localização espacial específica da atividade comercial referida à venda de bebida e comida em zonas da cidade associadas ao fenómeno do Caminho: 25% na Zona Velha (presença da Catedral), e 24% nos itinerários do Caminho Francês, Português e de Fisterra.

Em linha com os resultados doutras investigações (Cocola-Gant, 2018; Gusman, et al., 2019), as atividades relacionadas diretamente com o fluxo de visitantes (bebidas e joias) aprestam maior presença nos espaços turísticos comparando com a existência média na cidade. Estes espaços turísticos ficam baleiros de outros negócios como lojas de papelaria, telecomunicações ou mobília. Igualmente a atividade comercial tem uma clara variabilidade temporal, aumentando no terceiro trimestre do ano devido à presença de visitantes. Estes dois feitos indicam um processo de gentrificação espaço-temporal.

Independentemente do trimestre, a clientela local é maioritária, sendo o principal ativo no volume do negócio, exceto no setor restaurantes + hotéis, com maior número de visitantes não locais no terceiro trimestre: sazonalidade temporal e de serviços.

A propriedade do negócio valora positivamente ao cliente visitante, mas por debaixo do local, 41% frente 52%, respetivamente, implicando que as políticas de promoção relacionadas com o feito turístico deveram ter presente à comunidade local como elemento fulcral para a o decrescimento da sazonalidade da atividade comercial, aliás de assegurar serviços básicos para dito setor da população.

Financiamento: “Narrativas, usos y consumos de visitantes como aliados o amenazas para el bienestar de la comunidad local: el caso de Santiago de Compostela “. Projeto FFI2017-88196-R. Ministerio de Ciencia Innovación y Universidades. Agencia Estatal de Investigación. Unión Europea-Fondos FEDER.

Referências

- Antonakakis, N., Dragouni, M. e Filis, G. (2015). *Economic Modelling* (44), 142–155 <http://dx.doi.org/10.1016/j.econmod.2014.10.018>.
- Bachinger, M., Kofler, I. e Pechlaner, H. (2022). Entrepreneurial ecosystems in tourism: An analysis of characteristics from a systems perspective. *European Journal of Tourism Research* 31, 3113.
- Cocola-Gant, A. (2018). *Tourism gentrification*. Handbook of gentrification studies. Edward Elgar Publishing.
- Concello de Santiago de Compostela., (2013). Plan de Xestión da Cidade Histórica. https://transparencia.santiagodecompostela.gal/media/documentos/plan_de_xestion_da_cidade_historica_de_santiago_de_compostela__primeira_version.pdf. Acesso 25/04/2022.
- Fierro, Á. e Salmón, C. (2108). El impacto del turismo en el casco viejo de Bilbao mediante los modelos economía colaborativa: una aproximación a través de una distribución binomial negativa. *Lurralde: inves. espac.* (41),175-201; ISSN 0211-5891 ISSN 1697-3070 (e).
- García-Hernández, M., la Calle-Vaquero, D., e Yubero, C. (2017). Cultural heritage and urban tourism: Historic city centres under pressure. *Sustainability*, 9(8), 1346. <https://www.santiagoturismo.com>. Acesso 25/04/2022.
- Hongmeng, H. e Yuxia, H. (2021). The strategy of sustainable development of night tourism resources in the central Guilin Study on Spatial Distribution and Sustainable. Development of Night Tourism Resources: Take the Central Guilin as an Example. IOP Conf. Ser.: *Earth Environ. Sci.* 766.
- Liu, Z., Zhang, J., Peng, H., Zhang, Y. e Tang, G. (2018). Sensitivity analysis of the measures of tourism seasonality. *Acta Geogr. Sin.*, 73, 295–316.

- Maneejuk, P., Yamaka,W. e Srichaikul,W. (2022). Tourism Development and Economic Growth in Southeast Asian Countries under the Presence of Structural Break: Panel Kink with GME Estimator. *Mathematics*, 10, 723. <https://doi.org/10.3390/math10050723>
- McKercher, B. (2002). Towards a classification of cultural tourists. *International Journal of Tourism Research*, 4(1), 29-38.
- Nuevo López, A. (2021). Turismo y gentrificación: metaanálisis en torno al problema. *Lurralde: inves. espac.* (44), 161-183 ISSN 0211-5891 ISSN 1697-3070 (e).
- Palmer, T. e Riera, A. (2003). Tourism and environmental taxes: With special reference to the Balearic ecotax. *Tourism Management* 24, 665-674.
- Pazos-Justo, C., Samartim, R., e Del Río, M. (2018). Reinventio e unanimidade. Impacto das políticas culturais e turísticas na comunidade local de Santiago de Compostela. *Sémata: Ciências Sociais e Humanidades*, (30).
- Timothy, D. J. (2005). *Shopping tourism, retailing and leisure. Shopping tourism, retailing and leisure*. Channel View Publications.
- Torres Feijó, E. J. (2019). *Bem-estar comunitário e visitantes através do caminho em santaigo. Grandes narrativas, ideias e práticas culturais na cidade*. Andavira.
- UNWTO <https://www.unwto.org/sustainable-development>. Acesso 25/04/2022.
- Wan-Chen, P. e Bwo-Nung, H. (2008). Tourism development and economic growth – a nonlinear approach. *Physica A* (387), 5535-5542. doi:10.1016/j.physa.2008.05.037.
- Zhang, J., Yu, Z., Miao, C., Li, Y. e Qiao, S. (2022). Cultural Tourism Weakens Seasonality: Empirical Analysis of Chinese Tourism Cities. *Land*, 11, 308. <https://doi.org/10.3390/land11020308>.

O DESENVOLVIMENTO DOS CAMINHOS DE SANTIAGO: UMA ANÁLISE À AÇÃO DAS COMUNIDADES LOCAIS NO PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO DOS ITINERÁRIOS JACOBEOUS NO NORTE INTERIOR DE PORTUGAL

THE DEVELOPMENT OF THE WAYS OF SAINT JAMES:

AN ANALYSIS OF THE ACTION OF LOCAL COMMUNITIES IN THE PROCESS OF
HERITAGIZATION OF THE JACOBEOAN WAYS IN THE NORTH INTERIOR OF PORTUGAL

Pedro Azevedo*

pedroazevedo@utad.pt

Nos últimos anos, diversos agentes institucionais e sociais, nomeadamente as comunidades locais, têm vindo a desempenhar um papel fulcral ao promoverem diversas iniciativas de valorização dos Caminhos de Santiago e do património cultural jacobeu, contribuindo numa primeira fase para o ressurgir destas vias de peregrinação como itinerários turísticos e, numa segunda fase, para a manutenção destes percursos.

Neste sentido, este estudo pretende fundamentalmente analisar o papel desempenhado pelas comunidades locais em torno dos Caminhos existentes no Norte interior de Portugal bem como as suas perceções e práticas desempenhadas nestes itinerários. Com este propósito, adotou-se uma metodologia de cariz antropológico assente na realização de trabalho de campo e de entrevistas junto da comunidade local.

Será demonstrado que as comunidades conferem múltiplas práticas e possuem perceções distintas relativas aos Caminhos de Santiago, onde as ações preconizadas se centram principalmente na valorização, na reinterpretação destes percursos e acima de tudo, consideram os Caminhos como um elemento identitário.

Palavras-chave: Caminhos de Santiago. Comunidades locais. Perceções. Desenvolvimento. Patrimonialização.

* Investigador no Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento (CETRAD) e na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), Vila Real – Portugal.
<https://orcid.org/0000-0001-9077-9406>.

In recent years, various institutional and social actors, including local communities, have been playing a key role in promoting various initiatives to enhance the Ways of Saint James and the Jacobean cultural heritage, contributing in a first phase to the resurgence of these pilgrimage routes as tourist itineraries and, in a second phase, to the maintenance of these routes.

In this sense, this study intends to analyse the role played by the local communities around the Ways existing in the interior north of Portugal as well as their perceptions and practices performed in these itineraries. For this purpose, we adopted a methodology of anthropological nature based on fieldwork and interviews with the local community.

It will be shown that the communities confer multiple practices and have distinct perceptions regarding the Ways of Saint James, where the recommended actions focus mainly on the valorization, reinterpretation of these routes and above all, consider the Ways as an identity element.

Keywords: Ways of Saint James. Local communities. Perceptions. Development. Heritagization.

1. Introdução

Nos últimos anos, os Caminhos de Santiago existentes no Norte interior de Portugal foram alvo de um processo de valorização, onde as comunidades locais desempenharam um papel fundamental na sua recuperação, que consistiu na transformação e na preservação destes antigos itinerários de peregrinação. Este processo de recuperação das vias jacobeanas assenta na atribuição de novos significados (Jansen e Notermans, 2016), pois assistem a novas reconfigurações ao serem percorridos por turíperegrinos¹ que possuem um quadro de motivações pós-seculares² e ao mesmo tempo percorridos pelos habitantes locais. Este fenómeno é transversal a outros Caminhos de Santiago existentes não só em Portugal, mas a outros países como Espanha e França.

Perante esta perspetiva, os objetivos centrais deste estudo pretendem identificar e analisar o papel das comunidades nos processos transformativos dos Caminhos de Santiago na região Norte interior de Portugal; caracterizar o modo como as comunidades utilizam e reinterpretam os Caminhos; identificar as principais perceções detidas; e analisar os processos transformativos

1 O conceito de turíperegrinos nasce da junção dos termos de peregrino e de turista, uma vez que existem múltiplas motivações para percorrer os Caminhos, nomeadamente motivações religiosas e turísticas. Esta perspetiva é demonstrada na literatura científica por Victor Turner (1974, 1978).

2 A predominância de uma diversidade de motivações, onde os intuitos exclusivamente religiosos e turísticos dão origem ao conceito de turíperegrino.

inerentes a estes itinerários ao longo dos anos. Partindo de uma perspetiva antropológica, a persecução deste trabalho teve por base a realização de entrevistas, a observação participante e o trabalho de campo efetuado junto das comunidades para identificar as perceções que têm do Caminho e verificar *in situ* como são transformados, interpretados e mantidos.

Conforme irá ser demonstrado, as comunidades desempenham um papel decisivo na recuperação e valorização dos Caminhos, sendo consideradas como os agentes que possuem um contacto direto com os percursos. Se em anos anteriores possuíam um papel passivo e informal na conservação dos itinerários, atualmente desempenham um papel ativo e contínuo.

Após este capítulo introdutório, o segundo capítulo aborda os processos transformativos dos Caminhos de Santiago e a sua ligação com o património e a sua relação com o espaço público, enquanto o terceiro capítulo centra-se numa contextualização geográfica da região Norte interior de Portugal. O capítulo 4 centra-se na metodologia adotada para a persecução deste estudo e o capítulo 5 assenta na análise dos resultados obtidos. Por último, o capítulo 6 enumera as principais conclusões.

2. Processos transformativos nos Caminhos de Santiago: da valorização do património à recuperação dos Caminhos

2.1. A questão do património

Os diversos bens patrimoniais apresentam-se como o legado mais visível dos Caminhos jacobeus que chega até aos dias atuais. O fenómeno de recuperação dos Caminhos de Santiago³ ocorrido nos últimos anos, contou com uma multiplicidade de agentes, principalmente agentes públicos e privados, que têm vindo a empreender ações de recuperação não só dos próprios itinerários, mas também de recuperação do património jacobeu, sendo um processo executado com inúmeros interesses e que possui de forma adjacente uma diversidade de ideologias e de diferentes interações de identidades territoriais

3 Apenas chegam aos nossos dias escassas evidências dos percursos originais. Subsistem principalmente testemunhos materiais e imateriais que permitem traçar os itinerários no terreno, nomeadamente património jacobeu como capelas, igrejas, iconografia; festividades; topónimos; lendas; entre outros testemunhos. Além do mais, foram edificadas estruturas associadas aos Caminhos para apoio aos viajantes, nomeadamente as albergarias e pousadas, mas também erguidas outras estruturas essenciais à circulação como pontes, fontes e as barcas de passagem, constituído elementos cruciais para a reconstrução das vias de peregrinação.

(Lois González, 2013). Podemos afirmar que estas ações podem ser interpretadas como processos de transformação, de valorização e de reinterpretação, ancorados nos diversos bens patrimoniais culturais e naturais, culminando num património coletivo e que acaba por receber diversas formas de proteção. Estes processos resultam na crescente ligação entre turismo e património (Smith, 2006).

Desta forma, são criadas diversas formas de interpretação do património (Dallabrida, 2020) e por sua vez, ocorre uma dinâmica de patrimonialização dos Caminhos (Gomes e Florêncio, 2020). Conforme afirmam Ledo, Bonín e Iglesias (2007), assiste-se à valorização de um recurso pré-existente a partir de uma dupla reinterpretação do Caminho, onde por um lado é entendido como um recurso material, mais concretamente no valor patrimonial do próprio Caminho e, por outro lado, como um recurso imaterial, assente no espírito europeu das peregrinações. A progressiva recuperação e valorização turística é resultante das recentes e progressivas iniciativas de valorização deste recurso e do seu património histórico e cultural (Valcárcel, 1998).

Conforme afirmam Ballart Hernández e J. Tresserras (2001, p.11), o património remete para uma construção cultural e, como tal, encontra-se sujeito a alterações de acordo com as circunstâncias históricas e sociais. Na mesma perspetiva, a proteção e a gestão dos Caminhos nas suas dimensões, material e imaterial, possui um impacto nas políticas e nas respetivas ações locais (Portugal e Maseda, 2018). Atualmente, os Caminhos de Santiago apresentam-se como uma representação histórica e contemporânea (Murray, 2014).

Em suma, estamos na presença de processos transformativos diversificados empreendidos por múltiplos agentes e com múltiplos objetivos, usos e perceções.

2.2. Os Caminhos como itinerários de passagem e a sua relação com o espaço público

Os Caminhos de Santiago são parte integrante do território⁴ e que possuem múltiplas e distintas dimensões espaciais: o espaço sagrado, espaço comercial, espaço habitacional, espaço social, entre outros (Relph, 1976).

Acima de tudo, representam um itinerário histórico que atualmente é utilizado e que foi sendo readaptado em diferentes épocas históricas: períodos

4 O território pode ser entendido como um espaço heterogéneo.

romano, medieval, moderno e contemporâneo. Ao mesmo tempo, possuem um poder simbólico, pois ao ser utilizado pelas comunidades ao longo dos anos, acaba por estar inserido no imaginário das comunidades e ser considerado uma herança e uma pertença coletiva.

Por norma, as próprias comunidades locais não possuem a percepção da dimensão histórica dos itinerários que passam à porta de suas habitações e nas suas terras⁵. Apenas com a recuperação dos traçados, as comunidades começaram a perceber esta importância: a rua que têm à porta não é uma mera rua, mas sim um caminho percorrido ao longo dos séculos por peregrinos e que atualmente constitui um itinerário devidamente articulado na rede viária. Esta situação é transversal à deslocação dos turiperegrinos, pois ao percorrerem os troços que formam os Caminhos de Santiago, podem não possuir a percepção que estão a percorrer um caminho histórico com origem no período medieval ou até mesmo no período romano. De certa forma, os turiperegrinos atuais continuam a percorrer praticamente os mesmos Caminhos que os peregrinos dos séculos passados (Reira, 2007). De igual modo,

O facto de os Caminhos continuarem a ser utilizados ao longo dos anos, fez com que estas vias permanecessem ativas e funcionais nos territórios. Esta situação levou à manutenção da sua feição primitiva como itinerários religiosos, apesar de atualmente ocorrerem utilizações distintas e diversificadas. De forma mais explícita, uma vez que os Caminhos representam usos contínuos e de longa duração, levou à exploração e conservação de muitos dos trechos históricos que compõem estes itinerários.

Em suma, os Caminhos são acima de tudo caracterizados como itinerários de passagem para as populações e para os peregrinos, ultrapassando a imagem de itinerários exclusivamente religiosos, ou seja, de vias que albergavam as peregrinações, pois os percursos têm diferentes usos e foram sofrendo sucessivas alterações ao longo dos anos, que originou diversas percepções por parte dos habitantes locais.

Relativamente à relação dos Caminhos de Santiago com o espaço público, podem ser considerados os itinerários mais antigos existentes⁶, uma vez que assentam em vias romanas e medievais. Neste sentido, “a passagem de peregrinos deixou, ao longo dos territórios, e na cultura religiosa e popular das localidades atravessadas, profundas marcas que persistiram no tempo até aos

5 Esta situação pode ser explicada pela recente valorização destes percursos.

6 O Caminho de Santiago é considerado a rota mais antiga existente na Europa. Neste sentido, em 1987, o Caminho foi declarado a primeira rota cultural europeia.

nossos dias. É verdadeiramente notável a forma como é possível alinhar, no mapa, monumentos, antigos albergues, locais de culto, romarias, topónimos, hagiografia, todos eles na temática jacobea, correspondendo na perfeição com o traçado atual do Caminho Português Interior de Santiago” (Federação Portuguesa do Caminho de Santiago, 2020, p. 7).

Contudo, entre os séculos XIX e XX, a rede viária moderna secundarizou os itinerários de cariz romano e medieval que formavam os atuais Caminhos, desencadeando a necessidade de serem preservados. Nesta perspectiva, nas últimas décadas foi possível recuperá-los para fins peregrinatórios (Fernandes, 2020, p.60). Inerentemente, “os espaços públicos tradicionais ou históricos vinculados aos Caminhos estão constituídos pelas praças das vilas e cidades por onde passam e por uma série de espaços, mais ou menos formalizados, relacionados com o seu traçado no território (...)” (Xunta de Galicia, 2016, p.158).

Atualmente, no caso português, o Estado e os respetivos organismos locais como as Autarquias e Juntas de Freguesia, possuem instrumentos legais que protegem e regulam os Caminhos de Santiago no território, como são exemplo os Planos Diretores Municipais (PDM's), representado na figura 1 pelo PDM de Vila Pouca de Aguiar, onde este documento visa conservar o itinerário.



Figura 1. PDM de Vila Pouca de Aguiar (2012).

Fonte: <https://dre.pt/dre/detalhe/aviso/12613-2012-1898049>

É notório que os Caminhos encontram-se implementados na sua maioria no espaço público. Pode-se afirmar que os Caminhos sempre possuíram um poder estruturante do espaço e uma elevada capacidade de ordenar o território. Neste sentido, Ruiz de la Peña Solar dá conta da importância dos itinerários jacobeanos como eixo articulador do espaço desde a Idade Média, principalmente de aldeias e vilas (1998, p.15). Além do mais, os Caminhos apresentam uma extensa diacronia temporal⁷. Acima de tudo, importa salientar que no caso da região Norte interior de Portugal, grande parte dos Caminhos jacobeanos constituem um eixo sul/norte e a maioria dos troços encontram-se integrados na rede viária.

Na realidade, a fundação inicial dos itinerários não obedecia a um itinerário único, pois cada peregrino traçava o seu próprio percurso em função dos seus objetivos e dos locais mais convenientes onde pretendia parar e ter passagem. Conforme esta perspectiva, o Caminho ou uma parte do traçado era modificado de modo a tornar mais conveniente aos peregrinos tomar uma passagem ou encurtar uma distância que lhes fosse mais conveniente (Gomes e Florêncio, 2020, p. 33).

Nos últimos anos, tem-se assistido a uma reconfiguração dos percursos, sobretudo a nível espacial, ou seja, dos locais onde se encontram implementados. Com a revitalização dos percursos, os Caminhos e as respetivas variantes foram implementados e devidamente traçados de modo a permitir a passagem por locais mais tranquilos, distanciados de locais com uma elevada densidade de trânsito e de grandes obstáculos (Gomes e Florêncio, 2020: 33), mas tentando respeitar o seu traçado histórico sempre que possível.

Fundamentalmente, constituem um recurso identitário da região e das comunidades por onde têm passagem, integrando o imaginário coletivo conforme já foi referido. Portanto, os espaços e as ruas revestem-se de um valor simbólico, com amplos significados e tornam-se lugares por meio dos usos e das práticas das comunidades que habitam nestes territórios (Goodman, Goodman e Redclift, 2016). Nesta lógica, os Caminhos simbolizam um espaço de produção de interações (Cordeiro e Vidal, 2019), sobretudo ao nível social.

Estas perspetivas permitem demonstrar que os Caminhos revestem-se de um carácter complexo e dinâmico, pois são percorridos por diversos agentes como peregrinos, turistas, agricultores, habitantes locais, desportistas, entre outros. Note-se que os percursos são utilizados e apropriados pela comunidade local para desempenharem as suas ações diárias. Portanto, ocorre uma reinterpretação do

7 A formação de um determinado lugar pode ocorrer de forma efémera ou pode ocorrer de forma prolongada no tempo (Tuan, 1983).

passado e são-lhe conferidos novos usos, revelando serem fundamentalmente itinerários com elevado valor histórico, simbólico, arquitetónico e social.

De igual modo, os Caminhos são transformados consoante a necessidade das populações. Nesta medida, assistem a uma influência de diversos fatores tais como: turísticos, urbanísticos, ambientais, históricos, culturais, entre outros. Os processos transformativos são mais frequentes e mais acentuados nos meios urbanos do que nas áreas rurais, fruto do crescimento e expansão das cidades. Vários estudos demonstram que a maioria das comunidades locais identificam impactos positivos proporcionados pelo Caminho (Xunta de Galicia, 2016), nomeadamente ao nível do desenvolvimento local.

Surgem diferentes tipologias e dualidades destes percursos⁸: caminho rural e agrícola, viário, pedonal, ciclovía, vacinal, (...); comumente, encontram-se implementados em diferentes enquadramentos como o urbano e o rural. Enquanto em contexto urbano os Caminhos são partilhados com a rede viária, conforme é ilustrado na figura 2, em contexto rural, os Caminhos assentam em caminhos vacinais e agrícolas, ou seja, de acesso às propriedades.



Figura 2. CPIS na Estrada Nacional 2.

Fonte: do autor

8 Outro aspeto que importa ter em conta é a proteção legal de um Caminho ou de um troço específico.

As distintas abordagens aqui apresentadas demonstram a perpetuação dos Caminho de Santiago nos territórios e junto das populações. Deste modo, é possível afirmar que existem dois tipos de processos, os voluntários e involuntários, conforme é descrito na tabela 1.

Tabela 1. Tipologias de processos ocorridos nos Caminhos de Santiago

| | |
|--|--|
| Processos inconscientes ou involuntários | Processos transformativos que ocorrem sem ter noção da presença do Caminho; |
| Processos conscientes ou voluntários | Processos que ocorrem sabendo da existência do percurso. Por exemplo: valorização do percurso, integração do itinerário; |

Fonte: elaboração própria

São percursos antigos cujo crescimento urbano ocorreu em torno destes. Se por um lado foram sendo alterados e por vezes descaracterizados, por outro lado, estes processos permitiram conservá-los no espaço, mas também na memória coletiva.

Por último, a par dos instrumentos legais, a sinalização e as diversas medidas de conservação correspondem a práticas de materializar o percurso no espaço.

3. Caminhos de Santiago no Norte Interior de Portugal: antecedentes históricos

Nos últimos anos, vários agentes do Norte interior de Portugal, que corresponde essencialmente à região de Trás-os-Montes e Alto Douro, nomeadamente as comunidades locais, têm apostado na valorização dos Caminhos de Santiago e na sua posterior reconversão em rotas turístico-culturais, alicerçados no crescimento constante dos Caminhos de Santiago neste território (Pereiro, 2019).

Atualmente existem seis Caminhos de Santiago que atravessam a região, conforme é ilustrado na figura 3.



Legenda:

- 1- Via da Prata
- 2- CPIS
- 3- Variante Coração D'Ouro
- 4- Caminho de Torres
- 5- Caminho das Terras de Basto
- 6- Caminho Português de Santiago do Este

Figura 3. Caminhos de Santiago na região de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Fonte: elaboração própria com base no Google Earth

Estes itinerários são o Caminho Português Interior de Santiago (CPIS), o Caminho de Torres, a Variante Portuguesa da Via da Prata, a Variante Coração D'Ouro, o Caminho das Terras de Basto e o mais recente percurso, o Caminho Português de Santiago do Este. A maioria destes itinerários assentam em vias seculares, principalmente em vias romanas e medievais, que foram readaptadas ao longo dos tempos e que chegaram aos nossos dias. Conforme dá conta Conceição (2020), a rede viária de Trás-os-Montes e Alto Douro possui antecedentes nos períodos romano e medieval.

O itinerário com maior relevância é o CPIS, fruto da sua recuperação em termos turísticos e conseqüentemente da sua recente certificação⁹. O CPIS tem início em Viseu e prolonga-se por Castro Daire, Lamego, Peso da Régua, Santa Marta de Penaguião, Vila Real, Vila Pouca de Aguiar e Chaves, ao longo de aproximadamente 214 quilómetros em território português.

O Caminho de Torres constitui outro eixo viário de peregrinação, proveniente de Salamanca e que atravessa as regiões de Trás-os-Montes e do Minho (Fernandes, 2018). Este percurso resulta de uma reinterpretação contemporânea da peregrinação empreendida por Diego Torres de Villarreal no século XVIII.

Relativamente à Variante Portuguesa da Via da Prata, trata-se de uma derivação da Via da Prata que possui passagem pelos municípios de Bragança e de Vinhais.

Estes três percursos apresentam-se como eixos principais de peregrinação que se encontram sinalizados e que possuem uma roupagem turística. Existem igualmente três variantes, ou seja, que derivam e se ligam com as vias principais e que são constituídas pelo Caminho das Terras de Basto, entre Vila Real e Mondim de Basto; a Variante Coração D´Ouro, que nasce em Alijó e entronca com o CPIS em Vila Pouca de Aguiar; e o mais recente Caminho Português de Santiago do Este, entre Mirandela e Valpaços, e que posteriormente irá conectar-se com o CPIS em Chaves.

Estes Caminhos foram progressivamente valorizados obedecendo a diversas lógicas e traduziu-se num processo desencadeado com diferentes dinâmicas, atores e mecanismos. Apesar de nos últimos anos terem assistido a uma reduzida passagem de turíperegrinos, recentemente têm vindo a registar uma acentuada afluência de turíperegrinos.

A envolvimento das comunidades com os Caminhos de Santiago nesta região é manifestada de diversas formas, como por exemplo, com a atribuição do nome “Santiago” a restaurantes, cafés e instituições como lares, uma vez que a toponímia comprova as evidências históricas jacobitas¹⁰.

4. Metodologia

A metodologia adotada neste estudo assentou numa perspetiva antropológica, pois a Antropologia como disciplina permite compreender o espaço e o tempo, dois eixos centrais deste trabalho. Neste contexto, a necessidade de

9 O CPIS foi o segundo Caminho a ser certificado em Portugal segundo o Decreto-Lei n.º 51/2019 (<https://dre.pt/dre/detalhe/lei/51-2019-123545109>).

10 Diversas ruas nesta região têm como topónimo a designação “São Tiago”.

seguir uma linha de cariz antropológico prendeu-se com a adoção do trabalho de campo para analisar *in situ* os próprios percursos (Vergara Figueroa, 2015), na realização de entrevistas, na utilização do trabalho de campo e registo fotográfico. Consequentemente, as várias caminhadas realizadas ao longo dos Caminhos de Santiago permitiram o contacto direto e a interação com os habitantes locais. O aproveitamento de momentos de descanso e as paragens nas cidades, vilas e aldeias para, permitiram obter informações importantes e únicas sobre os usos e perceções das comunidades locais dos itinerários.

Os entrevistados foram os habitantes locais e residentes em torno dos Caminhos de Santiago em estudo. Deste modo, foram entrevistadas 50 pessoas das comunidades locais, distribuídas pelos diferentes no Norte interior de Portugal (tabela 2), de modo a estabelecer uma representação uniforme para os vários percursos.

Tabela 2. N° de entrevistados distribuídos pelos vários Caminhos.

| CPIS | Caminho de Torres | Variante Portuguesa da Via da Prata | Caminho das Terras de Basto | Variante Coração D'Ouro | Caminho do Este de Santiago | Total |
|------|-------------------|-------------------------------------|-----------------------------|-------------------------|-----------------------------|-------|
| 28 | 6 | 4 | 5 | 4 | 3 | 50 |

Fonte: elaboração própria.

Previamente foi estabelecido um breve guião (tabela 3). As entrevistas foram realizadas desde setembro de 2020 e terminaram em setembro de 2021. As 50 entrevistas foram aplicadas pessoalmente em contexto trabalho de campo. Os critérios de seleção dos entrevistados: residirem em torno de um dos Caminhos em análise – todas elas validadas.

Tabela 3. Secções do guião de entrevistas.

| | |
|-------------------------------------|--|
| Perfil | Nome; idade; local de residência; profissão; estado civil; (...); |
| Questões gerais dos Caminhos | Já percorreu este Caminho? Completo ou por etapas? Já percorreu algum Caminho de Santiago? |
| Usos, ações e perceções | Utiliza-o no dia a dia? Quais os motivos? Traz impactos positivos? E negativos? Quais os usos / visões? Qual a perceção / imagem que tem do Caminho? Desencadeia alguma ação de valorização do percurso? |

Fonte: elaboração própria.

5. Análise dos resultados

Tendo em conta as entrevistas realizadas de acordo com o guião com questões pré-estabelecidas, passamos a analisar as respostas dos entrevistados.

A idade dos 50 entrevistados varia entre os 28 e os 83 anos e são residentes em torno dos Caminhos em estudo.

Inicialmente, numa abordagem diretamente relacionada com os Caminhos, na figura 4 estão representadas as respostas à questão “Já percorreu algum Caminho de Santiago?” ou seja, tendo por base uma peregrinação efetiva e uma deslocação a Santiago de Compostela.

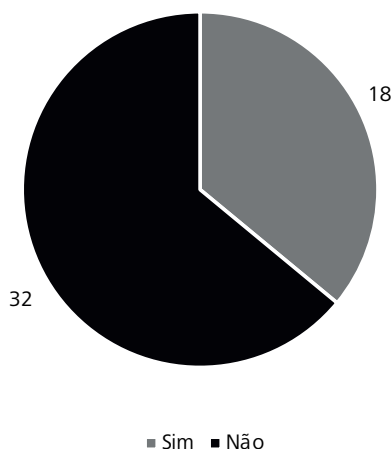


Figura 4. Realização dos Caminhos de Santiago.

Fonte: elaboração própria com base nas entrevistas

Como podemos observar na figura anterior, 18 em 50 entrevistados realizaram pelo menos um Caminho de Santiago.

Num segundo aspeto e, uma vez que os 50 entrevistados residem em torno dos Caminhos, era fundamental questionar se já percorreram algum dos itinerários em estudo, sem ter a perspetiva de peregrinação. Na figura 5 é possível constatar que apenas 12 entrevistados responderam positivamente, enquanto 38 responderam que nunca realizaram um dos 6 itinerários.

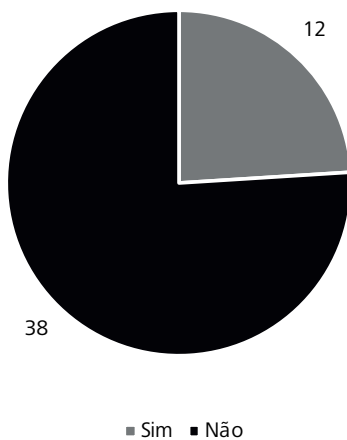


Figura 5. Realização dos Caminhos de Santiago no Norte interior de Portugal.

Fonte: elaboração própria com base nas entrevistas

Ingressando numa abordagem às perceções e visões, 46 entrevistados afirmam percorrer os Caminhos no dia-a-dia, enquanto 4 referem não os percorrer usualmente, como é demonstrado na figura 6.

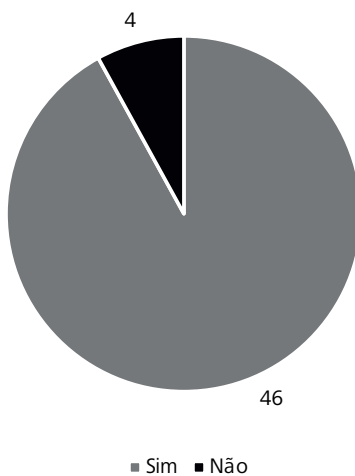


Figura 6. Utilização dos Caminhos no dia-a-dia.

Fonte: elaboração própria com base nas entrevistas

Ou seja, ocorre uma utilização recorrente, pois há uma utilização diária uma vez que a maioria dos entrevistados reside em torno dos próprios Caminhos, em contraposição ao número reduzido de entrevistados que efetivamente percorreram os Caminhos, patentes nas figuras 4 e 5.

Relativamente aos motivos que os elementos da comunidade possuem, plasmados na figura 7, salienta-se que predominam diversos motivos e práticas.

Motivos e práticas para percorrer os Caminhos

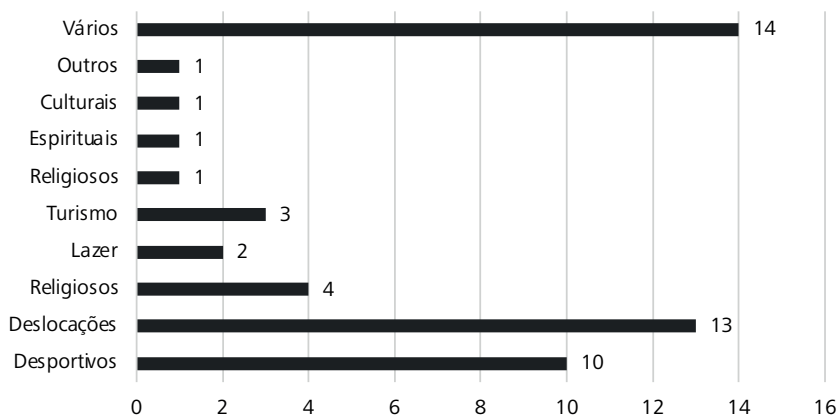


Figura 7. Principais motivos e usos para percorrer os Caminhos.

Fonte: elaboração própria com base nas entrevistas

Preponderam os vários motivos onde foram referidas 14 respostas. Em segundo lugar, são destacadas as deslocações diárias possuindo 13 respostas, onde em diversos casos é referido que têm que percorrer uma parte dos Caminhos ou “cruzam-nos” para terem acesso aos campos agrícolas. Outro motivo que surge com especial relevo assenta nas práticas desportivas contando com 10 respostas. Em menor número surgem as práticas culturais, espirituais, religiosas e outros motivos que não foram mencionadas.

Outra questão colocada relacionou-se com a percepção da existência de impactos positivos ou impactos negativos relativamente aos Caminhos, conforme a figura 8.

Existência de impactos positivos ou negativos

■ Positivos ■ Negativos ■ Nenhum ■ Não respondeu ■ Não sabe

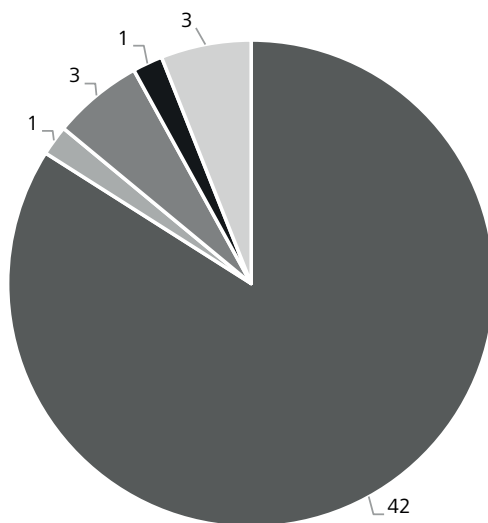


Figura 8. Efeitos positivos e negativos.

Fonte: elaboração própria com base nas entrevistas

A maioria dos entrevistados, neste caso 42, responderam predominarem impactos essencialmente positivos. Os restantes entrevistados referiram não existirem quaisquer impactos (3 respostas) e não possuem qualquer perceção.

No que concerne às visões detidas destes itinerários, adensadas na tabela 4, os testemunhos obtidos demonstram a multiplicidade de perceções que se encontram diretamente ligados com os usos desempenhados em torno dos Caminhos.

Tabela 4. Como o caminho é usado e apropriado consoante os diferentes usos.

| Perceção / visões dos Caminhos | Nº de respostas |
|--|-----------------|
| Itinerário turístico | 15 |
| Itinerário histórico-cultural | 4 |
| Itinerário sociocomunitários | 2 |
| Itinerário religioso | 17 |
| Itinerário económico (agrícola, empresarial) | 1 |
| Itinerário desportivo e de lazer | 5 |
| Várias perceções | 6 |
| Total | 50 |

Fonte: elaboração própria com base nas entrevistas.

Importa referir que estas perceções se encontram intimamente ligadas com as motivações e com as diferentes utilizações das pessoas que os percorrem. A maioria dos entrevistados possui uma visão de um caminho religioso (17 respostas), seguindo-se uma perceção turística (15 respostas). Com menor expressão, são apontadas várias perceções, percurso desportivo e histórico, 5 e 4 respostas respetivamente. Foram igualmente referidas outras perceções, tais como itinerários histórico-culturais, sociocomunitários e económicos.

Os relatos obtidos com as entrevistas realizadas permitem estabelecer uma ligação com as diferentes perceções e que passamos a caracterizar de seguida com testemunhos dos entrevistados. No que concerne ao itinerário económico, um testemunho permite ligá-lo a um percurso agrícola:

“Com a passagem dos peregrinos, espero que a Câmara arranje o Caminho, pois está em más condições e passar aqui com o trator é complicado” (homem, 62 anos, Santa Marta de Penaguião, 14 de fevereiro de 2020).

“Desde que passam por aqui peregrinos e turistas, o Caminho é frequentemente limpo e assim posso passar por aqui com o rebanho. Os turistas e peregrinos gostam de ver as atividades pastoris e o gado” (homem, 61 anos, Mondim de Basto, 15 abril de 2021).

Como grande parte dos itinerários obedecem a caminhos agrícolas, pois têm passagem por áreas predominantemente rurais, onde por estes caminhos passam agricultores e pastores com os seus rebanhos, acabam por constituir caminhos rurais e ao mesmo tempo de acessos aos campos.

Outra perceção relaciona-se com a realização de práticas desportivas, conforme o seguinte testemunho:

“A sinalização do Caminho permite a prática de btt bem como fazer caminhadas. Ao final do dia treino próximo de minha casa aproveitando uma parte do CPIS” (homem, 42 anos, Vila Real, 17 de março de 2020).

Surge igualmente na visão histórico-cultural, ligada à valorização do património local:

“Além da passagem dos peregrinos, o património passa a ser valorizado. Um edifício antigo à saída da ponte pedonal vai ser reconvertido num albergue e num local de apoio aos peregrinos que fazem o Caminho. Valoriza um imóvel que até agora estava ao abandono em plena paisagem do Douro” (homem, 63 anos, Peso da Régua, 3 de fevereiro de 2020).

Numa visão que conjuga várias perceções, nomeadamente perceções históricas e turísticas, surge a revitalização dos percursos jacobeus, tendo por base o seguinte testemunho:

“Tendo por base o livro do Barão de Rosmithal, decidimos criar a Associação dos Caminhos de Santiago em Terras de Basto, com habitantes da terra, de forma a traçar o Caminho, sinalizá-lo e captar turistas. Contámos com a ajuda dum casal de peregrinos da Alemanha. Tem passagem por aldeias pitorescas e tem passagem por inúmeros pontos históricos. Sem dúvida que permite o desenvolvimento da região” (homem, idade não referida, Mondim de Basto, abril de 2021).

Ao mesmo tempo, as diferentes visões e perceções detetadas foram igualmente comprovadas durante a realização do trabalho de campo, evidenciando-se a utilização dos Caminhos de Santiago como percursos agrícolas e desportivos, presentes nas figuras 9 e 10.



Figura 9. Troço do Caminho das Terras de Basto num caminho agrícola.

Fonte: do autor



Figura 10. Ecopista/ciclovia no Caminho de Torres na cidade do Peso da Régua.

Fonte: do autor

A figura 11 aborda a realização de ações realizadas nos percursos.

Desencadeia alguma ação?

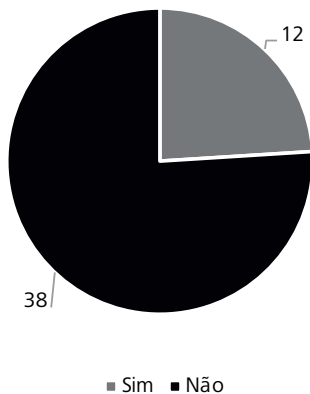


Figura 11. Realização de ações nos Caminhos.

Fonte: elaboração própria com base nas entrevistas

Apenas 12 entrevistados afirmam realizar ações em torno dos Caminhos, revelando uma envolvimento direta com os itinerários. Especificando o tipo de ações desempenhadas, são ilustradas na figura 12.

Ações realizadas em torno dos Caminhos

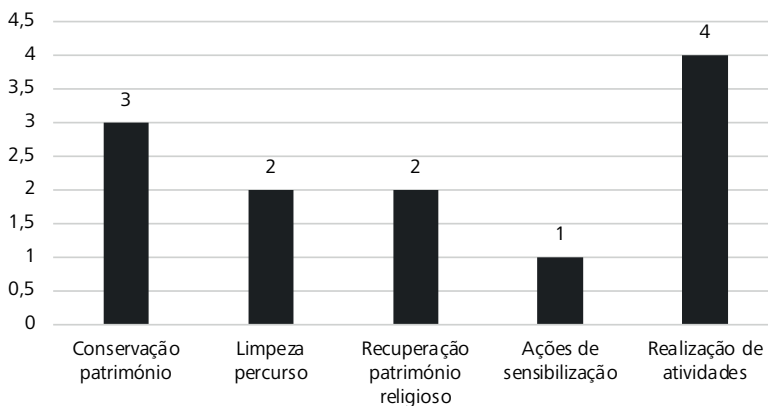


Figura 12. Tipologia de ações realizadas em torno dos Caminhos.

Fonte: elaboração própria com base nas entrevistas

No que concerne às ações realizadas pelos 12 entrevistados, estes referiram desencadear múltiplas iniciativas. Destacam-se a realização de atividades como a organização de caminhadas e passeios de bicicleta, seguindo-se iniciativas ligadas à conservação de bens patrimoniais. As ações com menor expressão são as ações de limpeza, resgate de património religiosos (capelas, iconografia, entre outros) e por último a realização de ações de sensibilização.

Desta forma, constata-se a presença de múltiplas visões, usos e ações desempenhadas nos diferentes caminhos jacobeus no Norte interior de Portugal.

6. Considerações finais

Os Caminhos de Santiago existentes na região Norte interior de Portugal, como o CPIS, o Caminho de Torres, a Variante Portuguesa da Via da Prata, a Variante Coração D'Ouro e o Caminho das Terras de Basto, se por um lado resultam do aproveitamento de itinerários construídos em séculos anteriores, por outro lado, a sua configuração atual resulta de um processo de readaptação dos espaços e que passam a assistir a novas formas de serem percorridos numa lógica de valores contemporâneos e pós-seculares, sem descurar a sua função inicial, ou seja, a sua função evidentemente religiosa.

O primeiro aspeto notado prende-se com os processos transformativos ocorridos em torno dos Caminhos de Santiago, que se caracterizam essencialmente pela recuperação dos percursos e sobretudo pela revitalização do património jacobeu, possuindo adjacientemente um processo de patrimonialização, ou seja, de valorização dos Caminhos. As entidades locais como as autarquias e as juntas de freguesia bem como as comunidades locais, constituem os principais agentes que desempenham um conjunto de ações conscientes ou inconscientes, ou seja, iniciativas voluntárias ou involuntárias no que concerne à realização de ações ligadas à preservação destes percursos e dos espaços envolventes.

Outro aspeto ressaltado prende-se com a heterogeneidade presente nos vários Caminhos. Assentam fundamentalmente em itinerários vivos, devido ao facto de serem espaços de passagem e de mobilidade sobretudo pelas próprias comunidades, que podem assistir a distintas práticas: religiosas, sociais, desportivas, turísticas, entre outras.

A realização das entrevistas permitiu demonstrar as várias interações por parte das comunidades locais em torno dos Caminhos de Santiago bem como possibilitou identificar diversos aspetos pertinentes.

Um primeiro aspeto prende-se com o facto de apenas uma minoria, 12 entrevistados, já terem realizado algum Caminhos de Santiago enquanto 44 já percorreram um dos seis Caminhos existentes na região, comprovando uma ligação das comunidades aos percursos existentes nos locais onde residem. Outro indicador demonstrativo desta situação prende-se com o facto destes itinerários serem percorridos diariamente. Neste sentido, a maioria dos entrevistados considera de igual modo existirem impactos nitidamente positivos.

Em suma, perante as diferentes perspetivas obtidas, é possível concluir seis aspetos fundamentais:

- Os Caminhos de Santiago plenamente integrados no espaço público das cidades, aldeias e vilas, mas também de ruas e praças;
- A questão da companhia, da sociabilidade entre turistas e comunidade local e do uso diário- o percurso dito religioso e turístico, acaba por assentar em itinerários viários, como estradas nacionais e municipais e até mesmo caminho agrícolas e vacinais;
- O sentimento da pertença das comunidades locais aos Caminhos;
- A valorização do percurso permite a preservação do património e principalmente o desenvolvimento local;
- A questão da fé, presente quer nos turiperegrinos, quer na própria comunidade local;
- Existência de outras visões: os Caminhos entendidos como percursos para a prática de desporto, caminhadas e btt.

Em suma, foram detetadas múltiplas práticas e visões ligadas a estes Caminhos, nomeadamente ao nível de usos quotidianos e perspetivas turísticas, histórico-culturais, religiosas, económicas, desportivas e de lazer. Os usos e mudanças obedecem a múltiplos interesses tais como religiosos, políticos, económicos e sociais, pois muitas destas localidades desenvolveram-se graças aos Caminhos. Muitos localidades desenvolveram-se graças aos Caminhos. As múltiplas utilizações dos vários troços que formam os Caminhos encontram-se profundamente interligadas às motivações e usos de quem os percorre.

Contudo, nem sempre foi percecionado como um Caminho histórico, pois é um testemunho da passagem dos peregrinos.

Importa referir que as situações aqui apresentadas não são exclusivas destes Caminhos, acabando por ser transversais a outros Caminhos de Santiago. Acima de tudo, são percursos que fazem parte do quotidiano devido à sua presença secular nos territórios, fazendo com que as comunidades lhes confiram diferentes usos e possuam perceções distintas.

Agradecimentos: Um profundo agradecimento ao Prof. Dr. Xerardo Pereiro pela sua orientação e no incentivo à realização e apresentação deste estudo.

Este trabalho é realizado no âmbito da Bolsa de Investigação SFRH/BD/136459/2018 atribuída pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia. O Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento (CETRAD) é financiado por fundos nacionais através da FCT, I.P., no âmbito do projeto UIDB/04011/2020.

Referências

- BALLART HERNÁNDEZ, J. e Tresseras, J. (2001). *Gestión del patrimonio cultural*. Barcelona: Ariel.
- CONCEIÇÃO, R. (2020). *A rede viária do Entre-Douro-e-Tâmega, Bragança e seus termos, nos meados do século XIII* (Tese de Mestrado). Porto: FLUP.
- CORDEIRO, G. Í. e Vidal, F. (2019). *A rua: espaço, tempo, sociabilidade*. Lisboa: Etnográfica Press.
- DALLABRIDA, V. R. (2020). Patrimônio Territorial: abordagens teóricas e indicativos metodológicos para estudos territoriais. *Desenvolvimento em Questão*, 18(52), 12-32.
- DIÁRIO DA REPÚBLICA (2022). Disponível em: <https://dre.pt/dre/detalhe/aviso/12613-2012-1898049>
- FEDERAÇÃO PORTUGUESA DO CAMINHO DE SANTIAGO, (2020). *Caminho Português Interior de Santiago- Dossier de Certificação do Itinerário*. Vila Pouca de Aguiar: Federação Portuguesa do Caminho de Santiago.
- FERNANDES, P. A. (2018). *Guia dos Caminhos de Santiago*. Porto: Porto Editora.
- FERNANDES, P. A. (2020). Uma estrada para um caminho: a karraria antiqua nos itinerários jacobeus portugueses. *Ad Limina*, 11(11), 29-60.
- GOODMAN, M. K., Goodman, D. e Redclift, M. (Eds.). (2016). *Consuming space: Placing consumption in perspective*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- GOMES, L. E. e Florêncio, F. (2020). Os Caminhos Portugueses a Santiago de Compostela- Fragmentos Holísticos da Patrimonialização. *Antropologia Portuguesa*, 37, 29-52.
- JANSEN, W. e Notermans, C. (Eds.) (2016). *Gender, nation and religion in European pilgrimage*. Londres: Routledge.
- LEDO, A. P., Bonín, A. R. e Iglesias, A. M. (2007). El turismo cultural como factor estratégico de desarrollo: el Camino de Santiago. *Estudios geográficos*, 68(262), 205-234.
- LOIS-GONZÁLEZ, R. (2013). The Camino de Santiago and its contemporary renewal: Pilgrims, tourists and territorial identities. *Culture and Religion*, 14(1), 8-22.
- MURRAY, M. (2014). The cultural heritage of pilgrim itineraries: The Camino de Santiago. *Journeys*, 15(2), 65-85.

- PEREIRO, X. (2019). Turismo y peregrinación, dos caras de la misma moneda: el camino portugués interior de Santiago de Compostela. *Cuadernos de Turismo*, 43, 407-434.
- PORTUGAL, J. G. e Maseda, J. M. C. (2018). Territorio Patrimonio: la actual experiencia gallega con Llos Caminos de Santiago. *Revista Memorare*, 5(2), 185-210.
- REIRA, J. A. (2007). Introdução ao caminho português na Galiza. Em F. R. Iglesias (coord.). *A grande obra dos caminhos: caminho português na Galiza* (pp. 40-65). vol. XI. Coruña: Hércules Ediciones.
- RELPH, E. (1976). *Place and placelessness*. Londres: Pion.
- RUIZ DE LA PEÑA SOLAR, J. I. (1998). Las peregrinaciones a Santiago de Compostela, cauce de transformaciones sociales y reactivación económica en la Edad Media Peninsular. *Cuadernos del CEMYR*, 6, 13-26.
- SMITH, L. (2006). *Uses of heritage*. Londres: Routledge.
- TUAN, Y. F. (1983). *Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: Difel.
- TURNER, V. (1974). *O processo ritual: estrutura e anti-estrutura*. Petrópolis: Vozes.
- TURNER, V. e Turner, E. (1978). *Image and pilgrimage in Christian culture*. Nova Iorque: Columbia University Press
- VALCÁRCEL, J. O. (1998). El patrimonio territorial: el territorio como recurso cultural y económico. *Ciudades*, 4, 31-48.
- VERGARA FIGUEROA, A. (2015). *Etnografía de los lugares: una guía antropológica para estudiar su concreta complejidad*. México: Ediciones Navarra.
- XUNTA DE GALICIA, (2016). *Guía de Boas Prácticas para as Actuacións nos Camiños de Santiago*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia.

PEREGRINAÇÃO E COMUNIDADE LOCAL: O CASO DE ROMARIA – MINAS GERAIS

PILGRIMAGE AND LOCAL COMMUNITY: THE CASE OF ROMARIA – MINAS GERAIS

Raphael Campana Marinho*

dr.rafaelmarinho@gmail.com

Ao longo da trajetória da humanidade, o ato de peregrinar assumiu diversos contornos e significados. O que antes era observado apenas como um ato de fé, hoje pode ser estudado por diferentes prismas. Nesse sentido, esta pesquisa se desenvolveu na cidade de Romaria – Minas Gerais (Brasil) onde se localiza o Santuário de Nossa Senhora da Abadia. A pesquisa busca compreender as transformações locais proporcionadas ao longo dos anos pela peregrinação ao Santuário utilizando para isso a Teoria das Trocas Sociais e abordagens acerca do Desenvolvimento Local. Tal fenômeno modifica a cidade de pouco mais de 3 mil habitantes, ao receber cerca de 40 mil pessoas por dia ao longo dos dias de festividades e mais de 200 mil fiéis no auge da data santa, em agosto. Desta forma, como os residentes reagem a tamanha transformação? Como potencializar os benefícios provenientes da peregrinação ao Santuário enquanto também se buscam minimizar os danos causados à localidade e aos residentes? Qual a percepção e impacto da COVID-19 nas festividades e principalmente na relação da comunidade com o Santuário? Metodologicamente, esse estudo de caso utilizou-se da aplicação de questionário, entrevistas, diário de campo e relato de vida para responder a estas perguntas. A partir da intrínseca relação entre a comunidade de Romaria e o Santuário observa-se o fortalecimento da identidade e cultura local, como também das relações sociais entre residentes e peregrinos. O caso estudado aponta para um sólido exemplo de parceria entre peregrinação e comunidade em prol do desenvolvimento local.

Palavras-chave: Peregrinação. Agentes Locais. Identidade Local. Capacidades Endógenas.

* Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento – CETRAD, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro – UTAD, Vila Real, Portugal.

Along the trajectory of humanity, the act of pilgrimage took on different contours and meanings. What was once observed only as an act of faith, today can be studied through different prisms. In this sense, this research was developed in the city of Romaria – Minas Gerais (Brazil) where the Sanctuary of Nossa Senhora da Abadia is located. The research seeks to understand the local transformations provided over the years by the pilgrimage to the Sanctuary using the Theory of Social Exchanges and approaches to Local Development. This phenomenon changes the city of just over 3,000 inhabitants, as it receives about 40,000 people a day during the festivities and more than 200,000 faithfuls at the height of the holy date, in August. In this way, how do residents react to such a transformation? How to maximize the benefits from the pilgrimage to the Sanctuary while also seeking to minimize the damage caused to the locality and residents? What is the perception and impact of COVID-19 on the festivities and especially on the community's relationship with the Sanctuary? Methodologically, this case study used a questionnaire, interviews, field diary and life report to answer these questions. From the intrinsic relationship between the Romaria community and the Sanctuary, the strengthening of the local identity and culture can be observed, as well as the social relations between residents and pilgrims. The case studied points to a solid example of partnership between pilgrimage and community in favor of local development.

Keywords: Pilgrimage. Local Agents. Local Identities. Endogenous Capacities.

1. Introdução

As peregrinações estão inseridas nas dinâmicas de uma determinada sociedade ou localidade. Nesse sentido, os santuários existentes desempenham o papel de serem palcos da manifestação da religiosidade popular, além de lugares de encontro entre o devoto e o sagrado. Seja nos santuários no Brasil, como os de Aparecida, do Divino Pai Eterno, do Círio de Nazaré, e o de Nossa Senhora da Abadia; quanto no mundo, em Guadalupe, Lourdes, Fátima, Santiago de Compostela; além de outras religiões, como os muçulmanos, na Meca, e os hindus, no Ganges; são os santuários os responsáveis por institucionalizar uma aproximação entre o devoto e o sagrado. Desta forma, se estabelece também uma proximidade entre o Santuário e os residentes em seu entorno, de modo que estes tendem a participar das atividades desenvolvidas pelo Santuário, e a receber tanto os impactos positivos quanto os negativos provocados pelo espaço religioso.

Por isso, faz-se necessária uma relação equilibrada entre residentes, peregrinos e o próprio santuário. De modo que, as interações resultantes entre as partes sejam capazes de preservar (ambiente e cultura, por exemplo) e desenvolver

(economia e identidade local, por exemplo) a comunidade. Para Durkheim (2000, p. 459), a religião se constitui numa forte forma de coesão social. Assim, os santuários podem ser um grande exemplo disto, na medida em que incorpora costumes, crenças e valores, oferecendo-se como um local de encontro e partilha.

Nesse sentido, os Caminhos de Santiago de Compostela se destacam, tanto na Europa quanto no mundo, como rota de peregrinação. Eles possuem a capacidade de abarcar inúmeros atributos que possibilitam o desenvolvimento de recursos endógenos. A partir dessa experiência de sucesso, diversas rotas de peregrinação buscaram aplicar modelos semelhantes, adaptando-os à sua realidade.

O objetivo da pesquisa foi analisar as transformações locais ocorridas em Romaria – Minas Gerais em função da presença do Santuário de Nossa Senhora da Abadia da Água Suja. Buscou-se compreender a relação entre os residentes e o santuário de modo a responder as seguintes questões: Como os residentes reagem aos efeitos da peregrinação? Qual a percepção dos mesmos em relação a temas como patrimônio, identidade local e aos peregrinos? Como potencializar os benefícios provenientes da peregrinação enquanto também se busca minimizar os danos causados à localidade e aos residentes? Qual a percepção e impacto da COVID-19 nas festividades e principalmente na relação da comunidade com o Santuário?

2. Quadro Teórico

O referencial teórico inicia-se com uma revisão do significado do ato de peregrinar ao longo do tempo. É uma aproximação do que antes era um ato religioso voltado para um lado um pouco mais profano da sociedade atual. Em seguida, a ênfase está na questão da percepção de valores e identidades locais em uma comunidade. Logo depois, destaca-se o uso da Teoria das Trocas Sociais para explicar o fenômeno do apoio da comunidade ao turismo. Por fim, apresenta-se a abordagem do desenvolvimento local como uma estratégia de fortalecimento da identidade local e da capacidade de gerar desenvolvimento endógeno.

2.1. Peregrinação

Os estudos acerca das peregrinações podem ser realizados através de diferentes perspectivas disciplinares, como por exemplo: antropologia (Belhassen, Caton, e Stewart, 2008), geografia (Collins-Kreiner e Wall, 2015), e estudos

religiosos (Reader, 2007; Vilaça, 2010). Na maior parte das vezes, o foco dos trabalhos tem se mantido nas motivações do peregrino (Amaro, Antunes e Henriques, 2018), também no seu perfil (Gusmán, Lopes, Lois González e Santos, 2017), na turistificação da peregrinação moderna (Nilsson, 2018) e também na relação da peregrinação com a comunidade local (Marinho, Azevedo e Pereiro, 2022). Tal diversidade ajuda a compreender a relação entre o fenômeno e a sociedade atual, bem como, a evolução do ato de peregrinar.

As atuais motivações, que levaram ao crescente número de peregrinos modernos, distingue-se das tradicionais práticas de peregrinação (Blackwell, 2014; Kim, Kim e King, 2016). O caráter religioso de parte dos peregrinos continua a existir, com as visitas de devoção a santuários sagrados (Courtney, 2013). Contudo, estudos demonstram o crescimento da parcela de peregrinos que percorrem os caminhos e rotas de peregrinação motivados por outras razões (Oviedo, Courcier e Farias, 2014). Destacam-se entre as mais variadas razões: viagens, esporte, imersão cultural, uma aventura espiritual, indicações de amigos, ou para retirar-se da agitação da vida moderna e conhecer a si mesmo (Carbone, Corinto e Malek, 2016; Pereiro, 2017).

Diante da multimotivação dos peregrinos modernos, o ato de peregrinar ultrapassa a questão religiosa, abarcando para si as experiências possíveis através do contato com a natureza, da valorização das paisagens, da preferência pela gastronomia típica e da ênfase para os elementos culturais. Assim, tanto a motivação para fazer a peregrinação, quanto o impacto que ela resulta na vida pessoal do peregrino pode ser muito heterogênea (Ivakhiv, 2003). Dessa forma, cada peregrino responderá de forma única ao processo de peregrinação.

2.2. Comunidade e identidade local

O pilar de uma comunidade é o conjunto dos seus indivíduos. Dessa forma, o mesmo dinamismo observado na natureza humana pode ser encontrado em suas comunidades. Esse constante processo de construção e desconstrução se desenvolve por meio de grupos de pessoas com diferentes valores, interesses, narrativas e práticas. Assim, as relações sociais e hierárquicas dentro da comunidade se estabelecem de maneira a representar dinamicamente os focos de poder. Logo, o processo de transição e de mudanças dentro de uma comunidade pode ser desenvolvido de diferentes formas: com ou sem tensões, ameaças e exclusões (Torres Feijó, 2019).

Os indivíduos são formados por uma série de valores. Tais valores se encontram dispostos em uma espécie de hierarquia de valores, que buscam estabelecer um significado próprio para aquela comunidade. A principal fonte de formação dos valores é o ambiente social e cultural, incluindo assim a família, amigos, colegas de profissão, a comunidade e a sociedade como um todo (Feather, 1995; Roccas e Elster, 2014).

Ao se falar do indivíduo, quanto mais desenvolvidos os seus laços sociais, mais diversificada se torna sua identidade pessoal e social. Da mesma forma, ao se observar uma comunidade cujos laços sociais são desenvolvidos, mais diversificada se torna a identidade da comunidade. A dinâmica destas relações ajuda a determinar a versatilidade dos valores pessoais, bem como a número de lugares simbólicos que marcam esses valores no espaço (Tajfel, 1981).

Os costumes e tradições são manifestações da identidade de uma comunidade ao longo do tempo. Nesses aspectos da identidade local o compartilhamento do sentimento de pertencimento e da coletividade reforçam valores e crenças. Assim, a identidade é celebrada em festas e dramatizada também em rituais cotidianos (Canclini, 2006). Nesse contexto, a peregrinação e o turismo se expressam também como um instrumento de socialização e de formação da identidade local.

2.3. Teoria das Trocas Sociais

Segundo Blau (1964), a partir da Teoria da Troca Social, os indivíduos procuram o equilíbrio entre o que é dado e o que é recebido em uma associação. A partir do equilíbrio, busca-se evitar situações de dependência, responsáveis por causar desvantagens nas relações sociais. Logo, evidencia-se a importância da reciprocidade nos relacionamentos, que é encarada como uma troca contingente e mútua de benefícios entre as partes.

Dessa forma, A Teoria da Troca Social tem potencial para explicar o fenômeno do apoio da comunidade ao turismo, inclusive ao turismo religioso (Burns e Fridman, 2011; Chhabra, 2008; Chuang, 2010; Schofield, 2011) Isso porque as perspectivas pessoais dos residentes tendem a determinar como eles percebem os principais efeitos dos eventos, sendo que o nível de apoio deles é um resultado direto de seu próprio ponto de vista. Portanto, as atitudes dos residentes se colocam como intermediárias entre o impacto como eles o entendem e seu nível de apoio (Vetitnev e Bobina, 2017).

O apoio da comunidade local será determinado pela percepção deles acerca dos impactos positivos e negativos da atividade turística (Rasoolimaneshtash e Jaafar, 2017). Sendo que tal percepção é dinâmica e pode ser alterada com o passar do tempo. Por isso, envolver a comunidade desde as fases iniciais do projeto (além de se manter um diálogo permanente com a mesma) aumenta a probabilidade de apoio por parte dos residentes (Sinclair-Maragh e Gursoy, 2015).

2.4. Desenvolvimento local

O desenvolvimento local é um processo em que as localidades, com o objetivo de gerar desenvolvimento interno mediante estratégias de baixo impacto sócio-econômico-ambiental, criam situações de promoção do bem-estar coletivo e estimulam atividades que dinamizam a economia local (Oliveira, 2003). De acordo com Vázquez Barquero (2001), o desenvolvimento endógeno possibilita o fortalecimento da identidade local e a capacidade de responder às influências promovidas pelos fluxos globais, tornando-se uma peça chave para a inserção da região no mundo globalizado. Desta forma, o diálogo entre os elementos internos e externos são uma constante durante o processo do desenvolvimento endógeno. Sobretudo, à medida que os atores locais se apropriam dos componentes do seu contexto, relacionando-os com o meio externo, em uma contínua relação de construção e de reconstrução desses elementos (Oliveira, 2003).

Tal processo ocorre seguindo uma abordagem *bottom-up*, na qual os agentes locais desempenham os papéis de protagonistas na definição, execução e controle das ações. A iniciativa da construção ou do fortalecimento da capacidade organizacional entre os agentes e suas instituições são um dos elementos centrais do desenvolvimento endógeno (Vázquez Barquero, 2001). Por isso, faz-se necessária a cooperação entre os agentes, fornecendo estímulos à capacidade de aprendizagem de toda a rede, para que consigam dar uma resposta adequada às necessidades e aos problemas existentes na própria comunidade.

Nesse sentido, a capacidade de organização social e política, relacionado diretamente à disponibilidade de diferentes formas de capitais intangíveis na região ou localidade, são elementos-chave para o desenvolvimento de uma localidade no longo prazo (Boisier, 2007). Bandeira (1999) estabelece o capital social como um dos principais fatores que explicam as diferenças regionais e o nível de desenvolvimento das regiões. Isto ocorre porque o capital social é

composto por um conjunto de fatores de natureza cultural que elevam a propensão dos atores sociais para a colaboração e para empreender ações coletivas. Dessa forma, o alto nível de capital social dinamiza situações e oportuniza o encontro de soluções para os problemas da comunidade. Por sua vez, o baixo nível de capital social remete a um fraco processo de identidade local, promovendo um obstáculo à articulação, participação e cooperação comunitária.

Desta forma, faz-se necessário a adoção de mecanismos que viabilizem a participação direta da comunidade na formulação, no detalhamento e na implementação de um processo de desenvolvimento endógeno (Bandeira, 1999). Pois a partir da participação direta da comunidade pode-se buscar a consolidação das relações de confiança entre os vários agentes locais, o que contribui para potencializar a acumulação de capital social local.

Portanto, ao se estudar o desenvolvimento de uma localidade a partir de um destino de peregrinação, se faz interessante olhar para além do que o peregrino gera de resultado para a localidade. De forma a colocar os residentes em uma posição de também protagonistas neste processo de desenvolvimento. Ao mesmo tempo em que são sujeitos que convivem diariamente com os bônus e ônus provocados pela peregrinação, também são responsáveis, de certa forma, por direcionar estratégias e decisões acerca de como lidar e promover a rota de peregrinação.

3. O culto à Nossa Senhora da Abadia

O culto à Nossa Senhora da Abadia teve início em Portugal a partir da descoberta de uma imagem no ano de 1107. A imagem estava escondida dentro de uma gruta em terras de um mosteiro no município de Amares, Braga. Acredita-se que a imagem foi ali depositada com o intuito de preservação durante a invasão moura no século VIII.

Os portugueses, principalmente os oriundos da região do Bouro, ao imigram para o Brasil, trouxeram consigo a devoção mariana. Em 1718 foi fundada a primeira paróquia dedicada à Senhora da Abadia em Cumbuquira – Bahia. Contudo, foi em Muquém no estado de Goiás (fundação da paróquia em 1748) que as romarias e peregrinações ganharam maiores proporções.

Durante décadas, moradores da localidade de Água Suja¹ – Minas Gerais percorriam mais de 600 quilômetros para participarem das festividades em

1 A localidade de Água Suja foi elevada à categoria de município no ano de 1962, passando a ser chamar Romaria.

Muquém. “Os primeiros habitantes de Água Suja, na maioria portugueses, eram devotos de Nossa Senhora d’Abadia” (Damasceno, 1997, p. 29). No ano de 1870, para cumprir uma promessa, os moradores de Água Suja ergueram a primeira capela em homenagem à Nossa Senhora da Abadia. A devoção dos residentes e das populações vizinhas era tamanha que em 4 anos a capela foi elevada à paróquia. Ano após ano o número de pessoas que peregrinavam até Água Suja foi crescente, vinham do Triângulo Mineiro, do sul de Goiás, de São Paulo, do Mato Grosso (Vieira, 2001). Ao ponto de se criar o dito popular: “Quem uma vez ia a Água Suja, por curiosidade, ou por sentimento religioso, assistir aos festejos em honra da NS. Mãe de Deus, nunca mais deixava de lá ir”.



Foto 01. Santuário de Nossa Senhor da Abadia da Água Suja

Fonte: Próprio autor durante trabalho de campo.

Em 1872, o Santuário de Nossa Senhora da Abadia da Água Suja foi criado. Cabe destacar que em termos de Brasil, mesmo estando inserido totalmente em um contexto rural, de recém independência de Portugal e no interior do

estado de Minas Gerais, a perseverança dos residentes prevaleceu e foi a base para a expansão do raio de influência desta devoção mariana. Durante esses mais de 150 anos foram inúmeros os relatos de milagres experienciados e contados pelas famílias de geração em geração.

Atualmente, a festividade de Nossa Senhora da Abadia da Água Suja é reconhecida como de relevante interesse cultural do estado de Minas Gerais através da Lei Estadual nº 22898, de 11/01/2018. Tal medida, possibilita o Estado direcionar recursos para a festividade, ao mesmo tempo em que atesta a relevância da mesma. Os números são impressionantes. A cidade de Romaria recebe cerca de 40 mil pessoas por dia ao longo dos dias de festividades (geralmente 15 dias) e mais de 200 mil fiéis no auge da data santa, em 15 de agosto. A cidade de pouco mais de 3 mil habitantes se transforma. O silêncio e o aspecto introspectivo da pacata cidade do interior de Minas Gerais dá lugar ao barulho e as intensas dinâmicas sociais provocados pelo mar de romeiros que se instalam no entorno do Santuário.



Foto 02. “Mar de peregrinos” durante as festividades em 2018
Fonte: Divulgação Santuário de Nossa Senhor da Abadia da Água Suja.

Contudo, os impactos provenientes deste secular culto mariano são reverberados por todos os meses do ano e em diferentes áreas. São inúmeros os fiéis que se descolam para visitar o santuário, além daqueles que escolhem o local para proclamar sacramentos cristãos como batizados, casamentos entre outros. Além disso, o Santuário figura como um dos principais empregadores do município, proporcionando renda aos residentes. Existem diversos projetos e ações promovidas pelo Santuário que se revertem de alguma forma para os residentes. Destacam-se a criação do Centro de Acolhida aos Peregrinos, da Rádio Roma FM, do Projeto Terceira Idade. Tais projetos e ações além de aproximar os residentes do Santuário, contribuem para a promoção do fortalecimento de uma identidade local e do desenvolvimento do sentimento de pertença, elementos bases para a estabilidade das relações sociais.

Por fim, é inegável que a história do município de Romaria se desenvolve com uma íntima ligação com a história do próprio Santuário de Nossa Senhora da Abadia da Água Suja. Por mais de 150 anos os residentes acolhem peregrinos de todo o Brasil e testemunham histórias de milagres e devoção.

4. Método de pesquisa

A metodologia utilizada nesta pesquisa qualitativa foi o trabalho de campo etnográfico desenvolvido por meio de uma combinação de aplicação de questionários, entrevistas semiestruturadas, diário de campo e relato de vida, nas quais foram coletadas características da festividade, da relação entre peregrinos e residentes e da inserção do Santuário no dia a dia da comunidade local. A pesquisa buscou contemplar os mais diversos tipos de respondentes para abarcar o maior espectro possível para as análises, dentre eles: moradores, peregrinos, hospitaleiros, comerciantes e agentes locais.

A coleta de dados ocorreu entre junho e julho de 2021 durante uma imersão do pesquisador na cidade de Romaria. Apesar da coleta de dados ter sido um pouco dificultada devido às restrições impostas pela pandemia do COVID-19, algumas adaptações foram realizadas e todas as atividades observaram os protocolos sanitários vigentes à época.

A aplicação de questionário foi realizada tanto de maneira presencial quanto *online*, através da ferramenta *Google Forms*, para um total de 347 respondentes. Tal valor levou em consideração: a) o número total de habitantes da cidade de Romaria para o ano de 2020 que era de 3520 (IBGE, 2021); b) o grau de confiança de 95%; e c) a margem de erro de 5%. Quando a ferramenta

recebeu o total de respondentes válidos foi encerrada a possibilidade de se responder ao questionário.

Por sua vez, o diário de campo foi realizado a partir das notas elaboradas pelo pesquisador ao longo dos dias durante a sua estadia na cidade de Romaria. Já o relato de vida foi elaborado a partir do depoimento de uma moradora de 74 anos de idade. A história de vida dela em diversos momentos aponta para a devoção à Nossa Senhora da Abadia e a participação nas festividades.

Por fim, para as entrevistas semiestruturadas foram utilizadas amostras não probabilísticas, sendo selecionadas pelo critério subjetivo do pesquisador, ora por conveniência, ora por julgamento, como por meio da abordagem “amostra bola de neve” (*snowball sample*). Nesta etapa, foram realizadas 21 entrevistas com duração média de 35 minutos. A Tabela 01 resume os diferentes métodos empregados para a recolha de dados.

Tabela 01. Métodos de recolha de dados.

| Métodos | Respondentes | Duração |
|-----------------|--------------|-------------|
| Questionários | 347 | - |
| Diário de Campo | 1 | - |
| Relato de Vida | 1 | 120 minutos |
| Entrevistas | 21 | 35 minutos |

Fonte: elaborado pelo autor.

Dessa forma, para explorar com maior amplitude a leitura crítica do fenómeno observado, a combinação de métodos e técnicas de investigação foi fundamental (Gil, 2002; Richards e Munsters, 2010).

Os dados coletados foram analisados no *software Atlas.ti* por meio da Análise de Conteúdo (Bardin, 1977), a fim de possibilitar uma agregação em temas a serem apresentados e discutidos na próxima seção.

5. Principais resultados

Os dados recolhidos a partir do questionário aplicado apontam para um cenário bastante definido para os diversos aspectos levantados. Os respondentes são quase unânimes em classificar o santuário como um patrimônio próprio da cidade de Romaria, que repercute majoritariamente na vida e nas relações sociais dos residentes. Além disso, avaliam que os benefícios proporcionados

pelo santuário e pela festividade superam em muito os problemas que ocorrem principalmente durante o mês de agosto. Na medida em que muitas das melhorias de infraestrutura deste município de pequeno porte do interior do estado de Minas Gerais somente foram realizadas por meio dos recursos gerados pela festividade.

Também destacam que o caráter religioso, de devoção à Santa e o pagamento de promessas como motivações principais para a realização da peregrinação. E se sentem privilegiados por residirem tão próximo da casa da mãe. Enfatizam também as relações próximas e benéficas que estabelecem com os peregrinos.

Um dos valores que se pode observar tanto nas conversas com fiéis quanto com os residentes é a questão da família. A peregrinação à Romaria é uma tradição popular que passa de geração em geração, e proporciona o aparecimento do peregrino recorrente. Estes, ano após ano retornam ao santuário para participar das festividades. Além disso, ao se observar os os ex-votos expostos na sala dos milagres, fica claro que as promessas que impulsionam os romeiros à peregrinação estão ligadas a uma graça ou um milagre recebido no âmbito familiar.

Os peregrinos acabam por virar parte da família. É como aquele primo ou parente distante, que volta para te visitar uma vez por ano (mulher, 50 anos).

No final das festividades já começam a planejar e reservar alojamentos para o próximo ano (homem, 41 anos)

Eu alugo a minha casa a mais de 20 anos para a mesma família. A nossa relação é ótima e foi construída ao longo de todos esses anos. Eu os considero como parte da minha própria família. aguardo ansiosamente o mês de agosto chegar por conta das festividades, e porque sei também que eles vão chegar na minha casa (mulher, 74 anos).

A festividade que acontece no mês de agosto transforma o espaço no entorno do santuário e modifica dinâmicas sociais. É uma mistura do sagrado com o profano que projeta a cidade de Romaria para além de seus limites. Os momentos de missas se constituem como uma valorização do espaço sagrado, cujo propósito também está em trazer os que estão fora do santuário para o interior dele. Por sua vez, a parte profana da festividade procura aumentar o espaço sagrado, levando-o para as ruas, através de uma manifestação popular e que exemplifica a diversidade das possibilidades de expressão da fé de um povo.

Os santuários tem como missão atrair as multidões. São locais de expressão da fé (homem, 54 anos).

É pela fé, mas extrapola a fé. Por exemplo, as férias escolares que em todo o Brasil acontece no mês de julho, aqui na região é deslocada para o mês de agosto. Dessa forma, contribui para a população participar também (mulher, 34 anos).

Aqui, exclamamos “Senhora da Abadia!”, a todo momento e para qualquer coisa. Seja como uma interjeição de surpresa, dor, espanto, alegria. Não usamos “uai” ou “Nossa Senhora” como em outras áreas do estado” (...) “Se existe festa melhor, é só no céu. É uma mistura incrível do sagrado com o profano (homem, 35 anos).

Destaca-se a forma com a qual a comunidade acolhe e vivencia também o período das festividades. A todo momento nota-se como que as prioridades dos residentes se relacionam tanto com o santuário quanto com a festividade. Desta forma, a festividade também se estabelece como um importante momento de troca para aquela comunidade.

O povo aqui é bem simples, com poucos recursos. Mas somos extremamente acolhedores. Além disso, todo mundo consegue fazer dinheiro na festividade, e ainda participamos também como voluntários nas mais diversas funções (mulher, 50 anos).

O acolhimento é a base de tudo aqui. O santuário tem a força que tem porque o povo aqui sabe acolher, sabe receber (homem, 52 anos).

Vivemos em função do santuário e da festa. O mês de julho é de preparação total. Se precisamos fazer qualquer obra em casa, ou ela vai ocorrer com tempo antes da festa. Ou então só vamos fazer depois da festa (mulher, 49 anos).

A cidade se torna um grande local de partilha de histórias, de milagres e prodígios. O trabalho coletivo é muito importante para o sucesso final. Recebemos a ajuda de diversos municípios vizinhos, de maior porte, porque senão não conseguiríamos organizar tudo sozinhos (homem, 35 anos).

Por consequência do gigantesco fluxo de pessoas, principalmente peregrinos, os impactos econômicos provocados pelo santuário e pela festividade reverberam por todo o ano. Seja de forma indireta através do aumento da arrecadação pública dos tributos, que acabam convertidos para os residentes. E especialmente de forma direta, com os residentes alugando suas

casas e/ou cômodos, com o comércio de alimentos e refeições, além de artigos religiosos.

A população aluga as suas casas. Alguns constroem cômodos especialmente com o objetivo de alugar durante a festa. Não existe uma infraestrutura de alojamento formal que comporte o número de peregrinos. Assim, também é uma forma de termos um benefício financeiro com a festa (homem, 42 anos).

Existem famílias que alugam suas casas nos 15 dias de festa, e recebem por isso mais do que irão receber no ano inteiro com o seu trabalho formal (homem, 48 anos).

Esta é uma parte bem profana da festa. Mas não tem jeito, já está na tradição do povo também. Não temos uma infraestrutura, então nos resta improvisar. Há aqueles que alugam as calçadas em frente as suas casas para as barracas de comércio, os que hospedam peregrinos, outros instalam banheiros para oferecerem o banho para as pessoas que se instalam em barracas de acampamento (homem, 35 anos).

A gestão do santuário busca estabelecer uma rota de peregrinação contínua ao longo do ano até o Santuário. Se espelham principalmente em exemplos que alcançaram sucesso como os Caminhos de Santiago de Compostela na Espanha e o Caminho da Fé em Aparecida – Brasil. Para tanto, alguns estudos e projetos estão sendo conduzidos.

Contudo, existem algumas consequências negativas observadas pelos residentes principalmente durante o período das festividades. Destacam-se problemas de infraestruturas como o fornecimento de água e o aumento exponencial do lixo nas ruas; bem como os ligados à segurança. Ao mesmo tempo, os gestores se mostram receptivos à essas críticas e demonstram trabalhar ano após ano para a melhoria.

Todo ano falta água no período da festa. É algo que todo mundo já sabe que vai acontecer. Até fazem mais investimentos de um ano para o outro, mas não conseguiram ainda resolver (mulher, 66 anos).

O lixo é um problema grande. Todo lugar que tem um número de pessoas, a consequência é ter uma produção grande de lixo. Ainda bem que as autoridades se atentaram para essa questão. De uns anos para cá melhorou bastante. As pessoas parecem ter tomado uma consciência ambiental maior, a organização também desenvolveu algumas ações que deram resultado (mulher, 36 anos).

Com relação ao impacto da pandemia de COVID-19, a comunidade de Romaria foi duramente atingida. Todos os entrevistados foram unânimes ao enfatizar a mudança provocada em suas vidas pela não realização das festividades de maneira tradicional nos anos de 2020 e 2021, bem como por serem obrigados a se afastarem presencialmente das atividades do santuário. Ao mesmo tempo, renovam a esperança de em um futuro próximo poderem voltar à normalidade e participarem dos festejos.

Talvez o dia 15 de agosto de 2020 tenha sido o dia mais difícil da minha vida. Era para ser a festa jubilar dos 150 anos, planejavamos tanto isso, e aconteceu a pandemia. Foi uma experiência muito forte ser um dos poucos que puderam estar próximo da imagem neste dia que era para ser de festa. Mas tenho certeza que ali eu me fiz representante de tantos outros que desejariam estar no meu lugar (homem, 35 anos).

Foi muito difícil não ter os festejos em 2020. A cidade ficou completamente triste, num silêncio que não se vê aqui em agosto. Mas tenho certeza que no próximo ano, faremos uma festa ainda maior, para comemorar por todo esse tempo que fomos obrigados a ficar longe (mulher, 74 anos).

A história da cidade de Romaria e do Santuário de Nossa Senhora da Abadia se misturam de tal forma que se faz impossível separá-las. O santuário se constitui como um grande símbolo representativo da identidade local daquela comunidade.

Não existiria Romaria se não houvesse aqui o Santuário. Somos privilegiados por vivermos aqui, aos pés do santuário (mulher, 50 anos).

Eu nasci aqui, cresci aqui. Se eu pudesse escolher morar em qualquer lugar, eu escolheria morar aqui em Romaria. Talvez em uma casa em uma rua ainda mais perto do santuário. Aqui eu bebo da fonte, sinto-me na casa da Mãe. Não trocaria por nada (mulher, 74 anos).

Aqui existe uma identificação muito grande com a imagem de Maria. Ela faz parte das nossas vidas. Existe toda uma energia que emana. Ela escolheu Romaria para fazer a casa dela, e nós seus filhos a acolhemos como também vamos acolher todos os peregrinos. Essa tradição vai durar outros tantos 150 anos. Pois foi algo que veio a partir da vontade do povo, e se perpetuou também pela vontade do povo (homem, 35 anos).

Tanto o santuário quanto os residentes se preocupam com a preservação da história local e de todo o patrimônio relacionado. Pois reconhecem que

assim estão cuidando das suas próprias histórias, dos patrimônios e da identidade local da comunidade.

A festividade e o santuário são representações da própria identidade do nosso povo. É tradição. São mais de 150 anos de culto e devoção à Nossa Senhora da Abadia. Eu faço parte dessa história, desse patrimônio vivo. Assim como meus pais e outros familiares. Eu tenho orgulho de poder ter vivenciado tão de perto esta experiência (mulher, 27 anos).

Os peregrinos caminham por 8 dias, outros por 12. São centenas de quilômetros de sofrimento e provação para poder estar ao lado da imagem por poucos segundos e poder tocá-la. Nessa hora, para muitos o choro é inevitável. Realmente é uma energia muito forte. Eu nasci aqui, sou muito favorecida por estar tão perto e poder presenciar tantas graças. No que depender de mim, eu sempre vou proteger e ajudar a desenvolver ainda mais essa tradição tão bonita. Não tem como nascer em Romaria e não se importar com o santuário ou com a festividade. A Mãe Abadia nos cobra sempre acolher cada vez mais e melhor qualquer pessoa que precise. E eu estarei sempre aqui (mulher, 50 anos).

6. Conclusão

Apesar do ato de peregrinar ter se transformado ao longo do tempo, as motivações dos peregrinos que se dirigem à Romaria continuam sendo essencialmente religiosas. Além disso, o Santuário de Nossa Senhora da Abadia é responsável por transformar as relações sociais locais, sendo parte relevante da história da própria cidade. Se estabelece como um local de acolhimento para milhares de devotos, da manifestação da fé e da mistura entre o sagrado e o profano durante as festividades de agosto. E sobretudo também, como uma expressão da identidade de uma comunidade que se desenvolveu junto do santuário. Muitos residentes destacaram a relevância do santuário no processo de emancipação territorial. Desta forma, os residentes se mostram completamente inseridos nas dinâmicas com o santuário.

Um dos maiores exemplos da identificação da comunidade com o santuário está no uso cotidiano da interjeição “Senhora da Abadia” em toda a região do Triângulo Mineiro. O emprego substitui a utilização de expressões como “uai” e “Nossa Senhora” (uma forma de contração para Nossa Senhora Aparecida) majoritariamente utilizadas nas outras regiões do estado de Minas Gerais e do Brasil.

A relação entre residentes e peregrinos se demonstra saudável. Muitos residentes ressaltaram o espírito acolhedor que permeiam as relações. Além

disso, como muitos peregrinos são recorrentes, acabam por desenvolver uma relação ainda mais próxima com os residentes. Desta forma, tanto os peregrinos quanto os residentes tendem a buscar interações mais intimistas e a compartilharem valores mais sólidos.

O recente reconhecimento da festividade como de relevante interesse cultural do estado de Minas Gerais evidencia o valor da mesma enquanto patrimônio local. Além disso, o próprio santuário desenvolve ações no sentido da preservação de diversas tradições e valores, como as cavalgadas, os encontros de folia de reis e congados. Além disso, desempenha também um papel assistencial com diversos projetos para a população.

A festividade transforma o território. A cidade é tomada por um mar de peregrinos. Os peregrinos se deslocam de todas as partes do Brasil e até do exterior para compartilharem esta experiência. A cidade recebe um número de peregrinos 50 vezes maior do que o próprio número de residentes, o que por si já demonstra a magnitude dos impactos e dos desafios para a organização.

A não realização das festividades em 2020 e 2021 em consequência da pandemia de COVID-19 evidenciaram, de forma ainda mais clara para os residentes, a relevância do Santuário de Nossa Senhora da Abadia tanto economicamente quanto culturalmente e socialmente. A impossibilidade de se reunir presencialmente fez com que residentes e devotos buscassem outras formas de interação com o Santuário, contudo, não modificou a proeminente relação entre comunidade e santuário.

Os agentes locais demonstram conhecer bem a realidade proporcionada pelos efeitos da peregrinação. Destacam em seus posicionamentos os benefícios econômicos e socioculturais bem como os desafios, principalmente relacionados à infraestrutura, para uma melhor realização da festividade. Ainda que se organizem de maneira a buscar minimizar os aspectos negativos de um ano para o outro, enfatizam que apesar de próximos, precisam se articular de maneira mais efetiva e contínua.

Sendo assim, a partir da intrínseca relação entre a comunidade de Romaria e o Santuário observa-se o fortalecimento da identidade e cultura local, como também das relações sociais entre residentes e peregrinos. Tanto o Santuário de Nossa Senhora da Abadia quanto as festividades encontram-se completamente inseridos no cotidiano da cidade de Romaria. O caso estudado aponta para um sólido exemplo de parceria entre peregrinação e comunidade em prol do desenvolvimento local.

Financiamento: Esta pesquisa não recebeu financiamento.

Agradecimentos: Ao Reitor do Santuário de Nossa Senhora da Abadia em Romaria-MG pela especial acolhida durante a realização dos trabalhos de campo.

Referências

- AMARO, S., Antunes, A., e Henriques, C. (2018). A closer look at Santiago de Compostela's pilgrims through the lens of motivations. *Tourism Management*, 64, 271-280.
- BANDEIRA, P. (1999). Participação, Articulação de Atores Sociais e Desenvolvimento Regional. *Texto para discussão*. Brasília: IPEA.
- BARDIN, L. (1977). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- BLACKWELL, R. (2014). Motivation for pilgrimage: using theory to explore motivations. *Scripta Instituti Donneriani Aboensis*, 22, 24-37.
- BLAU, P. M. (1964). *Exchange, and power in social life*. New York: John Wiley & Sons.
- BELHASSEN, Y., Caton, K., e Stewart, W. P. (2008). The search for authenticity in the pilgrim experience. *Annals of Tourism Research*, 35(3), 668-689.
- BOISIER, S. (2007). *Territorio, estado y sociedad en Chile. La dialéctica de la descentralización: entre la geografía y la gobernabilidad* (Tese de Doutorado). Universidad de Alcalá, Alcalá.
- BURNS, P. M., e Fridman, D. (2011). Actors' perceptions of the newly designated South Downs National Park: Social exchange theory and framework analysis approach. *Tourism Planning & Development*, 8(4), 447-465.
- CANCLINI, N. G. (2006). *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP.
- CARBONE, F., Corinto, G., e Malek, A. (2016). New Trends of Pilgrimage: Religion and Tourism, Authenticity and Innovation, Development and Intercultural Dialogue: Notes from the Diary of a Pilgrim of Santiago. *AIMS Geosciences*, 2(2), 152-165. doi: 10.3934/geosci.2016.2.152
- CHHABRA, D. (2008). Social exchange theory in resort and nonresort casino settings. *Anatolia: An International Journal of Tourism and Hospitality Research*, 19(1), 155-160.
- CHUANG, S. T. (2010). Rural tourism: Perspectives from social exchange theory. *Social Behavior and Personality*, 38(10), 1313-1322.
- COLLINS-KREINER, N., e Wall, G. (2015). Tourism and religion: spiritual journeys and their consequences. Em *In the changing world religion map* (pp. 689-707). Netherlands: Springer.
- COURTNEY, M. (2013). A review of the literature exploring the occupation of contemporary pilgrimage. *Journal of Occupational Science*, 22(2), 170-182. doi: <http://dx.doi.org/10.1080/14427591.2013.76481>

- DAMASCENO, M. D. (1997) *Dos Diamantes ao milagre da fé: Romaria ex-Água Suja*. Uberaba: Vitória.
- DURKHEIM, E. (2000) *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Martins Fontes.
- FEATHER, N. T. (1995). Values, valences, and choice: The influences of values on the perceived attractiveness and choice of alternatives. *Journal of Personality and Social Psychology*, 68(6), 1135-1151. doi: 10.1037/0022-3514.68.6.1135
- GIL, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas.
- GUSMÁN, L., Lopez, L., Lois González, R. C., e Santos, X. M. (2017). The Challenges of the First European Cultural Itinerary: The Way of St. James. *Almatourism – Journal of Tourism, Culture and Territorial Development*, 8(6), 1-19. doi: <https://doi.org/10.6092/issn.2036-5195/6034>
- IBGE., (2021). Recuperado de: <https://cidades.ibge.gov.br/>
- IVAKHIV, A. (2003). Nature and self in new age peregrimage. *Culture and Religion*, 4(1), 93-118. doi:10.1080/01438300302812
- KIM, B., Kim, S. S., e King, B. (2016). The sacred and the profane: Identifying pilgrim traveler value orientations using means-end theory. *Tourism Management*, 56, 142-155.
- MARINHO, R. C., Azevedo, P. e Pereira, X. (2022). Promoting the Development of Local Communities Through “Touripilgrimage”: The Portuguese Inner Way of Santiago de Compostela. Em C. Ribeiro de Almeida, J. Martins, A. Gonçalves, S. Quinteiro e M. Gasparini (Eds.) *Handbook of Research on Cultural Tourism and Sustainability* (pp. 303-322). IGI Global. <https://doi.org/10.4018/978-1-7998-9217-5.ch014>
- NILSSON, M. (2018). Wanderers in the shadow of the sacred myth: pilgrims in the 21st century. *Social & Cultural Geography*, 19(1), 21-38, doi: 10.1080/14649365.2016.1249398
- OLIVEIRA, S. O. (2003). Desenvolvimento local e organização sócio-espacial. *Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, 4(6), 45-53.
- OVIEDO, L., de Courcier, S. de e Farias, M. (2014). Rise of pilgrims on the Camino to Santiago: Sign of change or religious revival? *Review of Religious Research*, 56(3), 433-442. <http://dx.doi.org/10.1007/s13644-013-0131-4>
- PEREIRO, X. (2017). Turiperegrinos portugueses no Caminho Português Interior de Santiago de Compostela. *Revista Turismo e Desenvolvimento*. 27-28, 413-423.
- RASOOLIMANESH, S. M., e Jaafar, M. (2017). Sustainable tourism development and residents' perceptions in World Heritage Site destinations. *Asia Pacific Journal of Tourism Research*, 22, 34-48.
- READER, I. (2007). Pilgrimage growth in the modern world: meanings and implications. *Religion*, 37(3), 210-229.
- RICHARDS, G., e Munsters, W. (2010). *Cultural Tourism Research Methods*. Wallingford: CABI. doi:10.1079/9781845935184.0000
- ROCCAS, S., e Elster, A. (2014). Values and religiosity. Em V. Saroglou (Ed.), *Religion, Personality, and Social Behavior* (pp. 193-212). New York: Psychology Press.
- SCHOFIELD, P. (2011). City resident attitudes to proposed tourism development and its impacts on the community. *International Journal of Tourism Research*, 13(3), 218-233.

- SINCLAIR-MARAGH, G. S., e Gursoy, D. (2015). Imperialism and tourism: The case of developing island countries. *Annals of Tourism Research*, 50, 143-158.
- TAJFEL, H. (1981). *Human Groups and Social Categories: Studies in Social Psychology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- TORRES FEIJÓ, E. J. (2019). *Bem-estar comunitário e visitantes através do Caminho em Santiago. Grandes narrativas, ideias e práticas culturais na cidade*. Santiago de Compostela: Andavira.
- VÁZQUEZ BARQUERO, A. (2001). *Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização*. Porto Alegre: FEE/UFRGS.
- VETITNEV, A. M., e Bobina, N. (2017). Residents' perceptions of the 2014 Sochi Olympic Games. *Leisure Studies*, 36, 108-118.
- VIEIRA, P. (2001). *Nossa Senhora d'Abadia a história de uma devoção*. Romaria: Academia N.S. da Abadia.
- VILAÇA, H. (2010). Pilgrims and pilgrimages: Fátima, Santiago de Compostela and Taizé. *Nordic Journal of Religion and Society*, 23(2), 137-155.

SISTEMAS DEFENSIVOS DO LITORAL NORTE NO CAMINHO PORTUGUÊS DA COSTA

DEFENSIVE SYSTEMS OF THE NORTH
COAST ON THE PORTUGUESE COAST WAY

Sérgio Veludo Coelho*

sergiocoelho@ese.ipp.pt

Carla Sofia Ferreira Queirós**

carlaqueiros@ese.ipp.pt

A importância das fortificações do litoral norte de Portugal nas roteirizações culturais tem-se traduzido em diferentes estudos académicos e projetos de investigação e valorização destas estruturas militares. Para além do seu intrínseco valor patrimonial, o que se reflete nos vários processos de classificação e proteção, existe todo um valor histórico que urge trazer ao conhecimento do público com detalhe.

Dentro de uma rota ou rotas que podem ser potencializadas sob este tema ou associado a outras de valorização mais ampla, seria pertinente trazer à luz outros detalhes como o porquê da sua edificação, o seu artilhamento e o quotidiano das guarnições e das suas famílias, para se perceber o próprio fator humano que dava vida a estas estruturas, feitas para defender, sobretudo, as populações expostas a ataques de toda a natureza.

Uma fonte de estudos inovadores e transversais que poderão criar, ou suplementar, projetos de Turismo Cultural inseridos no Caminho Português da Costa como sejam estudos artísticos e urbanísticos que se refletem no interior destes espaços fortificados e na decoração dos panos de muralha exteriores.

Palavras-chave: Fortificações. Arte. Património. Fé. Caminhos. Santiago.

* Unidade Técnico-Científica de Estudos Culturais e Sociais, Escola Superior de Educação, Politécnico do Porto, Porto, Portugal. ORCID: 0000-0002-8145-8827.

** Unidade Técnico-Científica de Artes Visuais, Escola Superior de Educação, Politécnico do Porto, Porto, Portugal. ORCID: 0000-0001-8885-9394.

The importance of the fortifications of the northern coast of Portugal in cultural routes has been translated into different academic studies and research projects and valorization of these military structures. In addition to its intrinsic heritage value, which is reflected in the various classification and protection processes, there is a whole historical value that needs to be brought to the attention of the public in detail.

Within a route or routes that can be enhanced under this theme or associated with others of wider appreciation, it would be pertinent to enhance other details such as the reason for its construction, its artillery and the daily life of the garrisons and their families, to it is possible to perceive the very human factor that gave life to these structures, made to defend, above all, populations exposed to attacks of all nature.

A source of innovative and transversal studies that can create, or supplement, Cultural Tourism projects inserted in the Portuguese Coast Way, such as artistic and urban studies that are reflected in the interior of these fortified spaces and in the decoration of the exterior wall panels.

Keywords: Fortifications. Art. Heritage. Faith. Ways. Santiago.

1. Introdução

O Património Cultural é, na sua essência, um conceito que nas leis e similares, se conforma como um conjunto de bens de natureza vária e tem nas suas principais atribuições a capacidade de ser fruído pelos cidadãos, seja num sentido universal, seja integrado num determinado contexto identitário e educador para os desafios sociais, assumindo-se como fator agregador dos elementos fundamentais da identidade de um povo, logo, em reflexão nossa, conducente a uma perspectiva intangível da defesa nacional. Numa abordagem alicerçada na Educação para a História e a Cultura, o Património Cultural deve constituir um dos pilares para a Defesa e a Segurança. Tal, não só é missão do Estado e dos seus agentes institucionais como os Ministérios da Defesa, da Educação, da Economia e da Ciência e do Ensino Superior ou de outras estruturas como os museus e semelhantes, mas também do coletivo consciente de todos os cidadãos, sobretudo, os que já têm uma capacidade de compreensão e conhecimento destas problemáticas, uma vez que a necessidade do conceito da defesa nacional ser entendida pelos cidadãos, seja através do contexto familiar, seja através dos meios formais como as escolas e os agentes culturais.

O Património Cultural como elemento identitário em conjugação com outros conceitos como a defesa e a segurança nacional, torna-se fulcral para a continuidade do país, como Estado e como Nação. Considere-se a dimensão

cultural da identidade coletiva na sua História e Património, a qual por sua vez se concretiza, como parte integrante e cada vez mais visível do espectro educacional. Assim, a identidade formada e fixada de um grupo advém da soma e integração das identidades individuais no que respeita à expressão coletiva, sendo que a noção de pátria se conforma nestes fatores. A defesa da identidade cultural, enquanto objetivo nacional, fundamenta-se como essencial desde que se crie a percepção entre a dimensão do passado tangível e intangível e a dimensão de futuro, no sentido do coletivo, neste caso, o povo português e a sua História em momentos determinantes.

2. A importância patrimonial das fortificações do norte de Portugal

Constituindo uma parte substancial da herança cultural portuguesa, o património militar edificado é revelador da importância do território e das pretensões da Coroa em defender a soberania e solidificar as fronteiras.

Dada a fragilidade do território português, vulnerável às incursões inimigas, quer por terra quer por mar, em virtude da sua situação geográfica e morfológica, por um lado, a extensa costa banhada pelo oceano atlântico e, por outro lado, a proximidade com a vizinha Espanha, o Reino, desde cedo, reconheceu como condicionantes e determinantes o estabelecimento de fortificações que cumprissem estes objetivos defensivos.

O grande número de fortalezas e fortes que se encontram dispersas pela raia fronteira e pela costa atestam esta preocupação ao longo dos tempos, revelando-nos construções pautadas pela inovação e engenho militar.

Uma nova era, em resposta à pirobalística, teve início no século XVI, levando a uma nova conceção de arquitetura militar, transformando o antigo sistema de defesa medieval, numa arquitetura militar de fortificações modernas. Por outras palavras, as invenções em termos de tecnologia militar obrigaram a inovações em termos de construção, o que significou o abandono da castelologia e a sua substituição por modernas estruturas arquitetónicas fortificadas, angulares e mais próximas do solo, projetadas de raiz para receberem artilharia pesada de fogo que acompanharam a modernização e traçado das novas cidades, por influência italiana, muito fruto das inúmeras pesquisas e invenções de artistas e cientistas da renascença como é o caso de Leonardo da Vinci, cujos estudos de engenharia militar foram colocados ao dispor do seu grande mecenas Ludovico Sforza, duque de Milão.

O aumento da pirataria no final da primeira metade do século XVI pressionou o Reino no sentido de uma melhor e mais eficaz rede defensiva da costa até então unicamente vigiada pelas armadas e que se revelava falível face às constantes investidas dos ataques inimigos.

É, pois, no reinado de D. João III que se cria, a partir de 1549, o cargo de *Mestre das obras da Fortificação do Reino, Lugares-d`além e Índias* (Moreira 1986, p. 141). Porém, é somente no século XVII que surge a figura do engenheiro militar, especialista, normalmente, um ex-combatente, soldado, que devido à experiência adquirida na guerra e ao estudo que dela fez, rivaliza com o arquiteto, uma profissão cada vez mais ambicionada, pois, facilitava um estreitamento de relações com os poderosos e governantes.

Foi durante a monarquia dos Filipes que esta tendência se acentuou, aumentando o número de fortificações, de que são exemplo o forte de Viana do Castelo, mandado construir em 1591 e o de Vila do Conde, em 1613, e que explica nas palavras de Rafael Moreira (1986, p. 151) o sucesso da Restauração dada a existência de “um corpo homogéneo e dinâmico de engenheiros militares baseado numa sólida estrutura institucional que se mantivera de pé: condições que tornaram possível o gigantesco esforço de fortificação empreendido a partir de 1640, sem o qual Portugal não seria hoje uma nação independente”.

Após a sua construção tornou-se imperiosa a renovação e modernização de muitas destas estruturas fortificadas com o objetivo de receberem novas peças de artilharia também elas novidade. Acompanhando esta tendência modernizadora, as fortificações acabaram por se adaptar às novas estéticas da época, impostas pelos arquitetos e engenheiros militares ao serviço do reino. Miguel de Arruda, Afonso Álvares, Simão de Ruão, Carlos Amarante, Eugénio dos Santos e Carlos Mardel contam-se entre os muitos arquitetos e engenheiros militares requisitados para erguer e renovar estes espaços, dando prioridade às exigências de uma época marcada ora por constantes ataques de pirataria ora por incursões de outras nações europeias ávidas de poder e de conquistar novos ou ‘antigos’ territórios.

Em termos estéticos, tal como acontece com a arquitetura civil, as novas modas, modelos e ornamentação são aplicadas à arquitetura militar, visíveis, sobretudo, nas portas de armas reveladoras dos estilos artísticos vigentes, via Itália, quer pela circulação de gravuras e estampas, quer pela importação dos tratados de arquitetura e de artistas italianos ao serviço do Reino.

Apesar de muitas destas estruturas estarem votadas ao abandono, não podemos esquecer o papel determinante que tiveram na história, na defesa

do território e das populações. Atualmente desprovidas da sua função, estas fortificações continuam a exercer um papel preponderante na paisagem, impondo-se como marcos estratégicos e centenários indiscutíveis de outros tempos.

Dar uma nova vida e utilidade a estes espaços, reutilizando-os para outros fins, expositivos e museológicos, cumprindo funções socioculturais e educacionais torna-se imperativo. Deixar morrer as memórias deste património é apagar a identidade e a memória nacional. Reconverter estes espaços, explicando o porquê da sua existência e procurando dar a interpretar a simbologia deste património, torna-se uma tarefa fundamental na sobrevivência patrimonial e na memória de outros tempos e de todos aqueles que nestas estruturas depositaram todo o seu empenho, trabalho e engenho, ajudando a construir e solidificar o reino.

Numa altura em que se regista um aumento de peregrinos a Santiago de Compostela e muitos destes optam pelo Caminho da Costa, é urgente a requalificação destas fortificações, salvaguardando este património, protegendo-o da incúria dos menos esclarecidos e divulgando a sua história militar e a sua qualidade técnica e artística.

3. História militar, defesa e património

O conceito de Defesa Nacional, na sua generalidade, afirma que esta tem por objetivo garantir a independência nacional, a integridade do território e a liberdade e a segurança das populações contra qualquer agressão ou ameaça externas. A articulação contextual é simples e clara quanto ao sentido da preservação daquilo que na nossa interpretação é a liberdade democrática do Estado, nas suas várias estruturas e instituições, e das populações, tornando possível um cenário de paz convergente com os interesses nacionais, sendo a educação um dos seus mais fortes veículos.

Considera-se que o Estado Português deve ser o primeiro a assegurar a segurança e a defesa do país, valorizando os fatores de identidade nacional, promovendo, através de organismos da tutela, a língua portuguesa, ou se quisermos, a lusofonia. O conceito de Defesa Nacional também eleva a importância do conhecimento da nossa História, o respeito pelos nossos símbolos nacionais e, como refere claramente o texto legal, prestigiando as Forças Armadas e defendendo os interesses de Portugal no mundo.

Se é verdade que Portugal como Estado soberano tem toda uma identidade profundamente conectada na sua História e na sua simbologia material e imaterial, estas não devem ser somente defendidas pelas estruturas civis e militares da defesa nacional e das forças de segurança. Esta deve ser uma responsabilidade partilhada por todos os cidadãos, através de meios educacionais, de estruturas de valorização cultural e académica e de uma consciencialização metódica e organizada da sociedade. De pouco servirá ter uma estrutura armada e preparada para a defesa territorial se os seus integrantes não tiverem a noção do que estão a defender. Falamos aqui de motivações pessoais e coletivas para este tipo de situações. Teremos de ter em conta, também presente no documento da Defesa Nacional, a importância das comunidades migradas e da lusofonia, elas próprias portadoras de um património fundamental que é a língua e as próprias vivências que transportam consigo para os países de acolhimento, mantendo assim fortes laços de portugalidade em qualquer parte do mundo. As questões educacionais afiguram-se cada vez mais prementes com o reforço da educação e formação para a defesa e segurança e com um suporte de conhecimento dos momentos fulcrais da História e Cultura Patrimonial. Os currículos do ensino básico, secundário e mesmo superior não devem só assentar na vertente da aprendizagem da História, mas também reforçar as questões ligadas ao Património Cultural – como, quando e porquê defendê-lo, porque é tão importante conhecer o património nacional, pois, é ele que ilustra fisicamente a identidade nacional. E deve ser o Património Cultural uma das motivações para que a sociedade portuguesa se mobilize tanto na defesa interna dos valores nacionais como no assumir do papel que Portugal tem no exterior.

4. Linhas conceptuais prévias ao projeto

O Património Cultural, seja material ou imaterial, é um conceito dinâmico em vários sentidos. Os fatores identitários e a coesão cultural articulam-se, necessariamente, não em esteios de manifestações nacionalistas artificiais, mas na verdadeira conformação de um enquadramento alicerçado nos fatores históricos endógenos e exógenos. Assim, surge a relação biunívoca de identidade e cultura, fluindo entre identidade coletiva para identidade cultural (Nogueira, 2011).

A Europa, dentro dos seus vários espaços políticos, tanto a nível da individualidade dos Estados, como na coletividade das alianças e federações, teve e

tem abordagens diversas, com aproximações positivas à defesa e salvaguarda do Património Cultural (note-se que a Europa, ao longo das últimas décadas foi a fonte produtora e emissora das mais importantes cartas e convenções sobre a proteção do Património Cultural) e, por outro lado, as suas manifestações materiais e imateriais foram, e são, a arma de arremesso de conflitos de natureza político-étnica como o foram a Guerra dos Balcãs e hoje a Guerra da Ucrânia, onde os bens culturais e objetos patrimoniais eram, e são, alvos preferenciais de cada adversário. Tal deve-se ao efeito psicológico sobre as populações e leva a que hoje Estados recentes como o Kosovo queiram apostar na educação histórica e patrimonial como elementos eficazes de sedimentação identitária, uma feliz alternativa ao uso das armas.

A salvaguarda e proteção do Património Cultural são o que se poderia denominar como uma das filosofias do Estado (embora não das mais prioritárias), com as consequentes obrigações da sociedade, desde a tutela às populações, passando por vários esforços e propostas metodológicas de defender o Património Cultural em várias vertentes. Este esforço não deve estar dependente da boa vontade dos agentes culturais e educacionais em relação a estas matérias, nem tão pouco considerando-o como uma matéria acessória da História, até porque as abordagens ao Património são naturalmente transversais, articulando-se com matérias como a cidadania, defesa e segurança. Aqui, destacamos a vocação e esforço do Instituto da Defesa Nacional.

No momento presente, a realidade impositiva da crise económico-financeira e das suas implicações político-sociais comprova uma realidade em progressão e em que o Património Cultural pode ser uma vítima inevitável, não só no plano material, mas também no consciente coletivo da sociedade, cujas prioridades deixam de ser a cultura e a defesa, estas as primeiras a sofrer cortes orçamentais, não poucas vezes pela conveniência política, mais do que pelo real gasto financeiro.

5. Sistemas defensivos no entre Douro e Minho – um projeto

Este projeto propõe-se realizar um estudo de valorização de uma série de estruturas fortificadas – edificadas na Idade Média até ao século XIX – sendo selecionadas aquelas que, fazendo parte de um conjunto alargado de fortificações situadas no entre Douro e Minho, buscam conexões com os Caminhos a Santiago de Compostela.

Este estudo pretende ser o ponto de partida para uma rede de estruturas com alto valor patrimonial, histórico e territorial. A divulgação e valorização deste património, para além da investigação aplicada, fará um uso extensivo de novas tecnologias, documentando e cartografando os bens culturais selecionados para a amostra, com recurso ao registo digital e desenho de conteúdos através da ilustração científica, desenvolvendo sistemas de representação da evolução destas estruturas fortificadas e o seu contributo para a paisagem e o território, tornando-se num veículo de apoio para atividades, como o turismo cultural, ou aprendizagens em contexto escolar ou formativo.

O entre Douro e Minho, no contexto geográfico do Norte de Portugal, foi desde tempos remotos, com especial incidência na Idade Média e Moderna, um amplo espaço em termos territoriais e militares que requereu um cuidado permanente na defesa e contenção de invasões e incursões hostis. Neste contexto foi necessário estabelecer pontos de defesa estratégica, eles próprios integrados numa estratégia do poder central para a preservação da soberania do Reino. Esta linha de pensamento da governança régia foi extremamente importante no que respeita a processos de povoamento, guarnição e mesmo o estabelecimento de ordens militares medievais que viram em território português um espaço adequado às suas missões, sobretudo, no período que a historiografia designa como Reconquista. Por outro lado, a independência e soberania, de Portugal face aos seus vizinhos peninsulares obrigou a uma contínua edificação de estruturas defensivas em três níveis – defesa costeira, defesa do espaço interior e defesa da fronteira terrestre (raia seca). O ritmo construtivo destas estruturas que acompanhou a evolução da arte da guerra, desde o castelo defensivo até às extensas fortalezas ou fortificações com artilharia, definiu nos seus espaços as paisagens culturais desta região do país, com forte influência no povoamento, quotidianos e patrimónios de diversa tipologia. É nesse intuito que nos propomos trabalhar com base nos pontos que agora descrevemos:

- Levantamento e identificação das estruturas fortificadas do entre Douro e Minho (Quadro 2) nos contextos geoestratégicos do litoral e zonas ribeirinhas, articulando com a sua conceptualização em várias vertentes do património e paisagens culturais integradas.
- Georeferenciação das estruturas no território e análise das suas localizações nos contextos da defesa territorial em cada época assinalada.
- Seleção das estruturas mais relevantes segundo critérios a estabelecer e criação de uma rede de estruturas fortificadas representativa do entre Douro e Minho.

- Mapeamento digital das estruturas via Google Maps e reconstituição em ilustração científica.
- Aplicação de Tecnologias de Informação e Comunicação aos resultados e à rede para a sua operacionalização e uso público como ferramenta multidimensional, em termos de utilizações em contexto de aprendizagem, turismo, visita, pesquisa, investigação e outros.
- Demarcação de incidências de desenvolvimento de projetos no âmbito dos territórios de convergência entre áreas de influência das fortificações e os trajetos do Caminho Português da Costa.

O desenvolvimento destas etapas, em equipas transversais de investigação, culmina com a disseminação dos resultados através da produção de:

- Publicações científicas *online* (em sede de centros de investigação ou parceria alargada) com apresentação do trabalho e resultados em âmbito científico (Jornadas, Seminários, Colóquios ou Congressos).
- Criação de um glossário técnico e artístico ilustrado das estruturas fortificadas na área geográfica alinhada com o Caminho Português da Costa.
- Criação e implementação de um *site*, página de rede social e *apps* para uso *onfield* com apresentação em vários níveis.
- Incentivo à recuperação e valorização de várias estruturas fortificadas ao longo do entre Douro e Minho, com enfoque em projeto de reutilização a vários níveis.

Este projeto, dada a sua natureza e especificidades, contará com uma diversificada iconografia técnica, desde a cartografia à georreferenciação (Anexo, figura 1), aos materiais de artilharia (Anexo, figura 2) e ao vocabulário de fortificações (Anexo, figura 3) que constituirá um precioso auxiliar na visualização e construção do contexto das áreas de desenvolvimento da investigação.

5.1 Estruturas fortificadas do norte de Portugal: do Porto a Valença

Os objetos de estudo deste projeto começaram já a ser sistematizados de várias formas, no sentido de construir um quadro metodológico que responda aos objetivos que nos propomos concretizar. Uma ação em curso é o levantamento e listagem das estruturas fortificadas através de tabelas descritivas em síntese, mas que depois serão desenvolvidas em fichas mais aprofundadas, mas de que ainda não temos um modelo definido.

Apresentamos, de seguida, dois quadros relativos ao levantamento de fortificações na região que nos propomos abordar: no primeiro constam as diferentes tipologias desta arquitetura e respetivas abreviaturas e, no segundo quadro, o inventário destas fortificações.

Quadro 1. Abreviaturas das fortificações

| | |
|----------------|-------------|
| Castelo – Co | Fortim – Fm |
| Fortaleza – Fe | Torre – Te |
| Forte – Fo | |

Fonte: elaborado pelos autores.

No Quadro 2, ainda incompleto, uma vez que se trata de uma ferramenta de trabalho a ser implementada, está a enumeração das estruturas fortificadas ao longo desta região e daqui partimos para uma caracterização transversal. Este estudo visa também verificar aquelas que melhor se podem relacionar ao atual Caminho Português da Costa para Santiago de Compostela, e de forma é que essas estruturas fortificadas poderão ter dado apoio aos peregrinos em tempos passados, e como hoje podem ser pontos de interesse patrimonial referenciais nesse Caminho da Costa.

Quadro 2. Inventário técnico-científico das fortificações entre o Douro e Minho

| Fortificações | Concelho | Localização | Georreferenciação | Descrição Técnica | Enquadramento Patrimonial |
|--------------------|------------|-------------|-------------------|-------------------|---------------------------|
| Fe Ilha Ínsua | Caminha | Litoral | | | |
| Fe Âncora | Caminha | Litoral | | | |
| Fe Cão (Gelfa) | Caminha | Litoral | | | |
| Te Relógio | Caminha | Litoral | | | |
| Te Lanhelas | Caminha | Litoral | | | |
| Fo Caminha | Caminha | Ribeirinha | | | |
| Fe Esposende | Esposende | Litoral | | | |
| Fe Leça Palmeira | Matosinhos | Litoral | | | |
| Co Monção | Monção | Ribeirinha | | | |
| Te Palácio Terenas | Porto | Litoral | | | |

| | | |
|-------------------------|-----------------------|------------|
| Fe S. João Baptista | Porto | Litoral |
| Fe. S. Francisco Xavier | Porto | Litoral |
| Fe Póvoa Varzim | Póvoa do Varzim | Litoral |
| Fm Areosa | Viana do Castelo | Litoral |
| Fm Montedor | Viana do Castelo | Litoral |
| Fe Valença | Valença | Ribeirinha |
| Co Portuzelo | Viana do Castelo | Litoral |
| Co Santiago da Barra | Viana do Castelo | Litoral |
| Fe S. João Baptista | Vila do Conde | Litoral |
| Co Vila Nova Cerveira | Vila Nova de Cerveira | Ribeirinha |
| Fe Lovelhe | Vila Nova de Cerveira | Ribeirinha |
| Fe Lagarteira | Vila Praia de Âncora | Litoral |

Fonte: elaborado pelos autores.

5.2 Relatório da Província do Minho e Tras Os Montes

Como exemplo das fontes primárias que constituirão bases de investigação do projeto podemos referir documentação que permite aferir e avaliar o estado e contexto das fortificações no contexto histórico e geográfico do projeto. Um desses casos é o *Relatório da Província do Minho e Tras Os Montes*, datado de 1803, uma descrição detalhada, que elaborado em português, foi por nós encontrado em arquivos ingleses.

Este relatório, feito logo após o breve conflito entre Portugal e Espanha, decorrido em 1801, e que ficou conhecido como Guerra das Laranjas, destinou-se a fornecer um quadro do estado de prontidão e armamento das Fortalezas do Reino. Neste caso, remetemo-nos aos correspondentes às áreas geográficas em estudo e que seguem o trajeto do que é hoje o Caminho da Costa para Santiago de Compostela. De notar que este documento foi encontrado nos Arquivos do Reino Unido (*The National Archives*), nos fundos do *War Office*. Não encontramos o correspondente em arquivos nacionais, o que nos permite pressupor que a listagem terá sido enviada para Inglaterra para os plenipotenciários portugueses em Londres. A razão poderá estar na reorganização militar que Portugal iniciara em 1802, após a guerra com Espanha no ano anterior, e que levaria o Governo de Dona Maria I a pedir apoio britânico. Neste caso, seria necessário ter um levantamento das estruturas fortificadas

do Reino de Portugal e das suas guarnições de material de artilharia. Neste artigo, apenas transcrevemos a listagem relativa à Província do Minho, visível na Tabela 1, dado ser esse o contexto geográfico deste trabalho e projeto, tal como extraído do original.

Tabela 1. Fortificações da Província do Minho

| |
|--|
| Fortaleza da Barra de Caminha |
| <i>7 peças de artilharia de bronze de vários calibres, com defeito</i> |
| <i>2 peças de artilharia de ferro de vários calibres</i> |
| <i>53 arrobas de pólvora</i> |
| <i>800 balas de diversos calibres</i> |
| <i>138 lanternetas carregadas de vários calibres</i> |
| <i>224 cartuchinhos de espingarda</i> |
| <i>8 quintaes de chumbo em pelouro para espingarda</i> |
| Praça de Melgaço |
| <i>2 peças de artilharia de ferro de calibre 6</i> |
| <i>5 peças de vários calibres que precisam de ouvidos novos</i> |
| <i>113 espingardas capazes de fogo</i> |
| <i>45 ditas que precisam de conserto</i> |
| <i>450 granadas</i> |
| <i>1510 balas de vários calibres</i> |
| <i>20 arrobas de pólvora</i> |
| <i>730 ditas de chumbo em pelouro para as espingardas</i> |
| Castelo de Vila de Conde |
| <i>2 peças de artilharia de bronze capazes de servirem</i> |
| <i>12 peças de ferro em bom estado</i> |
| <i>1115 balas de artilharia de diversos calibres</i> |
| <i>14,50 arrobas de pólvora</i> |
| <i>29 arrobas e 18 arráteis de chumbo em pelouro</i> |
| Fortaleza da Villa da Povoia de Varzim |
| <i>12 peças de artilharia de ferro de vários calibres capazes para o serviço</i> |
| <i>321 balas de artilharia de vários calibres</i> |

| |
|--|
| <i>20 arrobas e 28 arráteis de pólvora</i> |
| <i>15 arrobas de chumbo em pelouro para espingarda</i> |
| Forte de Lovelhe |
| <i>1 peça de ferro de calibre 18 capaz de servir, se concertado</i> |
| <i>1 peça de bronze em bom estado, com o reparo inútil</i> |
| <i>59 balas de calibre 18</i> |
| <i>333 balas de calibre 8</i> |
| <i>40 barris de pólvora</i> |
| Praça de Monção |
| <i>9 peças de artilharia de bronze, precisadas de algum concerto</i> |
| <i>4 peças de ferro de vários calibres</i> |
| <i>1898 balas de artilharia de vários calibres</i> |
| <i>1650 arrobas 5 arráteis de chumbo em pelouro para espingarda</i> |
| <i>110 arrobas 19 arráteis de pólvora</i> |
| <i>76062 cartuchinhos com bala para espingarda</i> |
| <i>864 granadas de mão</i> |
| Praça de Vallença do Minho |
| <i>30 peças de artilharia de bronze de diversos calibres</i> |
| <i>24 peças de ferro de diversos calibres</i> |
| <i>1 morteiro</i> |
| <i>4 obuzes de bronze</i> |
| <i>2 pedreiros</i> |
| <i>163 bombas</i> |
| <i>247 lanternetas</i> |
| <i>1872 granadas de mão</i> |
| <i>11505 balas de artilharia de vários calibres</i> |
| <i>718 arrobas de pólvora</i> |

Fonte: TNA WO 72/79 76 / TNA WO 72/79 77 (War Office – The National Archives). Esta tabela foi extraída do Relatório de 1803. Trata-se de um fragmento, apenas referente a esta Província.

Referências

MOREIRA, R. (1986). A arquitectura militar. In V. Serrão (Coord.), *História da Arte em Portugal* (vol. 7, pp. 137-151). Lisboa: Publicações Alfa.

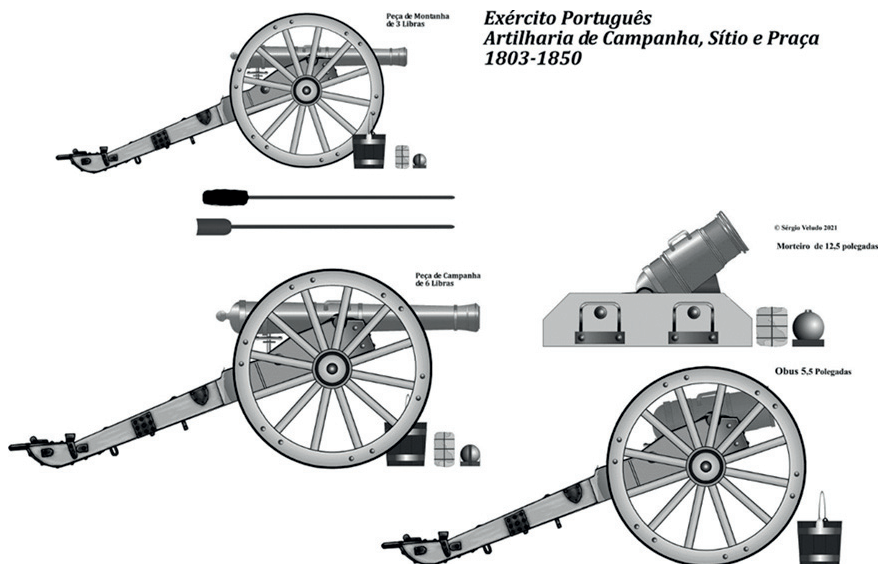


Figura 2. Quadro demonstrativo dos vários tipos de artilharia encontrados nas estruturas fortificadas do litoral norte na primeira metade do século XIX, sendo parte bocas de fogo de campanha destacadas do Exército para as operações na Guerra Peninsular, Guerra Civil de 1828-1834 e Guerra da Patuleia de 1846. Fonte: Infogravura da autoria de Sérgio Veludo Coelho.

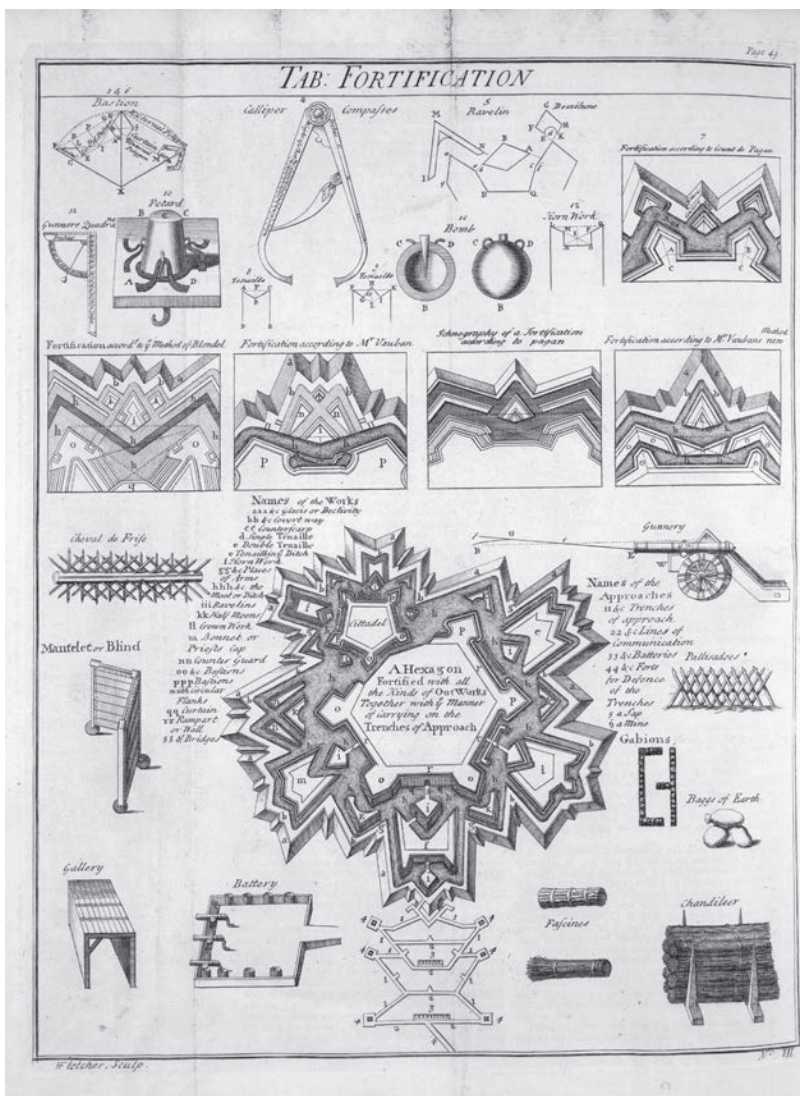


Figura 3. *Table of Fortification, Cyclopaedia, Volume 1, fl. VII.* Tratado sobre fortificações de origem inglesa, datado de 1728, e que mostra as configurações de bastiões, revelins, estrados de artilharia, obras acessórias de defesa como cavalos de frisa e os tipos de boca de fogo. Estas configurações já são as que se irão estender até meados do século XIX, quando entra em cena outro tipo de estruturas que são os *campos entrincheirados*.

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Fortaleza_%28arquitectura_militar%29#/media/Ficheiro:Table_of_Fortification,_Cyclopaedia,_Volume_1.jpg

EL CAMINO DE SANTIAGO: SENDA O PRECIPICIO?

THE WAY OF ST.JAMES:
PATH OR PRECIPICE?

Silvia Pérez Freire*

silviapf@uvigo.es

Fatima Braña Rey**

fatimab@uvigo.es

En la actual búsqueda de la significación turística de los espacios, territorios y memoria nos embarcamos en una revalorización «romantizada» del bien cultural. Real (hecho histórico) o imaginado (venida de la literatura, cine, o más reciente, series de televisión) lo que adquiere relevancia es la afectación del producto en la persona visitante. La construcción de un «relato turístico» está yendo, en el caso de Santiago, de la mano de la vivencia trascendental y verdadera ligada a la peregrinación y el Camino (aquella que transforma hacia un ser más auténtico y retornado a su esencia). ¿Esta significación se ve encarnada en el perfil de los visitantes? ¿qué opinan sus gentes y comerciantes? El Camino de Santiago representa de forma paradigmática una sinrazón paradójica: su actual desarrollo turístico puede estar asfixiando su habitabilidad [para que «unos sean» otros tienen que «dejar de ser»]. Los poderes públicos deben tomar nota y construir una hoja de ruta en este proceso hacia la sostenibilidad turística equilibrando los intereses de todos los agentes implicados

Palavras-chave: El Camino. Turismo sostenible. Patrimonio. Santiago de Compostela.

In the current search for the tourist significance of spaces, territories and memory, we embark on a “romanticized” reevaluation of cultural assets. Real (historical fact) or imagined (life of literature, cinema, or more recently, television series) what acquires relevance is the affectation of the product on the visitor. The construction of a «tourist story» is going, in the case of Santiago, hand in hand with the transcendental and true experience linked to

* Universidade de Vigo. Rede Galabra

** Universidade de Vigo

the pilgrimage and the journey (the one that transforms towards a more authentic and returned to its essence). Is this meaning embodied in the profile of the visitors? What do your people and merchants think? The Camino de Santiago represents in a paradigmatic way a paradoxical unreason: its current tourist development may be suffocating its habitability [so that «some are» others have to «stop being»]. The public authorities must take note and build a roadmap on this path towards tourism sustainability, balancing the interests of all the agents involved

Keywords: The Camino. Tourism sustainability. Heritage. Santiago de Compostela.

1. Introducción

Un destino turístico tiene unas cualidades asignadas a través de un proceso de significación social por las que es valorado y que conforman los ejes sobre los que se articulan las imágenes de ese recurso (Zepeda Arce, Medina Esparza, Bañuelos Hernández, 2018).

Entendemos por imaginarios sociales las creaciones de formas, figuras e imágenes que nos permiten referir, identificar un algo (Castoriadis, 1985), serían “aquellos esquemas construidos socialmente que nos orientan en nuestra percepción, permiten nuestra explicación, hacen posible nuestra intervención en lo que en diferentes sistemas sociales sea tenido como realidad” (Pintos, 2014, p. 7-8). Desde esta perspectiva, la teoría de los imaginarios sociales permite observar los diferentes mecanismos de construcción de realidades a través de la aplicación del código “relevancia/opacidad” a los productos mediáticos “en los que vivimos, nos movemos y somos” (Pintos, 2005).

Así pues, partimos desde el constructivismo sistémico como herramienta con la que describir las diferentes percepciones que dan sentido a la construcción de Santiago de Compostela como destino turístico y, si esta construcción está ligada al Camino de Santiago. Ambas, Camino y ciudad meta de la ruta, son elementos patrimoniales, lo que los convierte en elementos singulares sobre los que se articulan dinámicas simbólicas y sociales que permiten una configuración diferencial en las imágenes sobre ambos bienes.

No es interés de este trabajo presentar la coherencia de los imaginarios sino las contradicciones que operan en ellos de forma que permita la crítica anterior a toda propuesta de cambio (Torres Cubeiro, 2012) y entender “el papel de los imaginarios en el devenir de un destino turístico, en los modos en que funciona, y en sus implicaciones, tanto positivas como negativas, según la óptica con que se mire” (Barboza Núñez, 2020).

Para poner de relieve las evidencias presentes el primer paso es describir aquello que se da por verdadero. Al hacer esto veremos que hay un punto ciego que el observador de primer orden no ve, es el cruce entre los discursos de los diferentes agentes o posiciones sobre un fenómeno (Pintos, 2005). En esta línea de análisis, Pintos comenta como Galicia se imagina en un mercado turístico dominado por la homogeneidad y la homologación (centros comerciales, restaurantes y hoteles marcados por un único patrón) como diferente. Esa diferencia estaría basada en la idea de tradición, de esa Galicia mítica (nación de Breogán), verde y mágica (Pintos, 1998).

A día de hoy la imagen turística de Galicia y en concreto de Santiago de Compostela parecería que pivota en torno a un solo eje principal: el/los Camino/s de Santiago en el que se combinan la construcción patrimonial y turística. Es por ello necesario concretar a continuación lo que entendemos por patrimonio cultural, qué objetivaciones patrimoniales le corresponden al Camino de Santiago y cómo estas se combinan con lo turístico hasta convertirse ciudad (destino/meta) y Camino (itinerarios/ritos) en recursos de primera magnitud para la industria turística en Galicia.

2. Marco teórico: El Camino de Santiago

Diferentes textos y autores hacen mención del concepto de patrimonio cultural en referencia a objetos cargados de significación social y cultural (Gondar, 1993; Prats, 2005; Llinares, 2006; García García, 2007). Así, Francisca Hernández Hernández define el concepto como “el conjunto de aquellos bienes culturales, materiales e inmateriales, que, sin límite de tiempo ni lugar, fueron heredados de los antecesores y se reunieron y se conservaron con objeto de ser transmitidos a las generaciones futuras” (2002, p.16). Para el trabajo con el patrimonio cultural es habitual centrarse en los puntos de la citada definición, o en otra de similares características, en las que el tiempo, la conservación y el legado intergeneracional son tres elementos esenciales. Estas definiciones nos proporcionan un marco de referencia sobre la cuestión colectiva del patrimonio cultural pero también contamos con otras con un carácter más operativo, como es el caso de la definición de Patrimonio cultural elaborada por la UNESCO: “El patrimonio cultural de un pueblo comprende las obras de sus artistas, arquitectos, músicos, escritores y sabios, así como las creaciones anónimas, surgidas del alma popular, y el conjunto de valores que dan sentido a la vida, es decir, las obras materiales y no materiales que expresan

la creatividad de ese pueblo; la lengua, los ritos, las creencias, los lugares y monumentos históricos, la literatura, las obras de arte y los archivos y bibliotecas.” (Definición elaborada por la Conferencia Mundial de la UNESCO sobre el Patrimonio Cultural, celebrada en México en el año 1982). Así pues, a partir de estas dos definiciones constatamos la enorme diversidad de los bienes patrimoniales (Leira López, et al., 2010), lo que hace necesario entender el proceso de configuración y significación de esos objetos y cómo esta objetivación es utilizada en la industria turística.

El Camino de Santiago no es un único itinerario, sino que es una denominación que hace referencia a diez rutas de peregrinación con destino, todas ellas, a la ciudad de Santiago de Compostela. Desde los años 80 del siglo pasado asistimos a la revitalización del Camino (Herrero, 2005) y desde 1993, la Xunta de Galicia ha venido promoviendo los espacios de los diferentes Caminos de Santiago en sus políticas culturales y turísticas (Saez y Noguer Juncà, 2016). Así pues, las líneas trazadas y significadas como las rutas, de lo que hoy conocemos como Camino de Santiago, son espacios privilegiados por la administración autonómica en la búsqueda de los elementos más singulares y propios de una imagen de Galicia vinculada al patrimonio cultural y natural.

Entre todas las rutas tiene una posición privilegiada en la política autonómica el Camino Francés, pues consigue una serie de reconocimientos regionales, estatales e internacionales que lo objetivan como bien patrimonial. En 1962, el Estado español aprueba la declaración del Camino Francés Conjunto Histórico-Artístico, en el 1987 el Consejo de Europa le concedió el distintivo de Primer Itinerario Cultural Europeo. También la UNESCO lo incluyó en el listado de Bienes de la Humanidad en el año 1993, y finalmente el Bureau Internacional de Capitales Culturales Tesoro del Patrimonio Cultural Inmaterial de España en el año 2009.

La inscripción del Camino de Santiago en la Lista del Patrimonio de la Humanidad de la UNESCO valoró que es un testimonio único (criterio iii) pues ha jugado un papel fundamental en el intercambio cultural europeo, un ejemplo representativo de arquitectura, tecnología y paisaje (criterio iv) en cuanto en su trazado se pueden apreciar edificaciones civiles y religiosas representativas de diversos estilos arquitectónicos y, finalmente, se aprecia su vinculación con tradiciones vivas y creencias (criterio vi) pues supone un ejemplo “del poder de la fe e influencia de la fe” (ICOMOS, 1993, p. 63). La inscripción de 1993 incluyó solo el trazado del Camino Francés y en 2015 se incluyeron los Caminos del Norte, por lo que en la actualidad son cuatro las rutas que

forman parte de la *Word Heritage List*. En términos patrimoniales, de acuerdo a las claves teóricas sobre los procesos de patrimonialización podemos decir que la activación patrimonial del Camino de Santiago se centra en sus valores históricos y espirituales. Y con ello se marcan como vías de comunicación y religiosidad. Es desde la religiosidad, el considerarlas testigo de fe, concretamente la fe católica, donde se promueve la declaración del Patrimonio cultural Inmaterial del 2009 según la cual se destacó el significado en la historia europea del Camino de Santiago como el primer elemento vertebrador del viejo continente que está unido de forma indisociable a “la cultura, a la formación y a la información y la identidad”.

La instrumentalización política e identitaria a nivel autonómico, estatal y europeo del Camino de Santiago es pareja con la explotación de la ruta y la ciudad/meta como recursos turísticos. Así, siguiendo el argumento teórico de la activación patrimonial (Prats, 2005), podemos decir que tanto el Camino como la ciudad de Santiago de Compostela se han puesto en valor desde la activación identitaria pero también desde lo turístico. Pues, además de promover una identificación con el objeto para la ciudadanía, las declaraciones que se han conseguido para el Camino de Santiago, lo están convirtiendo en una imagen de proyección turística a nivel nacional e internacional. En este sentido, no solo se proyecta la ruta, sino también la idea de que cada uno de los Caminos es un contenedor de diferentes elementos de patrimonio cultural, tanto en la categoría material como inmaterial, que suponen una experiencia única, y en el caso gallego, un acercamiento a nuestras formas culturales y uno de los principales destinos turísticos por excelencia, Santiago de Compostela.

El turismo es, en definitiva “un fenómeno social, cultural y económico que supone el desplazamiento de personas a países o lugares fuera de su entorno habitual por motivos personales, profesionales o de negocios” (Organización Mundial del Turismo). Esos desplazamientos suponen un encuentro entre residentes y visitantes, en el que se establece una relación dialógica en la medida en que se influyen mutuamente (Muñoz y Llanos, 2021). El denominado turismo patrimonial o cultural entendido como segmento del mercado turístico, en el que según Sáez y Noguer Juncá “se produce una simbiosis perfecta entre las nociones de cultura como proceso (identificación de pueblos y épocas) y cultura como producto (manifestaciones artísticas e históricas de los dichos pueblos y épocas),” (2016, p.158) se ha incrementado durante los primeros años del siglo XXI. Este incremento se debería a la saturación y agotamiento de los destinos que se basan en el modelo sol y playa (Millán

Vásquez de la Torre, 2010). En este proceso cabe indicar que el patrimonio es uno de los principales atractivos territoriales utilizado por el turismo (Muñoz y Llanos, 2021). En este sentido, las ciudades históricas europeas se han convertido en un destino importante para la industria turística pues concentran muchas opciones y posibilidades de los productos turísticos.

El escenario actual de la utilización turística del patrimonio cultural supone asumir la contradicción entre la necesidad de conservar los bienes patrimoniales y la utilización de estos en el mercado turístico al convertir esos bienes en recursos (Velasco, 2009). Esta contradicción plantea retos mayores de gestión cuando esos destinos están afectados por lo que distintos autores definen en torno a la saturación turística, la capacidad de carga o del *overtourism* (Millán Vásquez de la Torre, 2010; Lopez, et. al 2019). Estos conceptos indican que ciertos destinos, y los bienes patrimoniales como las ciudades históricas son especialmente sensibles, se ven saturados por la concentración espacial y temporal, por el exceso de visitas o una gestión deficiente de los flujos de turistas. Así aparece la necesidad de plantear la gestión turística desde el punto de vista de la sostenibilidad (Lopez, et. al 2019) y diversificar la economía, promoviendo que las áreas o zonas turísticas, en el caso de Santiago de Compostela su casco histórico, sean zonas de residencia y servicios para los ciudadanos y para turistas, contribuyendo a la convivencia amable entre “anfitriones e invitados” (Smith y Brent, 2001).

Como se ha comentado, el atractivo patrimonial de Santiago de Compostela, además de ser patrimonio cultural inmobiliario declarado en 1940 Conjunto histórico-artístico, también es inmaterial, pues tanto las declaraciones patrimoniales como el flujo turístico se relacionan con el Camino de Santiago y la peregrinación. De hecho, diferentes estudios constatan los problemas de capacidad de carga del Camino Francés y de Santiago de Compostela (Lopez y Lois González, 2021). Y es que en la peregrinación a Compostela se da esa atmósfera y actividades percibidas como auténticas que hacen un destino más satisfactorio y que sea recurrentemente visitado (Park, Choi y Lee, 2019).

En definitiva, el Camino de Santiago y su destino, la ciudad de Santiago de Compostela, son parte del patrimonio cultural, reconocido y objetivado, que a través de políticas de promoción turística han conseguido posicionar ruta y ciudad en un destino saturado. Es por ello que se podría estar hablando de la existencia de una «turistificación». Término este que ha surgido y se ha asociado al impacto del turismo masivo en las ciudades y que va más allá de las consecuencias territoriales de sostenibilidad. Siguiendo a Knafou (1999) y

Sack (1986) se trataría de un proceso que posibilita la apropiación de la identidad del territorio por parte de un grupo, actor o agente, cuya identificación común será la práctica y la economía turística. Este enfoque nos sugiere que los efectos económicos y ambientales son una pequeña parte de la re-significación que transforma un nuevo “territorio turístico” y que va configurando un nuevo espacio y una nueva forma de habitar la ciudad. ¿Es esto lo que está sucediendo en Santiago de Compostela con el Camino? Exploraremos a continuación lo que nos dicen los agentes implicados.

3. Metodología

El objetivo ha sido el de trazar un plano del imaginario a partir de los datos recogidos entre el año 2014 y 2015 a diferentes muestras de entrevistas estructuradas mediante cuestionario (muestreo de conveniencia) en dos proyectos desarrollados en el equipo de la Red Galabra¹: a) i) personas locales de Santiago de Compostela (n=674), Ames (n=144) y Teo (n=104); un total de 922 registros (error de la muestra: +-3,2% / nivel de confianza: 95%; p=q=0,5); ii) visitantes “turísticos” a la ciudad de Santiago de Compostela (n = 2.081 personas; error de la muestra: +-2,15%; nivel de confianza: 95%, p=q=0,5) y iii) comerciantes de la ciudad (n = 410; error de la muestra: +-4,6, nivel de confianza: 95%, p=q=0,5). Estos datos han sido actualizados en el año 2018 y recientemente revisados para la realización de esta propuesta. En este artículo nos centraremos en dos cuestiones: la identificación del Camino como identidad gallega/santiaguesa y el grado de convergencia existente en esta identificación con las comunidades que habitan la ciudad (local, comerciantes y visitantes). Para ello, de entre las muchas variables registradas en cada encuesta realizada, en las tres muestras poblacionales se hará un recorrido a aquellas que abordan esta cuestión de forma directa, comprobando la existencia de disonancias culturales e identitarias.

1 Estos trabajos fueron financiados por el gobierno español con: “Discursos, imaxens e prácticas culturais sobre Santiago de Compostela como meta dos Caminhos” [Ref: FFI2012-35521] a través del Ministerio de Economía y Competitividad entre 2012 y 2015 y con “Narrativas, usos e consumos de visitantes como aliados ou ameazas para o bem-estar da comunidade local: o caso de Santiago de Compostela” [Ref: FFI2017-88196-R] a través de FEDER / Ministerio de Ciencia, Innovación y Universidades – Agencia Estatal de Investigación entre 2018 e 2021.

4. Resultados: Disonancias culturales e identitarias en el Camino de Santiago.

Las disonancias culturales nos remiten al choque o conflicto cultural. En sociología, concretamente, nos conducen a la noción de “omnivorismo cultural” (Peterson, 1992) en donde la adquisición del capital cultural no estaría en consonancia con la diferenciación y jerarquización de los estilos de vida, tal y como afirmaba Bourdieu (1998), sino que en la actual sociedad moderna y líquida (Bauman, 2002) nos encontraríamos ante un momento en el que las prácticas y estilos de vida no difieren mucho entre sí (élites y clases subalternas) y lo que existiría es una segmentación consumista dominada por la impaciencia y la saturación de la información. Lo aparente puede no ser lo que se esté articulando en lo subyacente, o la razón de ser de lo que se pretende significar culturalmente. Dicho en otras palabras, es posible que la construcción del “producto” turístico del Camino podría estar chocando con la configuración del perfil del que lo está consumiendo y que, a su vez, lo situaría en conflicto con la comunidad que lo habita. Presentamos a continuación los resultados obtenidos en relación a algunas de las variables analizadas y significativas respecto del tema que nos ocupa: a) la identificación religiosa de la población visitante, b) la percepción de la imagen propia e institucional en la población local y c) la valoración de la imagen propia e institucional, así como del visitante por parte de la población comerciante.

a) La identificación religiosa de la población visitante: como hemos comentado con anterioridad, la activación patrimonial del Camino de Santiago se ha centrado en dos claves: el valor histórico-artístico del recorrido y su religiosidad catolicista. De la muestra consultada (n=2081) sólo 591 personas eran peregrinos (Véase Gráfico 1) y ante la pregunta de cuál era la primera referencia mental cuando se pensaba en la ciudad de Santiago los resultados han sido: la figura de la Catedral la han respondido un 44,6% de la muestra (n=928), el Camino y la peregrinación, un 21,6% (n=449), la figura católica del Apóstol, un 7% (n=146), la concepción de la religión y la espiritualidad un 6,6% (n=138) y el emplazamiento de la plaza del Obradoiro un 5,2% de la población (n=108).

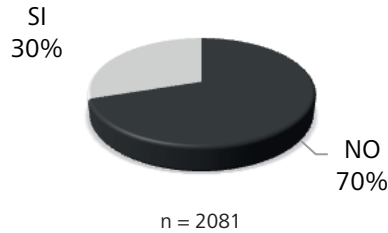


Gráfico 1. Porcentaje en los tipos de visitante del Camino de Santiago

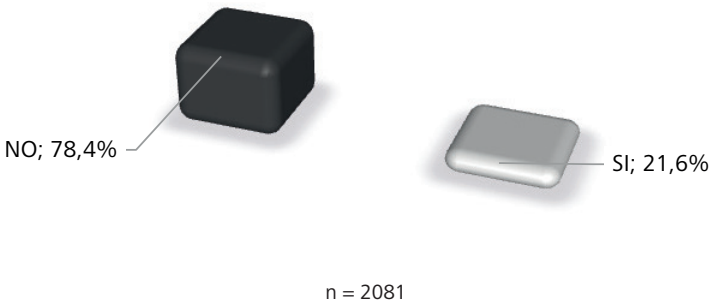


Gráfico 2. Referencias mentales cuando se piensa en Santiago

b) La percepción de la imagen propia e institucional en la población local: una de las cuestiones relevantes ante la significación cultural turística de una ciudad es la opinión de sus habitantes respecto a su proyección institucional (en aras de construir un perfil del visitante deseado). Ante la cuestión de si considera que existe algún elemento importante de Galicia que no se conoce fuera de ella, un 67,5% de la población local opina que así es (un 18,7%: no lo considera; no sabe: 8,2% y no responde: 5,6%). La imagen alternativa a ofrecer de Galicia, en opinión de sus habitantes, pasaría por: la costa y el interior (los pueblos); la cultura en general y las expresiones artísticas, en particular; la singularidad gallega (lengua); el paisaje, patrimonio, gastronomía y los espacios naturales (bosque y mar). Aún con todo, un 50,2% de la población

encuestada total vincula el Camino de Santiago como parte de la identidad gallega y un 66,1% lo sitúa como parte de la identidad de la propia ciudad. No en vano, en los comentarios abiertos ofrecidos por la población encuestada acerca de estos aspectos se hace referencia a una ambigüedad polarizada que se mueve entre lo conveniente a lo deseable: “es imprescindible económicamente para la ciudad” y “Por más que suponga una fuente de ingresos...”. Por otra parte, los espacios más valorados de Santiago por parte de la población local han sido espacios públicos entorno a la Catedral primero y luego espacios próximos como el Parque de Belvis y O Pedroso, que toman el quinto y sexto lugar entre los favoritos.

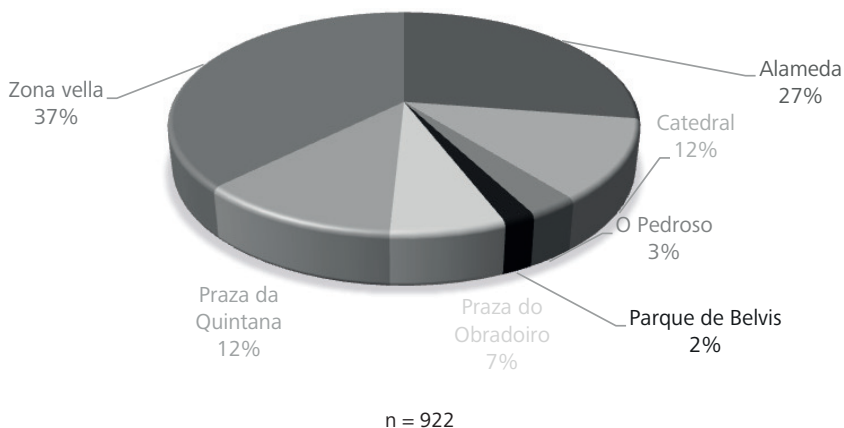


Gráfico 3. Espacios favoritos en Compostela por parte de la población local

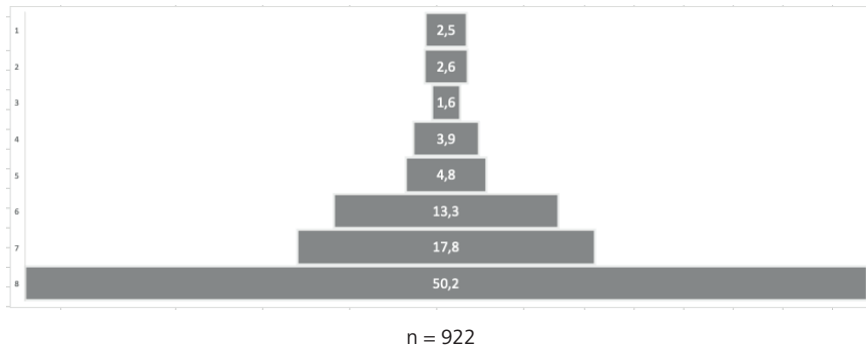


Gráfico 4. Percepción identitaria gallega del Camino de Santiago (porcentaje)

c) La valoración de la imagen propia e institucional, así como del visitante por parte de la población comerciante (Véase Gráfico 4): existe en los resultados de la encuesta, un grado de acuerdo similar respecto a la poca valoración designada tanto a la auto-imagen como a la imagen institucional de Santiago y el Camino por parte de la muestra. En esta cuestión se señalan que los valores más bajos atribuidos a la autopercepción del Camino de Santiago como parte de la identidad gallega (de entre 1 a 5) obtiene un porcentaje acumulado de 15,9% de la muestra, algo que se agudiza ante los resultados respecto a la identidad Santiaguesa (ante la pregunta de si piensa que el camino de Santiago forma parte de la identidad Santiaguesa, los valores de entre 1 a 5 obtienen un porcentaje acumulado de 9,8%). Esto anticipa los resultados de una de las cuestiones abordadas de cierto calado a la hora de ofrecer una opinión sobre el tipo de turista que se atiende y sus preferencias. Así como se aprecia en el Gráfico 5, los comerciantes encuestados de Santiago responden, en un alto porcentaje, que desearían poder tratar con otro tipo de clientes-turistas, ofreciendo en sus respuestas abiertas a la hora de profundizar en sus razones declaraciones como: “somos como sogama: reciclamos lo que nadie quiere (respecto de los peregrinos: caminantes que gastan poco y ensucian mucho). No es casual que un 23,9% de esta muestra reivindique un turismo más vinculado a la tranquilidad, al ocio y un 24,3% no se muestra conforme con la imagen que se «vende» de Santiago.

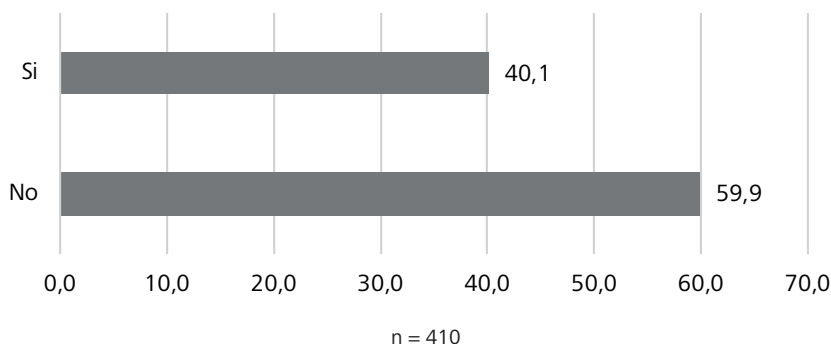


Gráfico 5. Valoración del tipo de turista por parte de los comerciantes de Santiago

5. Conclusiones

La construcción de Santiago de Compostela como destino turístico está íntimamente ligado al Camino de Santiago y ambas, ciudad/meta y ruta/ritualidad, se han configurado como bienes patrimoniales a nivel local, nacional e internacional. En su proceso de patrimonialización la activación institucional se concentra en valores históricos y espirituales (católicos, concretamente). Ambos ciudad y Camino serían destinos de ese segmento de la industria cultural llamado como cultural o patrimonial, identificado, teóricamente, con experiencias de calidad alejadas de la masificación asociadas a otros tipos de productos turísticos. Sin embargo, la significación identitaria desde lo turístico y desde la comunidad local nos indican que esta apreciación de calidad e imagen, al menos en lo que se refiere a la religiosidad, tiene fisuras. En el estudio cuantitativo realizado a través del Grupo Galabra de la Universidad de Santiago de Compostela en los años 2014 a 2015 se ofrecen unos resultados que nos indican tendencias y contradicciones a tener en cuenta entre el mensaje institucional y el que emana desde las comunidades de la ciudad:

1. la mayor parte de los visitantes de la ciudad no son peregrinos (un 70%),
2. la población local opina que existen elementos significativos de valor que se están quedando fuera de la proyección turística que se realiza de Santiago (un 67,5%) y
3. un porcentaje nada desdeñable de los comerciantes del núcleo urbano desearía otro tipo de turista (un 40,1%).

Los poderes públicos son responsables de construir un modelo de sostenibilidad turística que equilibre los intereses de todas las partes intervinientes y el Camino de Santiago debiera conformarse en torno a esta propuesta conjunta y respetuosa con estos objetivos.

Referências

- BAUMAN, Zygmunt (2002). *Modernidad líquida*. México: Fondo de Cultura Económica.
- BARBOZA NÚÑEZ, Esteban. (2020). El contrapunteo entre imaginarios sociales y el desarrollo turístico: el caso de Costa Rica. *Ciencia y Sociedad*, 45(3), 45-63. DOI: <https://doi.org/10.22206/cys.2020.v45i3.pp45-63>
- BOURDIEU, Pierre (1998). *La distinción. Criterios y bases sociales del gusto*. Madrid: Taurus.
- CASTORIADIS, Cornelius (1985). *La institución imaginada de la sociedad*. Vol. 1. Barcelona: Tusquets.
- GARCÍA GARCÍA, José Luis (2007). Del conocimiento antropológico y de su patrimonialización. *Política y Sociedad*, 44 (1): 159-173.
- GONDAR, Marcial (1993). *Crítica da razón galega: entre o nós-mesmos e o nós-outros*. Santiago de Compostela: A Nosa Terra.
- HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, Francisca (2002). *El patrimonio cultural: la memoria recuperada*. Gijón: Trea.
- HERRERO, Nieves (2005). “La Costa da Morte (Galicia): Localización de un modelo de turismo cultural”. En A. Santana Talavera y Ll. Prats Canals (eds.). *Encuentros del turismo con el patrimonio cultural* (pp. 117-130). Sevilla, FAAEE.
- ICOMOS, (International Council on Monuments and Sites) (1993). *Word Heritage List- The Route of Santiago de Compostela*.
- KNAFOU, Remy (1999). Turismo e território. Por uma abordagem científica do turismo. En: Rodrigues, A (comp.). *Turismo e Geografia*. Sao Paulo: HUIITEC.
- LEIRA LÓPEZ, José, Rego Veiga, Gustavo, Santos Pita y Manuela del Pilar (2010). Peregrinaciones y turismo. El Camino de Santiago. *ROTUR/revista de ocio y turismo* (3), 39 – 48. DOI: <https://doi.org/10.17979/rotur.2010.3.1.1243>
- LLINARES, Mar (2006). O patrimonio etnográfico inmaterial en Galicia: unha definición problemática En José Carlos Bermejo Barrera e Mar Llinares. *O valor da arqueoloxía* (pp. 127-149). Santiago de Compostela: Lóstrego,
- LÓPEZ, Lucrezia y Lois González, Rubén Camilo (2021). La nueva normalidad en el Camino de Santiago: reflexiones para el futuro. *Revista Galega de Economía*, 30 (3), 75-68 DOI: <http://dx.doi.org/10.15304/rge.30.3.7568>
- LÓPEZ, Lucrezia, Pazos Otón, Miguel y Piñeiro Antelo, María de los Ángeles. (2019). ¿Existe overtourism en Santiago de Compostela? Contribuciones para un debate ya iniciado. *Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles*, (83). <https://doi.org/10.21138/bage.2825>

- MILLÁN VÁSQUEZ DE LA TORRE, María Genoveva, Morales Fernández, Emilio y Pérez Naranjo, Leonor (2010). Turismo Religioso. Estudio del Camino de Santiago. *Gestión. turística*, 13, 9-37.
- MUÑOZ, Elkin y Llanos, Luis (2021). Destinos turísticos patrimoniales y la museificación del territorio. Estudio comparativo entre Santa Fe de Antioquia (Colombia) y San Cristóbal de Las Casas (México). *EURE*, vol. 47, 141, 49-70.
- NOGUER JUNCÀ, Ester y Saez, Àlvar (2016). Del producto cultural al turismo cultural: el caso del Camino de Santiago *RITOUR. Revista iberoamericana de turismo* (6) 2, 157-165.
- ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL TURISMO. (N.D.). *ENTENDER EL TURISMO: GLOSARIO BÁSICO*. [HTTPS://MEDIA.UNWTO.ORG/ES/CONTENT/ENTENDER-EL-TURISMO-GLOSARIO-BASICO](https://media.unwto.org/es/content/entender-el-turismo-glosario-basico)
- PARK, Eunkyung; Choi, Byoung-Kil, Lee y Timothy J. (2019). The role and dimensions of authenticity in heritage tourism. *Tourism Management* 74(2):99-10. DOI: 10.1016/j.tourman.2019.03.001
- PETERSON, Richard A. (1992). *Understanding Audience Segmentation: From Elite and Mass to Omnivore and Univore*. *Poetics* 21 (4), 243-258.
- PINTOS, Juan Luis (2014). Algunas precisiones sobre el concepto de imaginarios sociales. *Revista Latina de Sociología*, 4, 1-11.
- PINTOS, Juan Luis (1998). *Realidad e imaginario en Galicia* en [consulta en línea, 12-02-2015] <http://iddooqmm.eresmas.net/articulos/galicia.htm>
- PINTOS, Juan Luis (2003). El metacódigo «relevancia/opacidad» en la construcción sistémica de las realidades. *RIPS. Revista de Investigaciones Políticas y Sociológicas*, 2- 2, 21-34.
- PRATS, Llorenç (2005). El concepto de patrimonio cultural. *Cuadernos de Antropología Social*, 21, 17-35.
- SACK, Robert David (1986). *Human Territoriality: its theory and history*. Cambridge: Cambridge University Press.
- SMITH, Valene y Brent, Maryann (2001). *Host and Guests Revisited: Tourism Issues of the 21st Century*. New York: Cognizant Communication.
- TORRES CUBEIRO, Manuel (2012). Imaginarios sociales de la enfermedad mental. *RIPS Revista de Investigaciones Políticas y Sociológicas*, 2, 101-113.
- VELASCO GONZÁLEZ, María (2009). Gestión turística del patrimonio cultural: Enfoques para un desarrollo sostenible del turismo cultural. *Cuadernos de Turismo*, 23, 237-253.
- ZEPEDA ARCE, Alfonso; Medina Esparza, Lorena Trinidad; Bañuelos Hernández, Martha Cristina (2018). Una mirada histórica a la construcción del imaginario turístico. *Imagonautas* 12, 141-162.

AVALIAÇÃO DO ENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS NO CAMINHO PORTUGUÊS DE SANTIAGO

ASSESSMENT OF MUNICIPALITIES' INVOLVEMENT IN THE PORTUGUESE WAY TO SANTIAGO

Vitor Ambrósio*

vitor.ambrosio@eshte.pt

Carlos Fernandes**

cfernandes@estg.ipv.pt

O objetivo deste estudo é avaliar o nível de desenvolvimento dos municípios que integram os caminhos de peregrinação, usando o modelo proposto por Ambrósio *et al.* (2019). De acordo com este modelo, aplica-se uma matriz de diagnóstico sobre as variáveis preestabelecidas, abarcando estas, os recursos / elementos materiais e imateriais que fazem parte das experiências dos que percorrem os caminhos de peregrinação. Na investigação, dividiu-se as variáveis em três grupos – a estrutura física do caminho, os serviços de apoio aos caminhantes / peregrinos e a disponibilidade e qualidade do património construído. Os resultados indicam que o mesmo tipo de recursos é explorado de forma diferenciada, no contexto municipal, demonstrando a falta de desenvolvimento coordenado intermunicipal e prejudicando, desta forma, a avaliação global por parte de quem percorre o Caminho. Para que as constatações se apresentem sólidas, e os investigadores possam ser mais cabais na aplicação das metodologias e das conclusões do estudo, este tem como base de sustentação dois municípios do Caminho Português de Santiago – um a sul, Vila Franca de Xira, e outro a norte, Viana do Castelo.

Palavras-chave: Caminho Português de Santiago. Modelo concetual. Gestão territorial de âmbito municipal.

* Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril (ESHTE); Centro de Investigação, Desenvolvimento e Inovação em Turismo (CiTUR).

** Instituto Politécnico de Viana do Castelo (IPVC); Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento (CETRAD) e Centro de Investigação, Desenvolvimento e Inovação em Turismo (CiTUR).

The objective of this study is to assess the level of development of the municipalities that integrate pilgrimage Ways, using the model proposed by Ambrósio *et al.* (2019). According to this model, a diagnostic matrix is applied on pre-established variables, covering the material and immaterial resources that comprise the experiences of those who walk the pilgrimage Ways. In this study, the variables are divided in three groups – the physical structure of the route itself, the supporting services, and the availability and quality of the attractions. The results show that the same type of resources is explored differently in the municipal context, demonstrating the lack of inter-municipal coordination and thus impairing the global assessment by those who walk the pilgrimage route. In order for the findings to be more explicit, and for the researchers to be more thorough in applying the methodologies and conclusions of the research, this study is based on two municipalities along the Portuguese Way to Santiago – one in the South, Vila Franca de Xira, and another in the North, Viana do Castelo.

Keywords: Portuguese Way to Santiago. Conceptual model. Territorial management at the municipal level.

1. Introdução

Tal como muitos investigadores, das últimas décadas do século passado, Barber (1993) define a peregrinação como uma jornada resultante de causas religiosas, exteriorizada na deslocação a um local sagrado, e interiorizada em termos espirituais e de autocompreensão. No presente século, muitos investigadores, tal como os autores deste estudo, ou Collins-Kreiner (2010), continuam a defender a peregrinação como uma viagem de cariz religioso, mas também constataam que, cada vez com maior frequência, esta tende a ser uma viagem de cariz secular, mas utilizando itinerários / caminhos de peregrinação tradicionais (ou recém-criados), que se têm reconfigurado, e que se vêm apresentando como recursos / atrações turísticas relevantes para o desenvolvimento local e regional, em particular em áreas menos exploradas pelo turismo.

Neste contexto, tem-se assistido a um incremento de esforços e de investimentos substanciais por parte de agentes locais (tanto no setor público, como no setor privado) para aumentar, em quantidade e qualidade, as experiências dos caminhantes / peregrinos. Embora esta seja uma realidade, cada vez mais visível ao nível do desenvolvimento de estratégias de gestão territorial municipal, infelizmente, o mesmo não tem acontecido ao nível intermunicipal, e, ainda menos, ao nível internacional.

Ora como os caminhos de peregrinação se estendem por dezenas, centenas, e inclusive milhares de quilómetros, atravessando muitos municípios e, por vezes, mais do que um país, urge uma mudança de paradigma. Nos caminhos de peregrinação é necessário pensar mais global e menos local, pois os caminhantes não percecionam as fronteiras / divisões de âmbito municipal, mas sim o caminho como um todo. Por conseguinte, a gestão municipal do território atravessado por um caminho deve basear-se no respeito e fortalecimento de um conjunto de requisitos estabelecido para esse mesmo caminho de peregrinação. Este tipo de ações, longe de poder ser, exclusivamente unitário, terá de ser assumido, de forma idêntica, pelo conjunto de municípios que partilham um mesmo itinerário religioso ou espiritual. Nesta linha de ideias, um estudo financiado no âmbito do Programa-Quadro de Competitividade e Inovação da Comissão Europeia – Council of Europe (s.d.), observa que uma rota não é apenas um caminho, e se assim for encarado, corre-se o risco de inconsistências na identidade e na coerência do projeto. De facto, muitos dos roteiros culturais (existentes) demonstram padecer de redes geográficas dispersas que, com alguma frequência, resultam num desenvolvimento desigual das diferentes regiões / países, podendo mesmo desincentivar os visitantes a completar o trajeto.

Entre os muitos caminhos de peregrinação ou espirituais, o Caminho de Santiago é, sem dúvida, o mais conhecido e o mais procurado por peregrinos e caminhantes. O sucesso do Caminho tem sido discutido por dezenas de investigadores, abordando-o e analisando-o, cada um, de acordo com a sua área de investigação. Não obstante, um elemento destaca-se de forma transversal, na grande maioria dos estudos: os efeitos do Caminho no bem-estar mental dos caminhantes. Wilson e Sullivan (2021) referem, num artigo para a Associated Press, que muitos especialistas em saúde mental consideram que o Caminho pode contribuir, consideravelmente, para a cura emocional, tanto de crentes, como de não-crentes, adiantando, ainda, que os resultados preliminares de um inquérito a 100 peregrinos / caminhantes, apontam para uma maior redução do stress e da depressão, do que a observada após as férias regulares.

Há séculos que Santiago de Compostela acolhe os que se fazem ao Caminho, no entanto, nas últimas décadas, segundo a Oficina del Peregrino (2022), o número de crentes e não-crentes tem aumentado substancialmente. Tal, e de acordo com o já referido estudo do Conselho da Europa (s.d.) e Wilson and Sullivan (2021), é fruto do trabalho conjunto das autoridades turísticas nacionais e regionais espanholas, no sentido da revitalização e promoção do Caminho, devendo salientar-se como grande catalisador deste processo, a

bem-sucedida organização da campanha do Xacobeo 93, por parte do governo galego. O interesse e os esforços na revitalização do Caminho ultrapassaram fronteiras e, segundo Mróz (2021), a rede do Caminho de Santiago cobre mais de 80 mil quilómetros de percursos sinalizados. Pela sua proximidade geográfica, França e Portugal destacam-se neste processo.

De acordo com as estatísticas providenciadas pelo Oficina del Peregrino (2022), o ano de 2019 foi o ano recorde em termos de turismo no Caminho de Santiago, registando mais de 347.000 peregrinos, de mais de 180 países. Mróz (2021) acrescenta que, para 2020, estava previsto ultrapassar-se o número de peregrinos do ano anterior, mas a pandemia COVID-19 impôs, entre outras restrições, proibições de viagens, confinamentos e encerramento de fronteiras, causando efeitos devastadores no turismo em todo o mundo, entre os quais, a cessação de peregrinos nos Caminhos de Santiago, por vários meses.

Embora, em 2021, se tenha registado mais do triplo do número de peregrinos do que se tinha contabilizado em 2020, o seu número, quase 179.000 peregrinos, ainda estava bem distante dos assinalados em 2019. Observa-se, no entanto, que as estatísticas referentes aos primeiros quatro meses de 2022, demonstram ter-se regressado, pelo menos neste período, aos números de 2019. Independentemente da retoma do número de peregrinos, algo é certo, assiste-se sempre a uma mudança de comportamento dos turistas / caminhantes, após períodos de crise sanitária, devendo todos os envolvidos (de forma direta ou indireta) nos Caminhos de Santiago, compreender que a implementação de estratégias também tem de ser reequacionada.

Com o presente estudo, pretende-se, por um lado, fornecer ferramentas aos agentes públicos e privados para poderem identificar o estado atual de envolvimento de um determinado município no Caminho de Santiago, ao nível da estrutura física do caminho, dos serviços de apoio aos caminhantes / peregrinos e a disponibilidade e qualidade do património construído, e por outro, avançar com soluções para que os municípios possam continuar o esforço para tornar o território atravessado pelo Caminho mais preparado para responder às necessidades dos caminhantes / peregrinos.

2. O Modelo Conceitual e a sua Matriz de Diagnóstico

Na persecução do objetivo de fornecer ferramentas aos envolvidos nos Caminhos de Santiago (e inclusive, a agentes envolvidos em outros caminhos de peregrinação ou espirituais), providencia-se, neste estudo, o Modelo Concetual

elaborado por Ambrósio *et al.* (2019) que possibilita classificar o estado atual dos elementos materiais e imateriais que fazem parte das experiências dos caminhantes / peregrinos ao longo do Caminho, propondo, para cada uma das variáveis, soluções que possibilitem incrementar a sua qualidade, aumentando, em sequência, a satisfação de todos os que percorrem os Caminhos de Santiago.

Tendo consciência do nível de desenvolvimento de cada uma das variáveis que constituem o modelo, e percebendo soluções para a sua melhoria, os agentes públicos e privados também se conscientizam do eventual atraso que o seu município apresenta em relação a outros municípios. Esta percepção despoleta, com frequência, um maior empenho na implementação de estratégias que permitam aumentar o nível de envolvimento do município no Caminho de Santiago, contribuindo, assim, para uma maior harmonização intermunicipal.

Embora existam diferenças no comportamento dos caminhantes / peregrinos, em particular na escolha de alojamento e de restaurantes, neste estudo, o enfoque será, sobretudo, nos que percorrem o Caminho de forma mais ascética, mas, sempre que relevante, dar-se-á o devido destaque aos que não prescindem de certas comodidades, no desafio quotidiano de percorrer o Caminho.

O modelo é composto por um conjunto de 13 variáveis, divididas em 3 grupos, a saber: a estrutura física e o ambiente humano do caminho; os serviços de apoio aos caminhantes / peregrinos; a disponibilidade e qualidade do património construído.

No conjunto das 13 variáveis, a importância relativa de cada uma é diferente e daí a preocupação de se atribuir um peso diferente para cada uma, tendo presente que a soma das 13 variáveis não pode ultrapassar 100%, e devendo esta realidade ser facilmente percecionável, no que se refere à representação gráfica. Ao atentar a Figura 1, Modelo Concetual de base municipal, é clara a diferença de tamanho das 13 circunferências, representando, cada um deles, uma das 13 variáveis e o seu respetivo peso.

O primeiro grupo, a estrutura física e o ambiente humano do caminho, inclui as variáveis: A – trilhos e estradas rurais (30%); C – segurança (11%); E – acolhimento das populações / habitantes locais (7%). O segundo grupo, os serviços de apoio aos caminhantes / peregrinos, compreende as variáveis: B – alojamento em albergues de peregrinos (20%); D – restaurantes com menu de peregrino (9%); F – alojamento em hotéis (ou similares) com descontos para peregrinos (6%); G – confeção de refeições no alojamento (5%); H – assistência médica; K – equipamento para lavagem de roupa (4%); L – carimbo de passaporte (1%); M – transporte de mochilas (0,5%). O terceiro grupo,

disponibilidade e qualidade do património construído, abarca as variáveis: I – conservação do património (3%); J – horários dos locais de culto (2%).

O quadrado, que envolve as circunferências, representa a soma do peso referente às 13 circunferências / variáveis. Na aplicação deste modelo, em casos reais, não se consegue o pleno em todas as variáveis e, daí, o quadrado nunca ser desenhado na sua totalidade. A fração / percentagem do quadrado, a ser representada, será a mesma a utilizar para identificar o nível de envolvimento do município no Caminho de Santiago, tendo por base uma Matriz de Diagnóstico (ver Tabela 1).

Para ser mais explícito, e demonstrar o funcionamento do Modelo Conceptual e da respetiva Matriz de Diagnóstico, este estudo compreende o exercício prático, em dois municípios: a sul, Vila Franca de Xira (VFX); a norte, Viana do Castelo (VC). Em ambos, apresenta-se os resultados obtidos para cada uma das 13 variáveis, assim como a soma das mesmas, ou seja, a pontuação que permite estabelecer em que nível de envolvimento no Caminho de Santiago se encontra cada um destes municípios.

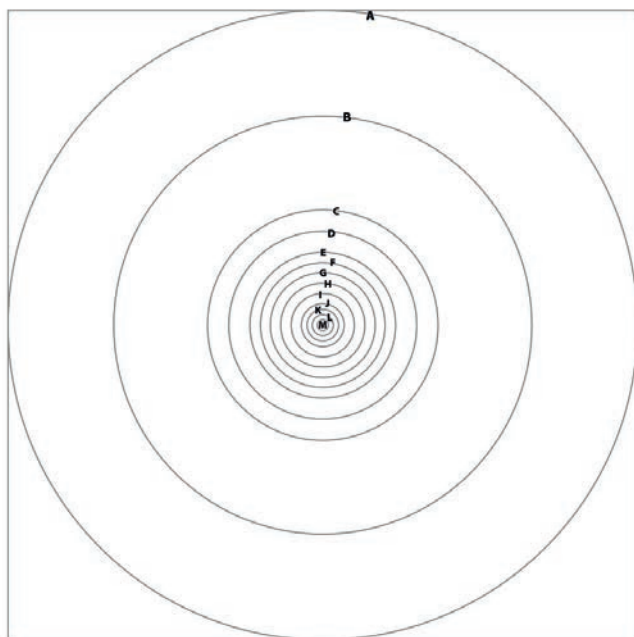


Figura 1. Modelo Conceptual de base municipal (Ambrósio *et al.* 2019).

Tabela 1. Envolvimento municipal no Caminho de Santiago.

| Nível | % |
|-------------|-------|
| Nenhum | 00 |
| Muito fraco | 1-25 |
| Fraco | 26-50 |
| Médio | 51-65 |
| Bom | 66-80 |
| Muito bom | 81-99 |
| Excelente | 100 |

Fonte: elaborado pelos autores.

3. Aplicação do Modelo Concetual aos municípios de Viana do Castelo e Vila Franca de Xira

O Caminho Central, com início em Lisboa e um percurso de cerca de 625 quilómetros, é o mais conhecido e o mais percorrido dos Caminhos Portugueses de Santiago. No entanto, nos últimos anos, muitos caminhantes / peregrinos optam por divergir para o Caminho da Costa, a partir do Porto.

Como já explicado, o objetivo deste estudo é alertar para a necessidade de melhorar os elementos / recursos materiais e imateriais de cada um dos municípios atravessados pelo Caminho de Santiago. No encaixe deste propósito, os municípios, para além de trabalharem de forma autónoma, terão, em paralelo, de pensar numa escala mais alargada, ou seja, devem integrar-se num plano intermunicipal, interiorizando que o caminhante / peregrino não tem a perceção de estar a atravessar unidades territoriais, mas sim, e só, que percorre um Caminho.

Para que cada município saiba onde se encontra, e o que poderá fazer para ascender no nível de envolvimento no Caminho de Santiago, é necessário possuir ferramentas de diagnóstico e análise, servindo o Modelo Concetual e a Matriz de Diagnóstico, esse propósito. Nos exercícios práticos que se apresentam para os municípios Viana do Castelo e Vila Franca de Xira, muitas das variáveis serão ilustradas, para registar os dados e tornar mais explícitas as análises pretendidas.

Recorde-se, ainda, que na aplicação prática do Modelo Concetual e da Matriz de Diagnóstico, se terá em mente os que percorrem o Caminho de forma mais ascética, não obstante se realce os caminhantes que não prescindem de certos confortos, sempre que tal seja conveniente.

3.1. A estrutura física e o ambiente humano do caminho

A – Trilhos e estradas rurais (30%). Na sua grande maioria, os caminhantes / peregrinos só não percorrem trilhos ou estradas rurais, quando tal possibilidade é inexistente. Nos municípios atravessados pelo Caminho, não se encontrou, um único, em que parte não fosse constituída por estradas asfaltadas. Nestes troços, as autoridades locais têm de equacionar alternativas, como seja a criação de ciclovias e / ou caminhos pedonais paralelos às vias asfaltadas. Destaque-se que no Modelo Concetual só se consideram os quilómetros em caminhos de terra batida / trilhos e os caminhos rurais.

VC (23,0 / 30,0) – O Caminho da Costa Portuguesa atravessa antigas aldeias e vilas com características medievais. No início, o Caminho caracteriza-se por um ambiente de natureza e de vida rural, seguindo, maioritariamente, por caminhos de terra batida (Imagem 1).

Ao entrar no meio urbano, os caminhantes / peregrinos caminham durante alguns quilómetros ao longo de uma estrada com muito trânsito, levando esta à travessia do rio e ao centro da cidade. Saindo da cidade, o percurso é caracterizado, de novo, pela vida rural e pela natureza. De nota, é o facto de muitos optarem, após a saída da cidade, pela ecovia, ao longo do Oceano Atlântico (percurso naturalista e panorâmico), ao invés de seguirem o Caminho oficial (Imagem 2).



Imagem 1. Caminho de terra batida no município de Viana do Castelo (autores).



Imagem 2. Ecovia do Atlântico no município de Viana do Castelo (autores).

VFX (13,0 / 30,0) – Entrando no município, os caminhantes / peregrinos atravessam uma pequena vila e alguns campos até chegarem à localidade seguinte. Depois de cruzar a linha férrea, passam por uma zona industrial bastante decadente (neste momento, em processo de requalificação museológica). Chegando à margem do rio, percorrem, durante vários quilómetros, uma área natural com pontos de observação de aves (Imagem 3).

Após entrarem numa outra cidade, caminham ao longo de estradas asfaltadas com tráfego intenso (Imagem 4). Alguns quilómetros, antes da sede do município, entram num percurso que inclui uma ciclovia. Depois de saírem desta cidade, caminham ao longo de uma estrada asfaltada secundária, com pouco trânsito. Destaque-se que o município está a trabalhar um novo trilho de 5 quilómetros e que planeia que todo o Caminho de Santiago, no futuro, se percorra sempre ao longo do Tejo.



Imagem 3. Área natural no município de Vila Franca de Xira (autores).



Imagem 4. Estrada com tráfego intenso no município de Vila Franca de Xira (autores).

C- Segurança (11%). A segurança é, em geral, uma constante em Portugal, não sendo diferente no que respeita aos Caminhos de Santiago. No entanto, deveria ser equacionado o aumento de policiamento nos caminhos mais recônditos, e prever melhores condições de segurança, quando o Caminho se faz ao longo de estradas asfaltadas.

VC (8,0 / 11,0) – O Caminho da Costa Portuguesa é seguro, bem sinalizado e pontestado de estabelecimentos comerciais, como sejam os cafés. A maior preocupação em termos de segurança e proteção são as estradas de asfalto, em particular, a estrada nacional. A Imagem 5 é demonstrativa deste facto; atente-se à sinalização do Caminho de Santiago (à direita) e à estrada que é partilhada por caminhantes e o tráfego rodoviário, sendo inexistente um passeio ou uma berma.

VFX (6,0 / 11,0) – São raros os registos sobre a falta de segurança para peregrinos / caminhantes. O Caminho está bem sinalizado e, excetuando os primeiros quilómetros, encontram-se, com regularidade, estabelecimentos comerciais, como sejam os cafés. Também neste município, o principal problema de segurança e proteção decorre da utilização partilhada das estradas por caminhantes e tráfego rodoviário, em especial os camiões, pois este é um município com uma vasta área industrial (ver Imagem 4).



Imagem 5. Estrada sem passeios ou bermas no município de Viana do Castelo (autores).

E – Acolhimento das populações / habitantes locais (7%). Muitas das lembranças memoráveis dos peregrinos decorrem da calorosa hospitalidade proporcionada pelos habitantes dos municípios. Neste sentido, as associações locais e / ou as paróquias têm um papel de relevo quando convidam os caminhantes / peregrinos para participarem ou partilharem as suas atividades, ou, inclusive quando organizam pequenos eventos, pensando nos que percorrem os Caminhos de Santiago.

VC (5,0 / 7,0) – Richards e Fernandes (2007) afirmam que o principal motivo de visita aos locais religiosos do norte de Portugal é o encontro com a população local. Este facto é confirmado pelo registo dos comentários feitos pelos caminhantes / peregrinos que passam pelo Centro Interpretativo, em Viana do Castelo, testemunhando que a população local é muito simpática e hospitaleira, fornecendo orientação, assistência, água e mesmo comida.

VFX (3,0 / 7,0) – No sul do país, a presença de caminhantes / peregrinos é muito menor do que no norte de Portugal, pelo que a população não tem tanta consciência da sua presença. As ocorrências de contacto, que se assinalam com maior regularidade, são as conversas entre os que fazem o Caminho e os moradores da aldeia, nos bancos de jardim, em frente do albergue (Imagem 6), ou o facto de um grupo aposentados de Vila Franca de Xira esperar a passagem dos peregrinos, para lhes mostrarem onde ficam o hostel e o posto de turismo.



Imagem 6. Albergue de peregrinos no município de Vila Franca de Xira (autores).

3.2. Os serviços de apoio aos caminhantes / peregrinos

B – Alojamento em albergues de peregrinos (20%). Pelo pouco que é cobrado pela pernoita, este tipo de alojamento não poderá ser contemplado enquanto um negócio privado (de exploração turística). Os albergues de peregrinos terão sempre de ser equacionados enquanto uma forma de promover o território, ou no âmbito da moral cristã, ou seja, providenciar acolhimento aos menos favorecidos. Assim, os albergues são, com frequência, geridos pelas Associações dos Caminhos, pela Igreja, ou pelo Município. Em geral, nos albergues dorme-se em camaratas e as casas de banho são partilhadas, podendo, ainda, os caminhantes / peregrinos cozinhar, comer, lavar e secar a roupa, para além de também ser possível carimbar o passaporte / credencial de peregrino, e encontrar uma série de informações úteis, para as etapas seguintes das suas jornadas. Destaque-se que para os caminhantes menos ascéticos e que não prescindem de alguns confortos, em particular de bons alojamentos, este item é pouco valorizado, transferindo-se a sua importância para a variável que abarca o alojamento em hotéis (ou similares).

VC (16,0 / 20,0) – No município, existem quatro unidades de alojamento para caminhantes / peregrinos. Um albergue de peregrinos gerido pela Igreja e que se destina, em exclusivo, a portadores de credencial do Caminho, sendo que não se admite a permanência para além de uma pernoita (Imagem 7). Ainda dentro dos limites da cidade de Viana do Castelo, existe uma pousada da juventude, não exclusiva para portadores de credencial do Caminho, e sem restrições de tempo de estada (embora, a maioria dos caminhantes / peregrinos, fique apenas uma noite). Fora da cidade, existem mais dois albergues, que também só acolhem portadores de credencial do Caminho, sendo o primeiro gerido por uma associação paroquial, e sendo o segundo de cariz privada.

VFX (8,0 / 20,0) – O único albergue para peregrinos, localizado à entrada do município, é gerido por uma Associação do Caminho de Santiago e só admite portadores de credencial do Caminho (Imagem 6). A segunda opção, é um hostel, já na cidade de Vila Franca de Xira, não sendo exclusivo para caminhantes / peregrinos.



Imagem 7. Albergue de peregrinos no município de Viana do Castelo (autores).

D – Restaurantes com menu de peregrino (9%). Na hora de comer uma refeição completa, os restaurantes que oferecem o menu do peregrino são, para os mais ascéticos, a primeira escolha. No norte de Portugal, existe um número significativo de restaurantes a anunciar este tipo de menu (exclusivamente para os clientes que são portadores do passaporte de peregrino), demonstrando que os caminhantes / peregrinos constituem um potencial em termos de clientela. No sul do país, tal não acontece, sendo necessário uma campanha de sensibilização, junto dos agentes da restauração, para evidenciar a importância dos que percorrem os Caminhos, tanto para este setor, como para outros setores económicos. Destaque-se, ainda, que para os caminhantes menos ascéticos e que não prescindem de alguns confortos, em particular das experiências gastronómicas, esta variável tem um peso reduzido, sendo mais valorizado os bons restaurantes, independentemente, dos preços praticados.

VC (7,5 / 9,0) – Embora existam restaurantes que anunciam o menu de peregrino (Imagem 8), a realidade é que a diferença de preço não é substancial, pois existe a prática generalizada da oferta do menu do dia (com particular incidência, ao almoço). Destaque-se que os cafés próximos dos alojamentos dos caminhantes peregrinos abrem por volta das 07H00, para poderem providenciar o pequeno almoço, e, com alguma frequência, sandes para o caminho.

VFX (5,0 / 9,0) – Não se registou qualquer anúncio de menu do peregrino. No entanto, os caminhantes / peregrinos podem encontrar ao longo do Caminho muitos restaurantes que oferecem o menu do dia. No sul do país, embora as porções não sejam tão generosas como no norte de Portugal, os pratos são bastante bem servidos. A partir das 06H30, é possível encontrar muitos cafés abertos, porque muitos dos habitantes deste município se deslocam cedo, para Lisboa, onde trabalham.



Imagem 8. Anúncio de menu do peregrino no município de Viana do Castelo (autores).

F – Alojamento em hotéis (ou similares) com descontos para peregrinos (6%). Quando os albergues de peregrinos (ou equivalentes) esgotam a sua capacidade, a única possibilidade é encontrar outro tipo de alojamento. Muitos hoteleiros participam no espírito do Caminho, ao cobrarem um preço mais reduzido, aos que são portadores dum passaporte de peregrino, mas, mesmo assim, para alguns dos mais ascéticos, o montante é elevado, devendo ser equacionada uma maior redução de preço. Destaque-se, ainda, que para os caminhantes menos ascéticos e que não prescindem de alguns confortos, em

particular de bons alojamentos, este item é muito mais valorizado do que o que abarca alojamento em albergues de peregrinos.

VC (4,5 / 6,0) – Além do alojamento nos albergues de peregrinos, existem várias outras opções de alojamento, a saber, dois hostels, dois parques de campismo (algo afastados do Caminho), algumas pensões, unidades de alojamento e pequeno-almoço (algumas com descontos para peregrinos), um hotel de duas estrelas, dois de três estrelas e alguns hotéis de quatro estrelas. Não há registo de hotéis, ou parques de campismo, que ofereçam descontos para caminhanter / peregrinos.

VFX (3,5 / 6,0) – Para além do albergue para peregrinos e do hostel, já referidos, ainda existe um parque de campismo com bungalows, cinco unidades de alojamento e pequeno almoço, e um hotel de quatro estrelas. Só algumas das unidades de alojamento e pequeno almoço oferecem preços reduzidos para os portadores de credenciais do Caminho.

G – Confeção de refeições no alojamento (5%). Muitos dos caminhanter / peregrinos mais ascéticos optam por fazer compras nas mercearias das localidades onde pernoitam (ajudando a economia local) e cozinhar a sua própria comida. Para tal, é necessário que os alojamentos, em particular os albergues, possuam condições para a confeção de refeições. Destaque-se, ainda, que para os caminhanter menos ascéticos e que não prescindem de alguns confortos, esta variável tem um peso inexistente, ou muito residual, devendo transferir-se a sua importância para o item que abarca as experiências gastronómicas.

VC (4,5 / 5,0) – É possível confeccionar as refeições nos albergues para peregrinos, nos parques de campismo, e em algumas das unidades de alojamento e pequeno almoço, mas não nos hotéis.

VFX (3,5 / 5,0) – No albergue de peregrinos há um micro-ondas, mas não há fogão. O hostel tem uma cozinha totalmente equipada disponibilizada aos hóspedes. Os bungalows possuem uma pequena cozinha. Nenhum dos restantes alojamentos permite a confeção de refeições.

H – Assistência médica (4%). Esta é provavelmente uma das variáveis mais difíceis de cumprir pelos municípios porque depende, em grande parte, do governo central. Constata-se que nas áreas rurais, para além de existir um menor número de unidades de saúde, estas apresentam, ainda, um horário de funcionamento mais reduzido.

VC (4,0 / 4,0) – Viana do Castelo dispõe de várias unidades de assistência médica, entre as quais, um hospital público, um hospital privado, um centro de saúde, uma unidade de saúde familiar, a Cruz Vermelha e os bombeiros municipais (todas no, ou perto, do centro da cidade), para além de várias farmácias. Disponibiliza-se, ainda, assistência médica pública, e farmácias, em todas as freguesias, ao longo do Caminho.

VFX (4,0 / 4,0) – Vila Franca de Xira possui uma vasta rede de assistência médica, compreendendo um hospital público e vários centros de saúde públicos e privados. Para além da sede do município, existe assistência médica pública, e farmácias, em todas as freguesias, ao longo do Caminho.

K – Equipamento para lavagem de roupa (4%). Embora, à primeira vista, possa parecer um item de pouca importância, não o é, uma vez que os caminhantes / peregrinos transportam o mínimo possível nas suas mochilas; segundo os sites da especialidade, o aconselhável é não ultrapassar os 10% do peso corporal. Destaque-se, ainda, que para os caminhantes menos ascéticos e que não prescindem de alguns confortos, esta variável tem um peso menor, uma vez que muitos preferem pagar os serviços de lavanderia, nos alojamentos onde pernoitam.

VC (1,5 / 1,5) – A possibilidade de lavar roupa está disponível em todos os albergues de peregrinos. Em complemento, não longe dos alojamentos, existem algumas lavandarias automáticas, incluindo uma que funciona 24 horas e, em algumas aldeias, ainda há existem tanques de lavagem públicos.

VFX (1,5 / 1,5) – Tanto no albergue de peregrinos, como no hostel, existe a possibilidade de lavar roupa. Como o município está inserido na área metropolitana de Lisboa e é, em sequência, densamente povoado, em todas as localidades, ao longo do Caminho, há lavandarias automáticas.

L – Carimbo de passaporte (1%). Chegando a Santiago de Compostela, a maioria dos caminhantes dirige-se ao Centro Internacional de Acolhimento ao Peregrino, para obter a Compostela, certificado que atesta ter-se andado, no mínimo, 100 quilómetros (Imagem 9). Para tal, é necessário apresentar o passaporte / credencial do peregrino, devidamente carimbado (Imagem 10).

VC (1,0/1,0) – O caminhante / peregrino encontra, com facilidade, locais onde carimbar a sua credencial, como sejam os albergues, igrejas, cafés, postos de turismo, ou inclusive o Centro Interpretativo do Caminho Português da Costa (CICPC). Destaque-se que, sobretudo em cafés e restaurantes, se anuncia, com um cartaz, a existência de carimbo, com a intenção de aí atrair clientes.

VFX (0,8 / 1,0) – Embora, no sul do país, não se encontrem os anúncios de carimbo, existem bastantes locais onde é possível carimbar o passaporte / credencial, como sejam o albergue de peregrinos, o hostel e o posto de turismo.

M – Transporte de mochilas (0,5%). Para os mais ascéticos, não se põe a questão de não ser o próprio a carregar a mochila, ao longo de todo o Caminho, pois, de alguma forma, faz parte da tradição. No entanto, para os de idade mais avançada, para os que caminham com alguma limitação de saúde, ou, inclusive, para os que não encontram sentido neste sacrifício suplementar (em boa verdade, com forte tendência para o aumento dos números), o serviço de transporte de mochilas tem-se tornado cada vez mais solicitado. Destaque-se, ainda, que para os caminhantes menos ascéticos e que não prescindem de alguns confortos, esta variável tem um peso mais significativo.

VC (0,4 / 0,5) – Uma pequena empresa oferece transporte de mochilas, e outros serviços de apoio aos peregrinos. Mais recentemente, passou a incluir o transporte de campismo, pois muitos caminhantes / peregrinos preferem esta opção de alojamento, como precaução contra a COVID 19.

VFX (0,2 / 0,5) – Não há qualquer registo da oferta deste tipo de serviços, embora o hostel providencie o contato de alguém que se encarrega do transporte de mochilas.

3.3. Disponibilidade e qualidade do património construído

I – Conservação do património (3%). Embora os caminhantes / peregrinos não costumem fazer desvios para visitar o património edificado, prestam bastante atenção ao que encontram ao longo do Caminho, em particular, ao que é mencionado nos guias sobre os Caminhos. Neste sentido, os municípios têm uma responsabilidade acrescida, pois, de alguma forma, é a imagem dos mesmos que está em causa, devendo incentivar os privados para as obras de restauro / manutenção e providenciando a divulgação de programas de financiamento.

VC (3,0 / 3,0) – No município de Viana do Castelo, a salvaguarda do património edificado, como sejam os monumentos, edifícios históricos, sítios e

centros históricos tem recebido muita atenção, ao longo dos anos, alargando-se, ultimamente, este interesse às paisagens culturais. De forma geral, o património arquitetónico religioso é imponente e bem conservado, sendo motivo de orgulho para os habitantes locais. Todas as paróquias têm igrejas e capelas, algumas das quais abertas, de acordo com as necessidades / conveniências dos peregrinos. Destaque-se, fora do território espanhol, a existência da igreja mais antiga dedicada a Santiago, consagrada no ano de 862, logo após a descoberta do túmulo do Apóstolo (Imagem 11).

VFX (2,0 /3,0) – Não existe património edificado de nota, excetuando algumas estátuas e fachadas decoradas a azulejo (Imagem 12). Até à viragem para o século XX, a economia deste município baseava-se, quase em exclusivo, na agricultura, criação de gado (algum para touradas), extração de sal e pesca fluvial. Durante o século passado apostou-se numa forte industrialização, tendo muitas dessas indústrias fechado. Na atualidade, o município tem vindo a trabalhar na requalificação museológica dessas ruínas, sendo que muitas estão localizados, ao longo do Caminho. Da mesma forma, a margem do rio (no município), com uma extensão de 22 quilómetros, tem vindo a ser requalificada e algumas das intervenções receberam, pela sua qualidade, prémios e certificados ambientais.



Imagem 11. Igreja dedicada a Santiago, no município de Viana do Castelo (autores).



Imagem 12. Fachada do mercado, no município de Vila Franca de Xira (autores).

J – Horários dos locais de culto (2%). Muitos dos que percorrem o Caminho, fazem-no por motivos religiosos. Neste sentido, as autoridades eclesiásticas, das localidades atravessadas pelos Caminhos, têm uma responsabilidade acrescida, que é a de assegurar que os edifícios religiosos se encontram abertos, aquando da passagem dos peregrinos. Também nas localidades onde os peregrinos pernoitam, deve-se equacionar os horários das eucaristias, para atender às necessidades dos paroquianos e dos peregrinos, em conjunto. Destaque-se, ainda, que para os caminhantes que não valorizam práticas religiosas (católicas), esta variável tem um peso muito residual.

VC (1,5 / 2,0) – Várias igrejas estão abertas todo o dia, tanto durante a semana, como ao fim-de-semana. Em algumas igrejas, agendam-se as missas, de forma a reunir os habitantes locais com os peregrinos.

VFX (0,5 / 2,0) – O horário das igrejas está contemplado, unicamente, para as necessidades dos paroquianos / habitantes locais.

4. Matriz de Diagnóstico aplicada aos municípios de Viana do Castelo e Vila Franca de Xira

Com as percentagens / pesos atribuídos a cada uma das variáveis (de cada um dos dois municípios em estudo), entra-se na fase seguinte, ou seja, transferir as percentagens encontradas para o Modelo Concetual. A Figuras 2 (município Viana do Castelo) e a Figura 3 (município Vila Franca de Xira) apresentam os resultados encontrados, sendo que as circunferências representam os dados obtidos para as 13 variáveis, e o quadrado a soma das 13 variáveis.

A visão geral é dada pelo preenchimento (ou não) das linhas das figuras geométricas (circunferências e quadrado): parte de linha visível, o que já foi alcançado / realizado; ausência de linha, o que está por fazer.

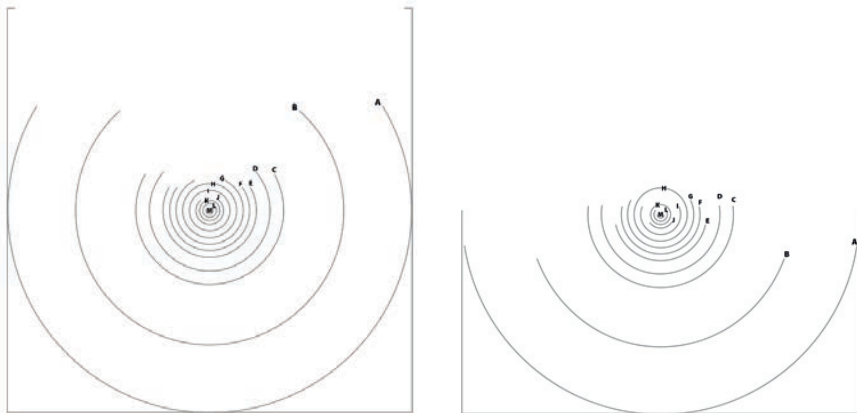


Figura 2. Modelo Concetual aplicado ao município Viana do Castelo (autores).

Figura 3. Modelo Concetual aplicado ao município Vila Franca de Xira.

Tendo em consideração os 3 grupos de variáveis considerados, a estrutura física e o ambiente humano do caminho, os serviços de apoio aos caminhan-tes / peregrinos, e a disponibilidade e qualidade do património construído, as inferências a ter, em relação a cada um dos municípios em estudo, apresenta diferenças significativas.

Considerando o primeiro grupo (a estrutura física e o ambiente humano do caminho), no município VC, todas as variáveis (A, C e E) registam resultados acima dos 70%, significando que, embora ainda existam progressos a fazer, os

caminhantes / peregrinos encontram, de forma geral, as condições que respondem às suas necessidades / expectativas. No município VFX, duas variáveis (A e E) apresentam valores abaixo de 50%, mostrando que as autoridades locais ainda têm muito por fazer. No entanto, no que respeita à variável A (trilhos e estradas rurais), uma vez concluída a requalificação da frente ribeirinha, esta variável atingirá níveis / percentagens bem mais elevadas. Quanto à variável E (acolhimento das populações / habitantes locais) a percentagem só aumentará, quando os habitantes locais se consciencializarem da importância dos caminhantes / peregrinos para a economia local, e para o fortalecimento das relações humanas. No que concerne à variável C (segurança), não obstante os resultados serem superiores a 50%, nos dois municípios em estudo, a percentagem terá um forte incremento, quando muitos dos quilómetros em estradas asfaltadas forem substituídos por trilhos, ecovias e caminhos rurais, pois a falta de segurança e proteção considerados, decorrem dos perigos inerentes a caminhar ao longo das estradas nacionais, em particular, as que se caracterizam por ter tráfego rodoviário intenso.

Tendo em mente o segundo grupo (os serviços de apoio aos caminhantes/ peregrinos), no município VC, constata-se que apenas uma variável regista um valor abaixo de 80%, a variável F (alojamento em hotéis, ou similares, com descontos para peregrinos), com 75%, demonstrando que ainda existe algum trabalho a ser feito ao nível da sensibilização dos hoteleiros, para a importância de proporcionar preços mais em conta para os caminhantes / peregrinos. Quatro variáveis apresentam valores entre os 80 e 90% (B – alojamento em albergues de peregrinos, D – restaurantes com menu de peregrino, G – confecção de refeições no alojamento e M – transporte de mochilas), significando que apenas pequenas melhorias são necessárias. Nas restantes variáveis deste grupo (H – assistência médica, K – equipamento para lavagem de roupa e L – carimbo de passaporte), com valores de 100%, a preocupação passa a ser a manutenção das suas condições, para que não venham a baixar de nível.

Já no município de VFX, só duas variáveis atingem os 100% (H e K), duas registam resultados entre 70% e 80% (G e L, respetivamente), significando que, na primeira, têm de ser feitos mais esforços, para proporcionar os equipamentos / condições de forma a que os caminhantes / peregrinos possam confecionar as suas próprias refeições, e na segunda, divulgar junto de agentes económicos, como sejam os proprietários de café, as vantagens de anunciarem o carimbo de credencial do peregrino, como forma de atrair mais clientes. Nas restantes quatro variáveis (B, D, F e M), as percentagens são baixas, entre 40% e 58%, indicando que há muito a ser feito. Sendo B (alojamento em albergues de

peregrinos) a segunda variável com maior peso, entre as 13 variáveis que constituem o Modelo Concetual, a autarquia deveria dar-lhe uma especial atenção, pois não existindo forças vivas que se organizem para a abertura e manutenção de albergues de peregrinos, terá de ser a autarquia a assumir esse papel. Também em D (restaurantes com menu de peregrino), tal como em L, a ausência de anúncios de uma oferta exclusiva para os portadores de credenciais, demonstra a falta de envolvimento dos setores das bebidas e restauração, do sul do país, no Caminho de Santiago. Quanto à variável F, em sintonia com o que foi escrito para o município VC, é necessário sensibilizar os hoteleiros, para a importância dos caminhantes / peregrinos. No que respeita à variável M, tem-se esperança que, como em muitos outros municípios, sobretudo em Espanha, alguém com espírito empreendedor inicie um pequeno negócio de transporte de mochilas, que, para além de simples, compatibiliza-se, com facilidade, outra atividade profissional, pois o serviço termina, o mais tardar, às 09H00.

No terceiro grupo (disponibilidade e qualidade do património construído), observa-se, no município VC, que a variável I (conservação do património) atinge o pleno (100%), muito graças aos cuidados e atenção dos habitantes locais. A variável J (horários dos locais de culto), com 75%, demonstra que, embora ainda possam ser feitos mais esforços de ordem logística, de uma forma geral, os peregrinos conseguem assistir e participar em cerimónias religiosas. Em contrapartida, no município VFX, as percentagens registadas, I (67%) e J (25%), são baixas. No que respeita à conservação do património, acredita-se que, após a requalificação da frente ribeirinha, que inclui o processo de musealização dos edifícios industriais, o valor percentual da variável aumentará, de forma substancial. Quanto aos horários dos locais de culto, terão de ser as autoridades eclesíásticas, em conjunto com os paroquianos, a encontrar soluções, para estes se compatibilizarem com a passagem ou a permanência dos peregrinos, nas localidades do município.

Na fase seguinte, após somar o valor percentual das 13 variáveis, em cada um dos casos em estudo, consegue-se estabelecer qual o grau de envolvimento, de cada um dos dois municípios.

O município de Viana do Castelo obtém uma soma de 79,9 / 100 e, daí, o quadrado que envolve as 13 circunferências ter a linha preenchida em três lados, iniciando-se o preenchimento da linha superior (Figura 2). Conforme já explicado, a fração / percentagem do quadrado, é a mesma a utilizar para identificar o nível de envolvimento do município no Caminho de Santiago, tendo por base a Matriz de Diagnóstico (Tabela 2).

Tabela 2. Envolvimento do município Viana do Castelo no Caminho de Santiago.

| Nível | % |
|-----------|-------|
| Bom | 66-80 |
| Muito bom | 81-99 |

Fonte: elaborado pelos autores.

O município Vila Franca de Xira obtém uma soma de 51 / 100 e, daí, a linha preenchida do quadrado, que envolve as 13 circunferências, só abarcar pouco mais de metade do mesmo (Figura 2). Tal como no exemplo anterior, a fração/ percentagem do quadrado, é a mesma a utilizar para identificar o nível de envolvimento do município no Caminho de Santiago, tendo por base a Matriz de Diagnóstico (Tabela 3).

Tabela 3. Envolvimento do município Vila Franca de Xira no Caminho de Santiago.

| Nível | % |
|-------|-------|
| Fraco | 26-50 |
| Médio | 51-65 |

Fonte: elaborado pelos autores.

Em suma, o município Viana do Castelo encontra-se no nível Bom, a entrar no próximo nível, de Muito Bom, indicando um forte empenho, das forças vivas do concelho, no processo de assegurar as condições necessárias para responder às necessidades e expectativas de todos os que percorrem o Caminho de Santiago. Já o município Vila Franca de Xira encontra-se a sair do nível Fraco, estando a dar os primeiros passos no nível Médio, demonstrando que há muito por fazer, em particular na tomada de consciência quanto à real importância dos caminhantes / peregrinos para a autarquia.

5. Conclusão

Conforme explanado no resumo (abstract) o objetivo deste estudo é avaliar o nível de desenvolvimento e, sobretudo, de envolvimento dos municípios que integram os caminhos de peregrinação, usando o modelo proposto por Ambrósio *et al.* (2019).

De acordo com este propósito, demonstrou-se, através da aplicação do Modelo Concetual e da respetiva Matriz de Diagnóstico, em dois municípios portugueses, que podem existir diferenças substanciais, entre as várias autarquias, que constituem um determinado Caminho de Santiago.

Ora, não tendo o caminhante / peregrino a noção das fronteiras municipais e, por consequência, não tendo uma perceção clara em que autarquia é que está a caminhar, a opinião geral é a que conta, e será esta, a que será transmitida aos outros, seja no contacto direto com amigos e familiares, ou, cada vez com mais frequência, nas redes sociais. Assim, após ter percorrido um caminho de peregrinação, a opinião emitida sobre a experiência global é se este assegura as condições para responder às necessidades de quem o percorre, apontando os aspetos mais positivos e os mais negativos do mesmo.

Tendo presente, o atrás referido, é imprescindível trabalhar numa base intermunicipal, de forma a que cada um dos municípios, de um determinado caminho de peregrinação, se envolva e contribua de forma idêntica, para a concretização e a harmonização dum produto turístico de sucesso.

A criação e, sobretudo, a aplicação do Modelo Concetual e da respetiva Matriz de Diagnóstico, apresentados neste estudo, são ferramentas úteis, para os que têm responsabilidades na gestão do território. A representação gráfica simples do estado de arte de cada uma das variáveis, e do estado geral do caminho de peregrinação, num determinado município, permite aos agentes, tanto públicos, como privados, saber qual o papel que poderão assumir no processo de desenvolvimento do mesmo. Para além de percecionarem as principais lacunas existentes no seu território (através da ausência de preenchimento da linha das circunferências / variáveis), as forças vivas da autarquia, ainda conseguem observar, com facilidade, a classificação obtida no grau de envolvimento do município no caminho de peregrinação, expressa, tanto no quadrado do Modelo Concetual, como no nível que regista na Matriz de Diagnóstico. Esta categorização é um elemento fulcral para a comparação do grau de envolvimento dos diversos municípios que constituem um caminho de peregrinação, crendo-se que os que obtêm uma classificação inferior, se esforçarão mais, para se aproximarem dos do topo da tabela, contribuindo, assim, para uma maior uniformização da qualidade percecionada do produto turístico, como um todo.

Embora se tenha apresentado a metodologia para auxiliar na gestão territorial de âmbito municipal, no que concerne aos caminhos de peregrinação, é indispensável, por parte de quem a utiliza, ter a noção do seu dinamismo,

nomeadamente, tem de ter em conta as alterações graduais no comportamento dos consumidores, neste caso, dos que percorrem os caminhos, e as mudanças circunstanciais, decorrentes das mais diversas situações de cariz económico, social, sanitário, etc.

No primeiro caso, a título de exemplo, mencionaram-se, ao longo do estudo, o número crescente dos que percorrem os Caminhos de Santiago e que não prescindem de determinados confortos. Neste sentido, variáveis como o alojamento em albergues de peregrinos perdem um peso substancial, devendo o mesmo ser transferido para outras variáveis, como o alojamento em hotéis, ou em unidades de turismo rural, ou o peso da variável, transporte de mochilas, aumentar significativamente. Em suma, embora se possa usar o mesmo Modelo Concetual, consoante as características do público em questão / consumidores, terá de se reequacionar o número de variáveis e a sua respetiva importância, sendo o único elemento estável, os 100% da soma das variáveis.

Quanto às mudanças circunstanciais, basta pensar nas imposições decorrentes da COVID19. No que respeita aos caminhos de peregrinação, o impacto mais visível foi no setor do alojamento, e no das bebidas e restauração, que tiveram de encerrar por vários meses. Embora todos estes estabelecimentos tenham reaberto, ainda, no estado presente, muitos dos que percorrem os caminhos, continuam a sentir-se mais seguros se dormirem num quarto, ao invés de partilhar uma camarata, ou consumir numa esplanada, ao invés de o fazerem no interior dum restaurante ou café. Outras variáveis que veriam o seu peso reequacionado, num ambiente de ressurgimento de pandemia, seria a relacionada com o acolhimento das populações / habitantes locais, pois os contactos pessoais são desencorajados neste tipo de emergências sanitárias, e a variável que contempla a segurança, pois passaria a considerar novos aspetos de segurança sanitária.

Por fim, refira-se que, para além de ser possível adaptar esta metodologia a outros públicos / consumidores, ou a mudanças circunstanciais, nos Caminhos de Santiago, este Modelo Concetual, e respetiva Matriz de Diagnóstico, pode ser utilizado para o estudo de qualquer caminho de peregrinação. Neste sentido, basta identificar as variáveis que refletem as necessidades dos caminhantes / peregrinos de um determinado caminho e, a partir daí, dar a devida continuidade ao processo, conforme foi explicado, e posto em prática, ao longo do estudo, que aqui se apresenta.

Financiamento: Financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto referência n.º UIDB/04011/2020 e n.º UIDB/04470/2020.

Referências

- AMBRÓSIO, V., Fernandes, C., Silva, G., & Cabral, A. (2019). Conceptual Model for measuring the homogeneity of the Portuguese Way of St. James. *International Journal of Religious Tourism and Pilgrimage*, 7(ii), 94-104. <https://doi.org/10.21427/h2yb-hs41>.
- BARBER, R. (1993). *Pilgrimages*. London: The Boydell Press.
- COLLINS-KREINER, N. (2010). Researching pilgrimage: Continuity and Transformations. *Annals of Tourism Research*, 37(2), 440-456.
- COUNCIL OF EUROPE., (s.d.). *Impact of European Cultural Routes on SMEs' innovation and competitiveness*. Consultado em <https://rm.coe.int/1680706995>.
- MRÓZ, F. (2021). The Impact of COVID-19 on Pilgrimages and Religious Tourism in Europe During the First Six Months of the Pandemic. *Journal of Religion and Health*, 60, 625-645. <https://doi.org/10.1007/s10943-021-01201-0>.
- OFICINA DEL PEREGRINO., (2022). *Estadísticas*. Consultado em <http://oficinadelperegrino.com/estadisticas2/>.
- RICHARDS, G., & Fernandes, C. (2007). Religious Tourism in Northern Portugal. In G. Richards (Ed.), *Cultural Tourism Global and Local Perspectives* (pp.215-238). EUA: The Haworth Press.
- WILSON, J., & Sullivan, I. (2021, junho 05). Pilgrims return to Spain's 'El Camino' paths after pandemic. *The Associated Press*. Consultado em <https://apnews.com/article/europe-spain-pandemics-lifestyle-travel-34e5e674odboce7319e5156fb4a548c5>

EPÍLOGO

PEDRA-DE-TOQUE

Elias J. Torres Feijó*

eliasjose.torres@usc.gal

Alianças e Ameaças foi a pergunta-objeto do Congresso Internacional Comunidades Locais e Caminho de Santiago que teve lugar na Faculdade de Filologia da Universidade de Santiago de Compostela organizado por membros da Rede Galabra, vinculados à equipa dos projetos “Discursos, imagens e práticas culturais sobre Santiago de Compostela como meta dos caminhos” (2012-2015) e o não por acaso intitulado “Narrativas, usos e consumos de visitantes como aliados ou ameaças para o bem-estar da comunidade local: o caso de Santiago de Compostela” (2018-2021).

Como verificou quem já pelos resultados aqui apresentados passou, a escolha foi acertada e fica preto sobre branco um panorama da investigação que no âmbito galego-português está sendo feita tendo presente as comunidades locais nas suas diversas agências e manifestações.

A chamada teve resposta concretizada no teor das perguntas sobre alianças e ameaças que se colocavam.

Ora, umha leitura atenta leva-nos além. Leva-nos para o tipo de preocupações que os âmbitos académicos convocados apresentam a respeito da matéria. Nas suas focagens estão oportunidades e alertas, dedicações e ausências. Os ângulos são diversos; em casos complementares ou rotundamente

* Rede Galabra; Universidade de Santiago de Compostela.

ancilares para entender cabalmente os processos. Lá, num pano de fundo que por vezes se enxerga por outras ele é transparente, assomam preocupações e possibilidades. Pano de fundo que tem inscrito, como cartografia, não apenas mapa plano, os impulsos dados e as orientações seguidas pelas administrações públicas, os interesses em jogo dos diversos setores e grupos atuantes, e comunidades locais transidas e, também em parte, trespassadas por este fenómeno que modifica as suas vidas, para bem ou para mal, cuja balança pode em determinados trabalhos aqui inscritos ser analisada.

O turismo e a sua publicidade ocupam parte notável das agendas políticas, do pequeno local ao conjunto europeu no caso aqui focado. Ele aparece como realidade incontestável que pode, eventualmente, apresentar efeitos colaterais não desejados mas que não bastariam para impugnar essas políticas. E, no entanto, também lemos aqui que, ao lado de comunidades satisfeitas, há comunidades lesadas e que começam a viver este fenómeno como conflito e conflitivo.

Eis onde o assunto dos Caminhos de Santiago surge como exemplar dumha tipologia turística, ele arrastando ou impulsando consigo outras propostas pedestres, outros itinerários de similares faturas.

Ele é um dos casos mais relevantes que conheço onde se concentram objetivos e interesses que, contraditórios em origem, vão acoplando-se para que continue e ainda aumente o seu vigor. Por isso fizeram bem as pessoas organizadoras em trazer casos doutras latitudes, que permitem ver rumos para onde caminha ou pode o Caminho caminhar.

Permite, aliás, este volume aceder a quadros teóricos e focagens metodológicas em funcionamento e aplicação e abrir, na mesma leitura contrastiva, debates fecundos como consta houve no próprio decorrer do congresso. E perguntas, sobretudo perguntas, que não ficam invalidadas flutuando sem serem atendidas mas que encontram em capítulos deste livro valiosas respostas. Dá para pensar sobre turismofilia e turismofobia e por começar a distinguir turismo sustentável (para que a galinha continue pondo ovos com indiferença da qualidade da sua vida) e responsável (que passa por atender o bem-estar da galinha). E que pinta a comunidade local nisto tudo. Quantas componentes as comunidades locais podem ter e qual a hierarquia delas; de se ela(s) fala(m) e atua(m) ou está essa possibilidade interdita, anulada ou substituída. Comunidade em todas as suas dimensões: de classe, de emprego, de produção local, de conservação do território, de propriedade e uso do espaço público... Questões, algumas antigas, que aplicações de novas tecnologias respondendo

perguntas inteligentes ajudam a pensar. Porque o assunto está na pergunta. Maslow já nos ensinou numa expressão gráfica certa que somos vítimas do martelo; e de aceitar que só respostas perguntadas sobre a funcionalidade do martelo podem dar conta da obra. Delimitadas as investigações sobre quadros previamente desenhados pelas agências subsidiadoras e as pessoas suas sequazes, condicionados até ao extremo por atmosferas sociais de que beneficia diretamente determinado capital, os resultados são os expectáveis e qualquer efeito negativo vai, já não para a ara mas para a pira sacrificial do turismo.

Passa, assim, por natural o que é construído e que, esquecido ou ocultado na sua devida historificação, aparece na lógica dos processos sem arestas. Rapidamente: cabe perguntar-se apenas o que é património ou patrimonial ou para quem o é e para quem se construiu? Porque acontece que há comunidades que talvez gostavam de patrimonializar outras cousas ou promover as que esse sentido nelas tradicionalmente tiveram. E aquele martelo salvador das comunidades rurais não está evitando pensar nas verdadeiras causas e situações das pessoas e no mundo que se está construindo? E, ao invés, não temos ofertas e práticas que podem ajudar a um desenvolvimento autocentrado das comunidades fortalecendo os modos de vida que lhe deram razão de ser?

A inclinação daquela balança deve estar nas mãos das pessoas como agentes e conscientes, libertas de medos e munidas de conhecimentos.

E eis que emerge, assim, este volume em toda a sua necessidade, com respostas certas e perguntas que esperam devida atenção. Leituras cruzadas destes textos podem ser feitas e serão mui úteis. Pensar, planificar, concretizar, avaliar aparecem com valiosas coordenadas neste conjunto. Resta apenas a gratidão a quem ideou o encontro e fornece o seu conhecimento. Bom será talvez que, passado algum tempo, se reúnam, estes e outras pessoas e grupos especialistas, e transmitam as suas apreciações sobre os cálculos feitos, as possibilidades abertas e os rumos seguidos.

Eis aqui umha esfera do sentido destes trabalhos em que convém parar-se para determinar com acuidade a última razão de ser deles: a transferência. Por trás há um intenso trabalho de campo pago com os recursos da sociedade no seu conjunto. A missão fundamental é a de produzir conhecimento mas essa missão só se completa na sua lógica se os seus resultados são transferidos. E não apenas resultados; também os meios e mecanismos de obtenção deles; e, ainda, se se abrir um espaço de diálogo e intercâmbio com as administrações públicas e as organizações setoriais ou comunitárias, de preferência, e com todas aquelas agências e entes interessados no fenómeno estudado. Apesar

de que em muitas ocasiões as investigações nestas áreas são feitas com precariedade de recursos e que se investe exponencialmente mais em promover atividades que em estudá-las, os textos aqui recolhidos são excelente reflexo dum trabalho bem feito; robusto em dados, sólido em análises, contundente em possibilidades e perspectivas. Às vezes, penso que a assinatura destes textos devia levar ao lado o número de telefone profissional das pessoas suas autoras, para que, chegado este volume, por caso, às mãos das pessoas responsáveis de entidades como as antes indicadas, podam imediatamente telefonar e marcar um encontro para conhecer(-se) e atuar com conhecimento real das situações e das circunstâncias. Desenhar e fazer, por pura inércia ou imaginativo repente, deve definitivamente deixar passo à audiência real e à análise rigorosa.

Porque em jogo está o bem-estar da gente, das comunidades a quem essas entidades devem servir. Porque não deve existir afastamento mas permanente comunicação e cooperação entre essas entidades e as equipas investigadoras que, desde a sua exigível autonomia, devem estar ao dispor da colaboração sistemática con aquelas. Só assim atinge plena justificação o ofício investigador nas universidades e centros de investigação. E esse deve ser um esforço comum e corresponsável, das duas partes, cada uma desde o âmbito que lhe é próprio e entendendo-se complementada pola existência e ação do outro.

Entretanto, fica conosco esta magnífica pedra-de-toque à espera de martelos, sim, e de picaretas, macetes, cinzéis, garabitos, furadeiras... verbos de arguinhas e falas de arrieiros... e olhar fino que nem toda é pedra para lavra nem para a medida, apesar de manhosas aparências. Bem haja!

ISBN 978-989-755-834-4



9 789897 558344



CEHUM
Centro de Estudos Matemáticos
da Universidade do Minho

FCT Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia
UIDB/00305/2020

